

Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação
História e Historiografia da Educação

Lúcia de Rezende Jayme

A educação pública na Petit Paris paulista (Ribeirão Preto- 1890/1920)



Uberlândia-MG
2012

Lúcia de Rezende Jayme

A educação pública na Petit Paris paulista
(Ribeirão Preto, 1890/1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: *História e Historiografia da Educação*.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Discini de Campos.

Uberlândia
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

J42e Jayme, Lúcia de Rezende, 1984-
2012 A educação pública na Petit Paris paulista (Ribeirão Preto, 1890/1920) /
 Lúcia de Rezende Jayme. - 2012.

179 f. : il.

Orientadora: Raquel Discini de Campos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Educação – Riberão Preto (SP) – História –
1890/1920 - Teses. 3. Educação e estado - Brasil - Teses. I. Campos,
Raquel Discini de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Lúcia de Rezende Jayme

A educação pública na Petit Paris paulista
(Ribeirão Preto, 1890/1920)

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 29/03/ 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Raquel Discini de Campos- Orientadora

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Prof.^o. Dr. Carlos Henrique de Carvalho

Universidade Federal de Uberlândia- UFU

Prof.^o. Dr. Marcus Vinicius da Cunha

Universidade de São Paulo– USP/RP

Uberlândia, 29 de março de 2012.

*Para Raquel,
pelos gatos chineses e o sabonete de Oxossi.*

AGRADECIMENTOS

Durante dois anos de pesquisa, segui algumas veredas e contornei outras encruzilhadas. Caminhos por vezes tortuosos, mas nunca solitários- no percorrer destas estradas, fui violeiro cuja canção foi composta por várias vozes e diversas mãos. Assim, agradeço:

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio material que possibilitou minha dedicação exclusiva ao desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários dos acervos e arquivos públicos: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa- UNESP/ Assis, Fundação Biblioteca Nacional, E.E. Dr. “Fábio Barreto”, E.E. “Dr. José Alves Guimarães Júnior”, E.E. “Otoniel Mota”. Meus agradecimentos também a Inês Maria Moraes Imperatriz, pela atenção e gentileza, a Jorge Eduardo Bruno por enviar-me os manuscritos de Plínio Travasso dos Santos e a Alfredo Carlos Poggi por receber-me tão prontamente em seu museu na escola Guimarães Júnior.

Aos funcionários da FAGED, James, Jane e Roberto por acudirem-me sempre, nas mais diversas e adversas situações.

Aos meninos da Ideal Copiadora, sempre solícitos e pacienciosos frente a folhas e folhas perdidas entre impressoras.

Aos funcionários das bibliotecas do Centro Universitário Barão de Mauá, Centro Universitário Moura Lacerda e Universidade Federal de Uberlândia.

Aos amigos daqui e d’além mundo: Confraria Esotérica de Umbanda, Uberlândia-MG; Legião Branca Mestre Jesus, Santa Rita do Passa Quatro- SP; à casa da D. Margarida e seus filhos; ao senhor Marcos.

Aos professores Márcio Danelon pelas questões metafísicas; a Rosângela Patriota pelos temas e discussões instigantes; a Sandra Cristina Fagundes de Lima pelas aulas impecáveis, leitura criteriosa deste trabalho e apontamentos para o desenvolvimento dos escritos no momento da qualificação; ao professor Carlos Henrique pelas correções e considerações que nortearam questões centrais desta pesquisa; e, ainda, ao professor Marcus Vinicius da Cunha também agradeço pela leitura destes escritos bem como suas considerações e críticas.

A Profª. Núbia pelo abrigo e oportunidades de reflexão acerca das coisas da vida e das salas de aula.

A Naara Maritza por acolher-me em terras mineiras e salvar a vida desta chegada por várias vezes. A Elliot Porter por estender este cuidado no tempo em que estive na cidade maravilhosa.

A Bruno, sempre disposto a ajudar todos, a Mário pelas discussões sobre “pelegos” e “caixas de consonância”.

Aos amigos de todo canto e (re) conhecidos em Uberlândia. Geovanna, Odair, Fernanda, Seu Sérgio, Josemir, Marco Aurélio, Silvia, Deive e Dênia. Em cada folha, ficou inscrita cada palavra, cada sorriso.

Aos amigos de sempre. Rafael Cardoso pelas conversas sobre normas e mapas astrais. A Jorge França pelas incursões nos caminhos da Anhanguera. A Mauro, amigo cheio de conselhos, fontes e histórias de Ribeirão.

Às amigas de sempre. Suhelen, Patrícia, Michelle e Juliana Terra por compreenderem as ausências e os silêncios.

Aos meus tios Renata e José Carlos, pelo refúgio nos momentos de escrita.

Aos meus grandes amores pela presença felina: Frederico, Kalinda, Battisti, Janete, Ruth, Raquel, Benjamin, Malcom e Coquito.

Ao professor Marcelo Lapuente pelo apoio e pelas caronas.

À professora Raquel Discini por acreditar na forasteira que chegava, mochila nas costas; pela paciência, pelas leituras minuciosas, pelas correções criteriosas e lapidações constantes. O brilho deste trabalho é dela.

A Guilherme, anjo torto que surgiu em tempos de juízo final. Por todo o apoio, este trabalho pôde ser hoje, terminado.

Janeiro, 2012.

*Aqui do alto do cruzeiro, onde o vento faz a curva pra voltar com mais coragem
Vejo o sol tocando a ponta, do pára-raio da cruz
Elimina a ofensa do atrito, atravanca o portão da ventania*

*Faça a caixa do mar ficar vazia, bota um teto no vão do infinito
Para dar o pão pra os filhos que chegam magros da guerra
O mensageiro do sonho, nesse terreno que treme*

*Da magra mão estendida, da paixão que grita e geme
Das curvas do firmamento, da claridade da lua
Solidão do mundo novo, a batucada da rua
O espetáculo não pode parar!*

*Quando a dor se aproxima, fazendo eu perder a calma
Passo uma esponja de rima, nos ferimentos d'alma
O espetáculo não pode parar*

*Há certas coisas no mundo, que eu olho e fico surpreso
Uma nuvem carregada, se sustentar com o peso
E dentro de um bolo d'água, saiu um corisco aceso*

(Manoel Filó, Jô Patriota e Manoel Chudu)

RESUMO

Na tentativa de delinear os contornos da educação pública em Ribeirão Preto nas primeiras décadas republicanas, no período compreendido entre os anos 1890/1920, buscou-se traçar aspectos políticos e o contexto histórico ribeirãopretano para além dos limites municipais, a tecer fios de História nacional e mundial. Além disso, observou-se o entrelaçamento de urdidura no que refere-se aos traços sociais e culturais dos viventes daquela terra, a partir de um cotidiano vivenciado em meio a ideais, acordos políticos, novos tempos e descobertas, gostos e juízos considerados modernos. Procuro-se apresentar, também as escolas custeadas pelo poder público, tendo em conta que, para compreender este inicial sistema educacional, há a necessidade da leitura destas classes ribeirãopretanas enquanto signo e significado da modernização brasileira, urbanização e ruralidade do período, bem como constituintes e consonantes aos propósitos próprios da educação primária e ginásial que pretendia normatizar gostos, sentimentos, valores e conhecimentos de pequenos brasileiros.

Palavras-Chave: educação pública; ensino primário; ensino secundário; Primeira República

RESUMEN

En un intento de delinear los contornos de la educación pública en Ribeirão Preto, en las primeras décadas de la República en el período comprendido entre los años 1890/1920, trató de trazar el contexto histórico y ribeirãopretano aspectos políticos más allá de los límites municipales, tejiendo hilos de la historia nacional y mundo. Además, había entrelazado de la deformación en relación con las características sociales y culturales de la tierra de los vivos de un diario con experiencia en medio de los ideales, los acuerdos políticos, los nuevos tiempos y de los descubrimientos, los gustos y juicios considerados modernos. Trato de la actualidad, las escuelas subvencionadas por los poderes públicos, teniendo en cuenta que, para entender este sistema de educación inicial, hay un ribeirãopretanas necesidad de leer estas clases como un signo y el significado de la modernización de Brasil, la urbanización y ruralidad de la época, así como los componentes propios fines y de acuerdo a la escuela primaria y media que tenía la intención de estandarizar los gustos, sentimientos, valores y conocimientos de los pequeños de Brasil.

Palabras Clave: educación pública, educación primaria, educación secundaria, Primera República

Índice de Imagens

IMAGEM	1	Trajeto dos trilhos da Estrada de Ferro Mogyana.....	31
IMAGEM	2	Reunião de renomados políticos.....	39
IMAGEM	3	Hotel Central na rua Álveares Cabral.....	50
IMAGEM	4	Casa Confiança	61
IMAGEM	5	Escola Masculina. Predio Rua Barão do Amazonas com Mariana Junqueira, Antiga Rua do Commercio.....	83
IMAGEM	6	Crianças no trabalho de colheita de algodão na Fazenda Guataparã, década de 20.....	86
IMAGEM	7	Patronato Agrícola em Ribeirão Preto, década de 1910.....	95
IMAGEM	8	Operários da empresa Antigo Banco Constructor (1905)	99
IMAGEM	9	Sociedade Amiga dos Pobres.....	105
IMAGEM	10	Sede da Sociedade Dante Alighieri.....	109
IMAGEM	11	Prédio situado entre as ruas Cerqueira Cesar e Duque de Caxias.....	121
IMAGEM	12	Grêmio Ginásial Olavo Bilac do Ginásio do Estado (1919).....	134
IMAGEM	13	Mapa de sala 3º ano Ginásio de Ribeirão Preto (1920).....	137
IMAGEM	14	1º anno B Primeiro Grupo Escolar (1920).....	138
IMAGEM	15	Primeiro Grupo Escolar.....	141
IMAGEM	16	Segundo Grupo Escolar de Ribeirão Preto.....	141
IMAGEM	17	Plantas dos Grupos Escolares da cidade de Ribeirão Preto.....	143
IMAGEM	18	Ginásio do Estado.....	144
IMAGEM	19	Alunos do Ginásio em folga (1913).....	147
IMAGEM	20	Anúncio sobre materiais escolares.....	152

Índice de Gráfico, Quadros, Tabelas e Mapa

GRÁFICO

GRÁFICO	1	Receita orçamentária do município de Ribeirão Preto (1911- 1930).....	40
---------	---	---	----

QUADRO

QUADRO	1	População segundo a nacionalidade e o sexo em Ribeirão Preto.....	53
QUADRO	2	Programadas escolas primárias.....	87

TABELAS

TABELA	1	População total dos municípios da Mogiana (1874-1920).....	49
TABELA	2	Atividades urbanas desenvolvidas na cidade de Ribeirão Preto (1903).....	60
TABELA	3	Demonstrativo da despesa geral do município (1911-1919).....	82
TABELA	4	Inventário do material da Primeira Escola Feminina do Barracão.....	90
TABELA	5	Profissão dos pais de alunos.....	98
TABELA	6	Verba municipal destinada ao Ginásio e escolas estaduais.....	119
TABELA	7	Relação do número de alunos que ingressaram e concluíram o curso ginásial nos anos de 1917 e 1919.....	127
TABELA	8	Relação do número de alunos que ingressaram e concluíram o curso primário e complementar nos anos de 1911 e 1917.....	128
TABELA	9	Componentes curriculares do Gymnasio de Ribeirão Preto.....	131

MAPA

MAPA	1	Subvenção das escolas primárias.....	74
------	---	--------------------------------------	----

Lista de Abreviaturas e Siglas

APIMI	Acervo Particular Inês Maria Moraes Imperatriz
APJEB	Acervo Particular Jorge Eduardo Bruno
AESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
APHRP	Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto
CEDAP	Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa- UNESP/ Assis
BN	Fundação Biblioteca Nacional
EEFB	E.E. Dr. “Fábio Barreto”
EEGJ	E.E. “Dr. José Alves Guimarães Júnior”
AEOM	E.E. “Otoniel Mota”
MLL	Museu de Arte e Trabalho Leopoldo Lima

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPITULO 1	
RIBEIRÃO PRETO: UMA <i>PETIT PARIS</i> À BRASILEIRA	28
1.1 - Raízes de Ribeirão Preto: posseiros e arrivistas ou a política nas terras do café....	29
1.2 - Entre compassos e cadências: alguns aspectos da modernidade, urbanização e vivências ribeirãopretanas.....	46
CAPITULO 2	
ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS E/OU MAIS ALGUMAS LETRAS, PÚBLICAS, MAS NEM TÃO GRATUITAS ASSIM.....	64
2.1 - O provimento das escolas primárias ou o maxixe dos três poderes.....	65
2.2 - A escola ao rés do chão: relógio, calendário, cartilha, fatos e festas.....	84
2.3 - Faces hesitantes em incertas escolas: alunos e professores do ensino municipal...	97
CAPITULO 3	
GRUPOS ESCOLARES E O GINÁSIO DO ESTADO: DOIS NÍVEIS DE ENSINO, TANTAS CONFORMIDADES E CONTRADIÇÕES.....	114
3.1 - Grupos e ginásios: feitos e não feitos da educação republicana.....	115
3.2 - Grupos e ginásios: escolas da cidade, escolas para a cidade.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
FONTES.....	155
BIBLIOGRAFIA.....	161
APÊNDICE.....	174

INTRODUÇÃO

“E eles têm alguma ligação entre si?”- perguntou-me A.M. Respondi-lhe que são fragmentos do real e do imaginário aparentemente independente, mas sei que há um sentimento comum costurando uns aos outros no tecido das raízes. Eu sou essa linha.

(Lygia Fagundes Telles)

2006, tempos de graduação em História, optei por cursar uma disciplina eletiva intitulada Antropologia Brasileira. Naquelas aulas, líamos escritos de antropólogos, discussões sociológicas e, também, assistíamos a alguns filmes. Dentre tais películas, “*Domésticas- O Filme*” inquietou-me bastante, posto que recém-iniciada nas leituras do marxismo, martelava-me o coração e a consciência, o fato de as pessoas, por vezes, e rotuladas somente segundo suas profissões- nenhum rosto, apenas vencimentos, honorários. Por certo, raramente declaramo-nos ao mundo: “*Saudações! Tenho tamanha adoração por gatos, principalmente, aqueles bichanos- de rua*”. Ao contrário, cartão pessoal em punho: “*Meus cumprimentos, sou professora de história*”.

Intimismo à parte, tal questão principesca (de Saint Exupéry, não Maquiavel), misturada às noções de trabalho, oportunidades no mercado profissional e, conseqüentemente, escolaridade acompanhou-me meses a fio. Quase findo o ano letivo, época de reflexão sobre temas para desenvolvimento de monografias, decidi investigar o vivido nos bancos escolares e os juízos acerca de assuntos educacionais colocados por grupos de atores sociais atuantes em atividades ditas sem prestígio social: as empregadas domésticas, os lixeiros, os porteiros, os entregadores de panfletos, etc. Certo dia, porém, ao peregrinar entre docentes em busca de orientações, às apalpadelas, naquelas incipientes veredas acadêmicas, recebi um convite de um professor que se dispunha a me orientar, se, contudo, pesquisasse o ensino em Ribeirão Preto durante o período republicano. Isto pela existência de um grupo de historiadores que, cada qual, versava sobre diferentes temas: mulheres, rádio, homossexuais, moda, política, “homem do campo”. Todos, porém, comungavam a figuração de uma *Belle Époque* que naquele instante apresentava-se charmosa, porque peculiar: *Caipira*. Enfim, faltavam as escolas.

Assim, em primeiros rabiscos de cientificidade, escrevi “*Nas sombras das luzes educacionais: as escolas isoladas de Ribeirão Preto: 1890-1920*”, trabalho entregue para conclusão de curso. Naquelas páginas delineei, como sugere o título, uma categoria de ensino dentre a educação pública ribeirãopretana e parte do projeto de mestrado aprovado, em 2009, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal de Uberlândia.

No projeto de pesquisa em questão, apresentei o desejo de trabalhar não somente as escolas isoladas, mas os diversos níveis de instrução pública ministrados naquele município paulista e os diferentes estabelecimentos escolares existentes. Propus-me, inicialmente, a discutir questões ligadas ao cotidiano dos alunos e aos que circulavam na cidade. Outros objetivos, outras justificativas- outros ares, mineiros, por certo, inscreveram-se entre vírgulas

e bagagem teórica adquirida nos dois últimos anos. As vozes daqueles caros pesquisadores de outrora juntaram-se às falas dos professores e colegas da faculdade em Uberlândia.

Assim, iniciada a dissertação, acredito que esta pesquisa contribui com o preenchimento de lacunas na historiografia da educação brasileira já identificadas pela pesquisadora Elza Nadai décadas atrás, tanto para possibilitar a confecção de trabalhos significativos de síntese como identificou a professora, quanto para o próprio conhecimento histórico acerca destes estabelecimentos e o contexto educacional da época. Aliás, é considerável o caráter desértico da produção científica acerca da educação pública de Ribeirão Preto no recorte temporal proposto¹.

Nos artigos, teses e dissertações que versam sobre a modernização e urbanização da cidade de Ribeirão Preto, bem como a análise da atuação de alguns grupos (mulheres, imigrantes, maçonaria, elites cafeeiras e urbanas) é pontuada, brevemente, a existência de alguns destes estabelecimentos- já que estes não são os objetos pesquisados. Afora as pesquisas de Sérgio César da Fonseca que, indiretamente, abordam a instrução destinada ao povo ao estudar a vivência e formação da infância pobre recolhida e internada em órgãos de correção, tutela ou assistencialismo no início do século XX; os escritos dos tempos de mestrado de Marcus Vinicius da Cunha, que discorrem sobre a criação e o cotidiano dos alunos e professores do Ginásio do Estado; além do artigo de Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta, que apresenta o cenário escolar de Ribeirão Preto nas décadas iniciais do século passado, nenhum outro trabalho acadêmico foi publicado até os dias de hoje².

Talvez a razão esteja na escassez das fontes que permitem reconstruir um pouco daqueles tempos idos e, também, a dificuldade em acessá-las. Para a composição desta dissertação, vários acervos foram pesquisados, tais como: Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto (APHRP), Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), Fundação Biblioteca Nacional (BN), Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa- UNESP/ Assis (CEDAP), Museu de Arte e Trabalho Leopoldo Lima (MLL), escolas estaduais E.E. “Dr. José

¹ NADAI, E. *O Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Educação, USP, 1987, p. 11;

² FONSECA, S. C. A presença do público e do privado na assistência à infância: Semelhanças e diferenças entre Ribeirão Preto e São Paulo (1903-1922). *Cadernos de História da Educação*, v.8. n.1., jan./ jun. 2009; CUNHA, M. V. *Educação e Política em Ribeirão Preto: A fundação e os primeiros anos do Ginásio do Estado*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Educação, USP; GAETA, M. A. J. V. A educação escolar em Ribeirão Preto no início do século XX. *Revista Montagem*, v.8. n.8, 2006.

Alves Guimarães Júnior” (EEGJ), E.E. Dr. “Fábio Barreto” (EEFB), E.E. “Otoniel Mota” (AEOM) e particulares- Jorge Eduardo Bruno (APJEB) e Inês Maria Moraes Imperatriz (APIMI). Antes de exercer o ofício de historiadora foi necessário empreender um exercício de paciência e garimpagem. Para consulta nos arquivos das escolas estaduais de ensino fundamental (E.E. “Dr. José Alves Guimarães Júnior” e E.E. Dr. “Fábio Barreto”), a direção exigiu autorização da Delegacia Regional de Ensino, que, por sua vez, requereu ofício do Programa de Pós-Graduação que garantisse a legalidade do meu vínculo com a Instituição. Até então, burocracia compreensível. Semanas e semanas depois, a autorização estava pronta. No documento oficial, a Delegacia de Ensino permitiria a pesquisa nos arquivos da escola desde que a Direção da mesma concordasse... Na escola de ensino médio (E.E. “Otoniel Mota”), também estadual e subordinada ao mesmo órgão, o acesso foi mais fácil, bastou uma conversa informal com o diretor e a bibliotecária³.

Nas três escolas, as condições de armazenamento são inadequadas para garantia da preservação da integridade material dos documentos. São acondicionados em sala destinada à guarda de objetos sem utilidade, não raro, misturados a outros documentos escolares de datação recente. Em contrapartida, na escola E.E. “Dr. José Alves Guimarães Júnior”, o professor de história Alfredo Carlos Poggi iniciou a criação de um museu escolar. O espaço localizado ao lado do laboratório de ciências expõe trabalhos feitos pelos alunos na contemporaneidade e, também, alguns livros de ponto, fotografias e objetos datados do começo do século XX. Já o ginásio “E.E. Otoniel Mota” também possui alguns livros oficiais, álbuns, livros separados e expostos na recepção. Este pequeno acervo é fruto de um interessante projeto para restauração, catalogação e organização da documentação histórica produzida pela instituição que visa não somente a conservação desta cultura escolar, mas, também, resgatar o apreço dos alunos pela escola. Idéia até hoje não levada a cabo por falta de verbas públicas.

Nos arquivos públicos, Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto e Arquivo Público do Estado de São Paulo, a realidade não é tão diferente. No primeiro, a documentação é abundante, e, em grande parte, separada em diversas pastas e caixas adequadas. No entanto,

³ É sabido que, a partir da década de 80, ao serem iniciados os programas de pós-graduação em educação, aconteceu a mobilização de alguns pesquisadores para que alguns acervos fossem criados e houvesse a organização, preservação e catalogação de documentação histórica de escolas públicas para que, posteriormente, pudesse ser utilizada em outros trabalhos. No entanto, em Ribeirão Preto, as fontes ainda são um empecilho para quem deseja empreender uma investigação científica acerca da instrução destinada ao povo. Ao que parece, a citação da professora Elza Nadai ainda é contemporânea em terras ribeirãopretanas: “Se o tempo histórico dedicado à organização progressiva desse sistema não ultrapassa um século, o que em princípio, é um fator favorável ao historiador, entretanto, a busca, a seleção e a organização da documentação, com a qual se possa reconstruir as mudanças e resistências ocorridas, durante esse período, encontra-se completamente dispersa, e mesmo em alguns casos, perdida”. NADAI. E. *O Ginásio*.. Op. Cit., p. 11.

os catálogos disponíveis para consulta referem-se a pequeno quinhão do acervo, fato este que, segundo a administração, decorre da falta de funcionários. Enquanto no segundo, os parâmetros para pesquisa norteiam o historiador ao solicitar esta ou aquela caixa, de um ou outro fundo. Todavia, abertos os compartimentos de inox, muitos ofícios, cartas, telegramas estão amarrados em cruz com cordão semelhante a atadura. Danificados, pedaços de papel escorrem pelos dedos do pesquisador que tenta salvar alguns resquícios de História.

Para investigar o cotidiano citadino por meio da imprensa daquela sociedade de outrora, foi preciso quedar-me durante algumas semanas no Rio de Janeiro já que não consegui permissão da empresa responsável pelo jornal *A Cidade* para pesquisar o acervo do periódico que mantém a sete chaves exemplares desde o início da publicação na cidade de Ribeirão Preto. Na Fundação Biblioteca Nacional, os jornais estão catalogados e encadernados, porém alguns volumes não estavam disponíveis para consulta devido à impossibilidade de manuseio de folhas já carcomidas pelo tempo. De qualquer forma, apesar da proibição em fotografar ou escanear o acervo, interdições estas que tornam a pesquisa extremamente morosa, a organização e higiene daquela instituição assombra qualquer historiador já exausto de buscas e buscas infrutíferas e luvas corroídas por inseticidas e poeira no estado de São Paulo.

Sobre os acervos particulares, consultei folhas avulsas datilografadas de autoria de Plínio Travasso dos Santos, cuja cópia foi vendida por Jorge Eduardo Bruno a mim e a Prof^a. Valéria Eugênia Garcia; e, também, os manuscritos de Paschoal Imperatriz, ex- aluno do *Gymnasio do Estado* que foram cedidos gentilmente pela Prof^a. Inês Maria Moraes Imperatriz, sobrinha de Paschoal.

Acervos dispostos, utilizei as seguintes fontes históricas para reconstruir a educação pública na cidade de Ribeirão Preto: almanaque da cidade de Ribeirão Preto, cadernos, jornais, fotografias, livros e pareceres de inspetores, relatórios de prefeitos, correspondências oficiais e particulares, memórias de ex-alunos, informações retiradas de livros escritos por historiadores locais, decretos e leis, livros utilizados para lavrar inventário de materiais escolares e matrícula dos alunos, mapas de frequência e atas da Câmara Municipal.

Tal postura inquisitiva é indispensável à pesquisa em história. Neste portar de detetive, as argumentações do historiador são possíveis logo que os indícios, os sintomas de um tempo, de um ato passado são encontrados- num instigante texto em que Eliane Marta Teixeira Lopes discorre sobre a necessidade de investigação, são listados alguns significados da palavra “pesquisar”:

[...] A palavra *perquirire* em latim é fortíssima. Repito: Pesquisar, no Dicionário Etimológico mais usado entre nós, tem sua origem no castelhano, mas em um velho Dicionário Português-Latim (1879) encontra sua versão ou sua concepção original como inquirir e o pesquisador é o inquisitor. Para investigar, temos as mesmas palavras que para pesquisar e aí está, pelo menos, parte do campo semântico da investigação. No Dicionário Analógico, com o perdão da redundância, podemos encontrar interessantes analogias. A organização desse dicionário- infelizmente de pouco uso entre nós- é feita da seguinte maneira: CLASSES e SEÇÕES e DIVISÕES. Já tomando investigação, exemplo que nos interessa, a palavra aparece na CLASSE IV: Palavras que exprimem capacidade cognoscitiva; na DIVISÃO: Formação de idéias (que está dividida em sete seções): Ia) Operação do Entendimento em Geral {onde está, por exemplo, entendimento, espírito atividade mental}; IIa) Condição anterior à operação do entendimento. Aí encontraremos: 322: curiosidade, desejo de saber; 323: atenção, diligência, cuidado; 326: pesquisa, exames, estudos, questão; 328: experimentos, tentativas; 330: distinção, discernir (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios. Outros números que não aparecem aqui na seqüência estão referidos aos antônimos. Curiosidade, desejo de saber- curiosidade, vontade, desejo, ardor, sede de saber, procura, busca da ciência, verdade, desejo de aprofundar os conhecimentos, de penetrar os recônditos, arcanos da ciência, filomatia, indiscrição, estudiosidade, curioso, investigador, espia, espião, inquirente, inquisidor, desejo de investigação, avidez de saber, rato de biblioteca, quesito [...]⁴.

Interessante notar como um saber objetivo é permeado por elementos subjetivos: desejo, vontade, ardor, amor. Mas pretendo ressaltar que o ato de pesquisar está intimamente ligado a uma ação mental, predisposta à faculdade de conhecer, à produção de conhecimento, ou, ainda, fator que antecede ao entendimento. Embora a ciência esteja amarrada, mais diretamente, à idéia de atividade mental, reflexão e racionalização, é dependente de um movimento que, no caso do reconstruir fatos e tempos idos, é determinada pela empiria das fontes, posto que, no debruçar-se por pistas, tais indícios, rastros, vestígios são transformados em argumentações.

Ao voltar os olhos para a história, esta atenção igualmente faz-se necessária, principalmente se pensarmos em abordagens regionais e micro-históricas. Embora haja a necessidade de contextualizar a cidade de Ribeirão Preto, ao problematizá-la entre acontecimentos e idéias pertinentes ao âmbito nacional ou mundial, é preciso ater-se cuidadosamente ao local. Talvez um exemplo bastante prático seja o uso das próprias fontes: ao explicar acontecimentos próprios de um município, não é possível ao historiador determinar uma relação direta se este utilizar documentos que dizem respeito à situação do país.

⁴ LOPES, E. M. T. *Respiração Artificial: Um manual de pesquisa histórica. Cadernos de História da Educação*. v.9.n1. Uberlândia jan./jun. 2010, p. 71-72.

Esse pequeno relato faz-se necessário nestas páginas introdutórias, pois concordo com as palavras de Michel de Certeau: a escrita da história inicia-se nos arquivos e bibliotecas, na separação, organização e reunião de documentos, matéria-prima para que o historiador produza suas fontes logo no momento de transcrição, cópia ou fotografia destes objetos modificando, ao mesmo tempo, seu lugar e estatuto. Nesta operação, os dados não são aceitos pelo pesquisador, mas constituídos por ele. Recortado no universo do uso original e utilizado para além destas fronteiras, este material é criado por ações combinadas e destinadas a um reemprego coerente⁵. Noutras palavras, a documentação, materiais escolares, periódicos, fotografias, móveis, edifícios que o iniciado nas artes de Clio transforma em vestígios do passado, lusco fusco para iluminar os tempos idos são como o caleidoscópio:

[...] o caleidoscópio, como sempre uma única e múltiplas faces, nas faces, facetas e assim por diante. Os caleidoscópios são múltiplos por natureza: nascem um pouco daqui e dali; podem ser híbridos e integrar a realidade, recompor em figuras inteiras através dos cacos, da dispersão dos fragmentos; de repente, a visão se alarga e, zás, as partes consteladas são um todo. No fundo de um tubo, um livre rodopio cria do caos o cosmos: os cacos imantados são céu e são estrela- mosaico celeste⁶.

A citação não é somente bela conceituação de caleidoscópio, mas também alegoria para a definição de fontes históricas. Nesta trajetória de pesquisa, de arquivo em arquivo, ao recolher documentos e documentos, entre arquivos de áudio com gravações de leitura de jornais, escaneamentos de fotografias ou fotocópia de relatórios, livros de visita e matrícula e outros, pude organizar um pequeno acervo que, segundo o software instalado em meu computador, contém 7.094 itens: milhares de faces, peça de quebra cabeças que, organizadas e encaixadas desta ou daquela forma, podem contar várias histórias. Ou ainda, no intuito de reconstruir a presença dos ideais como modernização, progresso e civilização entre a sociedade ribeirãopretana no início do século XX, utilizei notas de jornal que, em época, eram notas policiais que informavam aos leitores as desordens e desordeiros da cidade além de sugerirem certas ideologias entre os viventes daquelas bandas.

Assim, porque valer-me destas e não de outras notas publicadas entre os assuntos de polícia? Isto pelo motivo de considerar que determinado documento pode ser significativo de algo que pretendo contar, narrar. Segundo Antoine Prost, ao inter-relacionar fatos, acontecimentos isolados é formada uma *“rede ramificada das hipóteses alternativas e das evoluções irreais que o historiador constrói para ponderar essa causa entre outras; de qualquer modo, como ocorre com todos os exemplos, este é, também, artificial”*.

⁵ CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982, p. 74.

⁶ ARRIGUCI JUNIOR, D. Escorpionagem: O que vai na valise. In: CORTÁZAR, J. *Valise de cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 7.

Manipulação esta inerente ao fazer histórico: “o historiador comporta-se como o marceneiro que nunca vai juntar dois pedaços quaisquer de madeira; ao construir um móvel, ele escolhe um pedaço com entalhes para as gavetas e um outro pedaço com pino para o forro”⁷.

A opacidade da realidade, feita de sombras e rastros do passado, somente é possível ser iluminada a partir das inquirições feitas às fontes históricas. Logo, ao versar sobre método em história, é preciso dizer sobre o fazer histórico, a construção, a urdidura. Filha de artesão, bem conheço que a feitura de algo, o saber fazer é também um conhecimento, com técnica e saberes específicos. Assim, sigo a posição de Carlo Ginzburg ao apontar o paradigma indiciário não somente como modo pensar ciência, mas enquanto modo de fazer ciência, embora não possa ser formalizado ou escrito a partir de técnicas e normas, peculiaridade que não implica na perda do rigor científico, mas sim em sua flexibilidade.

Este autor compara o fazer historiográfico às práticas de um crítico de pintura, aos modos do detetive Sherlock Holmes e ao raciocínio de diagnose da medicina clínica. Em relação à pintura, o historiador deve observar as fontes como Morelli perscrutava obras de arte na busca de assinalar os quadros com os verdadeiros autores destes: espreitando os detalhes que ninguém põe reparo como orelhas, unhas, ao invés de características vistosas inerentes às escolas que o suposto pintor faria parte. No tocante à lida detetivesca, aquele que se propõe a fazer história necessita buscar, tal como Holmes, diversas evidências que, juntas, asseguram consistentes evidências. E, por fim, o historiador precisa buscar na empiria das fontes os dados, tantas vezes singulares a fim de explicar o passado, tal como o clínico médico que busca nos sintomas, manifestos diversas vezes díspares em cada indivíduo, na razão de dar seu veredicto sobre a doença que acomete o sujeito⁸.

Perguntas feitas, arquivos e acervos pesquisados, fontes recortadas e minuciosamente inquiridas. Resta, então, fazê-las falar, outra etapa a seguir pelo artesão cuja peça é o passado que, segundo Marc Bloch, não deixa lugar para a aleatoriedade. Isto, o historiador francês demonstra da seguinte forma: antes de jogar os dados, a probabilidade de que a face mostre o número seis, por exemplo, são várias. Lançados, as apostas são confirmadas, o lado com o número em questão caiu virado para cima- ou não, o fato passado aconteceu- e exclui quaisquer hipóteses que antecedem o ato. Não houve dúvida, não há como sugerir um outro resultado provável. No entanto, a pesquisa histórica vale-se da noção do provável e transporta

⁷ PROST, A. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 212-213.

⁸ GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

o pesquisador “*por um movimento ousado de espírito, para antes desse acontecimento, para ponderar sobre suas chances tal como se apresentavam às vésperas de sua realização*”⁹.

Assim, por maior o desejo e o empenho de minha parte, não resgatei a educação pública, em Ribeirão Preto, na transição dos séculos XIX e XX exatamente tal qual ocorreu. Contudo, por certo reconstruí a função social daquelas escolas e a relação daqueles estabelecimentos com o lugar onde funcionam e o tempo em que foram criadas.

Embora as fontes não sejam fiéis para explicar o acontecido, também não são totais obscurecedoras do real, são, em fato, “espelhos deformantes”- e qualquer deformação é constitutiva se posta sob análise. Todavia, a construção do real por meio destas comunicantes deformadas é consonante com a prova, a evidência e não inflige os princípios de realidade. Desde os tempos de Tucídides, os historiadores preenchem os espaços entre as documentações com conjecturas formuladas com o que parece natural e quase certo ao pesquisador. Para tanto, utilizam-se, como propõe Aristóteles, de entimemas que seriam “[...]algumas formas indispensáveis de raciocínio como a “inferência destinada à melhor explicação” (ou, como se dizia no passado, a inferência do efeito à causa) [...]”¹⁰.

Métodos e regras à parte, ainda que os passos da historiografia sejam controlados pela objetividade e rigor próprios da ciência, a reconstrução da trama de homens e tempos do passado é um convite à criatividade, ao pensamento inventivo. Mais uma vez, retórica e história se aproximam. Constituído de interpretações, o fazer histórico é arte, posto que o historiador é um artesão a tecer uma outra face do real. No entanto, ainda que a dureza científica seja a sombra e, ao mesmo tempo, sua segurança, há algo de literato e artista pulsante na narrativa. Algo de um “*delicado essencial*”, a sensibilidade para reconstruirmos regras ou exceções, homens, idéias ou sociedades, fragmentos históricos num caleidoscópio de explicações.

Vestígios históricos e metodologia expostos, resta-me, finalmente, indicar de modo mais preciso o objeto de pesquisa desta dissertação e o recorte temporal adotado. O motivo de apresentá-los assim, interligados, não é mero acaso. Tais quais as fontes, o elemento a ser pesquisado e o tempo em que está inscrito são também um artefato, ambos são construídos pelo historiador. Ainda, cada objeto na senda de Clio implica uma periodização específica¹¹.

⁹ BLOCH, M. L. B. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 117.

¹⁰ GINZBURG, C. *Relações de força*. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 58.

¹¹ PROST, A. *Doze lições...* Op. Cit., p. 111.

Antes, cabe pontuar que este trabalho não versa, de forma alguma, sobre a história das instituições escolares ou história das idéias pedagógicas. Também, não pretende apreender a apropriação desta cultura escolar transmitida pelas escolas públicas pelos alunos, professores e sociedade- as fontes não permitiram tal empreita. Vez ou outra, apenas deixam entrever algum aspecto dos usos ou desusos dos valores e saberes disseminados nos bancos escolares.

Na presente pesquisa busquei reconstruir a educação pública na cidade de Ribeirão Preto. No entanto, embora carregada de sentidos e desígnios, a educação enquanto intenção de transmitir ao outro determinados conceitos, sentimentos, concepções possui um caráter um tanto fugidio. Assim, necessariamente, sua concretude faz-se por meio de instituições educadoras, formais ou não: escolas, imprensa, religião. Então, decidi investigar o ensino público ribeirãopretano na materialidade dos bancos escolares- toda a documentação pesquisada deveria estar relacionada aos estabelecimentos fundados e/ou mantidos pelo governo estadual e municipal no tempo decorrido entre os anos de 1890 a 1920. Logo, estes escritos abarcam as classes e escolas isoladas subvencionadas pelo município, o “Primeiro Grupo Escolar Dr. Guimarães Junior”, o “Segundo Grupo Escolar” e o “Gymnásio do Estado”.

O recorte temporal assim foi efetuado ao tornar indissociáveis a escola pública e a jovem república. Concordo com outros historiadores da educação que, embora já existissem discussões sobre o ensino gratuito e laico em tempos imperiais, apenas no regime republicano estes discursos e ações foram, em parte, vale ressaltar, concretizados. A escola pública seria o cerne do projeto republicano de inventar um novo país, moderno e civilizado como outras nações da Europa- daí a escolha de 1890 como data inaugural, posto que nesta década o regime republicano era consolidado e a Reforma Benjamin Constant decretada, apresentado como princípios básicos a gratuidade e laicidade do ensino. Segundo Marcos Cezar de Freitas¹²:

A passagem para o regime republicano, quase ao final do século XIX, foi um fator decisivo para que um modelo de escolarização se estabelecesse. Esse modelo que estabilizou entre nós a escola seriada, o grupo Escolar, o ginásio do Estado, o jardim de infância, uma nova Escola Normal, etc., também estabilizou normas, procedimentos usos de materiais específicos, orientações aos professores, regras de higiene, enfim, um conjunto de realizações que facilmente podem ser utilizados como exemplos da chegada de um novo tempo, um novo ciclo histórico, um novo ponto de partida para a história do país¹³.

¹² HILSDORF, M. L. S. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p. 61-62.

¹³ FREITAS, M. C. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: LOPES, E. M. T. eT all. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 165.

Já o ano de 1920 é eletivo de outra década que marca a entrada dos reformadores no cenário educacional. Eles protagonizaram disputas entre grupos que tencionavam alterar “*as formas dentro das formas*”, ou seja, debateram o formato de currículos, prescrições pedagógicas, produção de materiais e tudo o que pudesse dar norma ao trabalho escolar:

A década de 1920 foi palco de inúmeras reformas estaduais liderados por jovens como Sampaio Dória, Manoel B. Lourenço filho, Antônio Carneiro Leão, Anísio Teixeira, Francisco Campos, Mário Casassanta, Fernando de Azevedo, entre outros, os quais, mesmo com identidades políticas e inclinações teóricas diferentes, em muitas ocasiões foram identificados como se fosse homogeneamente defensores dos princípios de “escola nova”, como se o adjetivo “escolanovista” fosse suficiente para indicar as características da ação educacional de todos¹⁴.

Ao estipular um recorte temporal não delimitado por datas estanques que estejam ligadas a fatos políticos, decreto de leis ou a criações de instituições busquei a coerência com algumas concepções historiográficas partilhadas por mim. Nesse sentido, por acreditar que o tempo não é somente linear ou cíclico, mas permeado por várias temporalidades, a inexistência de anos exatos é precisa ao abarcar a educação pública enquanto feitos e não feitos republicanos¹⁵.

Ainda, este caráter transitório e multifacetado coincide, também com os próprios tempos modernos, peculiares ao espaço-tempo desta pesquisa. Modernidade esta que tomamos da acepção de Marshall Berman- um conjunto de experiências:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor- mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. [...] é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e de contradição, de ambigüidade e angústia [...]¹⁶

Neste ambiente repleto de novidades mil, os republicanos desenharam um projeto para um novo Brasil, um outro país que reconhecesse em si um ideal de Nação, território de muitos e diferentes, brasileiros e imigrantes que deveriam trilhar uma só vereda para atingir o progresso e a civilização esperados por estes grupos no poder¹⁷. E, no tocante à esta ânsia civilizatória, torna-se relevante destacar algumas diferenças. Por civilização entendemos que é “*reconhecida como um valor, [...] constitui uma norma político-moral: ela é o critério que*

¹⁴ FREITAS, M. C. *Educação brasileira...* Op. Cit., p. 166.

¹⁵ Cf KOSELLECK, R. *Futuro-passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

¹⁶ BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

¹⁷ : LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

permite julgar e condenar a não civilização, a barbárie”¹⁸. Já processo civilizador é uma transformação paulatina no controle das emoções, gestos e comportamento que está intimamente interligada entre a relação das pessoas que, a partir de uma nova dinâmica social, têm estes laços mais apertados e tornam-se, conseqüentemente, dependentes uma das outras¹⁹.

Assim, pautados em ideais modernos e civilizadores, os republicanos pensaram a educação pública como instrumento para incutir estas idéias na sociedade brasileira e transformá-la numa nação. Mas, idéias são idéias e não são ideais quando aportam na materialidade histórica de um lugar. Para tanto, considero os dizeres de José Murilo de Carvalho precisos neste sentido:

Por último, é preciso mencionar também a movimentação que se deu no mundo das idéias e das mentalidades. A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circularam mais livremente idéias que antes se continham no recatado mundo imperial. Criou-se um ambiente que Evaristo de Moraes chamou com felicidade de porre ideológico, e que poderíamos também chamar, sob a inspiração de Sérgio Porto, de maxixe do republicano doido. [...] misturavam-se, sem muita preocupação lógica ou substantiva, várias vertentes do pensamento europeu. Algumas delas já tinham sido incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo; outras ainda foram somente então incorporadas, como o anarquismo [...]²⁰

Logo, se no âmbito das discussões o regime republicano estaria sob ações pautadas por liberalismo ou positivismo, nos acordos políticos, nas reformas educacionais, na criação de leis fez-se presente -fosse na República, fosse no sistema nacional de ensino que nunca foi- a indistinção entre público e privado que tornou a organização política e a democracia no Brasil, se não impossíveis, dificilmente concretizadas. A este respeito, elenco as proposições de Evaldo de Mello Doin ao denominar *capitalismo bucaneiro* enquanto experiência brasileira e ambígua, na qual os alicerces do Estado e do mercado capitalista foram erigidos de forma inacabada e inarticulada por serem constituídos no limite tênue entre civilização e barbárie, público e privado²¹. Peculiaridade da sociedade brasileira também descrita por Novais e Cardoso de Mello:

A penetração dos valores capitalistas não parece, portanto, ter encontrado obstáculos difíceis de serem transpostos. O que Gilberto Freyre chamou de “privatismo patriarcalista” se prolonga no familismo moderno, igualmente privatista. A casa continua a ser o centro da existência social. Apenas a vida em família não é mais

¹⁸ STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras: 2001, p. 50.

¹⁹ Cf ELIAS, N. *O processo civilizador*- Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

²⁰ CARVALHO, J. M. *Os bestializados*: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 24.

²¹ DOIN, J.E.M.; PAZIANI, R.R. Sob o manto do capitalismo bucaneiro. *História Revista*, Goiânia, v.12, n.2, p.209-240, jul./dez.2007.

governada pelo passado, pela tradição, senão que pelo futuro, pela aspiração à ascensão individual, traduzida antes de tudo pela corrida ao consumo. O valor do ócio, que marcou tão profundamente nossa formação cultural, se transfigura na idéia tão contemporânea do trabalho: é mais limpa ou mais suja, mais leve ou mais pesada, mais rotineira ou mais criativa, mais subalterna ou mais de direção. O valor da hierarquia- que, entre nós, se assentou basicamente na riqueza e na renda, pois nunca tivemos uma autêntica aristocracia, e sim um senhorio que vivia da produção mercantil- reaparece no valor da concorrência, que selecionaria “superiores” e “inferiores” de acordo com seus méritos e dons. [...] Quanto à educação, ela, aqui, não foi sempre encarada como um meio de ascensão social? A visão patrimonialista do Estado- que, entre nós, nunca foi penetrada pelos valores aristocráticos ou pelo da honra estamental do funcionário- se desdobra na idéia do Estado como uma realidade externa, como um bom financiamento, uma tarifa proibitiva e eterna, o imposto baixo, um excelente emprego público, os direitos trabalhistas, a rua asfaltada, a água e o esgoto, a iluminação, a dentadura ou a cadeira de rodas em troca de um voto [...]”²².

A citação é longa, mas necessária. Esta herança cultural, raízes brasileiras, será o fio condutor utilizado para entendimento da educação pública, em fins do século XIX e início do XX. Nestes elementos residirão a explicação para as cercas incertas das subvenções escolares e as alianças entre estado e município, na distinção entre ensino primário e secundário, na existência de instrução para lá de rudimentar entre as primeiras letras ministrada nas escolas isoladas e, sobretudo, nas reformas que tentaram modificar o mambembe sistema educacional republicano que, em categorias próprias da historiografia da educação, são denominadas “centralização” e “descentralização”²³.

Enfim, de projeto a dissertação, no primeiro capítulo, descrevo aos leitores a cidade de Ribeirão Preto. No tópico inicial, enfatizo aspectos políticos e localizo essa urbe em contexto histórico para além dos limites municipais, já que inevitável para construção desta trama, teço fios de História nacional e mundial, posto tocar em temas como regime republicano, capitalismo, imigração, produção cafeeira, modernidade, processos civilizadores. Tal qual Sherlock Holmes, consciente de seu olhar perscrutador, até antropológico, poderia apenas dizer: “Uma ilha não é uma ilha, meu caro leitor”, mas vale ressaltar, tais tópicos tornam-se imprescindíveis para o entendimento dos macadames, cafezais e bancos escolares do *Le Pays Du Café*. Em segundo momento, trago traços sociais e culturais dos viventes daquela terra e

²² MELLO, J.M. C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociedade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (org). História da vida privada no Brasil; contrastes da intimidade contemporânea. V.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 605-606.

²³ Cf. DEREMEVAL, S. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.; NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

reconstruo parte de um cotidiano vivenciado entre ideais, acordos políticos, novos tempos e descobertas, gostos e juízos ora modernos, frementes, ora antigos, permanentes.

Uma vez montado o cenário histórico, localidade e temporalidades pertinentes a estes escritos, no segundo capítulo, apresento as escolas públicas custeadas pela municipalidade-não estabelecimentos municipais, pois as subvenções para manutenção provinham tanto de iniciativa pública quanto privada, maxixe doido de poderes que encontrava sentido nas (i)razões republicanas. Logo, no intuito de compreender este inicial sistema educacional, há a necessidade de entendimento destas classes ribeirãopretanas enquanto signo e significado da modernização brasileira, urbanização e ruralidade do período, bem como constituintes e consonantes aos propósitos próprios da educação primária que pretendia normatizar gostos, sentimentos, valores e conhecimentos (rudimentares) de pequenos brasileiros, contribuintes considerados indispensáveis para o grande propósito nacional: tal como moderna locomotiva, fazer partir o Brasil, sem mais delongas, nos trilhos da época, rumo ao progresso.

Neste trecho da dissertação, graças ao cruzamento de informações extraídas de diversas fontes, pude trazer a lume os estabelecimentos em que eram ministradas as primeiras letras e identificar os tipos de subvenção (municipal e/ou particular e estadual) que garantiram o funcionamento destas escolas. Ainda, foi possível vislumbrar pouco do dia-a-dia escolar no condizente a calendário letivo, festas e desenhar o perfil dos educandos segundo dados de faixa etária, nacionalidade e profissão dos pais.

Já no terceiro- e último capítulo- tratei sobre o Primeiro e Segundo Grupo Escolar e o Ginásio Estadual, instituições de ensino públicas estaduais. Nesta parte do trabalho, embora as fontes encontradas não permitiram a reconstrução precisa do perfil dos alunos, foi possível abordar temas da história da educação como diferenças entre o ensino primário e secundário, questões pertencentes à discussão bibliográfica no tocante a grupos escolares e ginásios, programas escolares e legislação. Segui no jogo de escalas proposto até então: num entremeio de fontes de escolas locais e repertório da produção em História, descrevi, respeitando limites epistemológicos do *saber-fazer* histórico, a função social destas instituições e consonâncias e dissonâncias entre as carteiras escolares ribeirãopretanas e escolas republicanas brasileiras.

Finalmente, no tocante à estrutura da narrativa, busquei compor acontecimentos e estruturas num texto coerente e encadeado. Por preocupar-me com a inteligibilidade do texto, dispus os capítulos numa ordem que acreditei didática, como roteirista que dispõe personagens vez a vez, até que toda trama esteja pronta- o que dirige-me a outra escolha: o modo de citação. Respeitando as normas técnicas para a feitura de um trabalho acadêmico, optei pelas notas de rodapé em detrimento do modelo americano em que autores e suas obras

são indicados no final da frase, entre parênteses, tornando, assim, fluídas as leituras e a narrativa. Mas bastam os prenúncios, ou evocando Guimarães Rosa, “*Se quer seguir-me, narro-lhe*”.

CAPÍTULO I

Ribeirão Preto: *Petit Paris* à brasileira

*Vim cantar sobre essa terra
Antes de mais nada aviso
Trago facão, paixão crua
E bons rocks no arquivo
Tem gente que pira e berra
Eu já canto pio e silvo
Se fosse minha essa rua
O pé de ipê estava vivo*

(Itamar Assumpção)

1.1 - Raízes de Ribeirão Preto: posseiros e arrivistas ou a política nas terras do café

“[...] O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinho de metal...”. As impressões do cangaceiro Riobaldo sobre as veredas de Minas Gerais bem poderiam ser fixadas em plagas ribeirãopretanas (aliás, como dissertaremos adiante, foram ocupadas por mineiros), para reconstrução do quadro político da cidade de Ribeirão Preto, desde o início da povoação até as primeiras décadas do século XX, tempos em que o município já era proclamado, a quantos cantos pudesse alcançar, como *Le Pays Du Café*²⁴.

Em tempos distantes, no século XVIII, a economia aurífera desenvolvida nas Minas Gerais mobilizava toda a América portuguesa ao fazer emergir, de modo descontínuo, vale ressaltar, a mais longa rede de comunicações terrestre e fluviais do continente americano, a fim de abastecer a região de variados bens- desde artigos europeus a escravos. Esta necessidade de abastecimento da população (uma vez que as terras mineiras, principalmente as centrais, eram impróprias para função agrária, dada a pobreza do solo e relevo bastante acidentado) permitiu a existência de atividades econômicas, sobretudo a agricultura e a pecuária, num raio geográfico que atingiu não somente o sul mineiro, mas também São Paulo que, mesmo após o esgotamento das minas de ouro, perduraram e contribuíram significativamente para a permanência de um mercado interno relativamente próspero²⁵.

Já no século XIX, mais precisamente após 1850, momento em que, paulatinamente, a região delineada pelo Oeste Paulista despontava como grande produtora de café por conta do

²⁴ ROSA, J. G. *Grande sertão*: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p.19. Utilizamos o substantivo sertão imbuído do sentido construído durante o século XIX que, de modo geral, indicava terra sem fé, lei ou rei, mas, para a analogia que pretendemos construir de terras tomadas por arrivistas, em contexto de *capitalismo bucaneiro* e tempos em que arcaico e moderno misturavam-se, melhor seria o conceito advindo do latim clássico de sertão: trançado, entrelaçado, embrulhado, desertum, desertor, aquele que sai da fileira e da ordem. Ver: AMADO, J. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, n°15, 1995, p. 146-148.; BOTELHO JR., M. *Brazil Magazine*: Revista Ilustrada d'Arte e Actualidades. [S. l. n.], 1911. (APHRP). Esta denominação foi veiculada na revista Brazil Magazine, publicação destinada à divulgação do Brasil, em nível internacional. Em 1911, foi composto e impresso nas “*officinas graphics de luxo de Cubbac e Chaponet em Paris*” um número especial sobre Ribeirão Preto. Os artigos foram dispostos em colunas, uma composta pelo texto em português, outra em francês, além de outra parte em italiano e inglês. A tiragem atingia doze mil exemplares a serem distribuídos na Exposição Universal de Turim. Não foi possível precisar a data em que ocorreu tal exposição, porém em junho de 1912, era noticiado nas páginas do periódico da cidade o recebimento da revista que “[...] prestara por certo inestimável serviço a nossa terra, pois seu diretor não poupou esforços para demonstrar a bela Europa a grandiosidade de Ribeirão Preto [...]”. O autor da nota também complementa que a edição apresenta 200 páginas impressas em fino papel couche e, em ocasião da feira universal, foram distribuídos 6000 exemplares. SOBRE a mesa. *A Cidade. Ribeirão Preto*, 8 jun. 1912. (BN).

²⁵ ALENCASTRO, L. F. Vida privada e ordem privada no Império. In: _____ (org.). *História da vida privada no Brasil*. v.2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 14.; PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 64-65.

solo favorável, tal cultura tornou-se atividade econômica principal do país e esta produção situou o Brasil como principal exportador do produto no mercado mundial. Nessa região que abrangia parte do nordeste paulista e o sul de Minas Gerais, não somente a qualidade do terreno contribuiu para que aquelas terras despontassem, entre outros territórios, como consideráveis produtoras dos valiosos grãos, mas, também, pela denominada, em época, “*progressividade dos fazendeiros*”, expressão que compreendia um movimento empresarial capitalista que encerrava novas formas de uso e ocupação da terra, investimento produtivo dos lucros, modernização das técnicas de produção, iniciativa privada independente, ativismo contínuo, propagandismo de ideologia republicana, atenção ao desenvolvimento urbano, aceitação do movimento abolicionista e incentivo à contratação de mão-de-obra imigrante²⁶.

Era iniciada a corrida desta espécie de ouro verde. O café, então, trazia a mineirada novamente a terras paulistas. Já conhecedores do Caminho dos Goias, percurso aberto por bandeirantes no século XVIII e que atravessava os atuais municípios de Mojiguaçu, Casa Branca, Tambaú, Cajuru, Altinópolis, Batatais, Patrocínio Paulista, Franca, Ituverava e Araraquara até o Rio Grande, desta vez os mineiros viriam para fincar raízes, imbuídos da esperança de enriquecimento²⁷.

26 É importante dizer que no ano de 1850 foi aprovada a Lei de Terras, legislação que visava organizar as doações de terras feitas desde os tempos coloniais, regularizar áreas ocupadas após a emancipação política brasileira e incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil. Ao mesmo tempo, a lei dificultava o acesso à terra pelas camadas mais pobres e imigrantes, que, logo seguiam para as fazendas de café, pois os terrenos deveriam ser comprados- não possibilitando a ocupação de terrenos pelos posseiros que, após aquela data tornaram-se agregados e contingente do fazendeiro dono do solo. A Lei de Terras compôs as modificações feitas nas relações do poder estatal para que estivesse em conformidade com as necessidades de reprodução de um capitalismo agrário em expansão na sociedade brasileira e que atendia aos ideais de progresso, civilização e trabalho defendidos pelo PRP- Partido Republicano Paulista que, em 1870 tem inaugurada sua influência com o Manifesto Republicano. Cf. SALLES, I. G. *Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a Política de mão-de-obra*. São Paulo: Hucitec, 1986. Sobre a Lei de Terras e a introdução de mão-de-obra imigrante também podemos eleger a obra de José de Souza Martins que propõe a referida legislação como extensão do cativeiro do trabalho. Até 1850 as terras eram de livre ocupação pelos homens livres, porém, em decorrência da proibição do tráfico negreiro e as pressões para que os escravos fossem libertos, o regime de propriedade de terras foi instaurado em lugar das sesmarias, o que constituiu um estratagema para obrigar o trabalhador livre a trabalhar em terra alheia, tal como escravo, porém em troca de salário. Cf. MARTINS, J. S. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010; LAPA, J. R. do A. *A economia cafeeira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993, p. 11-55.

27 LAGES, J. A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro-o povoamento da região pelos entrantes mineiros da primeira metade do século XIX*. Ribeirão Preto: VGA Editora e gráfica, 1996, p. 21-23.; PRADO JUNIOR, C. *Formação...* Op. Cit., p.78.

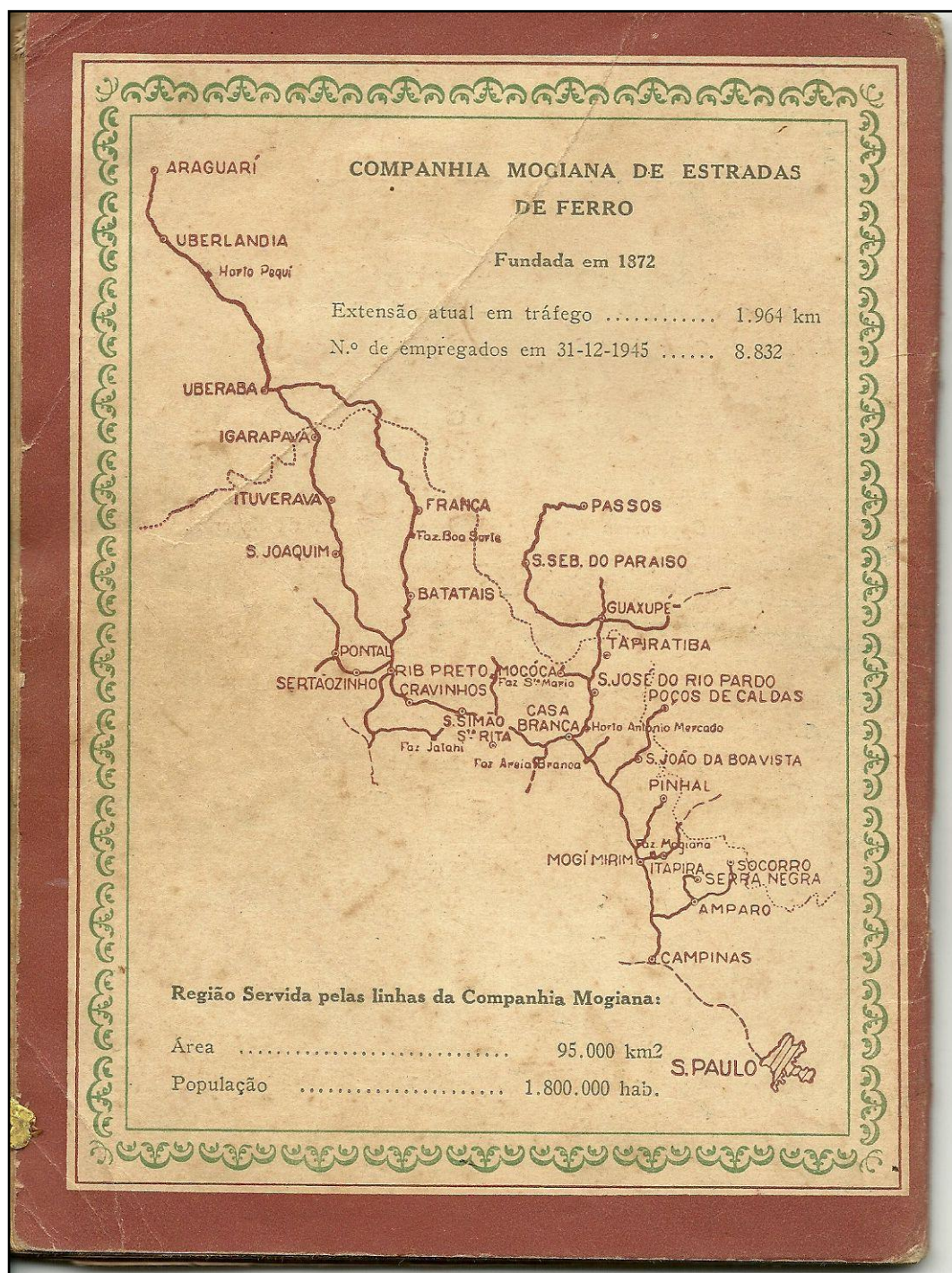


Imagem 1- Trajeto dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana. Disponível em http://blogdogiesbrecht.blogspot.com/2011_08_01_archive.html. Acesso em 14 dez. 2011.

O início da povoação do arraial que posteriormente seria a freguesia e, então, vila de Ribeirão Preto foi marcado por brigas entre famílias, desavenças entre conhecidos pela posse de terras, falsificação de documentos e inventários ou mesmo o matrimônio entre neto e avó,

no intuito de preservar as rendas familiares- mas abençoados pelo Padre Rosa, em nome da Santa Igreja. Quizilas também presentes no nascimento de outras localidades paulistas²⁸.

Em 1845, algumas pessoas iniciaram a doação de terras para a formação do patrimônio de uma capela, sob invocação do mártir católico São Sebastião. Embora historiadores locais afirmem que esta atitude tenha decorrido graças ao louvável espírito religioso da população local que desejava a presença de um sacerdote em seu seio, em verdade, também pesava a necessidade destes posseiros mineiros em elevarem-se à condição de cidadãos em um contexto de mercantilização da propriedade da terra²⁹.

Doações foram feitas durante arrastados dez anos. Ainda que atendessem às exigências da Igreja relativas ao valor mínimo da propriedade, várias doações foram recusadas. São Sebastião não era um santo exigente. O problema residia na (i)legalidade da posse daquelas terras, dúvidas acerca de cercas e donos. A aprovação eclesiástica aconteceu, finalmente, em 16 de junho de 1856, acertados interesses religiosos e as vantagens do reconhecimento pela Igreja oficial e Estado, garantia de sacramentos e registros oficiais³⁰.

Em 1873, as atividades econômicas da vila de Ribeirão Preto eram variadas: pecuária, agricultura e serviços domésticos que demonstram uma incipiente urbanização. Entre as décadas de 1870 e 1880, os cafezais daquelas bandas são integrados à “*frente pioneira*” da expansão da cafeicultura. Isto, por atender a exigências de solo composto por terra roxa e a localização em terreno apropriado. Além disso, com a contínua criação de diversas plantações para que a produção de café não esmaecesse após algumas décadas³¹, os trilhos da estrada de ferro Mojiana, em 1883, trouxeram a satisfação dos interesses pessoais daqueles abastados fazendeiros que ali já estavam, no sentido de transportar e escoar as sacas da rubiácea e o aumento de mercado de consumo e trabalho que desenvolveu e acelerou as transformações urbanas³².

28 LAGES, J. A. *Ribeirão Preto...* Op. Cit., p. 173-203.

29 Idem, p. 236-237.

30 Ainda hoje, a data de fundação de Ribeirão Preto é uma incógnita para a escrita da história da cidade. Na década de 50, houve uma pendenga entre o historiador Osmani Emboaba da Costa e Plínio Travasso dos Santos, em que digladiavam pela datação exata de formação do patrimônio. Emboaba defendia o ano de 1856, enquanto Plínio defendia o marco de 1853, ambos legitimavam suas pesquisas ao elencar vários documentos históricos que faziam referência ao fato. O vencedor da disputa foi Emboaba, ou, como prefere Ricardo Bastos, venceu o discurso científico, posto que as interpretações deste foram apoiadas por professores da USP. Partindo de nossa concepção de historiografia, a importância desta discussão reside na demonstração de disputas de poder em solo ribeirãopretano, travestidas de ciência ou amor pelo município, bem como a dificuldade de localizar documentos que deveriam ser de posse pública. Ver: BASTOS, R. *História da história da Fundação de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa, 2005.; LAGES, J. A. *Ribeirão Preto...* Op. Cit., p. 236-248.

31 Idem, p. 277.; LOVE, J. A. *locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira-1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.20.

32 PAZIANI, R. R. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1883-1930)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004, p. 21-22.

Diante do cenário urbano que se modelava por condições adversas, o poder público e suas ações e intenções sobre o ambiente citadino e os discursos de propagandas, almanaques e revistas construiriam uma imagem de Ribeirão Preto (de igual modo a outros núcleos populacionais que urbanizavam-se, vale lembrar), atrelada ao progresso, à riqueza, a inúmeras perspectivas de modernização. Alquimia discursiva, mágica transformadora da poeira fina que tudo impregnava em ouro³³.

1889. A República e suas promessas... Conforme os discursos dos republicanos acerca do regime monárquico, todos os males brasileiros seriam sanados pela democracia e o federalismo que trariam ao povo a iniciativa individual que faria milagres; a descentralização do poder manteria a unidade e soberania nacional, e, ainda, cessaria de uma vez por todas a anarquia armada e indisciplinada causada pela monarquia.³⁴

Sobre as razões da instauração do novo regime, dentre as justificativas outrora elaboradas pela produção bibliográfica a respeito do assunto, por certo não houve tanta influência da abolição dos escravos, já que a Lei Áurea era efeito e não causa de uma nova faceta capitalista que implicava a mão-de-obra antes assalariada que livre. Também, as intervenções do imperador nas decisões da Igreja não configuraram tamanho influxo, posto que teorias ortodoxas nunca pareceram existir, ou mesmo, configurar algum conflito, na convivência entre católicos e maçons. Ainda, embora os militares tenham sido os portadores das espadas durante o golpe, dedicar ao exército o sucesso da instauração da república, seria esquecer que entre os próprios militares existiam discordâncias e, aqueles que apoiaram os republicanos eram oriundos de grupos que representariam os interesses de grandes proprietários e capitalistas. Interesses das elites regionais, sim, seriam as causas plausíveis para que a República fosse uma mudança considerada necessária³⁵.

Ribeirão Preto, elevada a categoria de cidade neste mesmo ano, contava com aproximadamente 50.000 habitantes em porção composta por brasileiros e imigrantes de várias nacionalidades- portugueses, espanhóis, austríacos e alemães, mas, sobretudo, formada por italianos. A produção de café estava aquecida tanto quanto os vapores do trem, a urbanização e a modernização iniciavam seus primeiros passos largos e desordenados. Por certo, a crescente urbe abrigava vários simpatizantes da república, uma vez que as idéias defendidas pelos republicanos beneficiariam o enriquecimento local. Pedro Miranda,

³³ FARIA, R. S. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003, p. 75-76.

³⁴ CASALECCHI, J. E. *A proclamação da república*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989, p. 37-38.

³⁵ COSTA, E. V. *Da monarquia à República*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.; CASALECCHI, J. E. *A Proclamação...* Op. Cit., p.96.

historiador da cidade, elenca vários republicanos, dentre eles doutores, tenentes, professores. O entusiasta mais interessante parece ser o coronel João Franco:

Franca foi a colaboração do Coronel João Franco de Moraes Octávio, monarquista convertido para o republicanismo, por uma recusa silenciosa de D. Pedro II, em não lhe conceder o título de Barão do Retiro ou alguma coisa que valha, devido ser escravocrata³⁶

Embora Miranda tenha utilizado o adjetivo “convertido” para relatar a mudança de opinião do coronel, o que denota uma postura quase religiosa, fervorosa frente as suas convicções políticas, podemos perceber que a relação mantida com um sistema de regras e ideais que serviriam para reger a coisa pública era notadamente pessoal, cambiante ao bel prazer do que seria mais vantajoso ao indivíduo. Infelizmente, tal (in) consciência política foi episódio corriqueiro no Brasil em que repentinos republicanos reinventaram regras, noções e valores para auto inserção conveniente no novo sistema, por meio de ações governamentais que flutuavam entre heterodoxos peculiares à república e autoritarismos semelhantes à saudosa monarquia, ou pelo fato da estabilização do país ter sido comandada por uma elite oriunda dos quadros monárquicos³⁷.

Curiosa também é a suposta existência de um republicano escravocrata- mas não impossível. Em solos brasís, devido à peculiaridade histórica, a coexistência de idéias liberais e conservadoras, trabalho livre e escravidão, encontraram terreno fértil. Neste contexto em que como método “*atribui-se independência à dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio [...]*”, a República foi igualmente decretada no interior³⁸:

De Campinas foram enviados telegramas para os “homens chaves” desta Ribeirão Preto. No dia seguinte, ou seja, no sábado, dia 16 de novembro de 1889, pelas 14 horas e trinta minutos, foi “proclamada” (entenda-se “aclamada”) a república, em Ribeirão Preto. Tomou a palavra o Dr. Herculano de Freitas, declarando que, através de uma “revolução popular” (!!!) apoiada pelo Exército e pela Marinha brasileira, fora proclamada a República [...]

E solicitou, em nome do Povo, que a Câmara aderisse ao novo Regime Republicano. Ao som de muitos hinos patrióticos (!!!) entre os quais a Marselhesa...o povo se dispersou pelas ruas³⁹.

³⁶ MIRANDA, P. V. [Manuscritos]. (APHRP)

³⁷ FREYRE, G. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962, p.7-8.; SEVCENKO, N. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____ (org). *História da vida privada no Brasil*: v.3. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 34.

³⁸ SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 2000, p. 26.

³⁹ MIRANDA, P. V. [Manuscritos]. (APHR).

Aparentemente, Ribeirão Preto desenvolvia um trejeito digno de outras cidades brasileiras: o acato pacífico das elites à Jovem República sem que a população pudesse ou quisesse participar das decisões ou manifestações populares repudiando ou apoiando o “novo” governo⁴⁰. Se houve expressão dos cidadãos, a inexistência de fontes a respeito não permite verificação. Seja como for, tal qual experiência nacional, Ribeirão Preto também experimentaria a trapaça na política e no cotidiano, já que “*o povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. [...] a política era o tribofe*”⁴¹.

O poder estadual bem conhecia os “*homens-chave*” do interior com ares de capital. Homens estes que seriam aqueles já acostumados e responsáveis pelo mando da cidade e que anunciariam a República como “*aclamação*”, termo que remete ao ato ou efeito de manifestar, reconhecer, decorrência de uma considerada revolução. E como se não bastasse popular- por ser invocada em nome e vontade do povo. Também, a “*revolução*” fora entoada em hinos patrióticos- o que equivaleria a músicas solenes e o cântico revolucionário francês (os republicanos ainda não haviam pensado em um hino republicano) como símbolo daquela nova pátria⁴².

Podemos também entender o uso da expressão “*homens-chave*” ao conjecturar suas identidades. Era prática corrente a atribuição de características como bravura, arrojo, progresso a alguns sujeitos ditos especiais e responsáveis pelas benesses da sociedade, que, em geral, eram homens ligados ou afeitos à elite política estadual na construção de um imaginário de homens bandeirantes, ilusão esta, por sua vez, construída por meio da consagração de grandes personagens da região, nos mais diversos espaços, mas sempre relatando trajetórias incomuns⁴³.

Ainda em relação ao hino, poderíamos elencar várias explicações para a marselhesa executada em trompetes caipiras, além da mais óbvia que consiste na comemoração tal qual no Rio de Janeiro: as “*idéias fora de lugar*”, ou seja, a influência do discurso liberal na construção do ideal republicano entre grupos acostumados e afeitos a posições políticas conservadoras. No entanto, talvez melhor adequada seja a célebre frase de Holanda: “*somos*

⁴⁰ CASALECCHI, E. *A Proclamação...* Op. Cit., p. 94-96.

⁴¹ CARVALHO, J. M. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 160.

⁴² CARVALHO, J. M. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 122-128.

⁴³ Ver respectivamente: ABUD, K. A idéia de São Paulo como formador do Brasil. In: FERREIRA, A. C. et al. (orgs). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 71; FERREIRA, A. C. Vida (e morte?) da epopéia paulista. In: FERREIRA, A. C. et al. (orgs). Op. Cit., p. 99.

uns desterrados em nossa terra”. Contudo, apesar da ordem, a qual a citação indica, alguns tropeços atingiram a vida social⁴⁴:

A crise cafeeira de 1889 tinha arruinado grande número de fazendeiros. E não houve “moratórias” e nem “reajustamentos”, e as fazendas continuaram a produzir e a aumentar... Os fazendeiros civilizados que foram na onda da quebraadeira, na grande maioria, por irrizão das cousas, passaram a “luxar”, a andar melhor vestidos do que no tempo das “vacas gordas”. É que, faltos de recursos para o alfaiate, tiraram do fundo dos “bahús” os fraques e “sobre-casacas” dos dias festivos⁴⁵.

As privações de alfaiataria não impediam o perene degustar do exercício do *mandonismo*. Vestir-se bem, travestir-se de cortes impecáveis, além de constituir um elemento de distinção social por conta do poderio econômico, significava traçar uma auto-imagem respeitável, e, essencialmente, ligada a capacidade de dirigir, à autoridade incontestável⁴⁶.

Ainda, o relato de Plínio Travasso dos Santos é revelador de um flagrante da ascensão de uma nova camada de arrivistas enriquecidos nos primeiros anos do regime republicano. Ao passo que o memorialista indica uma suposta crise em 1889, também aponta para a prosperidade das fazendas (que, posteriormente, contariam com apoio do governo para garantia da produção cafeeira). Entendemos que nem todos os cafeicultores modernizaram a maquinaria nem substituíram o trabalho escravo por mão-de-obra imigrante, ou produtores menores não puderam competir com os novatos barões do café. Em 1887, vésperas da

44 HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31.

45 SANTOS, P. T. *Horas de lazer*, [s/d], p. 85-86. (APJEB). Este documento é constituído por 156 folhas datilografadas e, segundo, Eduardo Bruno, nunca foram publicadas. Encontramos artigos intitulados “*Horas de lazer*, [s/d]”, de autoria de Plínio Travasso dos Santos, editados no jornal *Diário da Manhã*, no catálogo do Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto, mas, como todos os periódicos guardados no acervo, que poderiam ser utilizados para esta pesquisa, dada a temporalidade em que foram veiculados, não estão disponíveis para consulta. A escrita destas memórias, provavelmente, data o ano de 1936, se nos fiarmos na seguinte passagem, inscrita na página inicial da brochura: “*Horas de lazer*, [s/d]” - *apesar de não ser original, penso que o nome calha neste livro, começado na casa de Joaquim Barreto Costa, à Alameda Franca, 147, em São Paulo, em janeiro de 1936 [...] e terminado, nas horas vagas de trabalho, em Ribeirão Preto, no dia 3 de setembro de 1936*”.

46 *Mandonismo* é uma característica da política brasileira que advém desde os tempos do Brasil Colônia e persiste nos dias atuais. Situação decorrente do controle do mandão, do chefe, do coronel, do indivíduo “em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”. Já *coronelismo* trata-se: “o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930”. In: CARVALHO, J. M. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual*. IUPERJ- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. V.40. n.2. Rio de Janeiro, 1997.

abolição, um relatório do presidente da província, na contra-mão das transformações políticas, econômicas e sociais que então ocorriam, existe a menção ao crescimento do número de escravos em 60,9% em comparação aos 14 anos anteriores, número este compreensível já que os imigrantes chegaram apenas em 1887, após a chegada da Mogiana e alguns grandes plantadores da rubiácea⁴⁷.

Porventura seja este o acontecido. Embora haja uma lacuna sobre a permanência dos mineiros na linha de frente da política ribeirãopretana, ao que parece, o chão de Ribeirão Preto era tomado por uma nova sorte de arrivistas que, ao encontrarem o solo bem apossado, trataram de adquirir as terras que puderam e agarrar as rédeas do mando da cidade. Sob o manto de um capitalismo bucaneiro, puderam enricar e gerir verbas e assuntos públicos sob a égide da vantagem de poucos e o descaso com muitos⁴⁸.

Ribeirão Preto, como o leitor perceberá no desenrolar destes escritos, transformar-se-ia em capital do café, deixaria as portas escancaradas para novidades de toda estirpe, louvaria a civilização, o progresso, as idéias republicanas. Entretanto, repousava consideravelmente sobre a sociedade a arte do *mise-en-scène*:

Como de praxe, de vez em quando o governo fazia um punhado de “officiaes” da Guarda Nacional, arma valorosa da política da roça. Os candidatos eram muitos. O coronel Joaquim Alves era do mais interessado pelas nomeações dos candidatos locais. O Ildefonso tinha um irmão, o Zequinha “caixeiro” da “Casa Freitas”. Ambos eram candidatos ao officialto [...] ⁴⁹

As elites daquelas terras interioranas reinventavam os emblemas do arcaico- títulos de coronéis, majores e capitães- ao mesmo tempo em que se travestiam de personagens

⁴⁷ SEVCENKO, N. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____ (org). *História da vida privada no Brasil*: v.3. Republica: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p. 15.; LAGES, J. A. *Ribeirão Preto...* Op. Cit., p. 271.

⁴⁸ Nesse período, houve uma imensa concentração de terras devido a compra de inúmeras glebas de antigos donos pelos “capitalistas” que em Ribeirão chegavam ávidos pela plantação de café. Ainda, durante a primeira república, uma minoria das pessoas “eleitas” nascera em Ribeirão Preto (20%) ou no estado de São Paulo (31,9%). A maioria era proveniente do interior de outros estados (52,2%), sendo que destes boa parte proviera do Rio de Janeiro (30,4%). Dentre os vereadores, no período de 1910 a 1916, 60% eram fazendeiros, 20% eram fazendeiros e possuíam outra ocupação, 10% eram empregadores ou gerentes na Indústria e 10% advogados. Ver, respectivamente: LAGES, J. A. *Ribeirão Preto...* Op. Cit., p.278; WALKER, T. *Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000, p. 121-130.; A expressão bucaneiro “atende à necessidade da utilização de um vocábulo que sintetize a vacuidade de comportamento ético e racional no processo de acumulação capitalista [...]”. Nesse sentido, não nos interessam, assim como para os filólogos, as nuances que diferenciam bucaneiros de corsários, de piratas ou de flibusteiros, todos com o mesmo sentido semântico. O que aproxima a bucaneria das formas pelas quais houve a inserção e o enraizamento do capitalismo na América Lusa é a ausência de éticas e de limites, sejam morais, sejam institucionais. O que define o capitalismo bucaneiro, é esta sua historicidade, é que ela nutre-se, em sua gênese, de uma mundanidade onde o negócio é sua norma, onde o ganho e a vantagem é seu único limite moral. In: DOIN, J.E.M.; PAZIANI, R.R. Sob o manto do capitalismo bucaneiro. *História Revista*, Goiânia, v.12, n.2, p.209-240, jul./dez.2007, p. 211.

⁴⁹ SANTOS, P. T. *Horas de lazer, [s/d]*, p. 92. (APJEB)

beneméritos, sensíveis, condizentes com a figura do empreendedor moderno- eram chefes e cosmopolitas em um só corpo. Reinvenção esta reproduzida igualmente por aqueles que não faziam parte de um grupo dominante, mas que, devido à reprodução das formas de exclusão, enxergavam nestas manobras, maneira de ascender socialmente como podemos depreender se atentarmos à atividade do Zequinha, caixeiro de casa comercial que, possivelmente, conhecia diversas pessoas e assim, poderia encontrar lugar nessa rede de influências⁵⁰.

Desta maneira, diversos foram os atores que decidiram acerca da coisa pública de Ribeirão Preto. Vários eram os cargos eletivos- juiz de paz, vereadores, funcionários públicos, bacharéis, mas que deveriam coincidir seus interesses com o chefe político, persona pública que poderia existir independente da vontade popular, expressa por meio de votos. No decorrer dos anos da primeira república, dois coronéis disputaram este poder de mando: Francisco Schmidt e Joaquim “Quinzinho” da Cunha Junqueira. Suas rixas são percebidas nas críticas feitas a um e outro nas páginas do *Jornal A Cidade*, liderado por Schmidt e *Diário da Manhã*, influenciado por Quinzinho. No entanto, a depreciação de um ou outro cessava caso as ações políticas beneficiassem a economia cafeeira ou contribuísse para modernização e urbanização da urbe⁵¹.

⁵⁰ PAZIANI, R. R. *Sob o manto do capitalismo bucaneiro...* Op. Cit., p.72.; Jacques Le Goff aponta que embora o moderno seja a imposição do novo na criação estética, na mentalidade e nos costumes, moderno também diz respeito a elementos antigos, pois ao mesmo tempo em que renega o arcaico deixa-se obcecar mesmo, e, assim, conseguir refúgio na História. É, no final das contas, “uma leitura não revolucionária da história, talvez por estar impregnada de vida cultural e cotidiana constituem também e paradoxalmente um instrumento de adiamento, de mudança e de integração”. Já modernismo é “o campo de ação do moderno, opondo-se mais do que a antigo, a tradicional e num sentido mais preciso em termos religiosos, mas, acima de tudo, porque se presta a uma gama de combinações e de variantes”. Cf. LE GOFF, J. *Antigo/ Moderno. Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984.

⁵¹ Entendemos o conceito de coronelismo segundo os dizeres de Leal: “[...] resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”. LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 20.; WALKER, T. *Dos coronéis à metrópole...* Op. Cit., p. 61-62.; Ribeirão Preto abrigou vários periódicos que, para funcionarem, não poderiam desagradar nem os chefes políticos, tampouco a boa sociedade. “Em 1903, Antônio Guimarães, jornalista responsável pelo jornal *O sorriso* foi assassinado e seu jornal fechado pouco tempo depois. No ano seguinte, João de Moura, fundador do periódico *O Ribeirão Preto* foi morto a pauladas por “desagradar os poderosos da cidade”. [...] Em 1915, surgiu *O Urucubaca* que em seu primeiro número já sofreu queixas por ter “ofendido pessoas e diversas moças de boa família [...]”. In: TUON, L. *O cotidiano cultural em Ribeirão Preto (1880-1920)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual Paulista. Franca. 2004, p. 100-102. PAZIANI, R. R. *Sob o manto do capitalismo bucaneiro...* Op. Cit., p. 83.

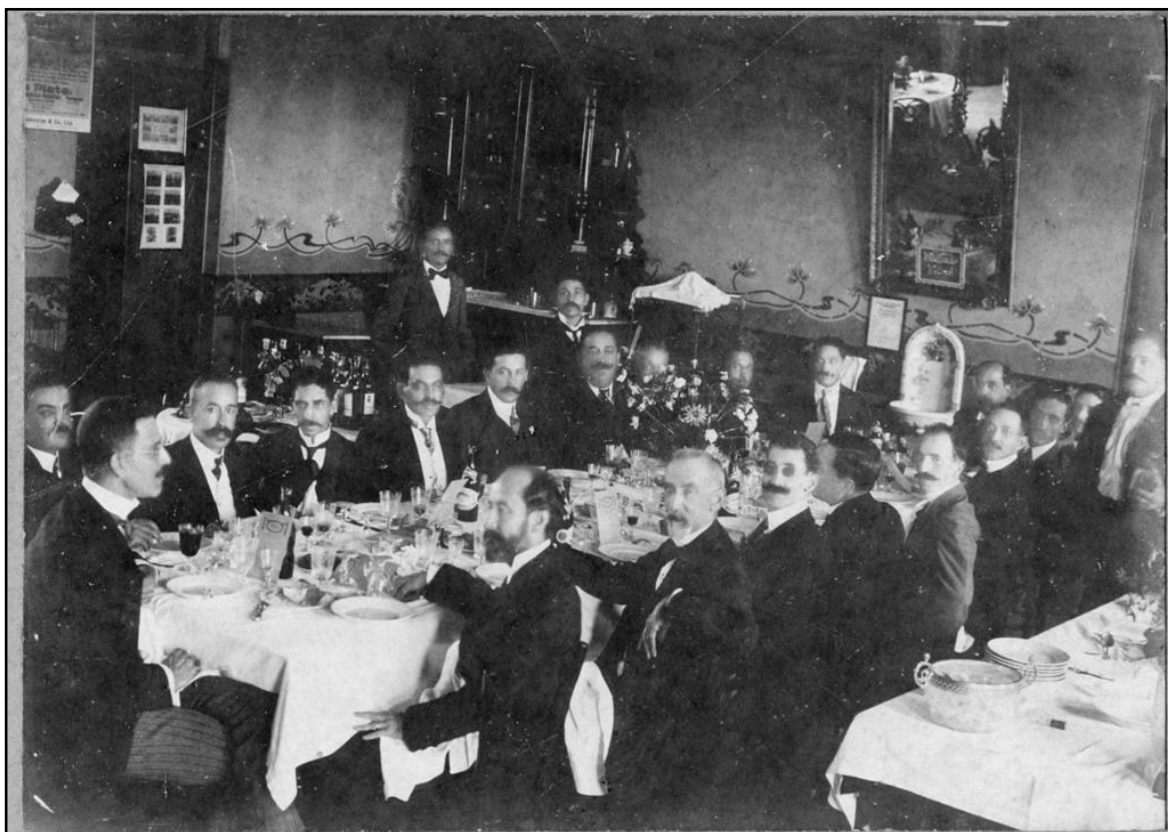


Imagem 2- Reunião de renomados políticos em homenagem ao médico Luis Pereira Barretto (homem grisalho bem à frente da foto). Ao fundo, (participante calvo, logo ao lado direito do enxaguatório) estava Joaquim Macedo Bittencourt, prefeito de Ribeirão Preto. [s/d]. (APHRP)

Nesta ciranda de poderes, Joaquim Macedo Bittencourt, médico sanitarista, ocupou o cargo de prefeito em Ribeirão Preto entre os anos de 1911 a 1920. O longo período de sua gestão foi o resultado do entremeio de interesses entre doutor e coronéis, no intuito de transformar o empoeirado município em uma urbe digna dos proventos do café, capaz de acompanhar o “trem da história” e materializar os ditames da civilização e progresso nos calçamentos, praças e edifícios⁵².

Numa velocidade realmente peculiar à ação fáustica, a área central foi remodelada e um palco urbano detalhadamente construído: automóveis, restaurantes, cinemas, prédios públicos, palacetes, diversas prestações de serviço, agitada vida noturna. Embora tais benesses, em grande parte, foram usufruídas apenas pela elite local, o pagamento da empreitada foi realizado pela população, sobretudo pelas pessoas que habitavam as áreas urbanas. O progresso custou caro⁵³:

⁵² Idem, p. 160.

⁵³ Aludimos à alegoria utilizada por Marshal Berman ao pensar a ambigüidade moderna como os desejos do personagem Fausto, de Goethe. Ao passo que as ações de Fausto rapidamente tudo construía e empreendia, também destruía princípios, valores e pessoas. Ver: BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 37-71.

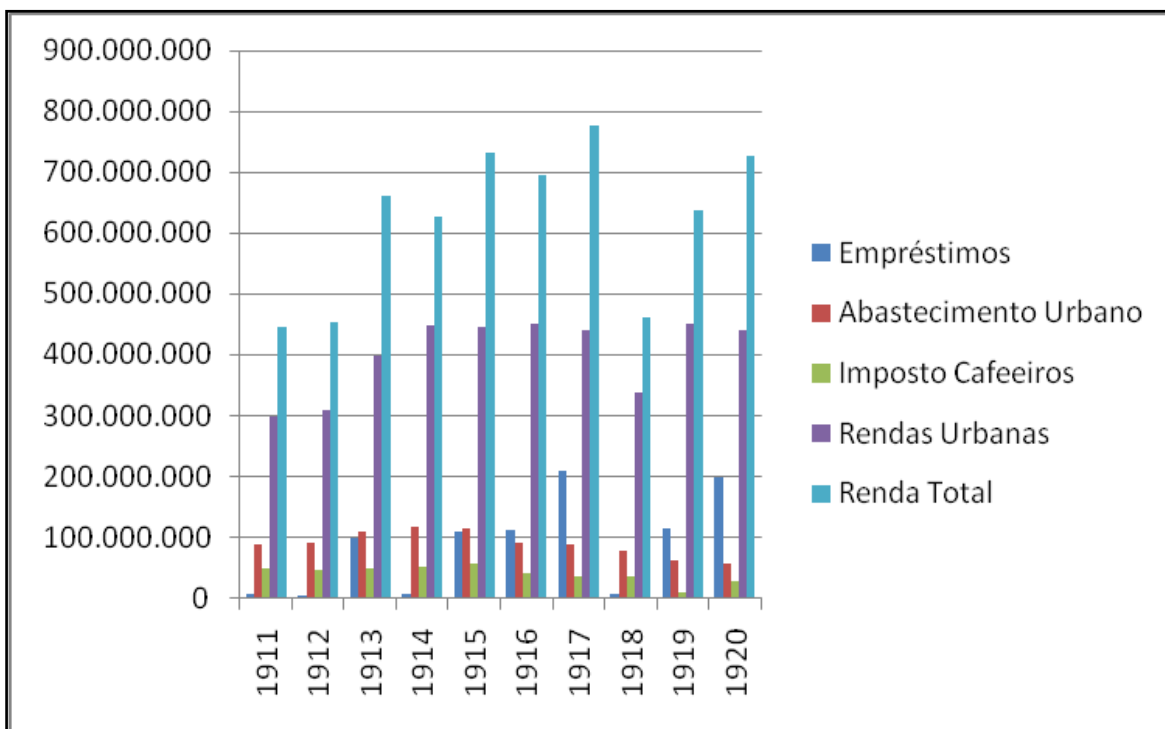


Gráfico 1- Receita orçamentária do município de Ribeirão Preto, no período de 1911 a 1920 (Valores aproximados). As informações foram levantadas após análise dos Relatórios da Prefeitura Municipal. Apud. LOPES, L. S. As Principais Fontes de Renda e as Principais Despesas do Município de Ribeirão Preto de 1911 até 1930. In: IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, São Paulo. *Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História de Empresas*, 2001.

Ao observarmos o Gráfico 1, é possível apreender a importância dos impostos urbanos para composição da receita orçamentária de Ribeirão Preto; a relevância dos empréstimos que foram utilizados no financiamento das obras de urbanização e embelezamento em contrapartida à posição inexpressiva dos impostos sobre cafeeiros para manutenção das despesas públicas. Assim, podemos vislumbrar esta indistinção das cercas entre público e privado, além da inexistência de peias nas investidas pelo enriquecimento ao perceber o desejo pela modernidade daqueles homens de mando. O anseio de perambular por uma *Petit Paris* de ruas bem delimitadas, já que os benefícios da urbanização eram circunscritos apenas ao centro da cidade (que, aliás, serviu a especulação imobiliária) foram satisfeitos pelos impostos gerados pelo trabalho dos cidadãos que, além de pagarem pelo exercício de suas atividades, arcaram com as dívidas contraídas pelos avultados empréstimos⁵⁴.

⁵⁴ Referimo-nos à singela alcunha utilizada e divulgada nas páginas do *Almanach Illustrado*, publicado em 1913. (APHRP).

Um último olhar a estes números, ao colocar reparo na renda orçamentária produzida pelos vastos cafezais dos coronéis, demonstra como os interesses de um grupo foram cuidadosamente preservados durante décadas. Nem tudo, modernidade ou capitalismo conseguiram desmanchar, a política de compromissos teria vida longa:

[...] No “Carlos Gomes” os bailes eram sempre pomposos. Lembrada a sua realização, os rapazes de então, fazíamos uma “lista” iniciada com a assignatura apócrifha do coronel Joaquim Diniz da Cunha Junqueira, já prestigioso chefe do Partido Republicano Paulista- o “P.R.P” velho de guerra, - com cem ou duzentos mil réis, no mínimo. Essa assignatura era o “chamariz”. Vendo-a, o coronel Joaquim Alves e outros “coronéis”, para não fazerem “feio”, assignavam também a igual quantia. E, em horas, arranjávamos regular somma, sufficiente para a orchestra e “comes e bebes”...⁵⁵

A posição de coronel não indicava a inexigibilidade de prestação de contas de seus atos, havia obrigações a serem cumpridas diante de outros coronéis, proprietários e outros dependentes para que não perdesse apoio e, consequentemente, respeito. Traquejo outro para garantia de prestígio era a constante demonstração de poderio econômico, daí o uso do adjetivo “*apócrifha*” que acompanha a assinatura de Joaquim Diniz da Cunha, nas memórias de Santos: algo sagrado, digno de reverência.⁵⁶

No entanto, a “sagrada” doação despertava ações de longe sacrossantas. Em uma sociedade regida por plutocratas, a persona pública era constituída por réis, bailes corriqueiros significavam a oportunidade de manifestar o quão poderosos e “úteis” aqueles sujeitos poderiam ser. Embora festas pomposas em requintados teatros fossem marcas de uma modernidade que estimulava os lazeres em âmbito público, os bailados em questão decorriam graças a atitudes impregnadas de velhos tempos, os *mecanismos de favores* que envolviam os mais diversos grupos da sociedade⁵⁷.

Cidade transformada (ou transtornada) pelos lucros do café, além de atividades urbanas e industriais que lá puderam desenvolver-se, tais ganhos possibilitaram o

⁵⁵ SANTOS, P. T. *Horas de lazer*, [s/d], p. 123. (APJEB)

⁵⁶ JANOTTI, M. L. M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982, p. 61.; É também possível que a assinatura fosse considerada apócrifa pelo fato de alguém falsificar a doação de algum coronel e, assim, instigar outros donativos.

⁵⁷ A respeito dos mecanismos de favor, segundo Schwarz: “[...] com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressaltada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda a parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte, etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para seu posto. O favor é nossa mediação quase universal [...]”. In: SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas...* Op. Cit., p. 16.

enriquecimento de outros atores sociais afora fazendeiros: alguns imigrantes e doutores, ou seja, engenheiros, médicos, sanitaristas e advogados que representavam a racionalidade necessária para modernização do país⁵⁸.

Neste sentido, ao contrário dos dizeres de Leal, no *país do café*, os principais chefes políticos foram donos de terra. Urbe em que o dinheiro e as trocas de favores regiam a lei, a influência dos coronéis ultrapassava os limites dos cafezais e se fazia presente nos macadames e paralelepípedos na aliança com sujeitos citadinos (além destes próprios fazendeiros possuírem outros tipos de negócios na cidade). Embora um crescimento urbano ordenado não fosse favorável às elites agrárias, uma vez que o estado de São Paulo era, em âmbito político controlado por um pequeno núcleo de fazendeiros que viviam uma perene falta de trabalhadores em suas fazendas, em Ribeirão Preto, o urbano era a extensão bem cuidada do rural⁵⁹.

Tanto lucro em poucos bolsos possibilitou, inclusive que os chefes políticos daquelas bandas fossem contrários aos partidários estaduais em algumas ocasiões sem, contudo, sofrerem grave retaliação por defenderem interesses próprios em detrimento das posições do Partido Republicano Paulista, contradizendo uma regra geral coronelesca: um coronel de juízo perfeito jamais apresentaria oposição ao estado. Ainda, explica a “*anomalia*” identificada pelo estadunidense Walker ao analisar os vereadores ribeirãopretanos: “[...] o fato de ser permitido a qualquer estrangeiro participar da política pode ser uma indicação de abertura social incomum encontrada no Município”. Lógica em que o dinheiro edifica o homem, pouco importa credo, cor, nacionalidade, mas sim a habilidade e a capacidade de barganha na política, como podemos perceber nas correspondências abaixo⁶⁰:

⁵⁸ Vale ressaltar que a ascensão deste grupo social em meio urbano que foi impulsionada pelos lucros gerados na economia cafeeira ocorreu em outras cidades do estado de São Paulo. Cf. CAMPOS, R. D. *“A princesa do sertão” na modernidade republicana*. São Paulo: Annablume, 2004; LAPA, J. R. A. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. São Paulo: Editora USP, 1996; SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. Companhia das Letras, 1992.; SANTOS, J. R. *Imigração e ascensão social em Ribeirão Preto entre o final do século XIX e meados do XX*. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu/MG. Anais do XV encontro nacional de estudos populacionais. Caxambu: CD-Rom, 2006.; PAZIANI, R. R. *Construindo a Petit Paris...* Op. Cit., p. 31.

⁵⁹ LEAL, V. N. *Coronelismo...* Op. Cit., p. 53-55.; SEVCENKO, N. *Orfeu extático...* Op. Cit., p. 127.

⁶⁰ Ainda nos referimos às práticas de enriquecimento em um contexto em que o capitalismo bucaneiro era a ordem do dia. Nos dizeres de Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello: [...] O valor da hierarquia-que, entre nós, se assentou basicamente na riqueza e na renda, pois nunca tivemos uma autêntica aristocracia, e sim um senhorinato que vivia da produção mercantil- reaparece no valor da concorrência, que seleciona “superiores” e “inferiores” de acordo com seus méritos e dons. O espírito de aventura, que parecia uma manifestação tão arcaica da cobiça, quando racionalizado, isto é, calculado, transformar-se-ia no traço mais típico do capitalismo do século XX. [...] A concepção do Brasil como espaço para bons negócios, e não como nação, continuou a predominar entre os ricos e privilegiados [...]. In: MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada no Brasil*. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 64-65.; WALKER, T. *Dos coronéis à metrópole...* Op. Cit., p. 124.; LEAL, V. N.

Iria Alves Ferreira

mious sinceros parabéns a Exma. Sr. Dr. Washington Luiz; faz votos pela felicidade completa de seu quatrienio governamental

1 de maio de 1920⁶¹.

Ribeirão Preto, 13 de novembro de 1922.

Illustre colega dr. Washington Luiz

Cordiaes saudações.

Tomo a liberdade de lhe dirigir esta para lhe solicitar uma collocação de promotor publico ou de delegado de policia para meu filho Clovis Leite Ribeiro que se formou em direito o anno passado.

Meu filho tem grande inclinação literaria e estou certo de que saberá honrar o cargo para que fôr nomeado.

Não tenho titulo algum a não ser o de funcionario público que tem procurado cumprir sempre o seu dever para lhe fazer este pedido. Animo-me entretanto a fazê-lo confiante na sua bondade e no seu alto espírito da justiça.

Antecipando-lhe meus agradecimentos subscrevo-me.

Seu collega e admirador,
Eduardo Leite Ribeiro⁶².

“*Bem relacionar-se*” acabava também por constituir espécie de moeda na sociedade. No entremeio de interesses particulares, grupos políticos e ocupantes de cargos nas esferas municipal, estadual e até federal, estar constantemente envolvido nesta rede de trocas significava um verdadeiro “*sistema de reciprocidade*”- era prática certa para garantia de distinção social⁶³.

Iria Alves Ferreira carregou até 1920, o título “Rainha do Café” por ser a terceira maior negociante de café na localidade, além de administrar outros tipos de transações como gado, indústria de laticínio e criação. Mantinha relações rentáveis no terreno político, variadas também, como a aliança local com Joaquim Diniz da Cunha Junqueira, além da nacional,

Coronelismo... Op. Cit., p. 53-52; JANOTTI, M. L. M. *O coronelismo...* Op. Cit., p. 49.; WALKER, T. *Dos coronéis à metrópole...* Op. Cit., p. 65-68

⁶¹ FERREIRA, I. A. [*Correspondência*]. Ribeirão Preto, 1 mai. 1920. (AESP).

⁶² RIBEIRO, E. L. [*Correspondência*]. Ribeirão Preto, 13 nov. 1922. (AESP).

⁶³ LEAL, V. N. *Coronelismo...* Op. Cit., p. 43.

perceptível na recepção do irmão do presidente da jovem república Hermes da Fonseca em sua casa ou, como indica o bilhete de felicitações, com o chefe de Estado Washington Luiz. Tamanhas eram suas relações que, neste ano de 1920, ocasião em que recebeu a coroa de “Rainha dos bandidos” por mandar assassinar o genro francês. Embora acusada, livrou-se das grades graças às ações de seus partidários e do presidente então em exercício⁶⁴.

Já Eduardo Leite Ribeiro personifica o indício destes homens arrivistas que em Ribeirão Preto chegaram e logo arrebataram posições hierárquicas: foi o primeiro promotor público da Comarca, nomeado em 1892, atuou como advogado e professor de história universal do Ginásio Estadual e recebeu a atribuição de prefeito municipal nos anos de 1930 a 1933. Nada sabemos sobre suas rendas ou se obteve a aceitação do pedido, porém os diversos cargos indicam suas habilidades políticas, aptidões estas que encerravam inclusive a cordialidade no tratamento revelando traços marcadamente tupiniquins do homem cordial, indivíduo que não difere os “*contatos primários*”, “*laços de sangue e coração*” criados na esfera particular, mas obrigatórios em qualquer composição social e, bom entendedor de uma sociedade caracterizada pela hipertrofia da esfera privada desde tempos imperiais, coloca-se em postura dependente diante do chefe republicano que, travestido da figura patriarca, subordina a universalidade de direitos e deveres a “*caprichos de suposições individuais*”⁶⁵.

Ainda, embora o típico político cordial afirme não possuir nenhum título e assim o fez por possivelmente referir-se às qualificações de tenente, coronel, etc., em território local firmava-se no poderoso rótulo de doutor, tanto como lente ginásial, quanto advogado nas páginas de jornal em letras garrafais: Os DRS. EDUARDO LEITE RIBEIRO E AUGUSTO LOYOLA. Advogados. Portador de canudo em meio a milhares de iletrados, junto a outros doutores desfrutavam lugares confortáveis nas terras do café beneficiados pelo fascínio provocado pelo bacharelismo que exaltava a personalidade como valor próprio e imbuía o indivíduo de dignidade e importância desmedida que permanecem ainda na contemporaneidade⁶⁶.

Neste contexto, “público e privado”, “poucos e muitos” tornaram-se conceitos e medidas bastantes relativos. Homogêneas, verdadeiramente, apenas as desigualdades que

⁶⁴ MELLO, R. C. *Um “coronel de saias” no interior paulista: a “Rainha do Café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Franca. 2009.

⁶⁵ ROSA, L. R.; REGISTRO, T. C. (org.). *Ruas e caminhos: um passeio pela história de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Padre Feijó, 2007, p. 166.; HOLANDA, S. B. *Raízes...* Op. Cit., p. 146.; ROCHA, J. C. C. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p. 93-94.

⁶⁶ OS DRS. Eduardo Leite Ribeiro e Augusto Loyola. *O Setimo Districto*, 19 out. 1893. (AESP).; HOLANDA, S. B. *Raízes...* Op. Cit., p. 157.

transpunham a tênue divisão entre monarquia e primeira república e pululavam em território nacional e local:

Depois da Proclamação da República, o título de “Cidadão” foi muito usado, muito mais que no Império. Assim sendo o título, foi dado como distinção, não somente pelo fato de não mais existirem Vilas, “vilões”, e apenas Cidades, “cidadãos”, mas mesmo para se distinguir alguém de maior idade, ou quando não se sabia ou não se designava o nome do indivíduo.[...]

Para as mulheres o termo cidadão parece que não teve uso, ou se foi aplicado caiu logo em desuso.

O título de cidadão foi bastante valorizado pelos republicanos e aplicados aos que se encontravam em pleno gozo político⁶⁷.

A utilização de “*cidadão*” no trato entre as pessoas era imprecisa, por pouco ou nunca saberem, e, sobretudo, por vivenciarem de forma incerta mais que o conceito, mas, principalmente os direitos e deveres inerentes ao cidadão. Ainda, era também ambíguo, empregado ao acaso, destituído do nome do indivíduo ou impregnado de honradez, um título como o memorialista indica, quando proferido pelos homens “em pleno gozo político”, sujeitos que como percebemos até então, eram aqueles constituintes do pequeno grupo que administrava bens e interesses públicos.

Tais incertezas parecem coincidir com o fenômeno do “*maxixe do republicano doido*”, ou seja, torrente de idéias e ideais europeus como o liberalismo e o positivismo, livres circulantes no período republicano que embrenhavam-se sem preocupação lógica ou com a essência que carregavam. Apelos abstratos de liberdade, de igualdade e participação não poderiam ser operacionalizados em circunstâncias de um liberalismo *brasilis* marcado pela desigualdade, pela lei do mais forte, produzindo várias espécies de cidadãos: cidadão, cidadão-doutor, cidadão-doutor-general. Isto porque, para que o modelo de república moderna surtisse efeito, em que todos os cidadãos cedessem a liberdade individual em troca da pública mantenedora do bem geral, seria preciso haver um sentimento de coletividade, comunidade, infelizmente ilusório, também por aquelas bandas, apesar de todos os esforços de intelectuais brasileiros no intuito de forjarem uma identidade nacional⁶⁸:

Porém Miguel Costa foi infeliz em divulgar ou vulgarizar a palavra “cidadão”. Até então muitos a usaram, sem desconfiança, já que imprimiam certo caráter

⁶⁷ MIRANDA, P. V. [Manuscritos]. (APHRP).

⁶⁸ CARVALHO, J. M. *Os bestializados...* Op.Cit., p. 24.; CARVALHO, J. M. *A formação das almas...* Op. Cit., p. 122-128. Para a construção de uma nação brasileira, no início do século XX, intelectuais percorreram os diversos campos das ciências como a história, geografia, estudos sociológicos afim de produzir diagnósticos sobre os problemas do Brasil e difundir uma consciência nacional que colocasse o país no mesmo patamar de civilidade e progresso dos países europeus e Estados Unidos da América. In: LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

honorífico. Todavia, quando por ocasião da questão da remoção de pobres alojados debaixo de viadutos e andarilhos pelas ruas, vagabundos, desocupados, pedintes, etc. tirassem documentos para tirarem esmolas nas ruas de São Paulo...

Os “cidadãos” pobres reagindo dizendo que “miseráveis” não podiam ser chamados de cidadãos. Seria muita falta de respeito [...].

Os pobres quando eram tratados por “cidadãos”, não raro reagiam:

- Cidadão é teu avô. Não sou tão miserável assim⁶⁹.

Embora este “marco” no entendimento da cidadania ribeirãopretana tenha acontecido nos anos 30, revela traços de mentalidade há anos historicamente construída. Tanto grupos dominantes como uma população formada por despossuídos de todos os gêneros, fossem estes ex-escravos, homens livres e imigrantes não estruturaram-se enquanto classes, porém constituíram redes heterogêneas de interesses fragmentados e acentuaram a prática cotidiana do “*salve-se quem puder*”. Assim, a reprodução da espoliação não se dava apenas em aluguéis de barracos, controle de jogo e prostituição, mas ainda, na relação com o outro, na diferenciação social a qualquer custo que compunha enorme abismo entre pobres e miseráveis, mesmo que estes fossem bem iguais no tocante à carência de cidadania⁷⁰.

Ao que parece, a terra roxa fez-se fértil para o desenvolvimento de cafezais, uma peculiar compreensão do que era a coisa pública e reprodução da exclusão social. Neste sentido, é compreensível o porquê da relação entre pobreza e cidadania adquirir coerência precisa para a população que o sentido original de cidadão em referência à direito político. Ideais irromperam, transformações mil sucederam, mas, em tantos aspectos, Ribeirão permaneceu sertão, território daqueles que bem souberam usar força política e econômica além das astúcias.

1.2 - Entre compassos e cadências: alguns aspectos da modernidade, urbanização e vivências ribeirãopretanas

Entre cafezaes, brilha a magnífica cidade- Oitocentos e vinte e seis automóveis matriculados

Ribeirão Preto, que floresce entre extensos e enormes cafezaes, é uma das mais bem cuidadas, importantes e formosas cidades do grande Estado de S. Paulo. Quem desembarca naquella conjuncto encantador recebe magnífica impressão. Depara, logo ao sair do trem, com uma bella praça, com os cães, que margeia o rio que lhe dá o nome, e, logo a seguir, a sua principal rua, a General Osorio, onde se acham localisados os bancos e o grande commercio, ponto em que mais palpita a vida da cidade.

⁶⁹ MIRANDA, P. V. [Manuscritos]. (APHRP).

⁷⁰ DOIN, J. E. M.; PAZIANI, R. R. *Sob o manto...* Op. Cit., p. 218.; Idem, p. 234.

Ribeirão Preto é tornada de magníficas, amplas e lindas praças ajardinadas, como sejam: a Quinze de Novembro e a da Matriz, um bello templo, cuja construcção está sendo ultimada.

É admirável o progresso de Ribeirão Preto, cidade de menos de quarenta annos de vida e que já possui uma população urbana superior a trinta e cinco mil habitantes. Conta Ribeirão Preto um excellent theatre, o Carlos Gomes, a Usina Metallurgica, as grandes fábricas de cerveja da Antarctica e Paulista, uma escola de pharmacia, um gymnasio estadual, o Patronato Agrícola, mantido pelo governo federal, o Asylo Analia Franco, magnífica Santa Casa, a Beneficência Portuguesa, com aperfeiçoadas installações cirurgicas, devidas ao esforço do illustre clinico dr. Pompeu Camargo.

Ribeirão Preto é o maior productor de café do Estado de S. Paulo. Só a Companhia Dumont possui cinco milhões de cafeeiros. Para se fazer uma idéa dos grandes progressos da cidade, apesar da crise actual, basta dizer-se que dentro em breve será ali inaugurado um grande hotel de luxo, o Central-Hotel, do Sr. A. H. Roxo, com cem apartamentos e na construcção do qual já foram empregados mais de mil contos.

Conta ella oito bancos. Ribeirão Preto é séde de um bispado. A sua renda municipal é superior a deis mil contos, estando matriculados na Prefeitura oitocentos e vinte e seis automóveis.

Dois jornaes diarios ali se editam, “A Cidade” e o “Diário da Manhã”.

Á noite, os seus bars, muito freqüentados, e onde se faz musica diariamente, dão à grande cidade paulistana um aspecto alegre e animado.

(D’ A Noite, do Rio)

Em certo e supostamente quente dia dos anos 20, os leitores do jornal carioca vislumbraram a cidade de Ribeirão Preto na imaginação despertada por uma narrativa prenhe de elementos bem concretos resultantes da cultura material do município, elementos inerentes à idéia de progresso construída no final do século XIX. A *Petit Paris* já há algum tempo experimentava a *Belle Époque* aos seus modos, embora não fosse nenhuma metrópole⁷¹.

Bastante diferente dos relatos de viajantes que lá estiveram algumas décadas antes do século XX em que figurava um pacato povoado de atmosfera morna, boa para lagartear, e, essencialmente, constituído por terras de potenciais riquezas, o artigo delimita claramente extensões urbana e rural ao construir o texto sob um léxico citadino: palpita, praça, bancos (são citados duas vezes), jardins, praças, teatro, usina, fábrica, hotel, instituições escolares,

⁷¹ Não há menção sobre a data precisa de a publicação do artigo, porém ao analisarmos o texto é possível deduzir o período ao levarmos em consideração a alusão às instituições, praças e empresas elencadas. No final do século XIX, inúmeros intelectuais fizeram um balanço do século e, frente o desenvolvimento da ciência e as inúmeras invenções, bem como o surto econômico provocado pelo café, resumiam suas impressões em única expressão: “o progresso era inevitável”. In: SCHWARCZ, L. M. *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 56-61.; A *Belle Époque* é um termo utilizado para abranger o período em que as cidades adentravam na modernidade e urbanizavam-se, mas, sobretudo por caracterizar tempos marcados por uma “atmosfera de luxo e fausto”, em que a sociedade era confiante em suas aquisições e acreditava piamente no progresso e ciência. Para Lilia Moritz, estes anos correspondem ao recorte temporal 1890-1914, final de século em que novidades tecnológicas de todo o tipo fizeram “homens novidadeiros” apostarem em verdades absolutas que durariam até a Primeira Guerra Mundial. In: SCHWARCZ, L. M. *1890-1914... Op. Cit.*, p. 7-25.; Dizemos respeito às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Ver, respectivamente: SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole...*; NEEDEL, J. D. *Belle Époque tropical*. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

templo, bispado, bares, rua, comércio. Logo no título, tal distinção é percebida: “*Entre cafezais, brilha a magnífica cidade*” e, precedida por um hífen que denota uma situação de decorrência, marca indelével da modernidade e urbanização: “*oitocentos automóveis*”⁷².

No entanto, apesar da forçosa separação entre campo e macadame para assegurar o patamar de progresso atingido pela urbe, falar sobre café seria inevitável. A vida dinâmica na cidade do interior foi reflexo da inserção do Brasil na economia mundial, regida pelo sistema capitalista que criava uma rede cada vez mais global de trocas internacionais de comércio e pessoas. Justifica-se, assim, a forte presença do produto agrário expresso sempre em números atrelada à idéia de pujança econômica que, por sua vez, adquiria materialidade em construções como o luxuoso hotel, referência de poderio e, sobretudo, modernização⁷³.

Vale lembrar que, como apontamos anteriormente, os lucros gerados pelo café permitiram que alguns sujeitos fizessem fortuna e possibilitaram o surgimento de atividades urbanas, mas a urbanização da cidade era custeada notavelmente pelas rendas urbanas, fruto dos impostos de trabalhadores e empréstimos posteriormente pagos, pelos mesmos. E foi assim a “*entrada triunfal*” de Ribeirão Preto na modernidade capitalista.

Ora, se “[...] *ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor- mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos [...]*”, a cidade transformou-se, como podemos perceber, em palco moderno por excelência já que era atrativa não apenas aos portentosos fazendeiros e doutores, mas também aos inúmeros viventes que enxergavam na cidade ou no campo, oportunidades de crescimento econômico (e, logo, social) e, assim, trouxe ao desenvolvimento outro fator característico da modernidade: a velocidade. Em pouco tempo, a população ribeirãopretana cresceu vertiginosamente⁷⁴:

⁷² FARIA, R. R. *Ribeirão Preto...* Op. Cit., p. 94-98.; SCHWARCZ, L. M. *1890-1914...* Op. Cit., p. 17.

⁷³ Sobre o sistema mundial do capitalismo Hobbsbawn assim escreveu: “Eles [os países ingressos nesse sistema mundial] tinham boas razões quando apontavam para a rede cada vez mais desenvolvida de comunicações globais, cujo resultado mais tangível era um vasto aumento no tráfico de trocas internacionais, mercadorias e pessoas- comércio e imigração [...]. Mas, mesmo no plano internacional de negócios, a unificação global não era uma vantagem indiscutível, pois ela criava uma economia mundial onde todas as partes estavam de tal modo dependentes umas das outras que um empurrão numa delas ameaçava inevitavelmente pôr todas as outras em movimento”. In: HOBBSBAWN, E. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996, p. 80-81.; Ao analisar a cidade de Franca, Fólis também interpreta o hotel como um signo de prosperidade e mostra o anseio da elite francana em equiparar-se às cidades ditas modernas e civilizadas, mesmo também não sendo uma metrópole. Em uma das “reivindicações” daqueles homens de posses, é citado o caso de Ribeirão Preto e seu invejado estabelecimento. In: FOLIS, F. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, p. 100-101. Em São José do Rio Preto, por meio da imprensa local também é possível vislumbrar o desejo de modernizar e tornar civilizada os espaços da cidade e seus moradores. Cf. CAMPOS, R. D. *A princesa...* Op. Cit.

⁷⁴ BERMAN, M. *Tudo que é sólido....* Op. Cit., p. 24.

Tabela 1. População total dos municípios da Mogiana (1874-1920). Fonte: BACELLAR, C. A. P.; BRIOSHI, L. R. (org). *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, 1999, apud MELLO, R. C. Op. Cit., p. 67.

Município	1874	1886	1900	1920
Batatais	13.464	19.915	19.164	21.816
Franca	21.419	10.040	15.491	44.308
Ribeirão Preto	5.552	10.420	59.195	68.838

Mais que números, a Tabela 1 nos indica imensa intensidade do vivido, indício do quão complexa era a sociedade que formava-se. Entendê-la implica pensar em política, elites, economia cafeeira e atividades urbanas, modernidade, e, outrossim, nos modos de existência de homens ricos e pobres de um município que ora adquiria caráter de cidade desejada, idealizada, ora renegada, concreta, lugar de produtores e consumidores de um mesmo espaço. Cenário urbano que possibilita a percepção de vivências, posições estéticas e lembranças⁷⁵:

1902. A “febre amarela”, com o seu cortejo de desgraças, irrompeu, violenta na cidade. A principio os médicos da hygiene extranhamente encobriam a gravidade da epidemia, negando até a existência della. Mas, o dr. Leal da Cunha, médico, orador potente, gritava a todos, fazendo verdadeiros, escandalosos comícios denunciando o perigo. Ouvindo-o, corri às casas do padrinho e minha. Na primeira encontrei a boníssima d. Virgínia, senhora do dr. Candinho, derramando kerosene num rêgo de cimento do quintal, rudimentar exgoto com água parada. O kerosene era para matar as larvas de “pernilongos”. D. Virgínia, senhora culta e inteligente, acreditava na opinião de seu cunhado dr. Luiz Pereira Barreto, que, antecipando-se às decisivas experiências cubanas, já affirmava que a “febre amarela” era transmitida por “pernilongos”...Ouvidos os conselhos do dr. Leal da Cunha, minha família foi para Batataes, e a família Barreto para Franca.

[...]O Brenno e a família também foram para Batataes, como muita gente de Ribeirão Preto. [...] dr. Rocha Frago, médico-operador, competentíssimo, também fugitivo da “febre-amarela”.

[...] O fôro batataense teve, então, uma das suas mais brilhantes épocas. Era crescendo o número de advogados locais, permanentes e de fora, provisórios⁷⁶.

Este *causo* ilustra um cenário não apenas local. As precárias condições sanitárias das cidades que cresciam sem planejamento e tampouco saneamento básico faziam pulular epidemias de cólera, varíola, e febre amarela, encaradas como verdadeiras pestes posto que matavam milhares de pessoas. Assim como Rio de Janeiro, a *Petit Paris* de ares tropicais era

⁷⁵ PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8., nº16, 1995, p. 281-283.

⁷⁶ SANTOS, P. T. *Horas de lazer, [s/d]*, p. 95-96. (APJEB). Apontamos para um pequeno equívoco de nosso memorialista. A epidemia de febre amarela aconteceu em 1903 e não em 1902. Além da bibliografia sobre a história da cidade também indicar o ano de 1902, encontramos um relatório com os seguintes dizeres: “Certifico que examinando o livro de registro dos doentes de febre amarela nesta cidade, verifiquei ter começado a epidemia à 1 de fevereiro e se extinguido à 7 de julho de 1903”. ALBUQUERQUE, Horácio. *[Relatório]*. Ribeirão Preto, 14 jan. 1904. (APHRP).

habitada por médicos e outros profissionais que arriscavam seus vastos saberes também na área da saúde pública, munidos de um discurso competente que os autorizava a legislar e ensinar, mas que até então, não sabiam ao certo a razão da doença em questão. Baseados em toda a ciência moderna, garantiam que a febre amarela era contraída por contágio, transmitida de pessoa a pessoa pelo toque ou contato com objetos do doente, ou, então, por infecção devida a ação de substâncias animais e vegetais em putrefação que espalhavam-se pelo ar⁷⁷.

Embora nas terras do café os jornais publicassem diariamente matérias sobre a febre amarela, as elites falseavam os reais efeitos provocados pela epidemia ao apresentarem dados pessoais ou retirados da Comissão Sanitária, no intuito de manterem a ordem e a civilidade na cidade⁷⁸. Ao assistirem um cenário calamitoso, incorrigível (a sistematização de projetos que previam novos critérios de higiene pública aconteceriam, efetivamente, somente depois das epidemias), aqueles que possuíam recursos batiam em retirada, estratégia de solução imediata do sanitarismo urbanístico, já conhecida nos tempos imperiais. Batatais seria a invenção da “*Petrópolis caipira*”⁷⁹.



Imagem 3. Hotel Central na rua Álvares Cabral. Em primeiro plano, banco, vegetação e jardim público. A retidão do espaço e das fachadas das casas buscava transmitir aos viventes de lá e forasteiros ares de cidade civilizada. 1903. (APHRP)

⁷⁷ CHAUI, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna, 1982, p. 7-11.; CHALHOUB, S. *Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 60-64.

⁷⁸ PAZIANI, R. R. Outras leituras da cidade. *Tempo*. v.10. Niterói. jul./dez. 2005. p. 94.

⁷⁹ Como era impossível sanear o Rio de Janeiro sem esforços públicos, a família real e a elite da corte veraneavam em Petrópolis, nas altas montanhas bem longe do ambiente epidemiológico. In: ALENCASTRO, L. F. *Vida privada e ordem privada no Império...* Op. Cit., p.68.

Diante de tamanhos problemas, os políticos e governantes de Ribeirão Preto, inculcados de um imaginário que concebe aquela idéia já discutida de que há um caminho para a civilização, modelo de evolução moral e material, para que fosse trilhada tal vereda do progresso e desenvolvimento, uma importante postura seria seguir os pressupostos do higienismo e impor políticas públicas que visassem a limpeza, desodorização, ordenação e embelezamento dos espaços e corpos orientados por uma suposta ciência neutra e desinteressada, mas esquecendo-se, contudo da gestão problemática das cidades e desigualdades sociais. Nesse sentido, uma dessas medidas era incluir a obrigatoriedade da vacinação no Código de Posturas⁸⁰:

Da vacinação e revaccinação

Art. 340- A vacinação e a revaccinação contra a varíola por meio de vaccina animal, são obrigatórias dentro dos limites do Município.

§A vacinação e revaccinação Jenneriana ou de braço a braço são facultativas⁸¹.

O artigo em questão denota a distância entre a oratória pelo progresso e os reais esforços para sua efetivação. Embora houvesse a crença de que a vacina por meio animal bestializasse o ser humano, a introdução deste modo de vacinação, chamado *cowpox*, foi uma alternativa encontrada pelo governo ao substituir a linfa vacínica humana que tornava o custo elevado, pois exigiria do poder público a criação de uma comissão de doutores que soubessem identificar a bexiga benigna e colocassem no encalço dos vacinados que resistiam em ceder a linfa aos médicos. Em relação ao método jennერიano, ainda havia o problema da probabilidade de contrair sífilis pela vacinação, posto o contato com fluidos biológicos de outrem. Mas esta não parecia constituir uma preocupação, já que a municipalidade consentia na prática. De qualquer forma, embora não tenha ocorrido nenhuma revolta por conta da obrigatoriedade da vacina, a imunização forçosa também era sinal de capitalização, aburguesamento e cosmopolitização da sociedade ribeirãopretana⁸².

Além da vacinação, o Código de Posturas ditava regras sobre edificações e alinhamentos; asseio, segurança e comodidade pública, higiene e salubridade; polícia preventiva; comércio e indústria; iluminação, entre outros. Configurava uma legislação essencialmente urbanística que impunha a manutenção do sistema tabular de organização e expansão da malha viária e, embora não fizesse nenhuma imposição em relação à ordem

⁸⁰ CHALHOUB, S. *Cidade Febril* ... Op. Cit., p.35.

⁸¹ CÓDIGO de Posturas de 1914. (APHRP).

⁸² CHALHOUB, S. *Cidade Febril*...Op. Cit., p. 134-156.; SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina: mente insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.88.

estética, a municipalidade resguardava-se no direito de não aprovar a construção ou reforma dos edifícios e demonstrava considerável preocupação quanto ao embelezamento da cidade⁸³:

Certifico, que por ordem verbal do Sr. Prefeito Municipal, fui á casa commercial do Sr. Augusto Guimarães à rua General Osório n.63, [...] intimei-o para que hoje desmanchasse uma cerca feita de taboas, no fim da rua Florencio de Abreu, na margem de Ribeirão Preto. Também fui à confeitaria da rua General Osório n. 55 e [...] intimei ao sr. José Brancato para que hoje desmanchar uma cerca mandada fazer pelo mesmo sr. na rua Lafayette, na margem do Ribeirão Preto, ambas as intimações de accordo com o artigo 151 do Código de Posturas. Do intimado ficaram bem scientes,e, para constar, lavrei este termo que assigno.

Ribeirão Preto, 8 de julho de 1916.

O Fiscal,

José Moreira⁸⁴.

Contudo, ressaltemos que nesta cidade ideal, modernizada principalmente entre os anos de 1890 e 1920, reformada sob um projeto que previa a abertura e calçamento de ruas libertando os transeuntes do pó e lamaceira nos dias chuvosos, instalava energia elétrica em vias públicas e construía praças e belos jardins existia em grande proporção apenas nas áreas alta e baixa do centro, já que não havia referência às localidades mais afastadas, ou subúrbio, como definido no código. Todavia, tal indefinição de regras ao restante do perímetro urbano resultou em diferenças bastante delimitadas ao sistematizar as normas de convívio social no centro da cidade e, ainda, ao empurrar as fábricas e outras atividades que atentassem contra a salubridade pública para os bairros longínquos habitados por pessoas que não pudessem arcar com os impostos, multas e leis que normatizavam o espaço segundo padrões burgueses de organização social⁸⁵.

Nesse sentido, em nome da civilidade produziam-se novas formas de desigualdades sociais, posto que no julgamento, a inadequação encontra lógica na civilidade, máscara da barbárie, pois julga a tudo na razão de polir, considera como bárbaro, mal absoluto qualquer elemento, pessoa ou sentimento que não resista ou não se enquadre em padrões considerados justos e educados pela “boa sociedade”⁸⁶.

No intuito de forjar uma sociedade cujas partes são da mesma natureza, uma civilização culta à sombra do entendimento de que civilização “[...] é um termo de caráter sociável, uma questão de espírito cordial e maneiras agradáveis, cultura é algo inteiramente mais

⁸³ FARIA, R. R. *Ribeirão Preto...* Op. Cit., p. 150-152.; PAZIANI, R. R. *Outras leituras da cidade...* Op. Cit., p. 178-179.

⁸⁴ MOREIRA, J. *[Relatório]*. Ribeirão Preto, 8 jul. 1916. (APHRP).

⁸⁵ PAZIANI, R. R. *Outras leituras da cidade...* Op. Cit., p. 176; FARIA, R. R. *Ribeirão Preto...* Op. Cit., p. 154.; ROSA, L. A. *Sementes de macadame: o florescer da (des)organização social: Ribeirão Preto e o moderno processo de urbanização (1900-1930)*. Monografia de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu-História, Cultura e Sociedade. Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto: 2008, p. 47-48.

⁸⁶ STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 20.

solene, espiritual, crítico e de altos princípios, em vez do estar alegremente à vontade com o mundo”. Julgamentos certamente não faltaram se pensarmos que a primeira expressão é prototipicamente francesa, enquanto a segunda, estereotipadamente germânica e voltarmos o olhar para o imenso contingente de imigrantes que ali aportaram e suas respectivas nacionalidades⁸⁷:

Quadro 1.- População segundo a nacionalidade e sexo em Ribeirão Preto, no ano de 1902. Fonte: CINTRA, R. A. *Italianos em Ribeirão Preto: vida e vinda de imigrantes (1890-1900)*. Dissertação de Mestrado em História. Unesp. Franca, 2001, apud. MELLO, R. C. *Um “coronel de saias...”* Op. Cit., p. 68.

Nacionalidade	Homens	Mulheres	Número de habitantes
Austríacos	301	250	551
Alemães	123	76	199
Africanos	16	7	23
Argentinos	9	12	23
Asiáticos	2	12	14
Brasileiros	10.614	9.115	19.729
Belgas	6	4	10
Chilenos	1	-	1
Dinamarqueses	2	3	5
Espanhóis	924	779	1.703
Estados Unidos	2	3	5
Franceses	35	17	52
Húngaros	22	21	43
Italianos	15.473	12.292	27.765
Inglêses	6	5	11
Portugueses	1.554	1.081	2.635
Poloneses	6	4	10
Peruanos	1	2	3
Prussianos	1	6	7
Russos	9	7	16
Suiços	10	7	17
Suecos	5	5	10
Turcos	65	34	99
Total	29.187	23.742	52.919

O Quadro demonstra a diversidade de nacionalidades daqueles que emigraram para Ribeirão Preto. Como as Américas, as plagas ribeirãopretanas resultaram na saída encontrada pelos imigrantes à procura de emprego, melhores condições de vida e fuga de conflitos civis e

⁸⁷ EAGLETON, T. *A idéia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 22.

militares. Se nos debruçarmos sobre os números tabulados, neste mesmo ano de 1902, não seria admirável os dizeres de que em Ribeirão Preto “*mais se falava a língua de Dante do que a de Camões*”, já que de um montante de 52.929 pessoas, 19.729 eram brasileiros e 33.200 estrangeiros. Movimento parecido ocorreu em São Paulo, cidade conhecida pela diversidade e quantidade de europeus que para lá imigraram⁸⁸.

Ainda que os imigrantes não fossem todos franceses e alemães, a noção de civilização e cultura permanece entre os limites da idealização, arranjados sob uma idéia burguesa de diferenciação social imbricada nos ideais positivistas de ordem da sociedade. No entanto, para maior desespero das elites ribeirãopretanas, os braços que construiriam a cidade eram também corpos italianos, sujeitos considerados rudes pelos gestos e, principalmente, pelas vestimentas simples, bastantes diferentes das fazendas e alfaiatarias das roupas que vestiam as elites locais. Aliás, percepção bem comum nas cidades que cresciam sob a égide do enriquecimento e consumo, posto que “*são tantos e estão todos o tempo todo tão ocupados que a forma de identificar e conhecer os outros é mais rápida e direta: pela maneira como se vestem, pelos objetos simbólicos que usam, pelo modo e pelo tom como que falam e comportam*”⁸⁹.

Embora Ribeirão Preto não configurasse uma metrópole, o crescimento acelerado transformava a outrora sossegada vila em cidade infestada por problemas sociais dignos de capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, ou mesmo Paris e Londres. Tal “*colméia popular*” alimentava a crença dos governantes no fantasma das “*classes perigosas*”- expressão que na acepção original européia indicava pessoas que haviam sido aprisionadas, ou se nunca capturadas, seriam aqueles indivíduos que furtavam ao invés de trabalhar para garantir o próprio sustento⁹⁰.

A denominação que em gênese já carregava o julgamento de uma burguesia que enxergava com maus olhos o grupo que se desenvolve à margem da sociedade civil, no Brasil, ganhava abrangência extraordinária. Na razão do poder público, todo pobre seria constituinte da classe perigosa por seguirem o seguinte raciocínio: “*os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfetores, os malfetores são perigosos à sociedade, juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos*”. Dessa forma, a

⁸⁸ HOBBSBAWN. E. *A Era do Capital...* Op. Cit., p. p. 209-211.; CIONE, R. *História...* Op. Cit., p.45.; Em 1897, a quantidade de italianos residentes na Capital era superior ao de brasileiros, na proporção de dois para um. In: MORSE, R. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difel, 1970, p. 240.

⁸⁹ TUON, L. *O Cotidiano...* Op. Cit., p. 61.; SEVCENKO, N. *A corrida para o século XXI*. No loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 64.

⁹⁰ BRESCIANI, M. E. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 22-48.; CHALHOUB, S. *Cidade Febril...* Op. Cit., p.35.

polícia agiria como se todo cidadão, imigrante ou não, fosse culpado, até que se provasse o contrário⁹¹:

CAÇA AOS VAGABUNDOS

O major Antonio Alves da Costa Ferreira, sub delegado de policia, deu hontem caça aos vagabundos que infestam alguns pontos da cidade.

S.s. intimou os proprietarios de botequins que não admittam reuniões dessa gente em suas casas⁹².

PELA POLÍCIA

Pelas 10 horas da noite de hontem, andava por sob a chuva que cahia e completamente a descoberto, em um estado de lastimosa embriaguez, em frente ao jardim uma negra maltrapilha que tinha nos braços uma creança clara, a que chamava de filha. E a negra cambaleava pela rua inspirando a todos dó e horror aquelle quadro.

Um transeunte condoído da triste sorte da infeliz creancinha foi dar parte do caso a nossa Policia, que imediatamente mandou buscar os miseros.

Se a negra é de facto mãe da creancinha clara, é o caso de se nomear tutor a esta⁹³

Estas são notas policiais, copiosamente comuns, encontradas em páginas de jornal da época. Mendigos, pessoas embriagadas, menores abandonados, bandidos, pessoas de toda a sorte que de um modo ou de outro não se enquadravam no processo civilizador ditado pelas elites eram mandados à cadeia pública ou instituições de caridade. Ambas as intenções eram violentas e excludentes, pois mais que afeição à ordem ou suposta preocupação com a condição destes marginalizados, a idéia era manter a ilusão de uma cidade ideal, retirando das ruas, das belas praças e dos olhares públicos os ditos vagabundos e imorais⁹⁴.

A exposição sobre a negra traz à baila outros reversos desta sociedade ideal. Provavelmente, a ação da senhora ao andar pelo jardim, em trajés esfarrapados e à noite

⁹¹ Idem, p. 21-22.

⁹² CAÇA aos vagabundos. *A Cidade. Ribeirão Preto*, 12 jun. 1912. (BN)

⁹³ PELA polícia. *A Cidade. Ribeirão Preto*, 26 mar. 1912. (BN)

⁹⁴ Entendemos por processo civilizador o incessante controle e molde de gestos, comportamentos, hábitos e sentimentos tanto na esfera privada, na educação familiar, nas sociabilidades, quanto pública, na legislação e coerções por parte do Estado. Assim, este processo civilizatório foram uma série de medidas tomadas em prol da racionalidade urbana e dentre suas vertentes, fez-se pela via educacional ao utilizar as escolas como meio para incutir nas crianças e pais ideais de civilização, progresso e higiene, além de uma cultura escolar Cf. ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história de costumes e formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.; PAZIANI, R. R. *Outras leituras da cidade...* Op. Cit., p. 141-142. Ainda, no tocante à denominação de vadios dada às pessoas que não exerciam um trabalho ou que trabalhavam em funções secundárias podemos elencar o trabalho de Kowarick. Segundo o autor, os marginalizados eram também chamados de “populacho”, “ralé”, “malta”, posição herdada de uma sociedade escravista que, mesmo em um sistema capitalista, ainda depreciava o trabalhador braçal. Dentre o populacho estavam homens brancos, mas, principalmente, compunham esta população pobre negros que, com a imigração e a valorização do labor estrangeiro, não encontravam trabalho nas fazendas e na cidade e, assim, formavam uma massa considerada imprestável para o trabalho- os ditos vadios. Cf. KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

infringia leis tácitas de um código de posturas latente. Não raro, situações de embriaguez, denúncias de desacato eram inventadas para que sujeitos indesejáveis fossem detidos e impedidos de dividirem o mesmo espaço em que conviviam os cidadãos considerados exemplares. Ainda, o simples fato de uma mulher perambular em via pública, desacompanhada e sob as maledicências peculiares às noites, já consumava a prova de que aquela mulher certamente não possuía boa índole⁹⁵.

Nas lembranças de historiadores locais, há a afirmação de que o racismo era inexistente na cidade, isto porque, os negros “*conhecem os seus lugares, e sabem perfeitamente como viver sem risco de passagem por vexames de natureza racista*”. Além de corroborar nossa suposição de que o delito em questão foi realmente o de a senhora andar pelos benquistos jardins, revela o preconceito em relação aos negros perceptível na recusa das autoridades em acreditar que uma negra pudesse ser mãe de uma criança branca. Se a mesma mulher caminhasse, em idênticas condições pelas ruas do subúrbio segurando em seus braços uma criancinha negra, teria incitado os mesmos sentimentos de dó e horror?⁹⁶

Apesar de todas as ações que buscavam higienizar e embelezar a urbe, desordens de todo o tipo teimavam em acontecer. Exemplo bem claro eram as greves que atemorizavam a municipalidade. Embora não fosse possível a comprovação de uma concepção socialista entre os trabalhadores rurais e urbanos, houve paralisações nos mais diversos ramos: colonos, operários, padeiros, cocheiros, e, no caso, até os leiteiros⁹⁷:

Cavalheiro que nos merece todo conceito disse-nos, hontem á tarde, que se projecta outra grêve, que estourará no dia 9 ou 10 do mez proximo.
Desta vez, porém, o caso é mais sério, pois são os leiteiros que o farão.
Basta dizer isso para calcu-se(?) a gravidade do caso. Entretanto, como a época é de grêves, um meio ha para a desforra, pelo menos. É fazerem grêve também os freguezes na ocasião do pagamento do consumo mensal de leite.
Diz o nosso informante que o facto se origina do ultimo lançamento de impostos de industrias e profissões.
É outra asneira, a dos leiteiros, si se julgam lesados, pois esse lançamento é, como os demais, de accordo com a lei.
O melhor, mais certo e criteroso é pagar o imposto que é justo e equitativo, e deixar as grêves, porque com grêves não se revogam leis e nem se faz administração⁹⁸.

A posição tomada pelo articulista ao excluir a legitimidade dos grevistas, bem como minimizar os efeitos do movimento e dar-se por certo que rapidamente seriam abafados era discurso amiúde nos caracteres do periódico. Tais quais os almanaques, os jornais

⁹⁵ SOIHET, R. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE Del, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p.365-366.

⁹⁶ FARIA, R. R. *Ribeirão Preto...* Op. Cit., p. 63-64.

⁹⁷ PAZIANI, R. R. *Outras leituras da cidade...* Op. Cit., p. 267.

⁹⁸ CAVALHEIRO que nos merece todo conceito. *A Cidade. Ribeirão Preto*, 31 mar. 1911. (BN)

constituíram uma ferramenta para divulgação não apenas de mercadorias, serviços, pessoas e redes de sociabilidades, mas também propagação de modelos de costumes, etiquetas e ordem social a ser seguida. Todos aqueles que se opusessem, principalmente no tocante àqueles que não aceitassem a positividade do trabalho seriam vistos com maus-olhos, como indivíduos egoístas que simplesmente não aceitam o pacto social. Nestas terras do café, mais valeria o velho e bom trato com o diabo, pois o tinhoso, diferente do poder público, cumpriria sua parte no contrato⁹⁹.

No entanto, justiça seja feita, nem apenas da municipalidade e doutores vivia a imposição de um modelo civilizador. Os tempos modernos trouxeram novidades mil, inovações científicas, trem, trilhos, eletricidade, aspirina e, sobretudo, o burburinho nas vias públicas ao passo que, concomitantemente tentava, a todo custo, manter o recôndito das casas bem distante do escancaro das ruas. Neste ambiente de inovações surge a “*boa sociedade*”, homens e mulheres caracterizados não somente pelo poderio econômico, mas pelos costumes e hábitos polidos e aprumadas maneiras de apresentarem-se perante a sociedade. Comumente, os ideais destes membros também reclamavam a construção de uma urbe perfeita¹⁰⁰:

PELOS BONS COSTUMES

A propósito de uma reclamação que ha dias fizemos por esta folha em que envolviamos o nome de algumas mulheres de vida fácil, residentes á Rua Americo Brasiliense, em frente á Cathedral, o sr. Francisco Orlando, estabelecido à rua José Bonifácio, veio dizer-nos que nas proximidades de sua residencia habitam algumas decahidas que não guardam o recato exigido pela moralidade publica.

Por muito que deploremos a sorte dessas infelizes e sem o proposito de lhes mover a mais leve perseguição, não podemos deixar de chamar para este e para outros casos semelhantes a atenção da digna auctoridade policial, a fim de que a corrupção e os maus costumes fiquem adstrictos ao circulo minimo em que podem ser tolerados¹⁰¹.

Na consolidação do capitalismo, neste desenvolvimento da vida urbana que possibilitava novas formas de convivência social e a ascensão de novos homens tornou-se sólida uma mentalidade burguesa que regravava as relações familiares, as sensibilidades e as formas de amor. Estas idéias pregavam um consistente ambiente familiar composto por (um) esposo, (uma) esposa dedicada à maternidade e por (vários) filhos educados. Ainda, colocados em um mesmo balaio- jogos de azar, alcoolismo, ociosidade e prostituição- afora a condenação burguesa, aliavam-se o espírito religioso e as teorias eugênicas e higienistas que

⁹⁹ PAZIANI, R. R. *Construindo...* Op. Cit., p. 263.; BRESCIANI, M. E. M. *Londres e Paris...* Op. Cit., p. 80.

¹⁰⁰ APARÍCIO, L. R. *Forma e aparência: análise da moda feminina e seus sentidos sociais na Ribeirão Preto da Belle Époque (1883-1930)*. Monografia de Conclusão de Curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá. Ribeirão Preto, 2007, p. 80.

¹⁰¹ PELOS bons costumes. *A Cidade. Ribeirão Preto*, 17 out. 1916. (BN)

identificavam tais elementos como degeneradores da alma, moral e corpo, responsáveis pelo adoecimento e falência do indivíduo e sociedade¹⁰².

Embora os reclamantes apresentem um tom brando nos dizeres “*por muito que deploremos a sorte dessas infelizes e sem o proposito de lhes mover a mais leve perseguição*”, são pedidas providências à autoridade policial, indicando uma maneira não somente local, mas nacional ao tratar a prostituição como caso a ser resolvido pela policia. Nesse sentido, não faltaram teses científicas que categorizassem as prostitutas, “*exemplo de borboletas e mariposas*”, segundo traços naturais que seriam indicativos de propensão à criminalidade¹⁰³.

Não obstante, ainda que freqüentemente encarceradas, as meretrizes em Ribeirão Preto eram desmesuradamente amadas. Nas noites ribeirãopretanas os prostíbulos eram famosos, espaço para organização e discussão de assuntos políticos ou pertinentes à administração pública, satisfação dos desejos da carne, ou iniciação sexual dos meninotes. Moças mimosas, estrangeiras e caras que povoaram até o imaginário do escritor brasileiro Monteiro Lobato, admirado por ninguém amar “*à nacional*” e fazendo-o amaldiçoar a monogamia. Ainda, marcava presença o baixo meretrício, opção de consumo aos bolsos menos abastados¹⁰⁴.

Todavia, estes anseios modernos de viverem a vida mundana, adentrarem em noites boêmias e deliciarem-se em pernas francesas precisaram ser moldados, um comedimento necessário para não causar maiores sobressaltos na influência cristã que pairava sobre a cidade ou sobre as esposas zelosas pela boa reputação de seus lares. Daí a origem da reclamação. Em nome dos bons costumes, a presença daquelas mulheres faceiras incomodava por situarem-se na zona central, em frente à Catedral, não somente um mero “*circulo minimo*

¹⁰² D’INCÂO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE DEL, M. *História das Mulheres...* Op. Cit., p. 230. Neste momento, vale uma ressalva. Na citação original, a autora escreve sobre a “ascensão da burguesia” e não “novos homens”. Conforme já discutido, ao optarmos por uma discussão teórica que não enxerga a existência da formação de “classes sociais”, em seu sentido clássico, no Brasil, acreditamos mais adequado o uso do conceito “elites” ao invés de “burguesia”. A mentalidade burguesa, em terras brasis, tomou um caráter mais relacionado à distinção social, além do enriquecimento e proteção de bens e propriedade que propriamente a fidelidade à moral protestante se pensarmos na obra de Max Weber intitulada “A ética protestante e o espírito do capitalismo”. Ainda, Hobsbawn também discute a “hipocrisia” da moral protestante. Ver HOBBSAWN. E. *A Era do Capital...* Op. Cit., p. 239-244.; LUCA, T. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 225-226.

¹⁰³ RAGO, M. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 87-91

¹⁰⁴ FRANÇA, J. L. *Meretrizes na Belle Époque do café: cabaré e sociedade (1890-1920)*. Monografia de Conclusão de Curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá. Ribeirão Preto, 2006, p. 60:68. Ao menos o meretrício era democrático, na medida do capitalismo. Needell também identificou no Rio de Janeiro a existência dos vários preços cobrados pela prostituição: francesas para os ricos e polacas para pobres. In: NEEDELL, J. *Belle Époque tropical...* Op. Cit., p. 203.

em que podem ser tolerados”, mas ícone feito de pedras do catolicismo predominante na cidade¹⁰⁵.

Ainda que nem todos os desejos modernos não cedessem às normas religiosas, necessitaria prestar contas aos anseios civilizatórios pautados naquela ciência universal e desinteressada, crença em um darwinismo social que a tudo higienizava e ordenava. O positivismo, doutrina orientadora destas idéias encontrou vários afeitos no Brasil por acreditarem que *“esse sistema prende-se exatamente à sua capacidade de resistir à fluidez e a mobilidade da vida [...] e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa vontade e bom senso”*¹⁰⁶.

Mas as veredas para o progresso eram sinuosas, repletas de intervenções e apropriações cotidianas. Os viventes aventuravam-se neste espaço que rapidamente formava e transformava. Na área central ou nos bairros esquecidos pelo poder municipal, os ribeirãopretanos trataram de criar condições para sua sobrevivência e seguiam mais ou menos seus próprios padrões culturais e de sociabilidade. Os populares eram diversos e muitos:

Formados por imigrantes – respectivamente, italianos, portugueses e espanhóis – e migrantes de vários estados – sob o predomínio de mineiros, fluminenses e baianos – os habitantes experimentavam a cidade reinventando, segundo suas formas de sociabilidade, os anseios da elite, ora tecendo relações sociais de aproximação e distanciamento com as autoridades municipais, ora consumindo as novas idéias e mercadorias trazidas pelas estradas de ferro¹⁰⁷.

Imigração (e migração) e o trabalho assalariado: dois fatores essenciais para a materialização da vida urbana. Esta modernidade de nascença conferida pela produção e consumo, graças à importação de mercadorias diversas, hábitos e aspirações de imigrantes fizeram do *hinterland* paulista terreno propício às transformações, reagiam de modo afirmativo ao novo, sempre e, assim, sendo força motriz de outras novidades, outro crescimento¹⁰⁸.

Estes chegantes, não restritos ao trabalho nas fazendas trouxeram uma miríade de serviços, desde construção, artesanato, confeitaria ou mesmo empresário que serviam tanto aos moradores da cidade quanto aos viajantes. Na zona rural, os sitiantes colaboraram consideravelmente no abastecimento da urbe ao fornecer gêneros de subsistência, já que as

¹⁰⁵ Idem, p. 56.

¹⁰⁶ HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil...* Op. Cit., p. 158.

¹⁰⁷ PAZIANI, R. R. *Outras leituras da cidade...* Op.Cit., p. 183.

¹⁰⁸ MOTA, C. G. São Paulo: exercício de memória. *Estudos Avançados*. V 17. São Paulo. maio/agosto. 2003, p. 241.

terras eram destinadas, em maioria, à plantação de café, além de desenvolverem diversas atividades comerciais e industriais no Núcleo Colonial em que viviam¹⁰⁹.

Ao analisarmos o almanaque ilustrado da cidade, além de divulgar os progressos de Ribeirão Preto, ressaltar seus ares afrancesados mesmo em meio ao pó vermelho característico da terra roxa, exaltar coronéis e doutores locais, ainda que em menor proporção, não deixava de figurar em suas páginas nomes de costureiras, parteiras, barbeiro, curandeira e outros profissionais. Gente importante e populares, cada qual com seu quinhão. Na Tabela abaixo, podemos vislumbrar um panorama desta diversidade econômica e o espectro desses homens cotidianos:

Tabela 2. Atividades urbanas em Ribeirão Preto, 1903. Dados retirados do Anuário Comercial do Estado de São Paulo. Apud. SILVA, A. C. B. da. *Campos Elíseos e Ipiranga: memórias do antigo Barracão*. Editora COC: Ribeirão Preto, 2006, p. 96-97.

Comércio e serviços	15 hospedarias, 5 hotéis, 18 açougues, 2 agências de leilões, 8 agências de loterias, 1 armazém de couro, 180 armazéns de secos e molhados, 1 banco italiano, 1 bazar, 4 casas de bilhar, 54 botequins, 1 casa de penhores, 1 chapelaria, 3 confeitarias, 1 curtume a vapor, 5 depósitos de armas, 1 depósito de cal, 1 depósito de fumo, 7 depósitos de madeira e lenha, 1 casa de vinho, 1 drogaria, 7 farmácias, 76 lojas de fazendas e armarinhos, 5 lojas de ferragens, 3 livrarias e papelarias, 4 máquinas de beneficiar arroz, 7 máquinas de beneficiar café, 2 máquinas de costura, 1 mercado público, 13 padarias, 11 restaurantes, 2 tipografias, 17 advogados, 5 dentistas, 5 engenheiros, 11 médicos, 4 parteiras, 1 fotógrafo, 8 construtores, 2 armadores, 2 capitalistas, 5 compradores de café, 4 representantes de bancos, 1 solicitador.
Oficinas	20 oficinas de alfaiates, 21 oficinas de barbeiro, 9 oficinas de carpinteiros, 2 colchoeiros, 1 consertador de leques, 1 consertador de instrumentos musicais, 9 ferreiros e ferradores, 3 fundições, 8 funileiros e caldeiros, 13 joalheiros e relojoeiros, 1 marmorista, 3 mecânicos, 11 modistas, 9 olarias, 3 pedreiros, 3 refinações de açúcar, 29 sapateiros, 9 seleiros e correiros, 3 serralheiros, 2 serrarias a vapor.
Indústrias	3 fábricas de cadeiras de palha, 6 fábricas de cerveja e licores, 2 fábricas de chapéus, 2 fábricas de chapéus, 2 fábricas de charutos e cigarros, 1 fábrica de espelhos, 2 fábricas de gasosas e licores, 1 fábrica de gelo, 6 fábricas de massas, sendo 2 a vapor, 1 fábrica de óleos, 2 fábricas de peneiras e arames, 5 fábricas de sabão, sendo 1 a vapor, 4 moinhos elétricos de café e fubá, 7 fábricas de calçados, movidos a eletricidade

Não pretendemos definir os cidadãos de outrora segundo suas profissões ou a rentabilidade de suas atividades. Tal catálogo é mais um convite à imaginação- caro recurso dos historiadores- e vestígio de uma cidade marcada pelo movimento humano, pela ocupação incessante das ruas e pelo diversificado comércio, inclusive o relacionado ao consumo da aparência- coloquemos reparo nos alfaiates, sapateiros e relojoeiros (estes em mesmo número de padarias).

¹⁰⁹ FARIA, R. R. *Ribeirão Preto...* Op. Cit., p. 134.; SILVA, A. C. B. *Campos Elíseos e Ipiranga*. Memórias do antigo Barracão. Ribeirão Preto: Editora COC, 2006, p. 83-96.

Embora indesejada e coibida, aos sábados, domingos e feriados, a população deixava seus bairros e dividia seus momentos de lazer com janotinhas, senhorinhas e suas respeitáveis famílias nas praças, adentrava os botequins e as casas de jogos, ou, ainda, simplesmente flanava a seu modo pelas passarelas centrais. Caminhar, passear, percorrer, trabalhar. Frequentar bares, teatros, coretos e praças, associações ou mesmo vias públicas implicava na vivência entre os fortes resquícios de outros tempos e as novidades ora tão sedutoras, ora causadoras de receios¹¹⁰.



Imagem 4- Casa Confiança. Venda de material de construção, munição e outros artigos. 1900. (APHRP).

A fotografia revela alguns aspectos desta modernidade e urbanização nos macadames entre cafezais. Supostamente, a intenção do fotógrafo seria capturar a opulência da loja, posto que o ângulo abarca as três portas de entrada e toda a extensão da construção, bem como o gozo social dos proprietários, bem vestidos, sentados ao centro, os rapazolas logo atrás

¹¹⁰ PAZIANI, R. R. Outras leituras da cidade... Op.Cit., p. 185-186.

(provavelmente funcionários do estabelecimento) e vários passantes ao redor. Imagem da cidade progresso, riqueza adquirida.

Noutra olhadela, podemos observar também a disposição das mercadorias, os materiais sobrepostos, pendurados, invadindo a calçada. Um amontoado a compor a fachada, um rococó de mercadorias, bastante barroco e bem diferente das sinuosidades e assimétricas formas do *art nouveau*, estilo decorativo considerado elegante na época. Embora empertigados, os homens estão sentados todos folgados, cadeiras viradas da cidade. O senhor ao centro afaga um cão, animal considerado verdadeiro problema social para os governantes por macular a ordem e o asseio urbano. O detalhe ajuda-nos a enxergar várias crianças descalças. Apenas varões posaram para a foto. Estampa da cidade arcaica, antigas permanências e existências em novos tempos.

A despeito desses novos tempos, a cidade de Ribeirão Preto fazia-se moderna não somente com a construção de um quadrilátero central ideal, planejado, arborizado e repleto de palacetes e teatro, mas também, pela presença das escolas, estabelecimentos considerados pelas elites templos de civilização e progresso. No entanto, dentre o recorte temporal desta pesquisa, o ensino esteve entregue em grande parte pela iniciativa particular- classes particulares, Colégio Pujol, Ateneu Demétrio, Colégio Spencer, Colégio Modelo, Colégio Rio Branco, Colégio Metodista, Colégio Auxiliadora dentre outras instituições privadas que participaram da formação educacional daquela sociedade¹¹¹.

No tocante à instrução pública, a carta de Jefferson publicada no jornal A Cidade indica-nos alguns caminhos:

Rib. Preto pelo augmento da população e pelo seu continuo progresso, bem merece dos poderes publicos o mesmo desvelo que tem dispensado a outras cidades do Estado, onde se nota a existencia de 3 a 4 grupos escolares, além de outras escolas de ensino superior. [...]

Há ainda tantas creanças por ahi a vegetar a vida solta das ruas!

Precisamos ampliar e disseminar a instrucção popular favorecendo a educação dos filhos do povo!

A criação de mais dous grupos escolares muito há de concorrer para esse objectivo. Convém, porém, não descurar do ensino das artes e officios, do ensino agrícola, commercial e industrial destinado às classes menos favorecidas de fortuna. [...]

Para a realisação dessas ideas poderão concorrer conjunctamente ou separadamente os poderes públicos- federal-estadual e municipal- além da iniciativa individual. [...]

Todos esses projetos poderão ser realizados dentro de breve espaço de tempo, se cada um dos três poderes administrativos lhes dispensar o efficaz benfazejo official¹¹².

¹¹¹ CUNHA, M. V. *O velho Estadão*: educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Otoniel Mota. Palavra Mágica: Ribeirão Preto, 2001, p. 20-21.

¹¹² FALLA se na criação. A Cidade. Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 08 fev. 1911. (BN).

A reivindicação por escolas públicas fazia parte da oratória republicana, pois somente ao fornecer instrução ao povo os problemas nacionais seriam supostamente solucionados e a República de vez consolidada, uma vez que segundo o positivismo, o indivíduo necessitava ser instruído para que este pudesse integrar-se à sociedade. Todavia, apesar de inúmeros discursos de líderes republicanos e legislação que considerava a educação dever do Estado e direito de todo cidadão, o Brasil não organizou seu sistema nacional de ensino, pois esta universalização não esteve entre as prioridades da União: a instrução básica foi relegada a responsabilidade dos estados o que, por sua vez, ocasionou desigualdades no campo educacional entre as regiões brasileiras¹¹³.

Sobre os bancos escolares públicos ribeirãopretanos, estes seguiram a tendência nacional de números de vagas insuficientes e ineficientes no projeto de erradicar o analfabetismo no país. Em todo território nacional, os grupos escolares marcaram a paisagem urbana, porém esta visibilidade não significou a democratização do acesso à escola. Assim, os ginásios brasileiros mantiveram um ensino enciclopédico e propedêutico extremamente seletivo. As escolas isoladas, estabelecimentos em que vários graus de adiantamento eram ministrados numa mesma sala sob a direção de um professor, continuaram a educar boa parte dos pupilos que eram matriculados durante o período republicano¹¹⁴.

Nas palavras do cronista, é possível perceber a associação da educação popular ao projeto de controle e ordem social e também, na indistinção dos responsáveis no tocante à subvenção desta instrução *destinada ao povo* embora já existissem legislações a respeito. Assim, no limite tênue entre público e privado que marcou a formação de um Estado de raízes patriarcais e personalista, apresentamos nos capítulos seguintes a educação pública ministrada nas escolas primárias criadas pela iniciativa particular ou estadual e custeadas com auxílio da municipalidade, bem como os grupos escolares e ginásio fundados pelo estatal, mas que concorriam com verba da prefeitura para garantia de funcionamento.

¹¹³ CARVALHO, C.H; GONÇALVES NETO, W. Impasses e desafios da educação na Primeira República: Liberais e católicos no Triângulo Mineiro, MG, Brasil (1892-1926). *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia : EDUFU, 2006. p. 3330-3331.

¹¹⁴ VEIGA, C. G. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007, p. 239-250.; SOUZA, R. F. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Ed. Cortez, 2008, p. 45.

CAPÍTULO II

Escolas de primeiras letras e/ou mais algumas letras, públicas, mas nem tão gratuitas assim

*Papai Noel entrou pela porta dos fundos
(no Brasil as chaminés não são praticáveis),
entrou cauteloso que nem marido depois da farra.
Tateando na escuridão torceu o comutador
e a eletricidade bateu nas coisas resignadas,
coisas que continuavam coisas no mistério do Natal.
Papai Noel explorou a cozinha com olhos espertos,
achou um queijo e comeu.*

*Depois tirou do bolso um cigarro que não quis acender.
Teve medo talvez de pegar fogo nas barbas postiças
(no Brasil os Papais-Noéis são todos de cara raspada)
e avançou pelo corredor branco de luar.
Aquele quarto é o das crianças.
Papai entrou compenetrado.*

*Os meninos dormiam sonhando outros natais muito mais lindos
mas os sapatos deles estavam cheinhos de brinquedos
soldados mulheres elefantes navios
e um presidente de república de celulóide.*

*Papai Noel agachou-se e recolheu aquilo tudo
no interminável lenço vermelho de alcobaça.
Fez a trouxa e deu o nó, mas apertou tanto
que lá dentro mulheres elefantes soldados presidentes
brigavam por causa do aperto.
Os pequenos continuavam dormindo.
Longe um galo comunicou o nascimento de Cristo.
Papai Noel voltou de manso para a cozinha,
apagou a luz, saiu pela porta dos fundos.*

Na horta, o luar de Natal abençoava os legumes.

(Carlos Drummond de Andrade)

2.1 - O provimento das escolas primárias ou o maxixe dos três poderes

Neste moderno tablado composto por novas e velhas vigas, entre trilhos, cafezais, calçamentos e novidades mil, podemos elencar o ensino público como símbolo dileto destas transformações ocorridas em Ribeirão Preto de outrora, posto que, além de encerrar os mais diversos ditames da modernidade, a escola *destinada ao povo* traduz bastante daquela sociedade, modifica e é modificada pela vivência daquelas pessoas, sejam estas coronéis, doutores ou homens e mulheres.

Dessa forma, iniciaremos nossas discussões acerca das escolas públicas ribeirãopretanas ao versarmos sobre o ensino de primeiras letras (denominação de tempos imperiais) ou as escolas isoladas (rótulo impresso pela legislação republicana), tipo de estabelecimento em que um único professor ministrava aula para alunos de diferentes graus de adiantamento escolar dentro de uma mesma sala de aula. Pelo motivo de possuírem funcionamento e organização semelhantes, incluímos também as classes e cursos particulares que recebiam subvenção da prefeitura, bem como organizações sociais, filantrópicas e religiosas que ofereciam a gratuidade em seus bancos escolares - e acabavam por constituir a própria instrução municipal. Consonantes aos historiadores locais, indicamos o ano de 1874 como marco temporal inicial para rastreamos a existência destas escolas em terras ribeirãopretanas¹¹⁵:

Logo que foi instalado o município, em 1874, dois professores fizeram apresentação de suas credenciais perante a Câmara Municipal como professores de primeiras letras. Era o casal Bernardino Prata e Dona Eufrásia Prata. Ele lecionava para os meninos e ela para as meninas. Eram, portanto, professores de primeiras letras, do âmbito estadual (antigamente se dizia provincial). Mas não sabemos quais os demais professores particulares existentes. É bem conhecido o nome de Dona Adelaide Miranda Paixão. Porém não deve ser o primeiro, apesar de muito antigo. Sabe-se que por volta de 1887, Pedro Xavier de Paula, apelidado de Pedro Maestro e também conhecido por Pedro Tudo, (devido ser apto para uma porção de funções e afazeres), era também professor nas horas vagas. Pedro Tudo era leitor de cartas e também escrevia cartas para quem o pagasse, ainda modestamente. É bem provável que Pedro Tudo tenha ensinado mesmo muitos os segredos da leitura e escrita...¹¹⁶

Ao analisarmos por miúdo, é bastante provável que estes professores lecionassem em tempos anteriores, uma vez que a referida apresentação consta na ata de 14 de julho de 1874, aproximadamente um mês após a instalação do município de Ribeirão Preto e um dia em seguida à realização da primeira sessão da Câmara Municipal. Caso considerarmos que

¹¹⁵ SOUZA, R. F. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Ed. Cortez, 2008, p. 45.

¹¹⁶ CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG, 1987, v. 5, p.211.

realmente houve a apresentação das credenciais, o provimento destas cadeiras inéditas seguiu a regulamentação vigente: o ato adicional de 1834 que, a este respeito, legislava o procedimento para contratação dos mestres que deveriam ser aprovados em exames, apresentarem atestado de boa conduta emitido pelo juiz de paz ou pároco local. Assim, acreditamos que não houve tempo hábil para cumprimento de tais trâmites burocráticos no emprego dos professores exclusivamente por conta da elevação de vila a município¹¹⁷.

Outro indício revelador da existência de ensino naquelas bandas em tempos anteriores à instituição da edilidade é o nome de Adelaide Miranda Paixão, consagrada como primeira professora de Ribeirão Preto pela memória e imprensa local na década de 1850. Após valer da contribuição de “*velhos historiadores do São Sebastião*” e depoimentos de ex-alunos, o periódico *Diário da Tarde* publicava em suas páginas o nome da educadora em questão e concedia-lhe o título de mestra inaudita por fazer funcionar, já em 1866, uma escola que contava com duas professoras auxiliares (as filhas de Dona Adelaide) e não raras visitas do Imperador D. Pedro II, amigo da família. No projeto de lei 97-56, ao considerar que o poder público não poderia esquivar-se de reconhecer os “[...] esforços daqueles que sem maiores ambições, procuraram orientar os homens que viriam constituir nossa cidade [...]”, visava-se denominar uma rua do município com o nome da mestra que possibilitou a crianças e adultos a alfabetização ou “*maiores conhecimentos literários*”¹¹⁸.

Do mesmo modo que os vereadores de Ribeirão Preto não puderam fazer justa justiça à professora pioneira, visto que a lei foi aprovada apenas dois anos depois e nomeou um longínquo e singelo caminho público, distante das áreas centrais ou consideradas importantes, escusamo-nos a inclusão da famosa classe regida por Adelaide Miranda Paixão em nossos trabalhos devido à falta de fontes que constatassem que o ensino ministrado era gratuito¹¹⁹.

Seja como for, D. Adelaide, bem como Pedro Tudo, são preciosos nomes, que, segundo as alusões feitas a estes indivíduos peculiares, revelam traços da educação nacional, tanto no concernente a professores quanto ao ensino. Ainda que o oitocentos tenha sido marcado por inúmeras idéias, leis e reformas que buscaram institucionalizar a educação primária no Brasil, há de se pesar o predomínio e a coexistência de várias formas de instrução durante todo o século XIX, fossem estas familiar, religiosa, artesanal, profissional. Ainda, podemos perceber a deficiência na formação dos docentes uma vez que, ainda neste século, o

¹¹⁷ VEIGA, C. G. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007, p. 161.

¹¹⁸ D. ADELAIDE, a primeira professora de Ribeirão Preto. *Diário de Notícias*, 24 jun. 1956.; A PRIMEIRA professora de Ribeirão Preto. *Diário de Notícias*, 26 ago. 1956. (APHRP).

¹¹⁹ Lei Número 654 de 19 de fevereiro de 1958. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/694089/lei-654-58-ribeirao-preto-sp>>. Acesso em 14 de novembro de 2010.

ensino público de nível médio era ministrado apenas em dois liceus, a Escola Normal possuiu existência irregular em seu início e, mesmo as classes elementares eram por demais escassas, fatores estes que contribuíam para que filhas de professoras e professores de horas vagas fossem importantes sujeitos da ação educativa¹²⁰.

Contudo, ao menos em âmbito legislativo, a passagem para o século XX e, essencialmente, a instauração da República remexeram a institucionalização do ensino ao levarmos em consideração as investidas dos governantes do Estado de São Paulo no sentido de organizarem um sistema de ensino modelar. Assim, foram criadas as escolas erigidas em terras de bandeirantes, exemplo de remodelação escolar a outros estados, e, principalmente, signo do progresso, ideal arraigado à oratória republicana e sinônimo de modernidade que funcionava como mecanismo de luta e legitimação dos interesses paulistas na disputa pela hegemonia na Federação. Tais ações buscaram dois requisitos básicos necessários para a efetiva formação de um sistema educacional¹²¹:

[...] a) a organização administrativa e pedagógica do sistema como um todo, o que implicava a criação de órgãos centrais e intermediários de formulação das diretrizes e normas pedagógicas bem como de inspeção, controle e coordenação das atividades educativas;

b) a organização das escolas em grupos escolares, superando, por esse meio, a fase das cadeiras e classes isoladas, o que implicava a dosagem e graduação dos conteúdos distribuídos por séries anuais e trabalhados por um corpo relativamente amplo de professores que se encarregavam do ensino de grande número de alunos, emergindo assim, a questão da coordenação dessas atividades também no âmbito das unidades escolares [...]¹²²

Neste sentido, estas modificações feitas entre 1892 e 1896 culminaram numa reforma geral que instituiu o Conselho Superior da Instrução Pública, a Diretoria-Geral e os inspetores de Distrito, abrangendo todos os níveis de ensino. No entanto, por conta de reformas serem, em grande parte, arranjos em terras brasis, tais consolidações feneceram rapidamente no ano seguinte, resultando na direção e inspeção do ensino sob os encargos de um inspetor geral, responsável por todo o Estado, que, por sua vez, era auxiliado por dez inspetores escolares. Dessa forma, a fiscalização das escolas estaduais acabava por ser exercida por representantes municipais, prática esta anterior à promissora reforma. Embora regressivo, este movimento

¹²⁰ SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Editores Associados. 2008, p. 115-170.; GONDRA, J. G.; SCHULLER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2008, p. 35.; CAMPOS, M. C. S. S. Formação do magistério em São Paulo: do Império a 1930. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 72, fev. 1990, p. 6-7.

¹²¹ CARVALHO, M. M. C. Reformas da instrução pública. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C. G. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225.

¹²² SAVIANI, D. *História das idéias ...* Op. Cit., p. 165.

foi providencial à consolidação das elites cafeeiras no sentido de que, ao descentralizar o poder, os governantes locais puderam defender seus interesses- no âmbito educacional ou não- e, assim, passaram a comandar as rédeas do regime republicano por meio da política dos governadores¹²³.

Uma vez que, apesar do tema da escolarização ser abordado segundo o embasamento de correntes e movimentos escolares, o ensino servia a propósitos acolá da pedagogia. Os assuntos escolares eram travestidos de uma roupagem essencialmente política ao estarem ligados de forma intrínseca à politicagem. Noutras palavras, a educação pública, tão cara à nova época e regime, era utilizada como insumo nas barganhas entre as esferas dos poderes, produzindo assim outra maneira de romper o invólucro entre público e privado, exercício de tempos passados¹²⁴.

Nas primeiras décadas republicanas, o governo federal era responsável pela escola superior ao passo que os demais níveis de instrução deveriam ser de obrigação dos estados, cada qual, por sua vez, autônomos na organização das modalidades de ensino que lhes cabiam. Assim, em decreto de 1892, a obrigatoriedade do ensino primário para crianças de 7 a 12 anos era inaugurado em terras paulistas. Ainda que estes acordos acontecessem em campo nacional e estadual, os resultados e o prumo de outros ajustes políticos envolviam também a urbe de Ribeirão Preto e permeavam as páginas da imprensa local¹²⁵:

Colaboração- Instrução

Que homem haverá por ahi que não goste de creanças, que não ame sinceramente estes pequeninos seres travessos, cujo unico pensamento esta nos brincos e jogos [...]. Nenhum, respondernos-hão de todos os lados. Quão longe porem esta longe de ser sincera e meditada esta resposta! Que distancia medira entre ella e a crua realidade dos factos- que se observam todos os dias por esse mundo afora!¹²⁶

Tantas exclamações eram corriqueiras nas publicações do jornal *A Cidade*. Por meio deste principal periódico da urbe, os homens dito ilustrados da época discorriam sobre os mais diversos assuntos que embrenhavam-se no cotidiano da cidade: política, economia, notícias de outros países (notadamente fatos ocorridos em terras francesas), invenções e descobertas (principalmente médicas). Como bons republicanos, estes homens ocupavam suas letras na intenção de desvelarem-se pela educação. Ao iniciar seus apelos e discussões a respeito da infância e educação- temas intrinsecamente relacionados à cientificidade nas mais diversas faces: medicina higienista, concepções jurídica-profissionais, bem como prescrições

¹²³ SAVIANI, D. *História das idéias...* Op. Cit., p. 165-166.

¹²⁴ NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 1974, p. 101

¹²⁵ VEIGA, C. G. *História da Educação...* Op. Cit., p. 238

¹²⁶ COLABORAÇÃO- Instrução. *A Cidade. Ribeirão Preto*, 12 abr. 1913. (BN).

religiosas- o cronista envereda por conjecturas fundamentadas em sentimentos e sensibilidade individual, mas de conseqüências coletivas¹²⁷:

[...] sahiamos a percorrer as nossas cidades, villas, povoações e fazendas, e veremos, pezarosos, tristes, o acabrunhador espetaculo que offerecem milhares de meninas e meninos a vagarem sem rumo à toa nas ruas, pelos caminhos, pelas roças, na mais completa ociosidade ou, mesmo, fazendo trabalhos grosseiros, embrutecedores, sem conhecerem uma letra sequer do alphabeto e isso porque os paes ou tutores não cuidaram, e nem cuidarão jamais de mandal-os á escola- fonte de instrucção e educação- onde elles poderiam preparar-se para uma vida nobre e bella! Logo, nem todos amam as crianças; pois se assim fora, não veriamos o triste spectaculo acima descripto; não veriamos a infancia crescer no analphabetismo, que vemos desprezada e desamparada por aquelles que deviam cuidar de seu futuro. O que poderão esperar para sua vida adulta meninos e meninas, crescendo assim no estado de completa ignorancia? Nada- a não ser decepções, lagrimas e danos physicos e moraes e demais, uma nação constituída de analphabetos é uma nação comndenada. A prosperidade de um paiz, disse o grande Otelo, não depende da abundancia de suas riquezas, nem da importancia de suas fortalezas, nem da belleza de seus edifficios publicos, consiste no numero de seus cidadãos cultos, nos seus homens de educação, illustração e caracter [...].
A. Grellet¹²⁸

Ao percorrermos cidade e fazendas por meio da narrativa de Grellet, apreendemos ocorrências da história tanto em macro quanto em micro esfera. Neste discurso, ao descrever aos leitores o espetáculo do analfabetismo, o cidadão de tempos idos emprega as palavras *pezaroso, triste, acabrunhador, ignorancia, decepção, lagrimas, danos, comndenada*, vocábulos estes que compõem um léxico de infortúnio e calamidade. Ainda que esta seja uma fala individual, os valores e crenças defendidos foram historicamente construídos, posto que ao apontar a escolarização como solução certa para todos aqueles males, o enunciado acima demonstra as esperanças depositadas na escola primária. Ao ocupar as carteiras, as crianças teriam seu caráter moldado, sorveriam os valores de moralidade e as prescrições de civilidade e higiene, admitiriam de bom grado o gosto pelo trabalho, pontualidade, ordem e asseio e, assim, transformar-se-iam em republicanos ideais e exemplares, aptos a contribuir para a fortificação da nação brasileira.

A despeito de formas e reformas educacionais, os governantes tão logo constataram a baixa produtividade do sistema republicano nos repetidos momentos em que as estatísticas eram preparadas, números que denunciavam os baixos índices de promoção e frequência escolar. Já em Ribeirão Preto, ora nos relatórios dos prefeitos, ora em notas da imprensa, o fracasso do ensino municipal fazia-se sempre presente, apesar da existência de vários

¹²⁷ A respeito dos temas tratados pelos articulistas do jornal *A Cidade*, tal afirmação pôde ser feita após a leitura das publicações deste periódico, veiculadas entre os anos de 1908 e 1920. ; KUHLMANN JR. M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 89-96.

¹²⁸ COLABORAÇÃO- Instrução. *A Cidade. Ribeirão Preto*, 12 abr. 1913. (BN).

mecanismos para escamoteio das mazelas condizentes aos bancos escolares. Notemos que o artigo a seguir remonta ao problema do analfabetismo em 1913. Em exatos dez anos anteriores, a edilidade mapeava a existência de 3282 pequenos ribeirãopretanos em idade escolar, sendo que somente 832 recebiam instrução. Pouco menos de duas décadas decorridas, em 1919 foram computados 12.000 crianças de 7 a 12 anos, dentre estas 4.300 freqüentavam as escolas¹²⁹.

Grellet indica que os responsáveis pelo “*triste espectáculo acima descripto*” seriam os pais ou tutores das crianças que não zelavam pela matrícula de seus filhos e protegidos e, por tal motivo, conseqüentemente não os amavam verdadeiramente. Embora o cronista não tratasse os responsáveis como criminosos, é clara a referência às questões colocadas pela sociologia e antropologia criminal da época, postulados que ressaltavam as ações familiares como responsáveis pela moral e conduta dos menores¹³⁰.

Entretanto, o autor dessa crônica não traz à baila questões pertinentes ao considerável número de crianças fora da escola, pequenos amiúde tratados como equações a serem resolvidas pelos cofres municipais. Embora já tivesse sido decretada a obrigatoriedade do ensino primário segundo as disposições de 1892, a presença dos pupilos nos estabelecimentos de ensino era mais arranjo entre estado, município e, principalmente, iniciativa particular que realidade no cotidiano da criançada. Analisemos alguns artigos da Lei nº 201 de 15 de janeiro de 1913, regra de direito que organizou o ensino municipal de Ribeirão Preto:

Art.1 º O ensino municipal far-se-há por modo de escolas publicas municipais, fundadas, providas e custeadas pela Municipalidade e escolas subvencionadas, umas e outras destinadas ao ensino primário;

Art. 2º As escolas publicas municipais serão creadas fóra da cidade ou povoações, nos centros agricolas, onde, em um raio de dois kilometros, haja pelo menos 40 individuos de 7 a 15 annos;

Art. 5º As escolas municipais serão fundadas de preferencia, nos logares onde um ou mais proprietarios dérem gratuitamente casa a escola e para a residencia do professor;

Art. 6º As escolas subvencionadas serão escolas particulares, diurnas ou nocturnas situadas na zona rural e nocturnas situadas na cidade.

Art. 7º Sempre que uma escola particular subvencionada puder subsistir em determinado lugar com igual proveito para o ensino, deverá ser instituida de preferencia á escola publica.

Art. 9º Para a concessão da subvenção dar-se-há preferencia áquellas escolas que forem mantidas por cooperativas e associações beneficentes ou philanthropicas de operarios agricolas ou não¹³¹.

¹²⁹ SOUZA, R. F. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, julho\dezembro. 1999, p. 131. ; GUSMÃO, M. A. Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na sessão de 10 de janeiro de 1903, p. 18. (APHRP).; PELA instrução. *A Cidade. Ribeirão Preto*, 09 de outubro de 1919. (BN).

¹³⁰ KUHLMANN Jr, M. *Infância e educação infantil...* Op. Cit., p. 93-94.

¹³¹ Lei nº 201 de 15 de janeiro de 1913. In: Livro nº 2 de Leis e Decretos do Município. (CMRP).

Qual outras pesquisas que igualmente analisaram a questão educacional pública valendo-se dos documentos municipais, percebemos que, junto a obras públicas e higiene, a educação aparece como tópico específico nos relatórios de intendente e prefeitos que de maneira minuciosa ou não, expunham informações acerca de quantidade de escolas, recursos da cidade destinados à esta despesa, vencimento dos professores, considerações a respeito dos estabelecimentos de ensino. Contudo, o trecho legislativo citado anteriormente indica que não havia uma acentuada responsabilidade por parte do município em criar escolas públicas ao incluir as escolas subvencionadas na modalidade municipal¹³².

Garantir legalmente o perfil das escolas que pudessem receber a subvenção significava também uma tentativa de homogeneização, ainda que pulverizada, pois seria uma maneira de espelhar nos estabelecimentos particulares os anseios do público e currículo a ser ensinado que, em hipótese, deveriam abranger as raras escolas municipais. Custear apenas o ensino primário é mais um indício de que as escolas não seriam somente um bem do povo, mas sim espaços de interesse das elites em civilizar e higienizar a população, segundo os ditames daqueles tempos. Síntese de discussões iluministas e liberais de séculos anteriores, e oriundas de outros países, havia o consenso de que a educação gratuita seria destinada aos grupos populares. Em regra, esta instrução não deveria ultrapassar conhecimentos elementares, saberes estes úteis à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e extinção da pluralidade de valores, hábitos, linguagens¹³³.

Ainda, a localização destas salas de aula revela a qual parcela deveria a municipalidade garantir a instrução e suas ações modeladoras. No tocante à escola municipal, o público seria pessoas moradoras à margem da área central e *benesses* da urbanização, público distante da pretensa civilização e comportamentos considerados modernos e higiênicos. Em relação às subvencionadas, a predileção por cursos noturnos, freqüentados por alunos trabalhadores, impossibilitados de estudarem sob a luz do dia, em ambas as zonas é sinal das incisões ao tentar controlar costumes e valores das chamadas classes operárias,

¹³² Referimo-nos aos trabalhos de Sérgio César da Fonseca acerca do assistencialismo infantil em Ribeirão Preto. Ver: FONSECA, S. C. A assistência à infância pobre na República Velha: comparações entre São Paulo e Ribeirão Preto (1900-1917). Anais do XIX Encontro Regional de História da Sessão de São Paulo da ANPUH: *Poder, violência e exclusão*, 2008. FFLCH\USP-São Paulo, s/p. e FONSECA, S. C. A presença do público e do privado na assistência à infância: Semelhanças e diferenças entre São Paulo e Ribeirão Preto (1903-1922). *Cadernos de História da Educação*, v.8, n. 1, jan.\jun. 2009, p. 203-220.

¹³³ VEIGA, C. G. *História...* Op. Cit., p. 88-95.

temerárias pelo escol que enxergava naqueles que necessitavam trabalhar, indivíduos naturalmente tendenciosos a vícios, violência e imoralidade¹³⁴.

No entanto, outra leitura é possível. Ao instituir políticas públicas que concedem a primazia à subvenção de escolas particulares ao invés de investir na manutenção absoluta do estabelecimento, a Câmara Municipal, assim, acaba por livrar-se da responsabilidade da criação de classes gratuitas, pois em área urbana existiam diversos estabelecimentos custeados pela iniciativa privada, diferentemente dos terrenos rurais e, em meio às fazendas, eram raros os cursos noturnos.

Segundo o historiador local Rubem Cione, os núcleos rurais não encontrariam o número de crianças nas idades exigidas por lei, daí o exíguo número de escolas criadas sob a legislação em questão. Decerto a porção agrícola das terras que compunham a cidade eram bastantes longínquas e isoladas, todavia, muito populosas. Apesar de não encontrarmos fontes que possibilitassem uma precisão demográfica, em 1919 a população escolar constituía um montante de 12.000 crianças, 3.500 moradoras entre macadames e chácaras e 8.500 habitantes das fazendas, proporção que dificilmente diversificou-se em anos anteriores, uma vez que a grande maioria das levas de imigrantes, responsáveis pela alteração profunda da monta de habitantes de Ribeirão Preto, ou dirigia-se para os cafezais ou para o Núcleo Antônio Prado¹³⁵.

Olhemos, assim, com maior atenção, o quinto artigo. Além de afrouxar a obrigatoriedade da implantação de estabelecimentos educacionais, ao tratar exclusivamente de uma ação pública, ou seja, a criação de escolas municipais, são envolvidas iniciativas particulares, amálgama de interesses que revelam uma marca coronelista. Os artigos 5º e 9º permitiriam as trocas de favores entre os homens de mando, fossem estes doutores que no poder municipal custeariam escolas nas fazendas de coronéis que, por sua vez, garantiriam a imagem de bons patriarcas preocupados com a qualidade de vida de seus colonos. Fosse estes coronéis que, com a influência política que desfrutavam, conseguiriam empréstimos ou verbas, estaduais e/ou particulares que dariam robustez aos cofres municipais possibilitando melhoramentos na cidade e a impressão de boa gestão do poder executivo. Fosse, também, outras formas de permuta, visto que, conforme discutido no capítulo anterior, os coronéis daquelas plagas possuíam cafezais e negócios citadinos¹³⁶.

¹³⁴ CHALHOUB, S. *Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996p. 21-22.

¹³⁵ CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG, 1987, p.213.; *A Cidade. Ribeirão Preto*, 09 out. 1919. Fonte: (BN).

¹³⁶ A educação pública é uma concepção de difícil entendimento, uma vez que apesar da obrigatoriedade constar nas legislações desde tempos imperiais, acabou por ser letra morta, tanto sob as barbas imperiais quanto sob a régua e o esquadro republicanos. Assim, seguimos as preposições de Libânia Xavier de que “[...] a construção

Analisemos o formato dos pedidos de auxílio feitos por estas escolas particulares:

A abaixo assignada, mantendo à rua dos Italianos, nº 1, uma escola mixta para creanças pobres, com 52 alumnos matriculados e sob a mensalidade de um mil réis de cada alumno, vem respeitosamente pedir á Camara uma subvenção para sua escola, se achar merecedora desse favor.

Ribeirão Preto, março de 1918.

Maria Pia Righi¹³⁷.

A formalidade e a escrita do pedido de subvenção acima revelam um traço de sociabilidade herdado do Brasil dos tempos imperiais. Ao se colocar como suplicante, como merecedora de um favor, a professora joga em uma dinâmica histórica de hipertrofia da esfera privada, simbolizada na figura patriarcal que subordina a universalidade dos direitos e deveres ao capricho individual. Assim, a educação pública, proporcionada por escolas municipais ou mediante a subvenção de estabelecimentos privados, era considerada como feito de um pai detentor do direito de incluir ou deixar sua prole fora das escolas.

Interpretações à parte, ao debruçarmos sobre diversas fontes, vislumbramos nitidamente o traço malemolente das classes que ministraram o ensino público primário em plagas ribeirãopretanas, nas primeiras décadas republicanas, em que os poderes municipal, estadual e particular formaram um sistema educacional fragmentado, difuso, no tocante ao currículo, horário, edificações, mas coeso nas políticas de subvenção e defesa de interesses privados por meio da coisa pública. Ponderemos sobre o Mapa abaixo, composto por dados retirados de relatórios, notícias de jornais, pareceres, anuários de ensino e revisão de bibliografia sobre a história da cidade¹³⁸:

do público na educação brasileira encontra-se relacionada à organização do Estado e, particularmente, às formas de intervenção estadual no processo de estruturação e generalização das instituições destinadas a promover a educação do povo [...]”. Ver: XAVIER, L. N. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. *Revista brasileira de história da educação*. Nº5, jan.\jun. 2003, p. 234.

¹³⁷ RIGHI, M. P. [Correspondência]. Ribeirão Preto, mar. 1918. (APHRP).

¹³⁸ Em apêndice, apresentamos a tabela em formato ampliado, referente aos anos de 1902 a 1920 e descrição precisa das fontes utilizadas para composição do quadro de escolas municipais, estaduais e particulares subvencionadas.

Escolas isoladas estaduais, particulares e despesa da prefeitura	1901	1902	1903	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Inspectoria Escolar																
Eschola Noturna e Biblioteca da Loja da Loja Maçonica Integridade e Pátria																
Eschola Noturna da Loja Maçonica Independencia e Amizade																
Escola Diurna de Villa Bomfim (feminina)																
Escola Diurna de Villa Bomfim (masculina)																
Escola Diurna Bairro Barracão (mixta)																
Escola Diurna Santa Cruz dos Jacques																
Seis escolas particulares																
Escolas particulares																
Externato Agostiniano																
Escola Rural Fazenda Santa Amelia																
Doze escolas subvencionadas																
Treze escolas particulares																
Primeira e Segunda Escolas feminina da cidade																
Primeira e Segunda Escolas feminina do Retiro																
Primeira e Terceira Escolas feminina do Barracão																
Segunda Escola Feminina do Barracão																
Primeira Escola feminina do José Jacques																
Segunda Escola feminina do José Jacques																
Escola feminina do Salles																
Escola feminina de Villa Bomfim																
Primeira Escola masculina urbana																
Primeira masculina do Retiro																
Primeira e Segunda masculina do Barracão																
Primeira masculina do José Jacques																
Segunda masculina do José Jacques																
Escola masculina do Salles																
Primeira Escola Masculina Villa Bonfim																
Escola Dante Aligheri (posterior Escola Vila Tibério)																
Escola rural mixta Fazenda Guataparã																
Escola Nocturna Macedo Soares da Loja Maçonica																
Escola do Povo (posterior Sociedade Amiga dos Pobres)																
Escola masculina sede Companhia Dumont																
Escola Mixta Fazenda São Luis																
Escola Fazenda Pau d'Alho																
Escola Feminina Fazenda Monte Alegre																
Escola Nocturna Prof. Victorio Zamarion																
Escola masculina Fazenda Boa Vista																
Escola Mixta de Villa Bonfim																
Escola Rui Barbosa																
Escola Fazenda São Manoel																
Escola Nocturna Estrella D'Oeste																
Centro Operário																
Externato Paiva Guimarães																
Escola Masculina São Felix																
Escola masculina Morro do Cipó																
Escola Umberto Primo																
Externato Americano																
Escola feminina Fazenda São Luiz																
Instituto Profissional																
Escola Fazenda Coronel Firmino																
Segunda masculina Villa de Bonfim																
Escola Fazenda Sta. Rita																
Escola Rainha Margarida																
Escolas do Patronato Agrícola																
Escola Olavo Bilac																
Escola mixta Professor Germano Barillari																
Escola nocturna Augusto Loyolla																
Escola mixta Barão do Rio Branco																
Escola mixta Fazenda Aparecida																
Escola Dr. Altino Arantes																
Escola mixta de Monte Alegre																
Escola nocturna Fazenda da Serra																
Escola Fazenda Coronel Manoel Maximiano Junqueira																
Subvenção a 30 escolas particulares																
Escola mixta Fazenda Baixadão																
Escola mixta Fazenda São Francisco																
Escola mixta José Jacques																

Legenda
Iniciativa Particular
Subvenção municipal
Subvenção Estadual
Gratuito Religioso

O rol destas escolas é rastro profícuo para o entendimento do ensino em questão ministrado em Ribeirão Preto e da própria sociedade da época. A abertura de classes gratuitas coincide com o aumento da população, a urbanização crescente, a adoção de juízos e gostos ditos modernos e civilizados, bem como a ampliação de uma rede social composta por diversos atores. Ao passo que as remodelações urbanas inspiravam os desejos de vivenciar um canto parisiense, esquadrinhado e em perfeita ordem, ainda que tropical e cheio de pó, gentes volteavam, cachorros perambulavam pelos caminhos públicos, os migrantes e imigrantes desembarcavam aos montes, conviviam velhos e novos moradores, antigos e inauditos sentimentos e atitudes. Em meio a malas, quermesses, prédios, bares e cafezais, as classes, cursos e escolas isoladas eram criadas pela cidade e fazendas.

Contudo, há que se considerar, sobretudo, além das estatísticas alarmantes e divulgadoras das parcas vagas escolares existentes, o langor das subvenções e a coexistência de diferentes iniciativas provedoras de uma mesma despesa ou estabelecimento resultando, ao que parece, na inexistência de uma legítima responsabilidade que garantisse o funcionamento regular daquelas escolas e a qualidade na transmissão dos saberes formais.

Como podemos observar no mapa, no período estudado não houve nenhuma escola subvencionada exclusivamente pela municipalidade. As escolas isoladas concorriam com as classes mantidas pela iniciativa particular- a prefeitura auxiliava na manutenção destes estabelecimentos ora contribuindo com o pagamento do ordenado do professor, ora com o aluguel da casa ou compra de materiais escolares. Em relação às escolas estaduais, as classes isoladas do Barracão, foram criadas pelo poder estatal, mas o aluguel dos prédios era custeado pela cidade.

Notemos, também, que considerável número destas casas de ensino esteve localizado em área urbana (cursos instituídos pelas lojas maçônicas, igreja católica e Escola do Povo), e suburbana (todas as demais, excetuando a Escola Rural da Fazenda Santa Amélia). Assim, embora as escolas isoladas tornaram-se conhecidas em todo o Brasil como “*escolinha da roça*”, instalada predominantemente em zonas de população rarefeita, em Ribeirão Preto, estas classes assumiram caráter urbano¹³⁹.

¹³⁹ Embora a denominação “*escolas isoladas*” fizessem referência apenas aos estabelecimentos unitários, denominados de primeiras letras, no Império, permitimo-nos, pelos motivos já explicitados no início deste capítulo, um ligeiro afastamento da caracterização reconhecida pela historiografia educacional brasileira.; SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 46.

Sintoma desta urbanidade, é, sem dúvida, as instituições mantidas pelas lojas maçônicas, posto que os maçons defendiam a universalização do ensino laico para o combate à ignorância e fanatismo e aplicaram suas forças na instrução de trabalhadores urbanos, denotando a gênese da maçonaria ligada ao surgimento das urbes e corporações de ofício. Embora as fontes não permitissem o mapeamento exato da existência destas escolas, acreditamos que estas funcionaram regularmente até findos os anos 20, delimitação temporal desta pesquisa¹⁴⁰.

Sempre ligados pelo embate de idéias, junto aos detentores da régua e do esquadro, estava a igreja católica, fato não diferente nas terras do café e no seu sistema educacional público. Se as escolas maçônicas funcionaram logo nos primeiros anos de existência do município, os católicos também trataram de concorrer com o ensino gratuito. Implantado em 1903 pelos padres agostinianos, o Externato Agostiniano assim apresentava-se¹⁴¹:

Reabre suas aulas no dia 3 de fevereiro, começando as matriculas já no escriptorio do Externato do meio dias as 3 da tarde, todos os dias uteis e sò recebe alumnos acompanhados de seus paes ou protectores legitimos.

Ministra o curso gradual e completo com o ensino religioso que ocupa o primeiro lugar, e os estudos deste Externato preparam à matricula no curso gymnasial e mais escolas.

Uma negligencia habitual dos deveres escolares, ausencias e atrasos frequentes na entrada sem motivos plausiveis, assim como rixas entre alumnos, actos de insubordinação ou immoralidade são motivos de expulsão do Externato.

Todos os alumnos do Externato <Santo Agostinho> devem assistir a missa dos domingos e dias santificados da Egreja <São Jose> ocupando os logares que lhes são reservados.

Por bilhete remetido pelo correio, os paes são avisados do não comparecimento dos filhos as aula e admissão¹⁴².

Apesar da diretoria do Externato não divulgar o programa de seu curso e em nenhuma fonte encontrarmos o perfil dos alunos deste estabelecimento, podemos inferir que o ensino ali ministrado possuía um currículo mais completo se comparado às outras escolas, pois há a indicação da preparação para a admissão nos ginásios, propósito este nunca colocado por qualquer escola isolada ou municipal. Ainda, ao levarmos em consideração a rígida obrigatoriedade de freqüência, pontualidade e realização das tarefas escolares, é provável que embora a educação fosse gratuita, boa parte do corpo discente seria constituída por crianças pouco ou mais abastadas, pois estas não poderiam deixar de freqüentar as aulas em razão do

¹⁴⁰ BARATA, A. M. A maçonaria e a ilustração brasileira. *História, ciências, saúde*- Manguinhos, n. 1. V. 1. Jul\out. 1994, p. 94-97.

¹⁴¹ FREITAS, N. M. B. *A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo*: D. Alberto José Gonçalves. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006, p. 176.

¹⁴² REABRE suas aulas. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 02 mai. 1912. (BN).

trabalho (fato usual na época), além de possivelmente desejarem ingressar no nível secundário (curso de caráter extremamente seletivo)¹⁴³.

Em 1912, os padres abriram um *Curso Nocturno* nas mesmas dependências do colégio, criado para atender rapazes acima de 13 anos e, nestas aulas de duas horas diárias de duração (das sete às nove horas), o objetivo era atender a “*causa intelectual dos jovens operários*”. Dessa forma, a igreja católica, por meio da instrução, penetrava nos diversos grupos da sociedade, desde os remediados aos mais pobres, transmitia os valores cristãos fosse para ensinar o desapego às coisas mundanas, fosse para pregar a subordinação aos trabalhadores. De uma forma ou de outra, a educação também permitiria a recristinização de toda a sociedade moderna¹⁴⁴.

Ainda que a instauração da república tenha tornado laica as terras brasis, fato que incorreria na privação das benesses outrora desfrutadas pela Igreja devido a sua vinculação com o Estado, tal desenlace não alcançou o externato destes padres agostinianos. Neste maxixe das subvenções, os religiosos receberam auxílio tanto da municipalidade, quanto do estado, como em ocasião de abril de 1912, mapas e objetos escolares foram enviados aos reverendos pela Secretaria do Interior¹⁴⁵.

Além da tênue fronteira entre profano e sagrado, continuemos, então, na referida legislação:

Art. 3º As escolas municipaes dividir-se-hão em escolas do sexo masculino, escolas do sexo feminino e escolas mixtas, e deverão funcçionar com a frequencia minima de 20 alumnos e maxima de 40.

§Verificando-se que a frequencia media de qualquer escola municipal tenha descido a 15 alumnos, o Inspector escolar proporá imediatamente à Prefeitura a supressão da mesma escola ou sua remoção para outro ponto, ou ainda a conversão della, se do masculino para o feminino, em escola mixta, caso se verifique que esta conversão elevará a frequencia existente, no numero exigido para seu funcionamento.

Art.10º São requisitos para a subvenção digo requisitos para a obtenção da subvenção:

1º) Ser a escola de ensino primario, leigo, de programma approved pela Câmara, ministrado em língua portugueza e por professor (*ilegível*) e moralmente idoneo.

2º) Ter a frequencia minima de 20 alumnos calculada por media mensal, cobrar mensalidade barata, acceitar gratuitamente até 10 alumnos pobres, mediante guia de matricula expedida pela Prefeitura, e ficar sob a Inspeção do Poder Municipal¹⁴⁶.

¹⁴³ NADAI, E. *O Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. Dissertação (Mestrado em História)- USP, São Paulo, 1987. p. 83-92.

¹⁴⁴ *A Cidade. Ribeirão Preto*, 21 jan. 1912. Fonte: (BN).; KUHLMANN Jr, M. *Infância e educação infantil...* Op. Cit., 94-95.; FREITAS, N. M. B. *A criação...* Op. Cit., p. 172.

¹⁴⁵ DERMEVAL, S. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 179.; *A Cidade. Ribeirão Preto*, 30 abr. 1912. Fonte: (BN).

¹⁴⁶ Lei nº 128 de 16 de novembro de 1907. In: Livro número 1 de Leis e Decretos do município. (CMRP).

A subvenção de escolas que aceitassem alunos pobres era uma maneira não somente de fazer jus ao emprego do dinheiro público, mas também forma certa de (re) forçar o atendimento de alunos pobres, moleques que, apesar de promover algazarras pelas ruas da cidade, tornando-se um problema aos governantes, eram, enquanto braços servis, indispensáveis para o desenvolvimento material da cidade idealizada. Na Lei nº 128 de 1907, é melhor delineado o perfil da criança atendida pelo ensino primário municipal, em um artigo que define um dos requisitos para a escola particular obter a subvenção: *“Admittir no mínimo 10 alumnos gratuitos, tendo preferencia para essa matricula os orphans pobres e filhos de jornaleiros e pessoas reconhecidamente privadas de recursos para ocorrer às despesas escolares”*.

O cuidado em relação à ocupação de jornaleiro sugere que a criação de leis defensoras da assistência às crianças sem recursos era antes uma preocupação com as inconveniências dos menores pelas ruas, contribuintes da desordem. A aversão provocada pelo alarido e correria dos meninos e seus jornais era sentida noutras localidades proclamadoras da ordem, como São Paulo: *“que outra profissão lhe convém mais que a de vender jornais? Correr e gritar pelas ruas, querem coisa mais conforme ao temperamento irrequieto dos menores? Subir nos veículos, saltar com agilidade, disputar o freguês aos companheiros, tudo serve de diversão”*¹⁴⁷.

Verificamos também vários artigos e uma única preocupação: a freqüência nas escolas. As salas de aula deveriam funcionar como estabelecimentos que visassem à meta de uma eficácia educacional constantemente perseguida. Por meio desta posição é possível entender o significado dos resumos mensais encontrados nos livros de chamada que condensavam, findo o mês, números relativos aos dias letivos, à assiduidade das crianças e professor, matrículas e dispensas. Eram informações essenciais não só para o desempenho dos alunos ou para organização das escolas, mas também, eram instrumento de medida utilizado pelo poder municipal para supervisão do desempenho da instrução.

Aliás, vale lembrarmos que a jovem República alterou o quadro eleitoral brasileiro. Seguindo a ordem liberal da época, os republicanos inovaram ao estabelecerem que somente os alfabetizados poderiam, por lei, eleger seus representantes em substituição ao voto censitário. Contudo, tal medida mostrou-se resistente aos esforços de democratização, pois exigia-se para a cidadania política uma qualidade conseguida apenas por meio do direito social da educação, que, por sua vez, era ignorado pelos governantes. Em 1920,

¹⁴⁷ RAGO, L. M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.p.123.

aproximadamente 75% dos brasileiros ainda eram analfabetos e, portanto, afastados das decisões políticas formais¹⁴⁸.

Ao analisarmos livros de frequência, percebemos que a média de alunos que compareciam às escolas era sempre elevada, porém, concomitante, encontramos oscilações constantes no número de matriculados e eliminados, o que nos leva à compreensão de que esta média era antes flutuante que avultada. Vários pupilos ingressavam, contudo nem todos completavam a jornada escolar. No decreto nº 39 de 1913, um dos artigos cuidava para que a frequência não se desmantelasse no decorrer do ano letivo ao permitir a matrícula em qualquer época, desde o início do curso. Seria preciso apenas justificar a não matrícula na data ordinária¹⁴⁹.

É possível, também, observarmos a desconsideração pela educação realizada de fato no trecho da lei que garante a transformação da escola em tipo mista, caso não mantivesse um bom número de alunos ocupantes das carteiras, ou até mesmo a remoção ou supressão destes estabelecimentos, sem desvelo algum com a formação interrompida dos pupilos que, por ventura, estivessem matriculados na malograda escola pelo conceito municipal. Em 1908, nem todas as escolas estaduais subvencionadas funcionaram no mesmo período e cumpriram à risca o calendário escolar. Já em 1919, a Câmara Municipal resolveu extinguir as escolas municipais para que a verba fosse utilizada para subvenção de maior número de estabelecimentos particulares. Assim, chamamos a atenção à tabela de páginas anteriores: a existência das classes não exprimia necessariamente o funcionamento delas¹⁵⁰.

Segundo os dizeres do prefeito Joaquim Macedo Bittencourt, houve a iniciativa já acatada por outras municipalidades, mas refutada pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto em tornar obrigatória a educação primária antes de 1920, ocasião da Reforma Sampaio Dória, legislação que, dentre outras medidas, fazia estender a toda a população um curso alfabetizante de dois anos. Ao constatarem que todos os estabelecimentos de ensino não bastavam para atender a um número razoável, ao menos, de crianças, os senhores vereadores em exercício na época concluíram que a edilidade não possuiria verbas para tamanha empreita¹⁵¹.

¹⁴⁸ CARVALHO, J. M. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 44-45.; VEIGA, C. G. *História...* Op. Cit., p. 253.

¹⁴⁹ Lei nº 201 de 15 de janeiro de 1913. In: Livro número 2 de Leis e Decretos do município. (CMRP).

¹⁵⁰ MIRANDA, J. P. Relatório de 1908 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na sessão de 7 de janeiro de 1909, p. 48-49. (APHRP).; BITTENCOURT, J. M. Relatório de 1919 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na sessão de 15 de janeiro de 1920, p. 48-49. (APHRP).

¹⁵¹ Idem, p. 49; CARVALHO, M. M. C. *Reformas da instrução pública...* Op. Cit., p. 228-229. BITTENCOURT, J. M. Op. Cit., p. 49.

Então, em agosto de 1920, outra lei reguladora do ensino era promulgada e, finalmente, tornava o ensino obrigatório além de impor aos pais ou responsáveis a matrícula e comparecimento de seus filhos, sob pena de multa caso houvesse o desacato ao decreto, provavelmente trazido pelos ventos dos ideais nacionalistas que também tocaram as decisões de Sampaio Dória na capital. Contudo, eram diversas as aspirações da Liga Nacionalista: “*questão nacional por excelência*”, tencionava alfabetizar logo os brasileiros antes que houvesse o predomínio da cultura dos imigrantes, abrandar as revoltas operárias e rurais por meio dos valores escolares, e, ainda, arregimentar os grupos urbanos em torno do alistamento eleitoral como instrumento de combate às elites rurais e, assim, “*republicanizar a República*”¹⁵².

No decorrer destas laudas, poderemos melhor apreender quais intenções pairavam sobre *Le Pays Du Café*, haja vista que os governantes destas terras eram representantes deste escol que lucrava tanto com as rendas dos cafezais quanto com os acordos resultantes da *política dos governadores*. Por ora, tomemos outros pormenores desta nova legislação:

Art.1º- O ensino municipal far-se-á por meio das escolas municipais já existentes e particulares subvencionadas, uma e outras destinada ao ensino primário.

§ Unico- Só serão mantidas as escolas municipais enquanto regerem suas respectivas e actuaes professores.

Art.3º - Havendo necessidade, as escolas municipais poderão ser desdobradas em dois períodos diários, sendo facultado às subvencionadas o funcionamento com mais de dois períodos.

§ Cada período escolar diário, será de duas horas e meia

Art. 11º- São requisitos básicos para a subvenção:

e-) cobrar a escola mensalidade barata de seus alumnos, ou ser gratuito o ensino;

f-) ter a escola matrícula de 30 alumnos

§ 4º- A subvenção às escolas será paga de acordo com a frequência media diária, mensalmente, e da seguinte forma: pela frequência de 20 a 24 alumnos, 60.000, de mais de 24 a 29, 80.000, de mais de 29, 100.000¹⁵³

Tais artigos foram criados após o labor dos inspetores escolares municipais que, possuindo como premissas algumas leis estaduais e suas impressões a respeito das escolas municipais, estaduais e particulares subvencionadas, deram à edilidade seu veredicto: as escolas municipais constituíam grande prejuízo ao fundo municipal, pois apresentavam nos exames resultados inferiores àqueles das escolas subvencionadas em ambos os quesitos: frequência e aproveitamento dos alunos. Isto porque, apesar da fiscalização muito bem feita, segundo os próprios encarregados pela inspeção, verificou-se que “*tendo os professores um*

¹⁵² DECRETO nº 41, de 14 de agosto de 1920, p. 21. In: Lei e regulamento do ensino municipal de Ribeirão Preto. (APHRP).; CARVALHO, M. M. C. *Os bestializados...* Op. Cit., p. 227-233.

¹⁵³ DECRETO nº 41, de 14 de agosto de 1920, p. 11-15. In: Lei e regulamento do ensino municipal de Ribeirão Preto. (APHRP).

ordenado fixo, não se esforçavam por aumentar os seus alunos, desde que tivessem o numero mínimo de matriculas exigidas por lei”.

Assim, o artigo inaugural do decreto que instituía o ensino municipal deixa às claras a predileção pelas escolas subvencionadas, pois não mais admitir-se-ia a criação de estabelecimentos mantidos pelo município e o anúncio do breve fechamento destes, posto que não haveria a manutenção caso o professor deixasse sua cadeira, fato este bastante corriqueiro no cotidiano destas classes.

No tocante ao desdobramento das classes, ao enlaçar a frequência média ao auxílio recebido, bem como a diminuição do período escolar diário configurava uma prática paulista já convencional no ensino primário público da época, demonstrando uma preocupação com a racionalização e a eficiência máxima das verbas governamentais, típicas de tempos modernos, mas, ainda, revela o descaso para com a educação popular, questão verificada desde as épocas coloniais¹⁵⁴.

Ainda, as políticas de custeio também são alteradas. Não apenas em relação a matrícula mínima estipulada, ao aumentar em 10 alunos a cota estipulada na primeira década republicana. Uma vez que não mais exigir-se-ia uma porção mínima de alunos pobres e gratuitos, o negócio da subvenção particular mostrava-se proveitoso ao poder público e privado. Para os particulares, existiria a possibilidade de conseguir auxílio municipal para conservação de seus estabelecimentos. Neste período, abundavam colégios, externatos que, por vezes, traziam anexos cursos noturnos e de primeiras letras. Para a prefeitura, cabia a vantagem de estabelecer a obrigatoriedade da instrução sem, contudo, sofrer rombos nas finanças.

Apesar de os estabelecimentos particulares figurarem uma parcela considerável da educação municipal, várias outras privadas não eram inclusas nas receitas orçamentárias. Nos pedidos de subvenções encontrados, havia no verso dos documentos os pareceres que indicavam a não autorização dos auxílios- a maioria fora negada pela Câmara. Em todas as negativas, o motivo alegado era sempre o mesmo: falta de recursos e despesa já excedida. Também, pesares sobre a deficiência de verbas eram constantes nos relatórios dos prefeitos. Concebemos que o entrave orçamentário não poderia ser justificado pela escassez da receita, mas sim pela aplicabilidade do dinheiro público. Seja em absurdas gratificações, seja no que se considerava prioritário para a construção de uma cidade:

¹⁵⁴ SOUZA, R. F. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, julho/dezembro. 1999, p. 134-137.

Tabela 3- Demonstrativo de despesa nos anos de 1911 a 1919.

Verbas	Instrução Publica	Iluminação Publica	Ruas e praças	Jardins e Arborização
1911	10.957.600	65.238.700	34.279.370	20.508.440
1912	7.360.000	74.780.400	43.528.000	19.560.950
1913	12.206.100	104.845.400	41.323.300	21.008.400
1914	26.831.100	15.267.800	40.561.300	26.574.900
1915	30.064.200	109.223.700	24.450.900	25.962.600
1916	29.610.500	100.927.300	21.856.600	24.189.100
1917	34.376.200	88.886.500	28.358.700	21.756.100
1918	32.535.000	124.570.700	24.301.700	20.634.800
1919	34.680.000	101.744.800	27.978.700	23.808.800

A Tabela nos mostra a primazia dada ao embelezamento da cidade em detrimento dos gastos bastantes reduzidos com a instrução pública. Ainda, vale ressaltar que estas obras ditas públicas, possuíam interesses bem privados, pois as melhorias não ultrapassavam as áreas centrais e eram prestadas à especulação imobiliária. Embora a educação fosse considerada importante devido não somente à função de instruir, mas principalmente por propagar valores considerados modernos e civilizados¹⁵⁵.

Vantajosa mesmo era a construção de um palco moderno, que além de trazer para o cotidiano destas elites certos ares civilizados, por iluminar e calçar ruas, arborizar e levar música às praças, era arquitetado um centro impecável na medida do possível, da poeira e da gente mestiça. Apesar de o ensino ser um ícone da modernidade, ao menos em Ribeirão Preto, a escola pública de ensino elementar tornou-se mais um elemento constituinte do cenário construído para criação da ilusão de um progresso alcançado por esta elite de novos homens, consumidora de novos hábitos, todavia, enredados em velhas tradições e valores.

¹⁵⁵ Os poucos gastos dispensados à instrução pública, se comparados às verbas utilizadas para manutenção de iluminação, ruas e praças, jardins e arborização, são semelhantes aos dados levantados pelo pesquisador William Douglas ao estudar o Ginásio de Uberabinha, atual cidade de Uberlândia, entre os anos 1919 e 1929. Cf. GUILHERME, W. D. *A educação e o progresso: O Gymnasio de Uberabinha e a Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha (1919-1929)*. Dissertação de Mestrado. UFU. Uberlândia, 2010.



Imagem 5. Primeira Escola Masculina. Predio Rua Barão do Amazonas com Mariana Junqueira, Antiga Rua do Commercio. Fonte: CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG, 1987, v. 5, p. 215.

Embora a fotografia seja datada de apenas algumas décadas atrás, o edifício em destaque conservava a mesma estrutura da época em que abrigava a Primeira Escola Masculina. Podemos afirmar que esta imagem possui requinte de preciosidade, dada a raridade deste tipo de estabelecimento em tempos de rápidas transformações urbanísticas. Se em período de sua existência não representava o ideal de escolarização das oratórias modernas republicanas, com o passar dos anos não houve também nenhum empenho em preservá-lo, diferentemente dos grupos e ginásios e seus prédios portentosos. Atualmente, tampouco a casa existe, em seu lugar funciona um estacionamento.

Assim, esqueçamos o fusca e os postes elétricos e miremos algumas características da edificação. A arquitetura é bastante simples e provavelmente não foi construída especialmente para que ali funcionasse uma escola, mais aparenta ser um imóvel comercial. Todavia, a construção alta, as duas grandes portas e algumas janelas possibilitavam a boa ventilação e iluminação prescritas para os estabelecimentos de ensino- caso permanecessem abertas (o que deveria acontecer frequentemente, haja vista o clima quente de Ribeirão Preto). Penoso deveria ser o trabalho do professor em manter a ordem, disciplina e concentração dos alunos. Dada a circunstância de que um dos objetivos da instrução era

retirar as crianças da rua, terreno pernicioso por excelência, o embate deveria ser tamanho, a calçada ali quase invade e profana o espaço escolar.

2.2 - A escola ao rés do chão: relógio, calendário, cartilhas, fatos e festas

O ano letivo, unidade elementar do calendário, estabelece um tempo produtivo que, para garantia desta produtividade, interromper-se-ia somente quando autorizado. Ainda, possui um caráter cíclico abrangente dos currículos, das séries, do adiantamento (ou repetição) do conhecimento. Assim, sobre o cotidiano e os tempos escolares buscava também a Câmara Municipal legislar. O artigo décimo segundo das Leis e Decretos do Município assim estabelecia: “*O anno lectivo nas escolas municipaes começará em 1º de dezembro e terminarão a 15 de outubro, sendo de ferias o intervallo entre estas duas datas*”. Contudo, em decorrência do funcionamento irregular, abertura, remoção e supressão destas escolas, a cada dezembro findo nem todos os alunos (aqueles que se mantivessem matriculados) haviam estudado durante o período prescrito¹⁵⁶.

Se os meses destinados para estudo não eram os mesmos, o período reservado às férias era ainda mais díspar em consequência da área em que o estabelecimento estivesse instalado, conforme podemos perceber nas notas levadas a público pela imprensa:

A inspetoria avisa aos professores municipaes e subvencionadas que ficam concedidas ferias de inverno de 15 a 30 do corrente. Esta concessão, é na zona rural *dependente* da annuência da administração das fazendas onde estão localisadas as escolas, por isso os respectivos professores deverão pedil-a previamente¹⁵⁷.

[...] Para as escolas ruraes haverá tres mezes de ferias, em epoca variavel segundo a zona. Ribeirão Preto, por exemplo sendo a colheita feita principalmente nos mezes de junho, julho e agosto- será esse o período de vacation. Essa é uma medida feliz, razoabilissima, pois, nesse tempo, as creanças tambem participam do trabalho agricola e as escolas não tem preferencia.¹⁵⁸

Dessa forma, novamente torna-se evidente a utilização da escola em funções não pedagógicas. Na primeira comunicação, a pausa necessária para o descanso de mestres e pupilos é tratada como um favor passível de ser concedido ou não, um pedido à mercê da anuência do dono daquelas terras, já que a vida escolar tornava-se legalmente subordinada à pessoa do fazendeiro (o *itálico* que ressalva a palavra *dependente* é original do texto). Já na

¹⁵⁶ Livro número 2 de Leis e Decretos do município. (CMRP).; SOUZA, R. F. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, julho/dezembro. 1999, p. 133.

¹⁵⁷ A INSPECTORIA avisa aos professores. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 02 jun. 1917. (BN).

¹⁵⁸ PELA instrução. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 22 dez. 1917. (BN).

segunda nota, relativa às férias de maior duração, os meses de repouso ficariam sujeitos às colheitas.

Em ambas as circunstâncias, os pequenos das escolas rurais não foram concebidos enquanto alunos, mas sim como trabalhadores, visto que, ainda nesta matéria, a indicação para o cessar das aulas nos grupos deveria ser de quinze dias em junho e um mês e meio no final do ano, pois consideravam “[...] *prejudicialíssima interrupção longa de aulas em meado do ano*”¹⁵⁹.

Apesar de prejudiciais, estes três meses consecutivos, tempo de repouso necessariamente consonante ao momento do trabalho assim deveriam existir para que, segundo o jornal, as salas não ficassem vazias, haja vista a preferência pelo labor em detrimento da instrução. No entanto, quem seriam os indivíduos que legitimavam tal predileção? Porventura, algumas leis já mencionadas possam indicar algumas pistas. Em 1913, o artigo décimo terceiro regulariza: “*Durante a safra de café, o horario nas referidas escolas dispor-se-há de modo que os alumnos maiores de 10 annos possam tomar parte nos trabalhos da mesma safra, ainda que se redusindo para estes as horas de aula*”. Em 1920, um dos artigos determinava que os “*patrões ou gerentes de estabelecimentos commerciaes ou industriaes, agríolas ou não*” deveriam dispensar os empregados em idade escolar, e, caso assim não procedessem, seriam punidos com multa de 20\$000 e 50\$000 caso houvesse reincidência do delito. Isto nos conduz a pensar que, além da possibilidade dos pais não encontrarem sentido na instrução dos filhos, havia, principalmente, a questão do trabalho infantil, tão cara para o período, uma vez que o labor na tenra idade significava tanto a manutenção de mão-de-obra produtiva e necessária às fazendas quanto modo de incutir bons hábitos nas crianças por meio da labuta contínua, afastando-as dos perigos ditos morais do ócio¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Lei nº 201 de 15 de janeiro de 1913. In: Livro nº 2 de Leis e Decretos do Município. (CMRP).; DECRETO nº 41, de 14 de agosto de 1920, p. 22. In: Lei e regulamento do ensino municipal de Ribeirão Preto. (APHRP).; CAMPOS, R. D. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940)*. Educação e história. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 197-198.



Imagem 6- Crianças no trabalho de colheita de algodão na Fazenda Guataparã. Data: 1920.(APHRP)

Em meio ao algodão (nem apenas de café vivia Ribeirão Preto), inúmeras crianças posam para o fotógrafo. As vestimentas e os pés descalços demonstram a proveniência de famílias pouco abastadas. Ao que parece, são crianças trabalhadoras e quiçá algumas delas tenham frequentado os bancos escolares a que fazemos menção (em 1920, duas escolas mistas eram providas nesta fazenda). Adultos afastados nos cantos, são os pequenos o destaque. Todavia, não propriamente enquanto crianças, são figurados antes como propriedade, parte da fazenda. Rostos não focalizados são incorporados aos pés de algodão e perdem-se no vasto horizonte daquelas plagas.

Nestas terras, os nascentes discursos pedagógicos eram esquecidos (ou sequer conhecidos). O ensino tornava-se assunto de fazendeiros, beneméritos que até construiriam uma casa que sediasse as escolas, mas estas não poderiam ser entraves à lucratividade, pelo contrário deveriam aperfeiçoar seus empregados ao neles incutir saberes modernos e o apreço pelo trabalho.

Em relação à duração da jornada diária escolar, os horários de funcionamento das aulas oscilaram na legislação municipal. Em 1907, as escolas subvencionadas ou providas pela Câmara Municipal deveriam funcionar das dez às quinze horas, existindo o intervalo de uma

hora para recreio, enquanto em 1920, o intervalo de tempo seria estabelecido pelos professores e autorizado pelo inspetor escolar¹⁶¹.

Assim, este aparente crédito ao bom senso dos mestres no final dos anos 20 era, em verdade, uma plasticidade necessária, pois uma vez estipulado o desdobramento das escolas por lei municipal e pela prática de subvenções, além de não existir um controle exato de quantos ou quais estabelecimentos funcionariam em dois turnos, não restava opção à municipalidade se não outorgar esta incumbência aos regentes das classes. Neste sentido de vaivém de horários, até mesmo as condições climáticas da *Petit Paris* implicariam numa (des) padronização das horas: “*Á vista do calor excessivo que tem feito, o sr. Inspetor escolar municipal determinou aos professores de Villa Bomfim, que mudassem o periodo das aulas , que era das 11 as 16, para das 8 as 13 horas.*”¹⁶²

Diversos, também, foram os conhecimentos ensinados nestas variadas escolas ainda que inúmeras prescrições legais buscassem estabelecer um programa para o ensino primário que uniformizasse os saberes, valores e gostos daqueles que ocupassem as carteiras escolares. No quadro abaixo, podemos vislumbrar esta tentativa de condensar experiências e vivências em realidade monólita de um currículo escolar:

Programa de ensino para escolas primárias(*)	Programa de ensino primário municipal(**)
<p>Leitura; Linguagem; Caligrafia; Aritmética; Geometria; Desenho; Instrução moral e cívica; Geografia (cosmografia no 3º ano); Ciências físicas e naturais- Higiene; História do Brasil; Música; Trabalhos manuais; Ginástica e exercícios militares.</p>	<p>Leitura, escripta e calligraphia; Portuguez- ensino pratico e intuitivo, compreendendo leitura e interpretação, significado e função das palavras, dictado e composição, relações syntaticas de mais facil percepção. Calculo arithmetico sobre números inteiros, fracções e systema metrico decimal. Noções elementares de geographia geral e especialmente do Brasil e Historia do Brasil. Lições de cousas. (segundo decreto 1920: palestra com aos alumnos sobre cousas de fácil observação relativas ao lar, à rua, à escola, ao campo, etc.</p>

Quadro 2. Programa das escolas primárias. A coluna à esquerda corresponde às disciplinas que deveriam ser ensinadas segundo Decreto estadual de 1905, enquanto a coluna à direita é correlata aos conteúdos estipulados pela legislação municipal. Fontes: (*) SOUZA, R. F. *História da organização do trabalho*

¹⁶¹ Lei nº 128 de 16 de novembro de 1907. In: Livro nº 1 de Leis e Decretos do Municipio. (CMRP).; DECRETO nº 41, de 14 de agosto de 1920, p. 20-21. In: Lei e regulamento do ensino municipal de Ribeirão Preto. (APHRP).

¹⁶² Á vista do calor excessivo. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 15 dez. 1918. (BN).

escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Ed. Cortez, 2008, p. 51 e (**) DECRETO nº 41, de 14 de agosto de 1920, p. 5-6. In: Lei e regulamento do ensino municipal de Ribeirão Preto. (APHRP).

Nesse sentido, os alunos oriundos de grupos populares, formados por um ensino primário, fosse nas escolas urbanas ou rurais, grupos escolares ou classes isoladas, receberiam uma cultura de referência comum, garantida pelos cargos de inspeção escolar. Destarte a grande semelhança entre as legislações da Instrução Pública do Estado, que regravam as escolas sob custódia estadual e as leis criadas pela Câmara Municipal, regulamentares das escolas municipais e particulares subvencionadas¹⁶³.

No entanto, uma vez que a instrução dessas escolas seguia desígnios diversos, faz-se necessário pormenorizar tais saberes e a quais intentos esta cultura prestava-se. Assim, a escrita, leitura e caligrafia, junto ao cálculo aritmético funcionavam tanto para formação do quadro de trabalhadores ligados à urbanização, quanto para chamariz de um público que enxergaria nestas novas ocupações um meio de ascensão social. Em relação ao português, deveria ser um ensino prático e intuitivo, para que se tornasse uma lição de fácil assimilação, principalmente pelos filhos de estrangeiros. Dessa maneira, segundo as expectativas dos governantes, a língua imigrante seria abandonada ao passo que o idioma nativo penetraria entre as famílias provenientes de outros países e, então, infundiria sentimentos de nacionalismo e a sensação de pertencimento ao Brasil.

Ainda, do mesmo modo que a construção da língua nacional era imprescindível para a edificação da sensibilidade nacionalista entre brasileiros e, sobretudo, entre milhares de imigrantes, a geografia e a história seriam indispensáveis a esta função. Isto explica a palavra “*especialmente*” usada na definição das noções elementares que deveriam abarcar as coisas da terra e o passado brasileiro. O conhecimento do passado teria por obrigação construir um conjunto coerente de tradições que serviria para construção de uma identidade coletiva. Neste intento, vale lembrar a invenção do bandeirante como exemplo a ser seguido, homens tão sem passado e sem valores tradicionais como quaisquer (e estes eram muitos) brasileiros sem linhagem real, mas que, considerados sempre fortes e audazes, seriam responsáveis pela consolidação da nação. Já a geografia, não mais admitida como simples estudo e memorização de nomes e mais nomes, era ciência que trazia conhecimentos sobre o território e soberania de uma sociedade¹⁶⁴.

¹⁶³ SOUZA, R. F. *História da organização...* Op.Cit., p. 59.

¹⁶⁴ LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.p.86-87.

Assim, embora desde o século XIX, junto às invenções e crença desmedida na ciência e modernidade, já existissem discussões acerca de métodos pedagógicos e uma miríade de materiais didáticos como caixas para ensino de cores e formas, gravuras, coleções, objetos variados de madeira, aros, linhas, etc., a obrigatoriedade destes apetrechos, segundo a municipalidade era reduzida a “[...]”*globo geographico*”, um *“planispherio”*, *mapas parietais do Brazil e do Estado de São Paulo* e *“quadro negro”*, enquanto nas escolas de bairro criadas pelo estado, ao menos em âmbito legislativo, outros utensílios presentes no cotidiano escolar deviam constar nas salas de aula¹⁶⁵:

Cartilhas (de 12 a 15); Segundos livros (de 10 a 12); Terceiros livros (de 6 a 8); 15 cadernos calligraphicos nº1, 15 nº2, 15 nº3; 1 Constituição Federal; 12 canetas; 1 Giz branco (caixa); 8 lousas médias; 12 lápis de papel; 15 lápis de pedra; 1 Penna (caixa); 1\2 resma de papel; Mappa do Brazil; Mappa de São Paulo; 1 Mappa mundi; 1 Mappa de pesos e medidas, 1 Litro de tinta.¹⁶⁶

Presentes em ambas as regulamentações, lá estavam os mapas, imprescindíveis para o ensino nos moldes de novos métodos de ensino, para contribuição de uma memória nacional e, também, para um forjar nacionalista ao ilustrar as maravilhas da vastíssima extensão das terras brasis e suas fronteiras que delimitavam não apenas territórios, mas, também, produziam a alteridade para a fabricação da identidade entre aqueles que assistiam às aulas e os outros de diversos países e culturas. Nos intentos republicanos, as linhas limítrofes eram utilizadas para delinear tanto o encanto da nação brasileira, como o orgulho pela supremacia nacional. Quanto à ênfase dada ao Estado de São Paulo remete ao poder supremo procurado impor pelos paulistas na construção de uma superioridade econômica e cultural frente aos outros estados da nação. Contudo, como de praxe constatado pela historiografia brasileira, um enorme abismo separava legislação e realidade:

¹⁶⁵ VALDEMARIN, V. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, D. et al. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006, p.91.; DECRETO nº 41, de 14 de agosto de 1920. Livro número 2 de Leis e Decretos do município. Fonte: (APHRP).; Segundo publicação sobre educação pública da época, foram eleitos os seguintes materiais didáticos pela comissão de ensino público paulista: “a) livros didacticos; mappas, cadernos e materiais de ensino”. Ver: Anuario do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1908, p. 440. (AESP).

¹⁶⁶ RIBEIRÃO PRETO. PREFEITURA MUNICIPAL. Livro de inventario de material. [s/d] (APHRP).

Tabela 4. Inventário do material da Primeira Escola Feminina do Barracão. (APHRP).

N.	Designação	Estado	Procedência	Data do Fornecimento		
13	Carteiras	Estragadas	Estado	31	Maio	1905
2	Cadeiras	Velhas	“	7	Julho	1908
1	Mesa	Boa	“	7	“	1908
1	Quadro Negro	Bom	“	7	“	1908
1	Mappa do Brasil	Velho	“	15	“	1907
1	Mappa de pesos e medidas	“	“	11	Novembro	1907
8	Lousas médias	Boas	“	7	Julho	1908
1	Livro de Matrícula	Em uso	“	31	Maio	1905
1	Livro de Chamada	“	“	20	Março	1910
1	Livro de Visita	“	“	31	Maio	1905
1	Livro de Exame	“	“	18	Abril	1907
1	Livro de Inventário	“	“	31	Maio	1905
16	Livro de Leitura por M. B. ^{cão}	“	“	19	Agosto	1907
5	Livro de J. Galhardo	“	“	19	“	1907
1	Regimento interno de 26\07\1874	Novo	“	7	Julho	1908
1	Regulamento de 30\09\1904	Em uso	“	7	“	1908
1	Caixa de Giz	Novo	“	20	Março	1910
3	Lapis de papel	“	“	20	“	1910
1	Caneta	“	“	20	“	1910

Em relação à quantidade e espécie, o inventário da Primeira Escola Feminina do Bairro do Barracão atende à normatização paulista, porém ao atentarmos para as datas em que os materiais escolares foram fornecidos, percebemos bastante irregularidade nas aquisições. Ao que parece, desde sua fundação, em 1905, à época em que foi realizada a relação dos bens públicos, cinco anos foram necessários para que a classe fosse dotada de tais utensílios. Ainda, embora nestes tempos já existisse a concepção de material relacionada às teorias pedagógicas, a utilização destes apetrechos em sentido didático, na escola paulista, móveis e livros destinados à fiscalização das aulas eram tratados igualmente como objetos de ensino, traduzindo, assim, a idéia de escola pública primária republicana antes como garantia da aparelhagem escolar, mais elementar (e barata) possível, que o empenho na modernização e eficácia de fato da instrução. Nesse sentido, melhor compreendemos a circular abaixo:

Aos presidentes das Camaras Municipaes o Secretariado Interior dirigiu a seguinte circular: Por conveniencia do ensino e pelos interesses da Fazenda, solicito as vossas providências no sentido de ser por essa municipalidade, arrecadado e acautelado do melhor modo possivel o material das escolas do Estado todas as vezes que por qualquer motivo se dêem as vagas das mesmas, devendo enviardes cópias do arrolamento que procederdes esta secretaria¹⁶⁷.

¹⁶⁷ AOS presidentes das Camaras Municipaes. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 06 dez. 1909. (BN).

Por “*conveniencia do ensino e interesses da Fazenda*”, podemos entender enquanto esforços em reduzir ao máximo os gastos despendidos com material escolar, atitude razoável, vale dizer, pois apenas a frequência garantiria a permanência destas escolas. Sempre preteridas em relação aos grupos escolares, por tampouco possuírem um prédio construído exclusivamente seu para funcionamento, além de receberem menos verbas, eram montadas e mobiliadas com objetos dispensados por outros estabelecimentos. Ao analisarmos o inventário de escolas isoladas, verificamos, mesmo entre elas, a desigualdade de bens existentes, condições de uso e a irregular procedência- por vezes recebiam os apetrechos da Secretaria do Interior, ora eram oriundos da Câmara Municipal, pois, ao que tudo indica, nem sempre as verbas estaduais eram distribuídas igualitariamente por todo o estado¹⁶⁸.

Em 1911, Domingos de Paula e Silva, inspetor escolar responsável por fiscalizar a décima zona, área que englobava os estabelecimentos de ensino situados em Ribeirão Preto, fazia-se obrigado a enviar más notícias à Inspeção Geral do Ensino do estado de São Paulo no tocante às escolas isoladas:

As condições pouco favoráveis dos predios onde funcionam, a insufficiência do material, os defeitos de methodisação, os vícios na transmissão do conhecimento, a má interpretação dos programmas e outras pequenas causas, são obstaculos que ainda não foram removidos, pelo menos em absoluto, constituindo isso os principaes embaraços que impedem a boa marcha do ensino¹⁶⁹.

As mazelas destas salas de aula, presentes no discurso do inspetor, já foram por nós constatadas ao seguirmos por outros rastros que nos conduziram ao passado. No entanto, ainda que estas diversas escolas fossem, amiúde, tratadas sempre em um plural que não admitia pluralidades, agrupadas em um mesmo conjunto em que a desgraça escolar era o denominador comum, cabe-nos reconhecer, além das desditas similitudes, diferentes nuances deste cenário educacional.

Nesse sentido, a localização destes estabelecimentos tornou-se a principal distinção promovida pela legislação, inclusive. A Diretoria Geral de Instrução Pública, em 1909,

¹⁶⁸ SILVA, D. G. Ilhas de saber: representações e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo. In: *Anais do III Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação*, A educação escolar em perspectiva histórica. 2004. Curitiba-PR. ; Assim afirmamos ao encontrarmos tal indício nesta proposta de Tancredo Amaral à Câmara Municipal de Ribeirão Preto: “[...] Tendo o Governo feito de tal livro [*Livro das Escolas*] uma compra que apenas dá para as escolas da capital e uma e outra do interior, por se achar ordenada a verba respectiva com as despesas de criação de grupos e compra de mobilia e material escolar que se fas todos os annos, venho propor as Camaras a venda da referida obra, para ser a mesma distribuída pelas escolas do seu municipio. Na Inspeção Geral do Ensino Publico, aguardo uma solução desta illustre (ilegível). São Paulo, 27 de janeiro de 1903”. AMARAL, T. [*Correspondência*]. São Paulo, 27 jan. 1903. (APHRP).

¹⁶⁹ SILVA, D. P. E. Relatório apresentado a Diretoria Geral da Instrução Pública. In: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, 1911, p.82. (AESP).

estabelecia a diferença entre as escolas isoladas rurais e demais. Em 1917, houve outra reclassificação e alteração na duração do curso primário: eram oferecidos, respectivamente, quatro, três e dois anos de formação nas classes urbanas, distritais e rurais¹⁷⁰.

Em âmbito municipal, ao regularizar suas escolas, a Câmara Municipal seguia direção semelhante ao estabelecer três anos de duração no curso ministrado nas escolas urbanas e dois nas rurais. Embora seguissem um mesmo currículo, o parágrafo primeiro regulamentava: “*Nas escolas ruraes o ensino será o mais reduzido possível, dentro deste programma*”. Ainda, não bastasse a simplificação do currículo, discussões propunham soluções nada pedagógicas¹⁷¹:

[...] Segundo dados officiaes, a cidade conta com escola sufficientes para 3.000 alumnos. [...] A zona rural conta apenas de 28 escolas com cerca de 1.300 alumnos matriculados, o que da a media de cerca 46 alumnos para cada uma. Officialmente, adimitte poder uma escola isolada ministrar ensino a 40 alumnos. Como, em regra, a frequencia media dos alumnos das escolas ruraes é diminuta, cada escola podera admittir a matricula de 60 alumnos. Assim, nessa base, seriam necessarias cerca de 141 escolas ruraes para o municipio. Dahi a conveniencia de um plano para resolver o problema. Esse plano já existe- e do illustre Oscar Thompson, digno director geral da instrucção¹⁷².

Uma vez que, no início do século XX, grande parte da população brasileira não ocupou os bancos escolares situados no campo, podemos inferir, novamente, que minguar o tempo escolar no campo constituía uma estratégia de racionalização, ou melhor, racionamento das despesas públicas utilizadas na educação, além de configurar maneira de manter os alunos trabalhadores nas escolas, já que a educação formal não era um valor absoluto para os pais, viventes na cidade ou no campo¹⁷³.

Ainda, tal hierarquização escolar, se levarmos em consideração que um programa de ensino de maior duração e complexidade está relacionado a uma educação de melhor qualidade, fazia-se pelo fato da escola rural prestar-se, essencialmente, à veiculação de valores morais, sanitários e cívicos, demonstrando um caráter notadamente regenerador que formativo, no propósito de desenvolver elementos indispensáveis ao trabalho produtivo. Neste sentido, vale ressaltar trecho da legislação municipal¹⁷⁴:

¹⁷⁰ Coleção de leis e decretos do Estado de São Paulo (1889-1920). (AESP).

¹⁷¹ DECRETO nº 41, de 14 de agosto de 1920, p. 6;15. (APHRP).

¹⁷² ESTATISTICAS. *A Cidade. Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto, 9 dez. 1919. (BN).

¹⁷³ SOUZA, R. F. *História da organização...* Op.Cit., p. 48.

¹⁷⁴ BARBOZA, A. C. C. *Cartilha do Operário: alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo* (1920-1930). São Paulo, 2006. Dissertação (mestrado em Educação)- USP, p. 66-67.

§O professor deverá, outrossim, empenhar todos os seus esforços para conservar e aumentar no coração do aluno o amor pela pátria, digo, pela vida rural, pelo trabalho agrícola que dignifica e liberta o homem, evitando sempre allusões às pompas e diversões da cidade¹⁷⁵.

Este parágrafo é revelador dos propósitos políticos intrincados aos saberes escolares. A necessidade de infundir o valor pelo campo nos alunos traduz anseios tanto locais quanto nacionais. Em Ribeirão Preto, a população flutuante das zonas cafeeiras era considerável. Finda a colheita, os imigrantes de melhor situação financeira abandonavam as fazendas e tomavam o rumo da cidade na tentativa de abrirem um comércio ou oficina, ou também, compravam lotes no Núcleo Colonial, meios encontrados para a melhoria da qualidade de vida. Ainda, ao atentarmos para a data de promulgação desta lei, 1915, identificamos os ideais de parte dos nacionalistas que combatia a urbanização ao defender os valores do campo e afirmava a essência agrícola do Brasil¹⁷⁶.

Afora idéias nacionalistas e as grandes distâncias das estradas de terra que separavam as fazendas da cidade, outros fatores contribuíam para o distanciamento entre a suposta pacata vida no campo e as agitações citadinas:

Accusando o recebimento do gentil convite que a V. Exma. Se dignou enviar-me, para, em companhia de meus alumnos, assistir à inauguração da herma que essa patriótica Camara Municipal, da qual é V. Exa. M. H. e prestimoso Presidente, manda erigir afim de perpetuar o nome e a memoria de um dos mais illustres filhos da grande Patria brasileira- o Barão do Rio Branco- agradeço penhorada essa differencia.

Porem, sendo os meus alumnos quase todos filhos de camponezes e operários, nem todos, no momento, têm roupa adequada a uma festa de caracter patriotico, e o tempo não foi sufficiente para prevenir os paes e pedir aos mesmos mandassem fazer os necessários trajes.

Pedindo desculpas por esta falta involutaria, aproveito a ocasião para apresentar a V. Exa., a illustre Camara de Ribeirão Preto por este acto de alto valor cívico e patriótico.

Saude e fraternidade
Leandro Pierini
Prof. Da Escola Dumont¹⁷⁷

Além de ser possível apreender algumas concepções de etiqueta partilhadas pelo professor da escola, os escritos de Leandro Pierini são profícuos para trazermos a lume algumas questões. Antes, o elemento que salta aos nossos olhos é a escusa contundente, a valorização extrema deste feito municipal, bem como a adulação feita por meio de adjetivos e pronomes de tratamento. Embora fosse estilo de escrita corrente na época, ao proceder desta

¹⁷⁵ Lei nº 220 de dezembro de 1915. Livro número 2 de Leis e Decretos do município. (CMRP).

¹⁷⁶ NAGLE, J. *Educação e Sociedade...* Op. Cit., p. 53.

¹⁷⁷ Correspondências para Câmara Municipal. Fonte: (APHRP).

forma, o mestre também mostra-se um bom jogador no campo das malhas de uma cultura política pautada pela cordialidade e relações de favor. Também, ao identificar seus pupilos como filhos de “*camponeses e operários*”, nos indica a presença de conceitos de classe fundados na Europa e discussões acerca da natureza desses grupos. No entanto, se a fazenda não vai à cidade, a cidade vai à fazenda¹⁷⁸:

No proximo dia 23, na propriedade agricola da Companhia Dumont, sera effectuada uma brilhante festa de caracter collegial e patriótico organizada pelo sr. Prof. Leandro Pierini, que tem trabalhado com extraordinaria constancia no cultivo da infancia dali. A interessante festa constara de kermesse, hymnos e patrióticos, formatura de 49 escoteiros, canções regionais e discurso, etc. No dia 23, às 12 horas, partira da estação Dumont um trem especial, com os convidados. Este trem voltara a noite. Para esta festa o esforçado prof. Pierini teve a lembrança de convidar esta redacção, gentileza que muito penhorados, agradecemos¹⁷⁹.

A notícia em questão atesta o talento do professor como ator social e conhecedor das várias estratégias para inserção na trama das boas relações. Além de disseminar valores cívicos e patrióticos, tanto em seus alunos com a formação de escoteiros, quanto no restante da população ao propagar sentimentos de nacionalidade por meio desta celebração, traz para a escola as atenções e, conseqüentemente, auxílios diversos na manutenção da escola sob seu poder. De tal maneira, a realização desta festa contou com doações de diversos particulares. O professor era incansável propagandista da educação nas fazendas¹⁸⁰:

A vida nas fazendas

[...] As fazendas actualmente são dotadas de todas as commodidades para os colonos: boas casas, magnificos pastos onde os trabalhadores podem crear animaes de toda espécie, [...] muitas dellas offerecem pharmacias, médicos, escolas e mais uma boa quantidade de melhoramentos requerida pela hygiene. Com a creação do Patroanto Agricola para o qual muito contribuíram os esforços do illustre Dr. Luis Pereira Barreto, [...] é mister salientar a difusão da instrucção primmaria no meio deste grande exercito productor, factor maximo da riqueza de um povo merecedor [...]. Na F. Dumont que é uma das maiores Companhias Agricolas do E. de . Paulo, já existem dez escolas possuindo todas ellas casas proprias, de todos dotadas de vastos e hygienicos salões. E não é só. Alem das aulas diurnas, funcçionam também cursos nocturnos para os maiores que durante o dia devem trabalhar. Nestas escolas [...] a matricula supera os 800 alumnos! [...]. L. Pierini¹⁸¹

¹⁷⁸ CHALHOUB, S. *Cidade Febril...* Op. Cit., p.35.

¹⁷⁹ NO proximo dia 23. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 19 jul. 1918. (BN).

¹⁸⁰ SOUZA, R. F. *História da organização...* Op.Cit., p. 71-72.; As escolas rurais sofreram a falta de recursos e de interesse por parte do poder público em investir na educação escolar do homem do campo. Esquecidas pelos governantes, as escolas rurais dependiam da iniciativa de fazendeiros que assumiam as despesas com a construção de casas ou liberação de algum espaço já construído em suas terras. A professora Sandra Fagundes também percebeu a valorização dos empreendimentos que a comunidade rural realizava no intuito de criar e manter escolas, bem como o entendimento da época de que estas iniciativas particulares era conseqüência natural de civismo, não alternativa à lacuna deixada pelo poder público. In: LIMA, S. F. *Escola rural: História, memória e representações*. *Cadernos de História da Educação*. N.3. jan./dez. 2004, p. 29-30.

¹⁸¹ A vida na fazenda. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 25 abr. de 1913. (BN).

Em tempos de urbanização e modernidade, alguns letrados sustentavam que os campos abrigavam males capitais para o desenvolvimento do país, isto porque, a falta de educação e higiene faria surgir toda sorte de doenças resultando em atraso social e econômico. Ao descrever sua visão sobre a vida nas fazendas, o discurso de Pierini dialoga com estas falas e as rebate, apontando elementos citadinos: estabelecimentos modernos (farmácias, médicos, escolas), comodidade nas instalações dos colonos e, sobretudo, a presença do higienismo nas salas de aula e a eficácia do ensino (sempre medida pela frequência). No entanto, mais interessante neste artigo é a peculiaridade de algumas escolas em meio rural como estas pertencentes ao Patronato Agrícola.



Imagem 7- Patronato Agrícola em Ribeirão Preto. Década de 1910. (APHRP).

Talvez a imagem não faça justiça à narrativa de Leandro Pierini, mas podemos notar as tais construções amplas, repletas de portas e janelas. Talvez estas fossem as casas mencionadas pelo professor, construídas exclusivamente para o funcionamento das escolas. De qualquer maneira, o Patronato Agrícola, criado em 1911 pelo estado, configurou a primeira iniciativa pública do Estado de São Paulo em prover algumas necessidades do trabalhador rural como assistência médica e educação e, para tanto, fomentava a criação de

cooperativas subsidiadas com recurso estadual. Assim como o ensino público primário, apesar dos objetivos enérgicos, estas ações tiveram um impacto pouco considerável, pois um universo restrito de propriedades foi dotado com as atividades do Patronato. Ainda, o órgão possuía o desígnio de trazer os imigrantes italianos de volta ao Brasil, pois tantas foram as queixas contra a vida nas fazendas que as reclamações atravessaram o Atlântico e marcadamente influenciaram o fluxo imigratório¹⁸².

Embora não constitua uma regra todas as escolas mantidas pelo Patronato Agrícola possuírem um ensino melhor se comparado a outras salas de aula situadas no campo, ao menos a Escola Séde da Companhia, regida por Pierini, destacava-se fosse pela constante presença nas páginas do jornal *A Cidade*, fosse por ser a única classe da Fazenda Dumont a receber subvenção municipal, desde sua instalação, em 1913 até 1919. Outro indício desta distinção era o fato desta cooperativa contar com seu próprio exército de escoteiros em tempos que os Batalhões Infantis eram formados por pupilos matriculados em grupos escolares, bastantes diferentes das escolas isoladas. Ainda, abriu-nos precedente para que investigássemos outras classes:

[...] A banca examinadora compunha do sr. Dr. Mario Moura, inspector escolar municipal, que presidiu aos trabalhos, e dos srs. Dr. Chagas Madeira a Abel Conceição. [...] Ao meio-dia, com a presença de 40 e tantos alumnos de ambos os sexos, da Exma. Sra. Dona Albertina Schmidt, esposa do coronel Francisco Schmidt, de grande numero de famílias e diversos professores desta cidade tiveram inicio os exames [...] Terminadas as provas a intelligente menina Martha de Freitas, a primeira alumna da escola dirigiu uma linda saudação à Exma. Esposa do coronel Francisco Schmidt, que alli se achava presente, a cuja sombra aquella escola se instituiu e vem prestando à instrucção primmaria serviços de valia. [...]. Dirige igualmente palavras de estímulo e louvor aos alumnos, pelo progresso que tem realisado fazendo uma referencia especial à alumna Martha de Freitas, a quem a Camara Municipal conferira um premio em virtude do brilhante resultado de seu exame, sendo offerecido outro à alumna Antonietta de Garofa, como autora do melhor trabalho de agulha [...]¹⁸³.

Segundo a legislação municipal, ao reduzir o máximo possível o programa das escolas rurais municipais, além da simplificação dos conhecimentos a serem ensinados eram, também, suprimidos do currículo as disciplinas de música, trabalhos manuais, ginástica e exercícios militares. Noticiado pela imprensa, o exame escolar em destaque foi realizado na Escola da Fazenda Monte Alegre, estabelecimento que apesar de funcionar em meio aos cafezais, ao que tudo indica, ministrava o ensino de atividade artesanal às mocinhas.

¹⁸² TELAROLLI Jr., R. Imigração e epidemias no Estado de São Paulo. *História, ciências, saúde*- Manguinhos, n. 3. V. 2. Jul/out. 1996, p. 275.; WELCH, C. A. Os camponeses entram em cena. A iniciação da participação política do campesinato paulista. Anais do XIX Encontro Regional de História da Sessão de São Paulo da ANPUH: *Poder, violência e exclusão*, 2008. FFLCH/USP-São Paulo. CD-ROM.

¹⁸³ EXAMES escolares. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 07 dez. 1915. (BN).

Além disso, esta sala campestre cumpria perfeitamente procedimentos formais, embora tácitos de todas as escolas republicanas, isoladas, reunidas, grupos escolares ou ginásio: a homenagem a homens da república e a realização de festividades escolares em época de exames finais. Sempre presentes nos exames e festas escolares, os políticos republicanos mantinham sua imagem atrelada ao conhecimento e, não raro, ao fervor pela instrução. Já os exames cumpridos com toda pompa que se pudesse custear, funcionavam como publicidade da importância da escola pública em meio aos populares¹⁸⁴.

2.3 - Faces hesitantes em incertas escolas: alunos e professores do ensino municipal

Por fim, após versarmos sobre números, legislações, desígnios e homens, é de suma importância apontarmos para a identidade dos alunos e professores destes estabelecimentos escolares anômalos, na ótica de inspetores, e distantes das boas intenções iluministas, tanto para a compreensão do ensino nas escolas de ensino primário, quanto pelo compromisso inicial e capital do presente estudo: não somente ressuscitar de tempos idos idéias e ideais, mas essencialmente gente. Para feitura de tal empreita, nos deparamos com livros de frequência e matrícula. Mais que nomes em caligrafias impecáveis, estes documentos trouxeram certo desalento, pois a preocupação da Inspeção Geral do Ensino era acentuada apenas no que condizia a matrícula, frequência e promoção.

Afirmar esta possível de observar nas páginas utilizadas para a chamada. Segue o mesmo padrão os documentos encontrados: ao alto, centralizado, em letras garrafais, a identificação da escola; à esquerda, igualmente notório, o nítido nome do professor; abaixo, enfileirados verticalmente, os nomes dos alunos por ordem temporal de ingresso nos bancos escolares; e por fim, o essencial resumo, composto por matriculados, comparecimentos, faltas, frequência média e eliminados. Deste modo, segue o intento de metamorfosear números frios em determinantes que pulsem, no objetivo de esboçar cada garganta de um pretenso coro uníssono do soletrar bê-a-bá. Assim, iniciaremos pelo campo “*profissão dos paes*”, trabalhadores que exerciam as mais diversas atividades¹⁸⁵.

¹⁸⁴ SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização...* Op.Cit., p. 241-277.; SOUZA, R. F. *História da organização...* Op. Cit., p. 49.

¹⁸⁵ Para composição da Tabela 6, tabulamos os livros de matrícula das seguintes escolas: Curso noturno Olavo Bilac (particular subvencionada, 1916); Escola feminina regida pela professora Maria Raggio (particular subvencionada, 1905 a 1910); Escola Ruy Barbosa (particular subvencionada, 1915 a 1918); Escola do bairro do Barracão (estadual subvencionada, 1907 a 1912); Escola masculina de Villa Bonfim (municipal, 1910-1921) e

Tabela 5. Profissão dos pais de alunos.

Profissão	Descrição Ocupações
Funcionário público 4,07%	escrivão, fiscal, empregado municipal, empregado público, tabelião, guarda-livros, agente correio, militar, soldado
Comércio fixo (prestação de serviços): 21,34 %	alfaiate, carpinteiro, pedreiro, ferreiro, seleiro, marceneiro, cervejeiro, açougueiro, peixeiro, comerciante, tamanqueiro, barbeiro, eletricista, moleiro, folheiro, mecânico, empregado do comércio, costureiro, lenheiro, sapateiro, oleiro, engomadeira, portador, carteiro, lavadeira, trançador
Comércio ambulante: 1,15%	verdureiro, leiteiro, charqueador, padeiro, viajante, marchante, caixeiro
Profissional liberal: 14,20%	professor, médico, engenheiro, capitalista, negociante, proprietário, empresário, industrial
Profissional rural: 24,74%	lavrador, administrador, colono, fazendeiro, feitor, empregado da fazenda
Mão-de-obra especializada: 33,58%	empregado, cocheiro, cozinheiro, músico, pintor, carroceiro, jardineiro, trabalhador, construtor, operário, empreiteiro, maquinista, agente de café, guarda-noite, jornaleiro, limpador de máquina, manobrista, empregado doméstico, fundidor, caldeireiro, violeiro, ajustador, chefe de estação, mestre de linha, empregado da estrada de ferro, <i>chauffeur</i>
Outras condições: 0,88%	mendigo, impossibilitado, falecido

Devido ao fato dos livros de matrículas encontrados não formarem uma série, no sentido de não representarem um número equânime de alunos freqüentadores de escolas rurais e urbanas, não foi possível determinar a porcentagem exata dos estudantes do campo e da cidade. Contudo, como já demonstrado, o ensino público primário era ministrado, principalmente, por estabelecimentos situados em área urbana, dadas as políticas de subvenções, realidade esta refletida nos dados obtidos com esta matemática de intenções humanas, posto que a grande maioria dos alunos era composta por filhos de indivíduos trabalhadores na cidade (1078 profissionais, ou seja, 74, 34%).

No entanto, esta não é a inferência que mais nos interessa. Na concentração de pupilos cujos progenitores estão ligados a atividades urbanas, a maior parte está inserida nas categorias comércio fixo (21,34%) e mão-de-obra especializada (33,58%). Logo, deduzimos que os matriculados nas escolas eram filhos de pessoas que já encontravam algum sentido para a instrução, ainda que fosse a inserção no mercado de trabalho e a expectativa de mobilidade social em uma sociedade que, ao atentarmos para a miríade de funções, encontramos uma diversidade econômica bem mais complexa, sintomas da urbanização, ainda que impulsionada pelo capital agrícola. Assim, a escolarização também pode ser entendida como uma via de mão dupla. Estabelecimentos que adestravam e higienizavam em nome de uma sonhada civilização e ambicionado progresso, consistiam, também, em meio de ascensão social, buscada pelos mais diversos tipos sociais.



Imagem 8. Operários da empresa Antigo Banco Constructor, 1905. (APHRP).

Nesta Imagem, o elemento interessante é um flagrante destes pequenos trabalhadores de tempos idos. Entre bigodes e cavanhaques mais ou menos esmerados, figuram meninos e rapazotes com ferramentas em punho. Ao serem formados sujeitos instruídos, ainda que de

modo rudimentar, versados em lições de caligrafia e noções elementares de matemática, conhecimentos bastantes limitados e por vezes desnecessários no desenvolvimento de algumas atividades, tal instrução não deixava de configurar uma inserção numa cultura escrita deveras valorizada pela racionalidade moderna própria daquela época. Assim, neste sentido em que a educação primária e trabalho eram tramas de um mesmo enredo, o ensino de trabalhos manuais deveria ser bem direcionado¹⁸⁶:

Na Primeira Escola Masculina estadual do Bairro do Barracão, completamente regida pelo professor Santos Amaro da Cruz, começou a dias o ensino de traforo aos alumnos, trabalho de arte muito interessante e de utilidade practica. Ao que nos consta, é a primeira escola isolada do Estado que estabelece o ensino de traforo. O professor Santos Amaro pediu e obteve dos srs. Dr. Macedo Bittencourt, prefeito municipal e Mario Moura, inspetor escolar, o fornecimento do material necessario¹⁸⁷.

No exercício de informar a população sobre os acontecimentos da cidade, a imprensa define o traforo como “*trabalho de arte muito interessante e de utilidade practica*”. Embora pela definição seja ressaltado o caráter pragmático da técnica, a finalidade da inclusão dos trabalhos manuais era, propriamente, transmitir princípios gerais do ofício ao despertar na criança o gosto pelo trabalho e o esquecimento dos pensamentos infantis- não o ensino de um ofício específico. Todavia, a classe regida pelo professor Santos Amaro da Cruz deveria atrair alunos para suas carteiras, posto que o tráforo, artesanato em madeira proveniente da Itália, era ministrado, justamente, na escola do Barracão, área correspondente ao Núcleo Colonial, bairro predominantemente habitado por italianos, imigrantes que modificaram o perfil do morador urbano de Ribeirão Preto, dada a consciência política diversa e a ligação a profissões citadinas¹⁸⁸.

Ainda, outro dado obtido elucidativo para entendermos a identidade dos estudantes, ainda que superficialmente, é a idade. A quase totalidade de crianças que freqüentavam as escolas era composta pela faixa etária facultada pela lei municipal (e, após 1920, obrigatória), ou seja, os alunos de sete a doze anos, porção esta correspondente a 81,2% de nosso bolo numérico. Pequenos menores de sete anos formavam 9,3%; sujeitos de treze a catorze anos,

¹⁸⁶ SOUZA, R. F. *História da organização...* Op.Cit., p. 35.

¹⁸⁷ NA primeira escola masculina do Barracão. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 20 jan. 1916. (BN)

¹⁸⁸ SOUZA, R. F. *História da organização...* Op.Cit., p. 65.; SILVA, A. C. B. *Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado (1887)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008, p. 135.

6,3%, maiores de catorze, 1,1%, além de 2,1% que não possuíam especificação da idade ou ilegibilidade das fontes¹⁸⁹.

O destinar dos parques bancos escolares à faixa etária em questão, entre 7 e 12 anos, condiz com o imaginário de infância segundo os ideais da época. Em tenro crescimento, a criança poderia ter facilmente moldadas as características, os vícios latentes seriam passíveis de eliminação, uma vez utilizadas as técnicas pedagógicas adequadas. Todavia, talvez pelo fato dos governantes perceberem pelas estatísticas que os pais matriculavam seus filhos tardiamente, após os oito ou nove anos, este entendimento da época da vida que compreendem a meninice foi alterado já em 1920, ao reduzir a obrigatoriedade do ensino para a faixa etária de 9 a 10 anos. Já a presença de maiores de treze anos, bem como os menores de sete anos tanto nas classes iniciais como nas finais, denotam não somente esta indeterminada entrada na escola, mas também a indefinição da função da escola na vida dos pequenos, apesar das inúmeras prescrições republicanas¹⁹⁰.

Da mesma forma, ressaltamos a presença de crianças menores de sete anos (grande parte contava seis anos, alguns pequerruchos cinco anos e até outros com quatro anos de incipiente existência) que também frequentavam as classes onde pretendia-se alfabetizar, ensinar as quatro operações matemáticas bem como lições de história e geografia. Tais ocorrências levam-nos a vislumbrar outro traço daqueles que formaram o corpo discente das escolas de ensino primário subvencionadas pela municipalidade- a condição econômica. Isto porque, as práticas de subvenções combinavam dois fatores primordiais para a compreensão destes estabelecimentos: a diligência particular de assuntos públicos e o limite tênue ou mesmo inexistente entre instrução e compaixão, em um campo em que foi preciso constantemente dirigir ações e velar intenções para que a marcha rumo ao progresso fosse constante:

Por um Lyceu

A cidade de Ribeirão Preto que tem realizado um progresso material vertiginoso, recente-se, entretando da falta de progresso social e moral, no que diz respeito a educação da infância e da juventude abandonadas[...]. Cidade grande, populosa, movimentada, vida propria tornou-se ella perigosa aos meninos e rapazes, inexperientes, aqui encontram meio propicio para se transviarem notadamente os

¹⁸⁹ Para construção de tais dados, foram pesquisados livros de matrícula das seguintes escolas: Escola feminina do Bairro de Salles (1907 a 1914); Escola Ruy Barbosa (1915 a 1918); Escola do bairro do Barracão (1905 a 1912), cadeira não especificada; Escola do bairro do Barracão (1907 a 1912), terceira cadeira; Escola masculina do Bairro José Jacques (1907 a 1912); Curso noturno Olavo Bilac (1916); Escola regida pelo professor José Custódio Bernardino e Silva (1905 a 1909); Escola feminina regida pela professora Maria Raggio (1905 a 1910); e por fim, Primeira escola masculina municipal de Villa Bonfim (1920). O montante final foi de 2528 alunos. (APHRP).

¹⁹⁰ SOUZA, R. F. *Tempos de infância...* Op.Cit., p. 131-132.

que são orphãos ou filhos de paes pobres, que, tendo que cuidar dos seus trabalhos para manutenção propria e da familia, não podem sobre elles exercer aquela continuada e salutar fiscalisação [...]
João Fernandes¹⁹¹

Ainda que houvesse, ao menos no plano legislativo, todo um aparato que tentasse prover, organizar e fiscalizar o ensino público municipal, as justificativas para a instalação de um Liceu em Ribeirão Preto foram semelhantes aos discursos presentes na segunda metade do século XIX e que perduraram em décadas e mais décadas posteriores. Nestes tempos, as instituições de educação popular compunham um grupo mais amplo (grupo de escolas destinadas a crianças ao abranger creches e pré-escolas, escolas profissionalizantes, a educação de jovens e adultos, além do ensino primário) e, sobretudo, eram legitimadas pelo caráter assistencialista mais que pela função instrutiva, posto que o ideal defendido era, essencialmente, higienizar e disciplinar valores e hábitos. Ainda que o artigo acima seja o parecer de João Fernandes, seus juízos estavam presentes nas deliberações da Câmara Municipal que garantiam a subvenção da Sociedade Amiga dos Pobres “[...] *que presta relevantes serviços á pobreza, mantendo um albergue nocturno*[...]”¹⁹².

Embora a população da *Petit Paris* não tenha sido beneficiada por um Liceu de Artes e Ofícios nos moldes daquele existente na capital, a Associação Protetora da Infância assim anunciava seu primeiro objetivo¹⁹³:

1º Manter, desde ja no prédio nº.40 da rua Tybiriça, desta cidade, uma escola, com capacidade para 80 a 100 alumnos de ambos os sexos, com caracter inteiramente popular, acessivel ao proletariado, mediante insignificantes contribuições mensaes e com instituição de numerosos lugares gratuitos, destinados a orphans e creanças desvalidas¹⁹⁴.

Decerto os liceus possuíam um caráter diverso da escola mantida pela Sociedade, mas, de maneira semelhante a estas classes, eram mantidos por sociedades civis que recebiam verbas públicas. Ademais, a serventia prestada por estes cursos profissionalizantes no imaginário do cidadão, ou seja, atender à “*educação da infância e da juventude abandonadas*” consistia justamente no intuito capital desta associação que se auto intitulava

¹⁹¹ POR um Lyceu. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 03 abr. 1914. (BN).

¹⁹² KUHLMANN Jr, M. *Infância e Educação Infantil...* Op. Cit., p. 165.; BITTENCOURT, J. M. Relatório de 1919 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na sessão de 15 de janeiro de 1920, p. 48-49. (APHRP).

¹⁹³ Embora não tivéssemos encontrado fontes conclusivas, ao que tudo indica, a Escola do Povo, mantida pela Associação Protetora da Infância e a Sociedade Amiga dos Pobres são a mesma instituição. Além de ambas funcionarem no mesmo endereço, a Escola do Povo foi fundada em 1910 e, após esta data, não havia nenhuma alusão ao estabelecimento nas páginas do jornal *A Cidade*. Em contrapartida, em 1911 iniciava a publicação de artigos e mapas de frequência da Sociedade Amiga dos Pobres, no referido periódico.

¹⁹⁴ ASSOCIAÇÃO Protetora da Infância. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 09 mar. 1910. (BN).

protetora da infância. Além disso, ambos os estabelecimentos acabavam por cumprir os mesmos intentos: retirar as crianças da rua, terreno de vícios e ociosidade e oferecer uma educação antes moral que intelectual¹⁹⁵.

Dada a circunstância da inerente participação privada na assistência à infância, pois durante a Primeira República as organizações particulares preencheram lacunas deixadas pelo Estado- ao passo que, por vezes, recebiam auxílio deste por meio de pedidos de verbas- em Ribeirão Preto não foi diferente. Meses antes do início de seu funcionamento, a Associação Protetora da Infância anunciava que as crianças receberiam educação, instrução, livros, papel, penas, tinta, tudo isto por conta de inúmeros sócios que se inscreveram, “*quasi todos commerciantes e industriaes*” e tiveram seus nomes arrolados nas páginas do jornal. Também, indicava que havia recebido “*novo auxilio*”, concedido pelo governo do Estado¹⁹⁶.

Geralmente, a descrição destes eventos eram notícias relativamente extensas por elencarem nos textos inúmeros adjetivos denotativos de bondade e filantropia, além de explicitamente personificarem as ações com nomes próprios dos doadores, conhecidos por formarem a chamada “*boa sociedade*”. Instrução e caridade seguiam, assim, sem distinção.

Aliás, tais notícias são a confluência de práticas arcaicas e modernas. A filantropia praticada por indivíduos abastados, ao doarem recursos a diversas instituições como hospitais e associações é costume antigo. A novidade consistiu no uso da imprensa para exaltação dos nomes caridosos com o intuito não apenas de simples engrandecimento, mas sim para construírem sobrenomes em uma sociedade em que a posse econômica é a medida para grande parte das coisas. Entre estes beneméritos, eram usuais colaboradoras as mulheres de famílias tradicionais, também enredadas nas tramas de cordialidade e favor junto aos seus maridos¹⁹⁷.

Certamente, vários colaboradores destas associações contribuíram desinteressadamente para a manutenção destes estabelecimentos, nutridos por sentimentos humanitários ou dogmas religiosos. Contudo, para que tantas fossem as subvenções-particulares, estaduais, municipais- um anseio era comum para aqueles que desejavam flunar

¹⁹⁵ SANTOS, J. A. dos. A trajetória da educação profissional. LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (orgs). In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 209.; KUHLMANN Jr, M. *Infância e Educação Infantil...* Op. Cit., p. 167.

¹⁹⁶ FONSECA, S. C. *A assistência à infância pobre na República Velha: comparações entre São Paulo e Ribeirão Preto (1900-1917)*. Anais do XIX Encontro Regional de História da Seção São Paulo da ANPUH: Poder, violência e exclusão, 2008. FFLCH/USP - São Paulo, p.1.; *A Cidade. Ribeirão Preto*, 27 abr. 1910. Fonte: (BN).

¹⁹⁷ FONSECA, S. C. A presença do público e do privado na assistência à infância: Semelhanças e diferenças entre São Paulo e Ribeirão Preto (1903-1922). *Cadernos de História da Educação*, v.8, n. 1, jan.\ jun. 2009, p. 214.

por ruas ideais: a manutenção da ordem. Não raro a imprensa relatava a desordem provocada por pequenos nas vias públicas:

Meninos peraltas

Sabemos que o Sr. Dr. Joaquim Mamede da Silva, delegado em virtude de muitas queixas que lhe tem sido apresentadas, vae agir energicamente contra um grande numero de meninos peraltas, que todas as tardes se reúnem na Praça XV de novembro (*ilegível*) estilingues se comprazem em atirar pedras nas vidraças e vitrinas assim como contra os automoveis que passam.
Fica avisado aos senhores paes.¹⁹⁸

Na época, não era usual a publicação de fotografias no intuito de ilustrar as notícias e artigos veiculados nos jornais. Todavia, se o periódico não relatou por meio de imagem a desordem provocada pelos meninos peraltas, talvez possamos aproximar o porquê das muitas queixas apresentadas. A alcunha *Petit Paris* não era dada por mera coincidência, uma vez que havia todo um esforço por parte dos grupos que compunham a “boa sociedade” em materializar os ares parisienses, a cidade idealizada por meio- dentre tantas ações- de teatros, comércio e escolas, e, principalmente, na manutenção da ordem e estética destes espaços citadinos¹⁹⁹.

Tal qual a capital francesa aos moldes do prefeito Haussman, o espaço urbano de Ribeirão Preto foi organizado em função de novos grupos sociais que, ao assumirem o governo da cidade, intervieram e ordenaram esta área central a fim de suprir suas necessidades e atender aos prescritos de modernidade e civilidade da época. Assim, a Praça XV de Novembro, jardim público localizado no equilátero central, trazia em seus bancos de madeira, postes de iluminação e coreto, um lugar carregado de sentidos e capaz de distribuir e diferenciar equipamentos sociais e culturais, bem como conferir aos seus frequentadores um prestígio social²⁰⁰.

¹⁹⁸ MENINOS peraltas. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 21 de maio de 1913. (BN).

¹⁹⁹ PAZIANI, R. R. Outras leituras da cidade: experiências urbanas da população de Ribeirão Preto durante a Primeira República. *Tempo*. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História., v.10, n.19, Jul\ Dez. Rio de Janeiro: 2005,p.181.

²⁰⁰ TORRES, S. L. H. *Espaços urbanos em processo de representação*. Praça Floriano Peixoto e Ilha dos Museus. Dissertação de Mestrado em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 50-69.

Além de comunicar ao público a algazarra descabida, a nota apresenta um tom ameaçador e, ainda que implicitamente, admoesta os pais, responsáveis pela boa ou má conduta de seus filhos que deveriam evitar o convívio nas ruas e molecagens por vezes consideradas malandragem infantil. Aliás, para que pudessem divertir-se pelas ruas, os ribeirãopretanos de outrora eram obrigados a portarem-se de maneira irretorquível. Salvo para pedir socorro, era proibido gritarias ou cantorias de qualquer tipo, norma aplicável a todo indivíduo, de qualquer idade ou sexo²⁰¹.



Imagem 9. Sociedade Amiga dos Pobres. Fonte: CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG, 1987, v. 5, p.686.

O comportamento e a moral, além de assuntos tratados pela instrução, eram também caso de polícia. Portanto, de maneira que pobreza era indício de periculosidades (vícios, violência, ignorância), segundo assertiva das elites, o trato com a educação dos pobres dispunha medidas de massa. Assim, compreendemos a ótica do fotógrafo. Embora a qualidade da fotografia esteja comprometida, a intenção não era registrar os semblantes dos alunos, dispostos aos montes, mas transmitir à posteridade a altivez da sede ampla e de portas sempre abertas, bem como quão inúmeras eram as crianças beneficiadas pela instituição. Nada de faces, mas muitos números e números.

Por outro lado, por vezes os algarismos nos auxiliam na tarefa de entrever estes rostos. Outro dado de merecida consideração é o país de nascimento destes pupilos por permitir, de certo modo, configurarmos a naturalidade ou descendência dos alunos das escolas isoladas,

²⁰¹ CAMPOS, R. D. *Mulheres e crianças...* Op. Cit., 199-201.; Código de Posturas, 1902, p. 88-89: 90-91. Fonte: (APHRP).

municipais e particulares subvencionadas. Dentre 1015 crianças matriculadas, 97,5% eram brasileiras, e 2,5% estrangeiras, e entre o número de nascidos no Brasil, 38,7% eram filhos de brasileiros, enquanto 61,3% eram filhos de estrangeiros²⁰².

Esta grande porcentagem de filhos de estrangeiros matriculados nas escolas primárias subvencionadas pela municipalidade certamente foi importante variável a ser considerada ao voltarmos os olhos para a situação educacional de Ribeirão Preto. Embora sempre em número insuficiente, as escolas eram consideradas um importante meio para incutir ideais cívicos e patrióticos, além de comportamento e hábitos ditos higiênicos nestes novatos brasileirinhos. Talvez, por tal necessidade de ordem e controle desta população infantil que as escolas estaduais construídas no Barracão não deixaram de ser subvencionadas desde sua criação até 1920, findo o recorte temporal desta pesquisa. Possivelmente, também orientou a manutenção do Primeiro Grupo Escolar que, como dissertaremos adiante, possuía a reputação de instruir e disseminar hábitos modernos por excelência²⁰³.

Conforme apontado anteriormente, dentre várias nacionalidades, os italianos formaram o imenso contingente de mão-de-obra vindo de além do Atlântico. Contudo, apesar de para cá atraídos no intuito de contribuírem para a regeneração da raça brasileira, apenas a cor alva da pele estrangeira era bem vinda- seus hábitos e valores deviam ser abandonados junto aos familiares e amigos que na Itália permaneceram. Nesse sentido, o resultado da estatística relativa ao país de origem dos alunos e seus pais é, certamente, distante do acaso. Apesar de uma considerável parcela da população ribeirãopretana ser constituída por imigrantes que para lá foram trabalhar nas lavouras e cidade, o notável número de filhos de estrangeiros nos bancos escolares é resultado de um desejo bem materializado do poder municipal, estadual e, conseqüentemente, particular (dado o enlace de interesses públicos e privados), como podemos perceber no discurso do prefeito Bittencourt²⁰⁴:

²⁰² Para tais resultados, foram utilizados: o mapa mensal de julho, do ano de 1916, das escolas: terceira masculina do bairro do Barracão, segunda e terceira femininas do bairro do Barracão; a relação anual dos alunos das escolas isoladas estaduais: Sede, primeira masculina, primeira e segunda femininas, bairro do Barracão, primeira, segunda, terceira masculinas e primeira, segunda e terceira femininas, bairro do Salles, primeira masculina e primeira feminina, bairro do Retiro, primeira, segunda femininas e primeira, segunda masculinas, bairro do José Jacques, primeira, segunda femininas e primeira, segunda masculinas; e ainda, números do mês de dezembro do livro de freqüência do ano de 1920 da Primeira escola masculina de Villa Bomfim. (APHRP).

²⁰³ Encontramos apenas uma referência sobre a naturalidade dos alunos do Primeiro Grupo Escolar. Segundo o diretor do estabelecimento, em 1904, dentre os 700 alunos, aproximadamente 500 eram de origem italiana. In: TEIVE, G. M. G. Sugestões sobre a educação popular no Brasil: proposta do professor Orestes Guimarães. *Currículo Sem Fronteiras*. V. 10. n.2. jul/dez. 2010, p. 230.

²⁰⁴ Pela educação dos imigrantes e seus filhos, buscava-se a formação de um sentimento de coletividade, a universalização do sentimento de povo e Nação em detrimento da cultura e valores patrióticos dos povos que vieram para o Brasil, fossem estes italianos, alemães, poloneses ou japoneses. Cf. KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G.(orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

A diffusão do ensino primario nos municípios é um dos principaes deveres de todas as Camaras, e no nosso Estado então, que recebe annualmente um numero avultado de imigrantes estrangeiros, que constituem a grande maioria da população rural, ainda mais urgente se torna o cumprimento desse dever, porque às suas escolas primarias cabe o desempenho de duas funcções, cada qual mais importante: -dar a todos os meninos uma instrucção rudimentar que os habilite a procurarem, mais tarde, um maior desenvolvimento intellectual e despertar nos que são filhos de estrangeiros o amor da nossa Patria, sentimento este que ordinariamente os paes procuram contrariar, influenciados pela tenaz propaganda que fazem nesse sentido os agentes consulares de seus paizes de origem²⁰⁵.

O enunciado traz em seu corpus o brado nacionalista, corrente de idéias que tomara corpo durante a Primeira Guerra Mundial e possuía como tônica o diagnóstico do desenvolvimento socioeconômico nacional em comparação a outros países europeus. Em decorrência desta análise, alarmava sobre o atraso brasileiro. Este país novo, dito ainda infantil e descrito por várias metáforas de instabilidade, agitação, desequilíbrio, era percebido como uma nação fraca, que perigava, a qualquer momento, perder sua independência frente às civilizações imperialistas. Para reversão deste quadro periclitante, fazia-se necessário, segundo os nacionalistas, dar um sentimento de conjunto à nação, incutir no seu povo brasileiro a consciência do próprio valor, estabelecer uma “*corrente de idéias e pensamentos*”, tal qual medicação que se pretendia ministrar ao paciente a fim de combater o seu “*estado mórbido*” e equipará-lo “*às raças adultas, emancipadas e sadias*”. Dessa forma²⁰⁶:

[...] E quanto a seus filhos [filhos de estrangeiros], já aqui nascidos, não devemos permitir que aprendam a ler em outra lingua que não seja a nossa, facilitando-lhes, para isso, a instrucção primaria com a criação de escolas nas fazendas, nos bairros, nos suburbios e nas cidades, com programmas mais simples e apropriados aos fins que se destinam, com horarios e periodos de ferias adaptados às necessidades de trabalho rural, dirigidos por professores idoneos que, alem do ensino elementar, dêem aos seus discipulos proveitosa educação civica e moral²⁰⁷.

A língua era considerada (junto à história, geografia e questão étnica), causa vital para o nascimento e preservação do nacionalismo, pois estava interligada à noção de identidade e independência política, apesar do constante embate na época sobre o idioma escrito, posto o país não se emancipara de Portugal quanto às regras gramaticais. Todavia, voltemos ao

²⁰⁵ BITTENCOURT, J. M. Relatório de 1919 apresentado à Camara Municipal de Ribeirão Preto, na sessão de 15 de janeiro de 1920, p. 45. (APHRP).

²⁰⁶ LUCA, T. R. *A Revista...* Op. Cit., p.40-47.

²⁰⁷ BITTENCOURT, J. M. Relatório de 1919 apresentado à Camara Municipal de Ribeirão Preto, na sessão de 15 de janeiro de 1920, p. 45. (APHRP).

discurso do prefeito municipal que carrega em sua fala noções difundidas em macro esfera, como aquelas defendidas por Olavo Bilac, nacionalista famoso: “*estrangeiro é aquele que não fala a nossa língua, [...], é estrangeiro o imigrado ou filho de imigrado enquanto não pensa e não sente um pouco como brasileiro*”. Daí a acentuada preocupação em doutrinar a língua portuguesa, neutralizando assim o “*cancro*” de outros ares e proporcionar a integridade e a coesão pretendidas pelas preocupações de cunho patriótico e de afirmação racial²⁰⁸.

Assim, mesmo que o ensino nas escolas primárias cumprisse duas funções- proporcionar uma instrução rudimentar e criar o sentido de nacionalismo nos alunos, sobretudo nos filhos dos estrangeiros a este país- é possível identificar no discurso do prefeito a sobreposição de um papel ao outro. A essência da escola - programa e horário - seria manipulada para o fim que se destinava: controle de comportamentos e sentimentos, a dominação do idioma alheio no extrapolar do espaço público das escolas e na invasão do privado nos lares dos pupilos.

Todavia, apesar das ações governamentais bem determinadas dado o empenho em aculturar os estrangeiros, principalmente os italianos (se considerarmos a localidade de Ribeirão Preto e a intenção sempre às claras de forçadamente incutir nas crianças um sentimento de nacionalismo, afinal, estes alunos eram um bando de italianinhos custosos a serem moldados e controlados, segundo as elites brasileiras), não entendemos a participação dos imigrantes na sociedade brasileira enquanto indivíduos sempre dominados e silenciados, dotados de uma legitimidade consentida apenas quando tomados em sua coletividade, geralmente em greves e revoltas. Pelo contrário, julgamos estes forasteiros quais outros atores que, no enredo social, utilizavam de estratégias e, a despeito da dominação exercida sobre eles, poderiam burlar determinações limítrofes como posições econômicas, sociais e simbólicas²⁰⁹. Neste sentido, era em idioma italiano que a Sociedade Dante Alighieri, organização de caráter criativo, filantrópico e social²¹⁰, anunciava o funcionamento de sua escola:

Società “Dante Alighieri”
Comitato di Ribeirão Preto

AVVISO

Col giorno 15 del corrente mese incomincerá a funzionare la Scuola gerale gratuita.

²⁰⁸ LUCA, T. R. *A Revista...* Op. Cit., p.239-252.

²⁰⁹ CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p. 121-122.

²¹⁰ CIONE, R. *História...* Op. Cit., p. 45.

Ocorrendo por tate scuola um insegnante elementare italiano, si pregano coloro che aspirassero ad occupare tal posto interdese col Segretario del Comitato per i necessarischiamente.

Si a avv ertono altresì che le iscrizioni commincerano dal giorno 3 corrente presso la Secretaria nella scole sociale, che all'uopo retserà aperta tut ti igiorni dall 1 una alle 2 pom.

Ribeirão Preto, 1 novembre 1910.

Il Secretario

Carlo Torre²¹¹

Esta classe, como outras criadas por associações de imigrantes, organizava-se de forma isolada, e, dentre outras subvenções como discorreremos adiante, era mantida pelos sócios e raros auxílios do governo da Itália, além de não dispor de material adequado. Não somente era anunciada em língua italiana, indicava que a escola ministraria um ensino elementar e teria como regente da sala um professor estrangeiro, fatos estes vistos com maus olhos pelos governantes municipais (tanto que, em 1909, um projeto de lei estabelecia o imposto anual sobre as escolas que ministrassem suas aulas em idioma diferente do português, e, também, em 1913, a Câmara Municipal determinava como quesito para obtenção de subvenção, a obrigatoriedade de o programa ser ensinado em língua nacional)²¹².

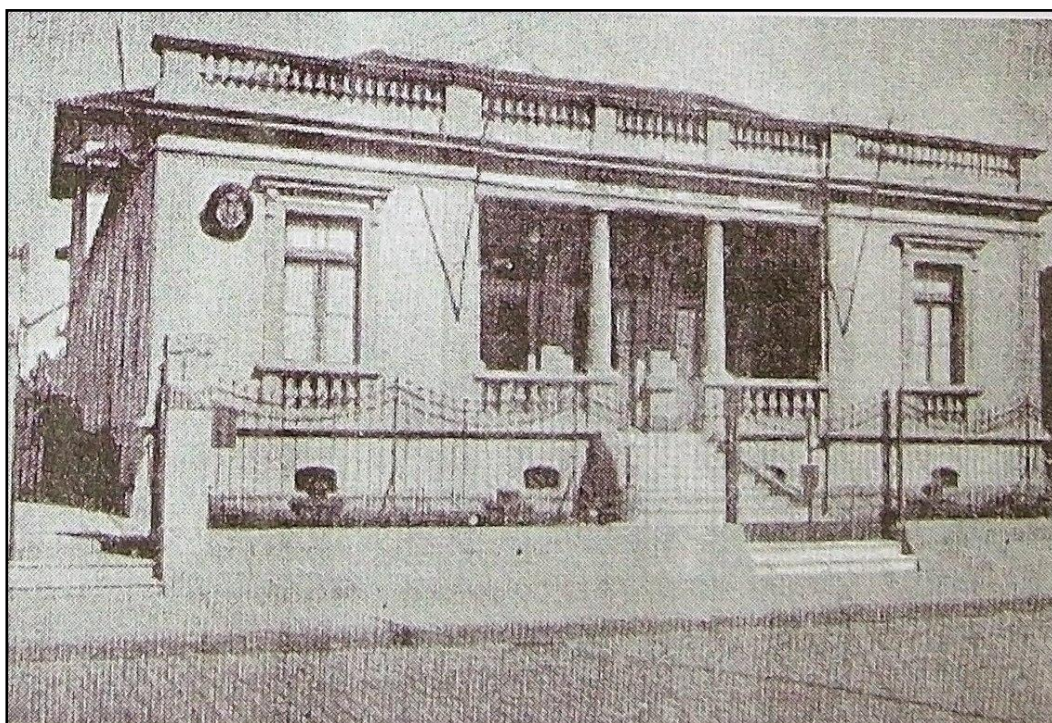


Imagem 10. Sede da Sociedade Dante Alighieri. Fonte: CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG, 1987, v. 5, p.45.

²¹¹ SOCIETÀ “Danthe Alighieri”. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 13 nov. 1910. (BN).

²¹² FURLANETTO, P. G. *O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2007, p. 226-230.; CIONE, R. *História...* Op. Cit., p. 265.; Lei nº 201 de 15 de janeiro de 1913. In: Livro nº 2 de Leis e Decretos do Município. (CMRP).

Dessa forma, a Sociedade Dante Alighieri configurou uma prática associativa dos italianos que, como de praxe nestas associações de imigrantes, objetivou a criação e manutenção de escolas em sua sede, no sentido estratégico de intensificar o convívio social dos ditos carcamanos e, tais quais os estabelecimentos republicanos, procurou garantir aos italianinhos uma educação vinculada aos conceitos de civilidade. Assim, a imagem da sede revela pouco destas idéias. Uma das compreensões da palavra “civilizar”, encontrada em dicionário do século XVIII, mas que embrenhou-se pelo XX, é “*Limpar. Tornar mais belo, mais claro e mais polido*”, campo semântico este materializado na arquitetura do prédio de proporções amplas, na harmonização de linhas retilíneas e coluna, na obediência aos padrões higiênicos da época ao exibir grandes janelas, bem como trazer à frente da construção portões e jardim, prescrições modernas para a separação espacial entre público e privado²¹³.

Ademais, se os padrões arquitetônicos da edificação delimitavam claramente a divisão entre o particular e o comum, o mesmo não acontecia no tocante aos auxílios que mantinham estas classes italianas. A despeito das legislações que coíbiavam e controlavam o ensino ministrado em salas de aula italianas, receberam subvenção municipal as escolas Escola Dante Alighieri, Escola Nocturna Prof. Victorio Zamarion, Escola Umberto Primo, e, também, assistência municipal e estadual o Centro Operário (Curso diurno e noturno), todas estas classes administradas por particulares da terra de Dante. No entanto, isto configurava uma faca de dois gumes. Ao receberem o auxílio proveniente dos cofres públicos, estas classes deveriam sujeitar-se à fiscalização pública²¹⁴:

Em sua recente estadia nesta cidade, o Sr. Dr. Oscar Thompson, illustre Director Geral da Instrução Pública, em companhia do sr. Inspector escolar municipal, inspeccionou pessoalmente a escola matida pela Sociedade Dante Alighieri, verificando que a mesma funcionava regularmente contra os expressos dispositivos da Lei nº 1579 de 19 de dezembro de 1917²¹⁵.

²¹³ Idem, p. 225.; STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 26.

²¹⁴ Ver Tabela número 1, nos anexos. Ainda, embora não tenhamos encontrado fontes que atestassem a nacionalidade das escolas Mixta Professor Germano Barillari, Nocturna Julio Corrêa Paolilello, Nocturna Maria José Pinto Barillari, estabelecimentos estes que receberam subvenção municipal, acreditamos que também era administrada por associações italianas. Após a promulgação da Lei nº 3.356, para a obtenção do registro necessário para seu funcionamento, as escolas particulares, mesmo que não fossem subvencionadas deveriam: “[...] a) Respeitar os feriados nacionais; b) ministrar, ou fazer ministrar o ensino em vernáculo, salvo o de línguas estrangeiras; c) incluir no programa, em número de aulas que o Governo determina, o ensino de português por professores brasileiros natos, ou portugueses natos e o de Geografia e História do Brasil, por professores brasileiros natos, uns e outros de competência reconhecida, a juízo da Diretoria Geral da Instrução Pública; (...) f) ensinar nas classes infantis cantos nacionais, aprovados pela Diretoria Geral da Instituição Pública” (Art. 448). E o Art. 449 estende, em parte, tais medidas, ao dispor que “É proibido, nos colégios ou cursos, o ensino de línguas estrangeiras às crianças menores de dez anos (...) salvo se já souberem ler e escrever corretamente o português[...]”. Ver: NAGLE, J. *Educação e sociedade...* Op. Cit., p 233.

²¹⁵ EM sua recente estadia. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 04 dez. 1919. (BN).

As irregularidades encontradas consistiam no ensino de língua, geografia e história italianas a alunos alfabetizados ou não, além de suprimirem as mesmas disciplinas relacionadas ao português e conhecimentos geográficos e históricos brasileiros. Assim, o inspetor municipal bem amparado pelo diretor geral da instrução pública desautorizava o funcionamento daquela escola e assim prometia proceder, igualmente, contra as escolas mantidas pela mesma sociedade nas cidades de Cravinhos e Sertãozinho, postura esta elogiada pela imprensa, pois, nos dizeres do periódico: “*O acto do sr. Director Geral da Instrucção Publica é de todo em benéficos resultados, por dizer elle respeito aos mais altos interesses da nossa nacionalidade.*”²¹⁶.

Sobre as classes em Cravinhos e Sertãozinho, não tivemos notícias, porém a escola situada em Ribeirão Preto, apesar de “[...] *darem o ensino primário em seu idioma, em salas ornadas com mappas da Itália e retratos dos monarchas e estadistas italianos*” continuava a funcionar em 1920, devido, segundo as palavras inconformadas do prefeito municipal, “*por descabida condescendencia do Governo do Estado, a quem recorreu o vice-consul italiano, quando recebeu identica intimação da Prefeitura por intermedio do Inspector Escolar*”. Ao que parece, ao menos os associados e alunos italianos da escola mantida pela Sociedade Dante Alighieri, possuíam certa autonomia e liberdade concernentes à preservação e disseminação da cultura italiana, principalmente se atentarmos à data da desavença, 1919, pouquíssimo tempo posterior ao fim da primeira guerra mundial e época de grande ebulição dos ideais nacionalistas²¹⁷.

Não obstante, no que diz respeito aos italianinhos, há que se considerar, munidos de maior minúcia, os pupilos matriculados nas Escolas do Barracão:

[...] terceira escola feminina do Barracão, proficentemente regida pela professora Dona Maria José da Silva. Ao acto compareceram 85 alumnas e destas se destacaram principalmente nas provas de elementos de geographia e historia do Brazil, as meninas Maria Angelina de Bonis, Lucilia Luchesi e Olinda Cabello, Dhalia Cabello e Amelia Alves.

Recebendo pelos trabalhos de agulha que apresentou a aluna Maria Angelina Boni e corographia as alumnas Maria Angelina de Boni, Hercilia Luchesi, Analia Silva, e Silvana de Sousa, apresentaram optimos mappas do Estado de São Paulo. Em seguida houve cantos e recitativos (ilegível) o hymno nacional e um dialogo entre as alumnas Doralice Borges e Ana Vianna, e uma poesia- passaro captivo, com muita expressão recitada pela alumna Dhalia Cabello. A alumna Olinda Cabello proferiu um discurso de saudação ao dr. Inspector.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ BITTENCOURT, J. M. Relatório de 1919 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na sessão de 15 de janeiro de 1920, p. 46. (APHRP).

O dr. Inspector mandou constar na acta dos exames um voto de louvor pelo brilhante estudos e exames das alumnas de Maria José da Silva.
Mandamo-nos nossos sinceros parabens! ²¹⁸

A descrição do exame escolar na Terceira Escola Feminina do Barracão sugere a existência de uma classe que atendia a todos os quesitos da escola primária republicana ideal: o elevado número de comparecimentos, o esmero das meninas nos estudos, principalmente por destacarem-se nas disciplinas de história e geografia do Brasil, o ensino regular de trabalhos manuais, bem como de música. Enfim, enquadrava-se no controle absoluto e bem tangível exercido pelo currículo, pela fiscalização do inspetor e, mesmo no domínio simbólico conferido pelos ritos escolares ao agir sobre o sentimento e imaginário das crianças, de seus parentes ou mesmo a sociedade como um todo.

Ainda, devido o seu regular funcionamento no decorrer dos anos, podemos apreender os esforços constantes tanto do poder estadual, quanto municipal, que, incessantemente, tomou para si a responsabilidade em concorrer com as despesas do aluguel dos prédios destas escolas. Tanta simpatia devia-se ao fato da “*vocação industrial*” do Barracão (para este bairro foram afastados do centro todas as fábricas e máquinas que pudessem prejudicar a saúde pública ou enfeiar a paisagem urbana, além da presença de um grande contingente de mão de obra) o que tornava esta localidade alvo principal dos dispositivos controladores daquela população que habitava, segundo a ótica das elites municipais, um meio avesso aos tempos modernos: feiúra do espaço urbano, convívio com a desordem e falta de higiene, vícios e agressividade inerentes à situação econômica dos moradores e suas estrangeirices²¹⁹.

Por outro lado, pelo fato do Núcleo Colonial configurar uma área reservada para a povoação de ruas e praças, edifícios administrativos, igreja e escolas, constituiu um atrativo aos italianos e o desejo de ali instalar moradia. Ainda, além do consenso de que o ensino (em meio rural e urbano) não era relevante para a mobilidade social por não agregar um valor prático no cotidiano das crianças que, usualmente, adquiriam os saberes necessários empiricamente, havia a necessidade de dizerem-se instruídos e mostrarem à sociedade que ali “*não se vivia como bicho*”. Daí o extremo apreço pelos rituais e prêmios escolares, também por aqueles meninos e meninas do dia-a-dia, que em fins de dezembro podiam retirar-se (ou serem retirados) do anonimato. Infelizmente, em que medida os conterrâneos de Dante- assim

²¹⁸ ESCOLAS do Barracão. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 05 dez. 1913. (BN).

²¹⁹ SILVA, A. C. B. *Expansão urbana...* Op.Cit., p. 135.

como os grupos populares encontravam algum propósito para a educação- foi uma questão impossível de ser apreendida²²⁰.

Aliás, intentos e juízos não faltavam às escolas e também aos pupilos que as freqüentavam. Longe da área rural, dos cafezais e algodoeiros e das classes isoladas nos bairros distantes do quadrilátero central de Ribeirão Preto em tempos de outrora, igualmente disseminaram seus saberes e valores os dois grupos escolares e o ginásio estadual, estabelecimentos que sobre os quais versaremos no capítulo seguinte.

²²⁰ Idem, p. 51/110-111.

CAPÍTULO 3

Grupos Escolares e o Ginásio do Estado: dois níveis de ensino, tantas conformidades e contradições

Quantos momentos bons ahi passamos, quantos ideais úteis dahi não saham, quantas cousas sobre estudos ahi não foram resolvidas, quantas vezes ahi o relógio soava meia noite, e os do bando “Entre nós” não estavam queimando pestanas sobre os livros?
Creio que todos tem coração e... terão saudades. Amanhã, a Lei do Destino, enviar-nos-á á diferentes partes.
[...].
Os meus cumprimentos e o meu preito de homenagem com estas linhas, despretensiosas, mas significativas.

(Paschoal Imperatriz)

3.1- Grupos e ginásios: feitos e não feitos da educação republicana

Tal qual em diversas cidades, o início da urbanização de Ribeirão Preto caracterizou-se, principalmente, pela construção de elementos citadinos no quadrilátero central. Jardins públicos, igreja matriz e teatro que incorporavam traços arquitetônicos em voga, além de farmácias e casas de comércio, delineavam um cenário inédito e dividiam as calçadas com os grupos escolares e o ginásio local. Até 1920, o ensino público em níveis primário e secundário foi ministrado, respectivamente, no “*Primeiro Grupo Escolar José Guimarães Junior*”, “*Segundo Grupo Escolar*” e “*Ginásio do Estado de Ribeirão Preto*”.

Afora o caráter urbano, estes estabelecimentos escolares foram constituídos (e constituiram) o projeto republicano. Instaurada a Primeira República, a Constituição de 1891 esboçava, dentre outros intentos, a concretização da organização de um sistema educacional, questão esta não resolvida desde os tempos imperiais, fosse pelo financiamento insuficiente da educação, fosse pela defesa da descentralização do ensino entre os diversos poderes. Assim, ficava estabelecido que a União seria responsável pela criação de escolas superiores e secundárias, embora não exclusivamente, e, quanto à instrução primária, foi delegada aos estados para que estes a legislassem e organizassem²²¹.

Dessa forma, o primeiro grupo da cidade foi erigido pela confluência dos governos estadual, municipal e iniciativa privada: o então deputado estadual Luiz Pereira Barreto, junto ao Presidente do Estado (que, por sua vez, voltou seus olhos à educação pública ribeirãopretana graças à influência do senador José Guimarães Junior), autorizou a construção do edifício em 8.000 m² de terras doadas por Arthur Diederichsen- benfeitoria esta que não fora olvidada pela Edilidade e bastante comum naquela época²²²:

Em homenagem ao Cel. Arthur Diederichsen, pelo generoso donativo que fizera do terreno onde se acha construído o referido grupo, mandou a Câmara tirar o retrato daquele philanthropico cidadão, afim de ser collocado na Sala de honra do edificio, e, para que ali fique perenemente apontada a gratidão de contemporaneos e vindourosa veneranda personalidade daquele nosso egregio compatriota, como a de um benemerito, que é, da instrucção popular, neste municipio²²³.

Hoje, na outrora sala de honra, atual recepção da escola, lugar estratégico para controle da entrada de pais e saída de alunos, o retrato do donatário permanece exposto. No alto da parede, no quadro pintado à mão figura o busto circunspecto de Diederichsen ornado

²²¹ DERMEVAL, S. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 166-171.

²²² CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG, 1987, p. 217.

²²³ Ibidem.

por ramos de café. Todavia, tamanho e perene garbo fazia-se justificável pela seguinte lógica: uma vez que a educação encerrava a crença no progresso, na ciência e na civilização- elementos considerados imprescindíveis para a formação de um novo país- aqueles que contribuíam com a causa da escola pública logo tornavam-se patronos cuja imagem era motivo de exaltação por alunos, professores e diretores.

Ainda, posto que estes beneméritos pertenciam às elites republicanas, a República e seus dirigentes eram legitimados e reafirmados. A escola pública, direito do povo e dever estatal era apresentada como dádiva, benfeitoria de um particular, não decorrente de uma política social. Ademais, construir um grupo escolar significava tanto mais que subvencionar classes isoladas. Contudo, em 1895, ano em que eram iniciadas as aulas, o prédio que abrigava o “*Primeiro Grupo Escolar*” da cidade era “*acanhado, mobiliário parco e rústico*”. As latrinas eram fossas e a água tirada do poço era servida aos alunos em copos feitos de cabaça ou de casca do coco (alguns pupilos levavam de suas casas canecas de esmalte ou cerâmica). Apenas em 1902 foi inaugurada a edificação de características próprias dos grupos escolares daqueles tempos²²⁴.

Já o decreto para criação do “*Segundo Grupo Escolar*” aconteceu em década posterior, em 1912, e o início efetivo das aulas somente dois anos mais tarde, 1914, em prédio próprio, após diversas reclamações publicadas em *A Cidade*. Dentre as reivindicações, permeavam as páginas deste jornal motivos como urgência em maior número de vagas, morosidade nos trâmites burocráticos e o descuido do poder público²²⁵.

Quanto ao *Ginásio Estadual de Ribeirão Preto*, este era um dentre os três únicos estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelo poder estatal em terras paulistas. *Primo tardio*, talvez, se compararmos as datas de instalação das outras instituições (o *Ginásio da Capital*, fundado em 1894 e o *Ginásio de Campinas*, 1896). Seja como for, a criação do referido estabelecimento aconteceu um tanto às pressas (espaço tempo de dois meses, desde a

²²⁴ SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 91-92.; CIONE, R. *História...* Op. Cit., p. 218.; Vale ressaltar que, embora considerados templos de civilização, palácios do saber, os grupos escolares que atendiam às características de edifícios portentosos, possuíam mobília e materiais escolares adequados eram poucos. Apesar de todas as oratórias e esforços republicanos, a implantação e disseminação desses estabelecimentos em todo o país foi bastante rarefeita. Mesmo no estado de São Paulo, modelo para irradiação destas escolas, problemas de toda a ordem permeavam o cotidiano escolar: falta de professores, móveis e livros; baixa frequência e evasão escolar; insuficiência de verbas públicas, etc. Cf. FARIA FILHO, L.; SOUZA, R. F. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, D. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1873-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

²²⁵ CIONE, R. *História...* Op. Cit., p. 372.

primeira solicitação pública até a publicação do decreto assinado pelo Presidente do Estado) e deu-se por acordos políticos entre alguns figurões da sociedade²²⁶.

Embora fora instalado provisoriamente em um prédio simples, alugado pela Câmara Municipal no ano de 1907 (*“provisoriamente”* era advérbio usado pelos inspetores da época, o curso funcionou no local improvisado por 13 anos) e equipado com alguns materiais usados provenientes do Ginásio de Campinas, o brio do Ginásio não fora maculado, afinal, desde seu advento, era uma instituição considerada pelo elevado nível de ensino (se considerarmos o contexto educacional de então)²²⁷.

Havia grande distinção entre as classes isoladas- municipais, estaduais ou particulares- e os grupos e ginásios, posto que estes encerravam nas paredes de concreto os ideais nem sempre materializados do regime republicano e dos tempos modernos: homogeneização, eficácia, civilidade, progresso. Contudo, ao menos no tocante à subvenção, pouco diferenciava umas e outras, como sugere os escritos do prefeito Manoel Gusmão:

Com o valioso concurso do devotado director desse estabelecimento, o professor Orestes Guimarães, conseguiu-se que fossem instaladas as aulas do quinto anno para ambos os sexos, tendo, para esse fim, a Camara alugado e adaptado mais uma casa nas proximidades do edificio do Grupo, vindo a Camara, assim, a dispender, só com o aluguel dos dous predios, a quantia de 430\$ mensaes.

Como houvesse dificuldade enorme em manter-se permanentemente o pessoal docente do Grupo, isso, entre outros motivos, porque o professorado busca outras regiões do Estado, onde a vida é mais barata, - resolveu a Camara, por acto de 5 de abril, subvencionar 100\$000 mensaes os professores daquelle estabelecimento²²⁸.

²²⁶ SOUZA, R. F. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Ed. Cortez, 2008, p. 117.

²²⁷ CUNHA, M. V. *O velho Estadão: educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Otoniel Mota*. Palavra Mágica: Ribeirão Preto, 2001, p. 23-25. Ainda, segundo o memorialista Pedro Miranda, a criação do Ginásio “[...] foi graças a um pedido do Dr. Luiz Pereira Barreto. O governo do Estado estava fortemente, interessado em receber e colocar a primeira leva de imigrantes japoneses no território paulista. Porém, as divergências eram muitas entre os fazendeiros. Ninguém admitia gente de raça diferente da origem latina, de língua diferente, de credo diferente, de usos e costumes diferentes, de fisionomia diferente, de alimentação diferente, e até de caras diferente. Tudo isso iria afetar no trabalho da lavoura? [...] E do ponto de vista genético e racial como seriam os problemas para o futuro? [...] Dr. Luiz Pereira Barreto resolveu preparar os ânimos locais. E em troca, “negociou” a criação e instalação do Ginásio do Estado [...]”.; No inventário de materiais existentes no Laboratorio de Physica e Chimica e no Museu de Historia Natural peretencente ao Ginasio de Ribeirão Preto foi registrado que todos os materiais adquiridos, no ano de 1910, foram cedidos pelo Ginásio de Campinas. Destes apetrechos, alguns não mais existiam ou não apresentavam condições perfeitas. In: RIBEIRÃO PRETO. GINÁSIO ESTADUAL. *Inventário do Laboratorio de Physica e Chimica*. Ribeirão Preto, 10 jun. 1902. (AEOM). Em outro documento, encontramos uma lista de materiais a serem adquiridos: filmes científicos, plantas carnívoras, óleo de amêndoa, diversos tipos de vidro para laboratório e ácidos, termômetro, enxofre, rolhas de cortiça, álcool, cápsulas de porcelana, rasura de cobre, goma arábica, licopódio. LISTA de materiais a serem adquiridos para o gabinete de physica e chimica e museu de historia natural do Gymnasio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, [s/data]. (AESP).

²²⁸ GUSMÃO, M. A. Relatório de 1902 apresentado à Camara Municipal de Ribeirão Preto, na sessão de 10 de janeiro de 1903. a Camara Municipal pelo Prefeito Dr. Manoel Aureliano de Gusmão na sessão de 10 de janeiro de 1903. (APHRP).

De acordo com a Lei nº 88 publicada em setembro de 1892 que regulamentou a instrução pública no estado de São Paulo, o ensino paulista foi dividido em primário, secundário e superior; regulamentou a faixa etária dos alunos, organização das escolas, formação e pagamento dos professores, ingresso docente e inspeção; destinou a quantia anual de 500:000\$000 dos cofres estaduais para a construção de cursos preliminares. Todavia, em parágrafo único, as escolas complementares *“serão installadas, de preferencia, nas cidades cujas municipalidades se compromettam a fornecer predios e terrenos apropriados ás aulas e aos diversos trabalhos”* e *“o Governo dará preferencia aos municípios cujas municipalidades auxiliarem ao Governo, quer pecuniariamente, quer com dadivas de terrenos e materiaes”*. Quanto aos ginásios, apenas dispõe sobre o número de estabelecimentos criados, nenhuma regulamentação no tocante a verbas e subvenções fora estipulada²²⁹.

Deste modo, embora o governo estatal paulista se dispões a implementar uma reforma no ensino público em suas plagas, assim procedeu dispersando a responsabilidade de manutenção destas escolas entre os municípios, o que, conseqüentemente, estendia tal questão pública à iniciativa particular, já que, não raro, terrenos, prédios, materiais e verbas eram doados por cidadãos abastados.

Ainda, a lei não estabelecia norma alguma em relação à periodicidade ou quantia destes pecúlios. Este auxílio pecuniário tanto bruxuleante revela não somente a responsabilidade pulverizada de custeio dos bancos escolares, mas, também, uma prática denunciada já em tempos imperiais e que perdurou durante a jovem república: a *“mania de se quererem os fins sem se empregarem os meios necessário e próprios”*. Ainda, transforma as escolas públicas em moeda de troca nos acordos entre representantes dos poderes estadual, municipal e privado numa sociedade marcada por traços coronelistas e cordiais próprios da cultura política brasileira²³⁰.

²²⁹ LEI nº 88, de 08 de setembro de 1892. Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. (APHRP).

²³⁰ DEMERVAL, S. *História...* Op. Cit., p. 167

Tabela 6 - Verba municipal destinada ao Ginásio e escolas estaduais. BITTENCOURT, J. M. Relatório de 1919 apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na sessão de 15 de janeiro de 1920. (APHRP).

	Aluguel do prédio do Gymnasio do Estado	Aluguel do prédio das escolas estaduais
1911	2:400\$000	960\$000
1912	2:400\$000	-
1913	-	-
1914	-	-
1915	2:400\$000	1:200\$000
1916	2:400\$000	960\$000
1917	2:400\$000	-
1918	2:400\$000	-
1919	2:400\$000	-

A Tabela 6 demonstra os valores retirados do cofre público municipal para auxílio no subsídio das escolas estaduais (soma-se a este montante a quantia de 12:000\$000 destinada a compra de um terreno para o prédio do Ginásio em 1911). Não foi possível apreender o nível inflacionário da época ou se a porção da renda utilizada neste setor da instrução era considerável, mas ao observarmos as cifras acima, percebemos que a única constante foi a soma destinada a tal fim, ao passo que variáveis foram os anos em que a prefeitura contribuiu para garantia do funcionamento dos grupos escolares e ginásio.

Também, notamos a inclinação orçamentária que favorecia o estabelecimento de ensino secundário em detrimento das escolas primárias (a receita destas incluía, além dos grupos, o aluguel do prédio onde funcionavam as classes do Barracão). A este respeito, podemos inferir a grande valoração do Ginásio frente aos grupos escolares ou salas isoladas, ou que, em verdade, os bancos ginasiais necessitassem sempre maiores recursos. Além disso, poderíamos pesar a influência do prefeito Joaquim Macedo Bittencourt, gestor do município entre os anos 1911 e 1920 além de lente do Ginásio, onde ministrou francês desde 1907 a 1921, data em que foi nomeado diretor do mesmo estabelecimento²³¹.

Se, instaurada a primeira república, a União objetivou a centralização cultural ao tomar para si a responsabilidade do ensino superior e secundário, embora enfraquecido o poder central político e/ou econômico dos tempos imperiais, no decorrer das décadas, o governo federal apenas promulgou diferentes dispositivos legais que alteraram o funcionamento destes estabelecimentos. De qualquer forma, fossem as faculdades, ginásios ou grupo, o regime republicano não logrou sucesso ao estabelecer um efetivo sistema nacional de

²³¹ CUNHA, M. V. *O velho Estado...* Op. Cit., p. 29.

ensino, uma vez que os iletrados constituíam maioria no país; pululavam reformas ora liberais, ora controladoras; defesa de currículos vez científicistas, vez humanistas. Embora a homogeneização fosse elemento imprescindível em época moderna, desconformidades permeavam o dia-a-dia escolar²³²:

Antes de entrar para o comércio, estudei uns meses no “Grupo Escolar Guimarães Junior”, [...]. Ahi fui alumno dos professores João Baptista Ferreira da Cunha, no 2º anno, e José de Olivar, no 4º. Deixei o grupo porque, tendo no fim do primeiro mez, saltado do 2º para o 4º anno, o professor deste frequentemente me fazia ir para o 1º anno anno vigiar a classe e mesmo leccionar, com evidente prejuízo da minha aprendizagem²³³.

É provável que a promoção de um aluno, assim, num repente, e, também a esporádica atividade docente do menino cause estranhamento, pois, de fato, acreditava-se que a graduação em série e o cumprimento dos programas contribuiriam para a eficácia do sistema de ensino. No entanto, são plausíveis os dizeres de Plínio Santos. Para a composição do corpo docente dos grupos escolares, o governo indicava profissionais formados pela Escola Normal, mas, uma vez que o número de professores era insuficiente, alunos que finalizassem os estudos nas escolas complementares teriam a possibilidade de lecionar. Mais, apesar da crescente valorização do magistério, ao que parece, Ribeirão Preto não era cidade benquista pelo professorado dado o alto custo de vida e, amiúde, os mestres não compareciam nas aulas²³⁴. E, outras mazelas acometiam também o Ginásio de Ribeirão Preto:

Substituto de Mecanica e Astronomia e Alemão [o professor de grego], quer que os principiantes discutam com proficiencia sobre a Terra, os astros, ou traduzam, à primmeira vista trechos poéticos e filosóficos de Goethe[...]²³⁵.

Invariavelmente, não existiram mestres com formação pedagógica especializada, eram docentes “*improvisados*” que apenas exigiam a memorização e reprodução do assunto ensinado- então a razão do professor de grego lecionar matérias escolares tão distintas. Médicos, advogados, engenheiros, políticos formaram o corpo docente ginasial. A posição destes homens conferia-lhes, segundo os usos da época, os vocativos “*doutor*” ou “*coronel*”- que, por sua vez, legitimavam-lhes a sapiência e competência. Em verdade, não era

²³² NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 1974, p. 127.; FAVERO, M. L. A.A. A Universidade no Brasil: das origens á Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n.28, 2006. Editora UFPR, p. 21.; DEMERVAL, S. Sistema Nacional de Educação: conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil. *Anais*. In: 31ª Reunião Anual da Anped. Caxambu, 2008.

²³³ SANTOS, Plinio Travasso dos. *[Manuscritos]*, [s/d]. (APJEB)

²³⁴ SOUZA, R. F. *Templos...* Op. Cit., p. 64; SOUZA, R. F. *História...* Op. Cit., p.49

²³⁵ IMPERATRIZ, Paschoal. *[Manuscritos]*. Ribeirão Preto, não paginado, 1918-1923. (APIMI)

exatamente assim. A legislação estadual que dispunha sobre a criação do Ginásio de Ribeirão Preto determinava que as nomeações dos profissionais seriam feitas independente de concurso, permitindo assim a contratação que seguia quesitos partidários, não habilidade e conhecimento²³⁶.

Nas lembranças de alunos que freqüentaram os bancos ginasiais são relatados alguns pormenores do cotidiano escolar entremeado por indisciplina em sala, professores exacerbadamente autoritários ou pouco conhecedores do currículo que lecionavam, aulas suspensas devido a ausência docente. No ano de 1914, um candidato à cadeira de português do Ginásio de Ribeirão Preto dizia-se injustiçado por ser reprovado no concurso e dissertava sobre acertos e os erros do concorrente aprovado. Em 1917, o jornal *A Cidade* noticiava e apoiava a comoção de alguns pais frente à avaliação imprecisa e parcial de alguns lentes²³⁷.

Afora rusgas, maledicências e reveses inerentes à convivência escolar, questionamentos outros eram feitos aos estabelecimentos ditos excelentes segundo a oratória republicana:



Imagem11 - Prédio situado entre as ruas Cerqueira Cesar e Duque de Caxias. Neste estabelecimento funcionaram provisoriamente o Primeiro Grupo Escolar (até 1902) e Ginásio do Estado (1906-1920). (APHRP)

²³⁶ CUNHA, M. V. *O velho Estadão*.... Op. Cit., p. 27-33.

²³⁷ Cf. GUIÃO, J. P. *De papo pro ar*. São Paulo, 1973; SAMPAIO, F. R. *Relembanças*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1984; IMPERATRIZ, Paschoal. *[Manuscritos]*. Ribeirão Preto, não paginado, 1918-1923. (APIMI); Respectivamente, notas veiculadas no jornal *A Cidade. Ribeirão Preto*, dias 11 ago. 1914 e 02 mai. 1917. (BN).

Na fotografia acima, podemos visualizar a construção que abrigou tanto o “*Primeiro Grupo*” quanto o “*Ginásio de Ribeirão Preto*”. Nas notas de jornal ou termos de visita de inspetores, não encontramos nenhuma censura dos examinadores tanto em relação ao edifício, quanto ao corpo docente, diretoria ou discentes, quer referissem às classes primárias ou, posteriormente, ao ensino secundário. Quase sempre, as palavras oficiais eram elogiosas como nos dizeres a respeito do Ginásio: “*optimo o estado intelectual e moral dos alumnos*” e que o estabelecimento “*satisfaz exigencias de higyene*” e estaria “*em bom estado de conservação*”. Contudo, certa vez, o mesmo periódico anunciava²³⁸:

Os alumnos do Gymnasio desta cidade vão solicitar do sr. Dr. Oscar Rodrigues Alves, Secretario do Interior, modificação do horario das aulas, afim de que os estudos terminem, diariamente, às doze horas.

Allegam os peticionarios que essa notificação é indispensavel em virtude não só das más condições do edificio onde funciona o estabelecimento como igualmente do calor excessivo destes ultimos dias.

É justo o pedido que fazem os jovens estudantes²³⁹.

Não podemos excluir a possibilidade de estes jovens utilizarem o pedido ao Secretário do Interior e/ou o destaque na imprensa como estratégia ao tornar ágil a mudança para o novo edifício, mas, em 1915, o inspetor assim descrevia o prédio²⁴⁰:

O Ginásio do Estado em Ribeirão Preto está funcionando em uma casa que, dificilmente seria aceita para um grupo escolar: baixa, [ilegível], dificultosamente iluminada, com sala pequeninas cuja disposição de luz nem sempre é admissivel.

Possue apenas uma sala ampla em 13,5X7= 94,5; duas outras que servem para classes pouco numerosas e tem as seguintes dimensões: 8,6 X 5= 43; 10,5 X 5= 51,5²⁴¹.

A razão do ofício endereçado a Secretaria do Interior consistia na decisão do diretor em desdobrar os primeiros anos do curso ginásial no intuito de atender os pedidos de matrícula. Discussão que assim foi resolvida:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que, cumprindo a determinação de V.Exa., fiz a matricula no 1º anno deste Gymnasio, de modo a evitar o desdobramento das aulas do referido anno. No 2º anno matricularam-se 60 alumnos e, para que não fizesse também o desdobramento dessa classe organizei o horario de

²³⁸ O SR. fiscal do governo federal, junto ao Gymnasio do Estado nesta cidade. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 17 jan. 1917.(BN).

²³⁹ OS ALUMNOS do Gymnasio desta cidade. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 04 out. 1919. (BN).

²⁴⁰ A transferência para o prédio “*vistoso*” aconteceu em junho de 1920, após as férias de inverno, sem, no entanto, grandes comemorações. In: COM a terminação das férias. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 02 jun. 1920. Fonte: (BN).

²⁴¹ OLIVEIRA, M. [*Ofício*]. Ribeirão Preto, 06 dez. 1915. (AESP).

modo que as aulas do 1º e 2º anos funcionam, em horas diferentes, na mesma sala, a única deste estabelecimento que comporta aquele número de alunos²⁴².

Embora já houvesse uma estrutura no ensino público da época que atribuía diferentes funções a ocupações hierárquicas diversas, ao que tudo indica, a inspeção escolar primava, principalmente, pelo controle do número de matrículas, frequência e cumprimento de calendário e horário. Sobre as condições de aprendizagem, número de vagas e outras reclamações, ficavam a cargo da população. E, ao falarmos de reivindicações públicas, vale lembrar que, igualmente aos moços e moças, os pequenos pupilos dos grupos escolares faziam ouvir a sua voz²⁴³:

[...] a infância republicana aqui presente de ponto em branco, traz vinculada no espírito as tradições dos seus saudosos antepassados que para dar conselhos foram sempre, em todas as circunstâncias considerados verdadeiros tupinambás, pede esta juventude ora solidária, licença para lembrar que a divisa desses referidos antepassados que leram e meditaram sobre a *Sciencia do Homem* Ricardo foi, em todos os anos, de maio a julho <deitar cedo, levantar tarde, comer pouco e andar alegre...

O sr. Decio Brandão: comer cocada de tarde e biff às 9 horas da manhã!

O orador: - andar alegre, salvo os casos em que a alegria seja banida por algum puchão de orelha que venha por aí sem prévio aviso.

[...] as manhãs são frias e promettem de punhos cerrados e a bater o pé que hão de ser mais frias ainda daqui por diante; e si assim cumprirem a promessa? Ficamos todos entanguinhos, a bater o queixo o que, de certo, não está no programma de Grupo e, isto, um tal estado patológico dos maxillares impedirá de devorarmos os lanches... a vapor como é exigido que façamos no recreio das dez horas...[...]²⁴⁴

Estes dizeres repletos de *chistes* foi, segundo o cronista do jornal, proferido pelo menino Pablo que, no intuito de garantir a performance irretocável, ensaiou horas e horas em frente ao espelho já um tanto corado ao pensar na platéia que o esperava. Durante as festividades no Grupo Escolar Guimarães Junior, os professores decidiram, em meio ao programa de caráter cívico e patriótico, alertar sobre algumas questões que, de certo modo, incomodavam a infância republicana.

O enunciado é jocoso ao suscitar sérios ditames da escola primária moderna, na forma de discurso solene em meio a um léxico de preocupações pueris: “*comer cocada e biff*”,

²⁴² OLIVEIRA, M. [Ofício]. Ribeirão Preto, 19 abr. 1916. (AESP).

²⁴³ A princípio, os ginásios eram autônomos acerca de questões didáticas e pedagógicas- programas de ensino e exame, horário das aulas e punições, enquanto o Secretário do Interior comandava assuntos propriamente administrativos. Passados os anos, reformas como a Rivadavia Corrêa (1911) e Carlos Maximiliano (1915), respectivamente, estenderam e limitaram a liberdade dos ginásios. No entanto, não conseguiram consolidar a estrutura desse organismo educacional, pois, grosso modo, “*as relações entre as várias Instituições faziam-se, não entre órgãos vinculados entre si, mas entre pessoas nela envolvidas*”. NADAI, E. *O Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. Dissertação (Mestrado em História)- USP, São Paulo, 1987. p. 96.

²⁴⁴ FESTAS ESCOLARES. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 16 mai. 1909. (BN).

“alegria”, “puchão de orelha”, “entanguidinhos a bater o queixo”, “recreio”. É também irônico, pois deturpa a célebre obra de Benjamin Franklin naqueles tempos, a “*Sciência do Homem Ricardo*”, publicação utilizada nas escolas públicas como livro de leitura até final 1880. Os ideais do calvinista perpassaram toda a América, portuguesa e espanhola, desde Sarmiento a Tiradentes, além de agradarem os cariocas por instruírem o caminho menos penoso para o pagamento de impostos²⁴⁵.

Em verdade, a máxima de Franklin presumia “[...] *aquelle levanta tarde agita-se o resto do dia, e apenas começa seu trabalho quando chega a noute*”, ou “[...] *Deitar e levantar cedo dá saude, contentamento e dinheiro*”. O propósito do trocadilho era criticar o período das aulas adotado pelo Grupo Escolar após 1908, data em que a diretoria geral autorizou o desdobramento do funcionamento destas escolas. Assim, certamente os alunos apoiaram os argumentos apresentados, pois o novo horário que possibilitava a coexistência de turnos escolares, oito horas da manhã ao meio-dia alterava os costumes alimentares dos pupilos (naqueles tempos o almoço era servido às sete horas da manhã, o jantar às onze horas e a ceia feita, aproximadamente, às quatro horas da tarde)²⁴⁶.

Para além disso, questionava a legitimidade da racionalização do ensino, já que havia a redução do dia letivo e, conseqüentemente, a qualidade das aulas seriam prejudicadas. Ainda, a inobservância da sincronia entre tempo instituído e tempo biológico contrariava muitos pais e os preceitos médicos que, preocupados em desvendar as necessidades do indivíduo, concomitante, orientavam esta mesma educação moderna sequiosa pela formação do coletivo. A propósito, comumente esta coletividade era aclamada em nome das escolas:

As matriculas acham-se abertas, grande livro personificando o vasto ideal luminoso, que mostra a senda a seguir aos espíritos por ventura divorciados de um objeto louvavel- a Escola.

Grande esperança nos inspira que em breve não houvera uma só vaga nessas casas, verdadeiros templos cujo sacerdotes- os professores- espalharão a luz benigna da instrução, aperfeiçoando os caracteres dos nacionaes; sera a doutrina mais em evidencia para arrastar, numa caldal de acontecimentos os mais profundos da nossa organização psychologica, a todos esses innocentes seres que muitas vezes ignoram ser a Escola a fundição que remodela o espírito e os costumes de um povo.

[...] Às matriculas, pois²⁴⁷.

²⁴⁵ TAMBARA, E. Livros de leitura nas aulas de primeiras letras no Rio Grande do Sul no século XIX. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 31, n.17, p.73-103, jan./abr. 2008, p. 80.; ENGLEKIRK, J. E. Franklin en el mundo hispanico. *Revista Iberoamericana*. Volume XX, jan. Dez. 1956, p. 326 (329-371).

²⁴⁶ FRANKLIN, B. *A Sciencia do Bom Homem Ricardo ou Meios de fazer fortuna*. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. [s/d], p. 4.; FARIA FILHO, L.; VAGO, T. M. Entre relógios e tradições: elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais. In: HILSDORF, M. L. S.; VIDAL, D. (orgs). *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 129.

²⁴⁷ PELA INSTRUCÇÃO. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 24 jan. 1911. (BN).

A. Jacques, em janeiro de 1911, mostrava-se inconformado com a existência de vagas não preenchidas no “*Primeiro Grupo Escolar*” de Ribeirão Preto, posto que, enviar os filhos às escolas significava a consonância dos pais com a educação, “*vasto ideal luminoso*”, por resumir intenções consideradas tão nobres como o aperfeiçoamento de um suposto tipo nacional.

Contudo, não apenas o cronista repreendia os progenitores que estariam “*divorciados de um objeto louvável*”. Pautado na especialização de tarefas, característica da sociedade moderna, o Estado republicano retirou da família a competência relacionada ao educar, embora não pudesse extirpá-la do processo, já que, além do ambiente familiar ser intrínseco às crianças, por meio destas os valores educacionais seriam difundidos amplamente, pois acreditava-se que os meninos e meninas fariam de seus lares extensão da sala de aula.

Assim, a imprensa da época permitiu certa comunicação entre família e escola e contribuiu para a familiarização com a educação e propagação da cultura escolar vigente. Isto porque, além de noticiar festas, descrever os exames dos alunos, os jornais cumpriam expedientes de cunho administrativo e pedagógico ao informar sobre a abertura de matrículas, início e encerramento de férias ou, ainda, ao estabelecer a importância da instrução e da atenção necessária aos boletins dos filhos²⁴⁸.

²⁴⁸ CUNHA, M. A escola contra a família. In: LOPES, E. M. T.; et al. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.457-461. Em nota que divulgava o número de matriculados até então no Grupo Escolar, as páginas do jornal aproveitavam o ensejo e assim alertavam: “*O director do Grupo Escolar péde toda a atenção dos srs. paes para as notas dos boletins dos alumnos de forma a acompanharem assim, com interesse, o adiantamento de seus filhos. Nos boletins encontrarão informações minuciosas sobre o valor das notas dadas*”. In: ALUMNOS matriculados até hoje. *A Cidade. Ribeirão Preto*, Ribeirão Preto, 28 jan. 1911. (BN).; Vale ressaltar que os jornais de Ribeirão Preto também contribuíram para a visibilidade social de diretores, alunos e professores. Viagens, aniversários e outros acontecimentos sempre eram motivo de notas nas páginas do jornal que, comumente, eram publicadas em espaço intitulado “*Vida Social*”. Contudo, a imprensa também era forma de imputação que implicava no descrédito destes indivíduos em evidência. Redatores não hesitaram em criticar diretores ou professores que não retribuíssem o destaque recebido ou, também, que estivessem ligados à oposição, pois as escolas eram também palco de desavenças políticas. A título de demonstração, em novembro de 1915, os redatores do jornal *A Cidade* publicavam os pormenores de uma desavença entre alunos e o diretor do ginásio Amadeu Mendes que tentava vetar a escolha do professor de mecânica como paraninfo da turma. No mesmo mês, era publicada uma carta reivindicatória contra o diretor do Segundo Grupo Escolar: “*Ja que forçados pela circumstancia tivemos de transpor os hombrais do estabelecimento de ensino para verberar os actos arbitrarios que alli se praticam, é nosso dever lavar tambem um protesto contra um acto de incivilidade e outro de prepotencia com que o sr. Director do segundo grupo escolar dessa cidade, cujo nome não nos ocorre agora [ilegível] mimosear esta folha. Aquelle sr. professor promoveu ha poucos dias naquele estabelecimento de ensino uma festa de encerramento do anno lectivo com caracter publico e dirigindo convite a outros órgãos da imprensa local, não teve o mesmo procedimento com o Jornal A Cidade e disso faz alarde com talvez um triumpho dos principios da boa educação. Mas não é tudo: Um distincto professor daquelle estabelecimento teve a amabilidade de fornecernos para publicidade os resultados dos primeiros exames e o senhor director após essa publicação prohibiu terminantemente que nos fossem fornecidos os resultados e deu ao Diario da Manhã para publicar. Venceu! Tão legitimo famoso triumpho nenhum inspector de quarteirão registra na sua fé de officio Nós não sentimos porisso repugnancia contra o senhor director do grupo porque suas gratuitas infantilidades não modificam o nome nenhum desta folha; mas nem por isso declinamos o direito de as verberar para que as repartições publicas se não convertam*

No entanto, apesar de sabida a resistência de algumas famílias em matricularem as crianças, as estatísticas da época e imprensa demonstravam que a oferta de vagas no ensino primário era constante e que não conseguiam suprir a procura por estes bancos escolares- daí a necessidade do desdobramento de salas, enquanto outras escolas não eram construídas.

Em 1920, Plínio Travasso dos Santos, aquele mesmo menino que décadas anteriores abandonara o primário no “*Grupo Escolar José Guimarães Junior*” pelo fato de ser promovido dois anos de curso em um mês de aula, tornou-se homem e inspetor do ensino de Ribeirão Preto. Nesta data, alertava sobre a ineficiência da Reforma Sampaio Dória, lei que reduzia o ensino primário de quatro a dois anos e implementava a obrigatoriedade efetiva do ensino gratuito às crianças de 7 a 8 anos:

[...] Ante a [*ilegível*] existencia de uma população infantil de 468.800 analphabetos, e na impossibilidade absoluta de augmentar a dotação orçamentaria destinada ao custeio da instrucção primaria- foi essa a medida que alvitrou o governo com a única exequivel para a solução do magno problema que de há muito empolga à attenção de quanto se interessam pela grandeza paulista.

[...]Poder-se-a, desde já, affirmar, com curso de dois annos apenas, mesmo aproveitado com dedicação e intelligencia, uma creança ficara sabendo ler, escrever e contar de modo a considerar-se, de facto alphabetisada?

Um pouco de pratica que temos de questões dessa natureza, levam-nos a ousadia de duvidar da efficacia da medida proposta, a qual podera- não há como negar- acabar com os analphabetos, transformando-os, comntudo, em semi-analphabetos... e estes, é sabido- são peores que aquellos!

Exclamava, pedia aos céus que suas conjecturas, a cabo, não fossem confirmadas em prol de São Paulo, embora afirmasse veementemente:

a- as classes possuem, em media, 40 alumnos, exigindo do professor uma actividade multipla, intensa e exhaustiva- e que se reflecte pejorativamente, sobre o aproveitamento da classe,

b- as creanças matriculam-se aos 7 annos, necessitando uma previa adaptação ao meio escolar- trabalho em que se levam perto de tres meses. [...] e é nessa epocha que começa a fase propriamente instructiva.

c- O anno lectivo é de dez mezes, os quaes, descontados domingos e feriados, ficam redusidos a cerca de oito. Em dois annos, teremos dezesseis mezes de aula.

d- Mostra-nos a estatistica dos grupos escolares que, em regra, os primeiros alumnos são promovidos para o segundo cerca de dois terços. Destes, só metade constituida por esses alumnos mais intelligentes- obtem notas distinctas e plenas, cursando, satisfactoriamente, o segundo anno e podendo promover-se para o terceiro, lendo, escrevendo, contando regularmente. Quer isso dizer, das creanças matriculadas nos grupos, apenas um terço, com curso de dois annos, saira sabendo ler, escrever e contar, deixando de ser, portanto, analphabetos. O restante- dois terços, formados e promovidos simplesmente, reprovados e que, para o criterio da promoção em massa, terão que sahir – analphabetos.

Não será essa situação essa que nos levava a reducção do curso primario a dois annos?

[...] S.P.²⁴⁹.

A dissertação de Plínio apresenta algumas argumentações daqueles que posicionaram-se contrariamente a implantação das soluções apresentadas por Sampaio Dória e, indiretamente, oferece-nos um esboço do quadro educacional nesta época. Por certo, a grande questão para os reformadores e nacionalistas desejosos de “*republicanizar a república*” não residia apenas na efetividade da alfabetização dos alunos. Acreditavam que dois anos seria o período necessário para afastar a cultura dos imigrantes, apaziguar as greves ao incutir valores ufanistas e patrióticos e, também, para aumentar consideravelmente o número de eleitores que poderiam combater representantes políticos que não proviessem dos grupos rurais²⁵⁰.

Ainda, ao seguirmos as proposições do inspetor, encontramos no item indicado pela letra *d-*) outra problemática do ensino denunciada pelas estatísticas escolares- o pequeno número de alunos promovidos que matriculavam-se nos estabelecimentos de educação pública:

Tabela 7 - Relação do número de alunos que ingressaram e concluíram o curso primário e complementar nos anos de 1911 e 1917. Dados retirados de notas publicadas no jornal *A Cidade. Ribeirão Preto*, nos dias 26 jan 17 e 07 dez. 1911. (BN)

Classe	Dezembro de 1911		Janeiro de 1917	
	Sessão Masculina	Sessão Feminina	Sessão Masculina	Sessão Feminina
1º A	48	50	41	41
1º B	49	50	35	35
1º C	46	51	40	37
1ºD	49	56	39	46
2º A	40	35	45	42
2º B	45	41	45	45
2ºC	-	40	45	44
3ºA	40	45	45	45
3º B	-	-	48	45
4º A	14	27	36	41
Porcentagem da diferença entre alunos do primeiro e último ano	7,3%	13%	23,2%	25,8%

²⁴⁹ REFORMA da instrução publica. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 09 nov. 1920. (BN).

²⁵⁰ CARVALHO, M. M. C. Reformas da instrução pública. In: LOPES, E. M. T.; et al. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.228-229.

Tabela 8 - Relação do número de alunos que ingressaram e concluíram o curso ginásial nos anos de 1917 e 1919. Dados retirados de JUNQUEIRA, José Arantes. *[Relatório]*. Ribeirão Preto, 13 de janeiro de 1917. (AESP).; SAMPAIO, Benedito. *[Ofício]*. Ribeirão Preto, abril de 1919. (AESP)

Classe	1917	1918
1º ano	63	42
2º ano	54	41
3º ano	34	29
4º ano	22	29
5º ano	7	29
6º ano	13	12
Porcentagem da diferença entre alunos do primeiro e último ano	20,7%	28,6%

Além da oferta sempre insuficiente de vagas nas escolas, nas Tabelas podemos visualizar outro fator que concorria tanto para a persistência do alto número de iletrados, apesar da oferta do ensino primário, quanto um dos motivos que tornava curso ginásial consideravelmente seletivo: a evasão escolar constante tanto nos Grupos Escolares quanto no Ginásio de Ribeirão Preto. A este respeito, um ginásial daqueles tempos apresenta-nos algum esclarecimento:

A principio tudo facil, tudo canja e comprehensivel. Mas depois...Depois o Grego, a Historia Universal, nos atterraram. Fizemos um máo juizo acerca do nosso curso. Os collegas, ante a persepectiva dos formidaveis, redondinhos e ameaçadores zeros, desertavam das aulas, não comparecendo de segunda a sabbado²⁵¹.

Infelizmente, o mau juízo dos alunos acerca da educação não era a única explicação. Nossas fontes não permitiram que seriássemos, ano a ano, o movimento de entrada e saída dos cursos primário e ginásial, mas nossas amostras indicam que o primeiro e o segundo grupos escolares de Ribeirão Preto, tais quais outros estabelecimentos de ensino do estado de São Paulo, apresentavam a desistência escolar como triste realidade cotidiana. Os motivos, diversos: repetência escolar, baixa frequência nas aulas e o trabalho infantil²⁵².

Já o Ginásio do Estado, dado o caráter do ensino secundário, apresentava outras causas para que, no período de 1907 a 1916, 83% dos alunos admitidos não se apresentassem para os exames de conclusão do sexto ano, sendo que, deste montante, 90% simplesmente deixava a carreira ginásial ao não comparecerem sem prestar exames finais em qualquer uma das séries. Isto porque, além dos moços e moças que conseguiam promoção no ensino superior por meio

²⁵¹ IMPERATRIZ, Paschoal. *[Manuscritos]*. Ribeirão Preto, não paginado, 1918-1923. (APIMI)

²⁵² NUNES, C. (Des) encantos da modernidade pedagógica. In: In: LOPES, E. M. T. eT all. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 377-378

dos exames parcelados, pesava o currículo extenso e por vezes julgado desnecessário, além das taxas e selos que cerceavam a permanência de alunos pobres²⁵³.

Tantos índices conduzem a uma indagação: Afinal, qual o sentido da educação? A observância do currículo dessas escolas fornecem-nos algumas respostas uma vez que os programas escolares permitem algum entendimento acerca de *“aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos das escolhas efetivas pelos agentes que intervêm continuamente no processo de escolarização”*²⁵⁴.

Em dezembro de 1908, o jornal anuncia o balanço do ano letivo do *“Primeiro Grupo Escolar”*: o número de alunos em cada série e a quantidade de alunos promovidos, além de chamar à visitação da exposição escolar repleta de objetos a serem vistos:

Os trabalhos manuaes que figuraram na Exposição Escolar deste ano atingiram o numero de 730, sendo 683 da secção feminina e o resto da secção masculina.
[...] Não entraram nesse número grande quantidade de cadernos de calligraphia, Desenho, linguagem, dictado, cartographia e dobramento de papel de todas as classes. Os trabalhos ficaram discriminados da seguinte maneira:
219 do 4º anno feminino,
120 do 3º anno feminino,
85 do 2º anno feminino,
176 do 1º anno feminino B,
83 do 1º anno feminino A,
47 do 3º e 4º anno masculino (desenhos e mappas)
Destacaram-se os seguintes: 4º anno, almofada de velludo, sombrinha, bengala (pyrographada), [...] vestido branco bordado, blusa acolchoada, [...] 3º anno, quadros bordados a seda e gaze, pregadeira, porta cartões, [...] 2º anno, fronha de linho bordada, arte e diversos trabalhos, [...] 1 anno, golas bordadas, lençol bordado, porta camisola, porta toalha bordado a seda, saia e avental, bordados.²⁵⁵

O primeiro aspecto a despertar a atenção é a descrição minuciosa dos trabalhos que compunham a exposição, tanto em relação à espécie de peça confeccionada, quanto ao número que buscava quantificar o labor dos alunos e revela os ideais de racionalização e controle do ensino. Outra circunstância é a considerável participação dos trabalhos feitos pelas meninas o que traduz algumas concepções a respeito da instrução feminina: as atividades consideradas adequadas às garotas eram dispostas de modo a coincidir com afazeres domésticos, prendas que deveriam ser aperfeiçoadas pelo método escolar.

O currículo dos grupos escolares era extenso: leitura, linguagem, caligrafia, aritmética, geometria, desenho, instrução moral e cívica, geografia, ciências físicas e naturais, história, música, trabalhos manuais e ginástica. No entanto, a execução completa dos programas era

²⁵³ CUNHA, M. V. *O velho Estado...* Op. Cit., p. 58; NAGLE, J. *Educação...* Op. Cit., p. 146-147.

²⁵⁴ FARIA FILHO, L. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. *Revista da Faculdade Educação*. [online]. v. 24. n.1. São Paulo Jan/ Jun. 1998, p.191

²⁵⁵ EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 06 dez. 1908. (BN).

sempre um problema para os professores que não possuíam formação adequada para o ensino de ginástica, trabalhos manuais e música, além de muitos não encontrarem razão para o despendimento de tempo com ciências naturais e estas matérias específicas. Sobre os trabalhos manuais, possuíam uma finalidade educativa de caráter geral, uma vez que eram ensinados princípios gerais do ofício ao invés de encaminhar a criança a uma atividade específica²⁵⁶.

A nota salienta, ainda, que, embora não expostos, cadernos de caligrafia, linguagem e desenho existiam em grande número, isto porque eram também considerados imprescindíveis para demonstração desta cultura escolar que paulatinamente consolidava-se por indicarem o caráter, a higiene e assiduidade dos pupilos. Aliás, o ensino de um conteúdo moral e cívico estava diluído nas leituras indicadas, nas aulas de ciências naturais, geografia e história. A escola primária primava pela transmissão de alguns ensinamentos básicos para a formação de grandes contingentes de pequeninos republicanos que aspirassem a valores cívicos e certos modos civilizados.

Já o ensino secundário era designado aos grupos de maior poder econômico e/ou prestígio social, pois além de ser usado como trampolim para o nível superior, o programa curricular deste nível de ensino concedia aos privilegiados a legitimidade para ocupar cargos de mando na sociedade. Na Tabela a seguir, reconstruímos a grade de aulas adotada no Ginásio do Estado de Ribeirão Preto²⁵⁷:

²⁵⁶ Cf. FARIA FILHO, L. M. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

²⁵⁷ Para composição da Tabela utilizamos dados retirados da nota publicada no jornal A Cidade. HORARIO das aulas do Gymnasio de Rbeirão Preto. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 01 jul. 1920. (BN).

Tabela 9 – Componentes curriculares do “Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto”

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sabbado
1 anno					
Arithmetica	Geographia	Arithmetica	Geographia	Arithmetica	Geographia
Gymnastica	Portuguez	Francez	Portuguez	Francez	Arithmetica
Desenho	Italiano	Desenho	Gymnastica	Desenho	Portuguez
Francez	-	-	-	Italiano	Francez
2 anno					
Inglez	Arithmetica	Inglez	Arithmetica	Inglez	Arithmetica
Portuguez	Gymnastica	Portuguez	Francez	Gymnastica	Italiano
Geographia	Desenho	Geographia	Italiano	Geographia	Francez
-	Francez	-	Desenho	Portuguez	-
3 anno					
Portuguez	Latim	Geometria	Portuguez	Geometria	Latim
Algebra	Inglez	Gymnastica	Algebra	Geographia	Inglez
Italiano	Francez	Italiano	Inglez	Francez	Gymnastica
Desenho	Geographia	-	Latim	Desenho	-
4 anno					
Historia Universal	Geometria	Allemao	Geometria	Historia Universal	Geometria
Latim	Algebra	Latim	Inglez	Latim	Desenho
Allemao	Portuguez	Francez	Grego	Portuguez	Inglez
Grego	Desenho	Historia Universal	-	Allemao	Grego
5 anno					
Latim	M. astronomia	Latim	M. astronomia	Latim	M. astronomia
Ph. e chimica	Historia Universal	Ph. e chimica	Historia Universal	Inglez	Historia Universal
Grego	Literatura	Grego	Literatura	Ph. e chimica	Ph. e chimica
Historia natural	Allemao	Historia natural	Allemao	Grego	Allemao
6 anno					
Physica e logica	Physica e logica	Physica e logica	Physica e logica	Physica e logica	Physica e logica
Allemao	Ph. e chimica	Allemao	Ph. e chimica	Historia natural	Historia natural
Historia natural	Grego	Historia natural	Historia natural	Historia Brasil	Grego
Historia Brasil	Literatura	Historia Brasil	Literatura	-	Ph. e chimica

Ao observarmos a disposição das disciplinas no plano curricular dos alunos ginasiais, percebemos que o extenso programa era composto, principalmente, por matérias de cunho humanista. Dentre as vinte oferecidas, doze ensinavam sobre letras e cultura (desenho, francês, geografia, português, italiano, inglês, latim, alemão, grego, literatura, história do Brasil e universal) e contavam setenta e nove aulas num total de cento e vinte. Além disso, estavam presentes em todos os anos do curso, ao passo que as matérias científicas (aritmética, álgebra, história natural, física e química, matemática e astronomia, física e lógica) foram concentradas nas últimas etapas da formação destes alunos.

Esta nítida divisão das aulas no ginásio estadual do interior paulista traz a lume uma discussão ambígua. Ao passo que, desde o fim do Império, os governantes debatiam sobre modos de encaminhar o Brasil na reta da civilização e progresso já traçada por outros países, o ensino secundário republicano refletia a disputa de interesses políticos diversos. De um lado, a defesa de uma cultura literária, formação desinteressada que favorecia a permanência nos estudos de um grupo predominantemente agrário já atuante em tempos imperiais e, posteriormente, em cargos públicos, uma vez que tais ocupações não exigiam conhecimentos técnicos, mas habilidade retórica ciceriana, sensibilidades e gostos que apenas poderiam ser obtidos pelo consumo de uma cultura importada e custo elevado. De outro, defensores de conhecimento útil, que preparasse o homem para ingresso no mundo do trabalho moderno, o que, por conseqüência, permitiria a ascensão social de grupos enriquecidos pelas atividades urbanas e liberais²⁵⁸.

Os rapazes e moçoilas que freqüentaram as aulas no Ginásio de Ribeirão Preto foram orientados por um curso que, em 1901, era regulamentado com a duração de seis anos e enfatizava o ensino de português e literatura, de modo a reforçar a cultura nacional; de latim e grego, línguas que denotavam grande erudição; de história e geografia, valores que construiriam um sentimento de nacionalidade; e, por fim, acrescia-se o desenho, disciplina que buscava desenvolver os dons artísticos dos adolescentes. Algo diferente daquele desenho ministrado no ensino primário que pretendia, com esta matéria, a transmissão de algum ofício²⁵⁹.

²⁵⁸ Cf. OLIVEIRA, L. L. A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1988.

²⁵⁹ SOUZA, R. F. *História...* Op. Cit, p. 101-107.

3.2- Grupos e ginásios: escolas da cidade, para a cidade

Enquanto o ensino primário ocupava-se em propagar saberes elementares como leitura, escrita, noções de higiene e valores cívicos, a escola secundária buscava atender os interesses de grupos privilegiados da sociedade. No entanto, apesar da oratória e das promessas nem sempre cumpridas pelos governantes acerca da educação, os grupos e os ginásios formaram, ainda que circunscritos à historicidade brasileira, cidadãos republicanos e alguns ideais imaginados na constituição de um homem moderno, civilizado e patriótico:

Com maior ou menor brilho, em todos os estabelecimentos de ensino primario do municipio realizou-se hontem a festa da bandeira destinada a incutir no espirito dos jovens estudantes todo o fervor patriotico que nos devem espelhar o pavilhão nacional, que e o symbolo da propria patria.

No primeiro grupo escolar as festas constaram de hymnos, poesias e discursos allusivos a data, pelos alumnos.

Os professores em classe fizeram prelecções de modo a despertar nos meninos o civismo e amor á Patria.

Ao meio dia foi hasteada a bandeira na fachada do edificio, tendo por essa occasião todos os alumnos em coro entoado o hymno nacional.

No Segundo Grupo Escolar as festas obedeceram mais ou menos o mesmo programa²⁶⁰.

Tanto as exposições quanto as festas escolares em comemoração às datas cívicas eram espetáculos de ode à ordem, ao civismo e à cultura das letras. Estes eventos contavam com a presença dos diretores, autoridades locais que, junto ao público assistiam às declamações de poesias, canto de músicas e hinos que buscavam impressionar, emocionar e, sobretudo, convencer. Estas práticas educativas articularam-se ao imaginário sociopolítico republicano e compunham um projeto para a educação estética do povo que tornava indissociáveis a promoção da cultura nacional e do culto ao belo e o forte caráter moralizante e utilitarista²⁶¹.

Quanto aos ginasiais, os alunos não somente aprendiam novos valores como difundiam as ideias nas quais acreditavam. O *Centro de Culto a Sciência* e o *Centro Ginasiano “Olavo Bilac”*, configuravam agremiações discentes em que os alunos reuniam-se para debater acerca de obras literárias e científicas e, principalmente, sobre questões relacionadas ao cotidiano educacional e político vivido pelos adolescentes. No salão do ginásio, o alunado declamava preleções e discorriam temas republicanos ligados ao civismo, sobretudo, a partir dos anos de 1915:

²⁶⁰ COM maior ou menor brilho. *A Cidade*.Ribeirão Preto, 20 nov. 1915. (BN).

²⁶¹ VEIGA, C. G. Educação estática para o povo. In: LOPES, E. M. T. eT all. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 419.

Realisou-se uma sessão no Centro Ginásiano “Olavo Bilac”. Ainda não lhes falei sobre nosso Gremio. É uma associação onde todos nós sommos sócios, sem pagar nada e nada a cumprir. Seu alvo principal é o engrandecimento da Pátria, pelo cultivo do patriotismo, das letras. Os nomes de Bilac, de Rio Branco, de Epitacio Pessoa são frequentemente lembrados [...] ²⁶².



Imagem 12- Grêmio Ginásial Olavo Bilac do Ginásio do Estado. 1919. (APHRP).

Este instantâneo da movimentação estudantil fornece-nos alguns sinais para compreensão da relação entre a educação recebida pelos alunos e os valores, posições políticas e ideias apresentados dia-a-dia. Nota-se, tanto na definição do *Centro Ginásiano “Olavo Bilac”*, quanto nas feições que misturam-se na fotografia um apreço pela movimentação escolar, as atividades propostas que não limitavam-se na circunscrição do Ginásio de Ribeirão Preto. Ainda, diferente da instrução primária preocupada, principalmente com o molde de corpos, o incutir de modos civilizados, além de conhecimentos elementares, o ensino secundário permitia, em grande parte, o agir na sociedade.

Ao passo que a urbanização incitava a instalação destes estabelecimentos, estes delineavam outras tramas na cidade. Soava o burburinho dos alunos que assaltavam as ruas ao deixarem o recinto escolar. *“Bom-dia sempre: se acaso/ a resposta vier fria ou tarde vier/*

²⁶² IMPERATRIZ, Paschoal. [Manuscritos]. Ribeirão Preto, não paginado, 1918-1923. (APIMI)

contudo esperarei o bom-dia/ E sobre casas compactas/ sobre o vale e a serrania/ irei repetindo manso/ a qualquer hora: bom dia”. Versos suspirosos como estes de Drummond certamente fizeram parte das vias que circundavam o Ginásio de Ribeirão Preto²⁶³. Desde a fundação, moças compuseram o corpo discente da escola. No entanto, ao que parece, a educação feminina não encontrava tantos partidários:

Levando ao vosso conhecimento a abertura das inscripções para os exames de admissão à matricula do 1º anno deste Gymnasio, cumpre-me vos informar que entre os pedidos de inscripção figuraram os requerimentos de D. Maria Nunes de Paiva e do Sr. Ramiro Pimentel, aquella pedindo sua inscripção e este a de dous filhos e de sua filha D. Maria Amelia Pimentel.

O facto de nenhum dos Gymnasios do Estado ser frequentado até hoje por meninas, fez-me entrar em duvidas si deveria ou não deferir taes requerimentos. É facto que o regulamento uza sempre do genero masculino, parecendo não ter cogitado da possibilidade de alumnos do outro sexo, mas como nos estabelecimentos superiores do ensino do paiz aceitar alumnos quer de um, quer de outro sexo parece, por analogia, que devem ser attendidas as pretenções alludidas.

No art. 116º o Regulamento dos Gymnasios refere-se a alumnos que se destinam às profissões especiais, taes como de pharmaceuticos, dentistas, parteiras, etc.

No Gymnasio da Capital, ja foi pelo respectivo director, recusado matricula a uma alumna com o fundamento da falta de meios para a necessaria fiscalisação. Realmente é nesta circumstancia que pode ser baseada a recusa por que, incontestavelmente, o funcionamento das classes mixtas exigem muito maior cuidado na fiscalisação.

Julgando –se incompetente esta directoria para resolver tão importante assumpto aguarda resolução do Governo, consultando-vos a respeito para admittir ou não a exames as alumnas que os requereram.

Saude e fraternidade

Illustre cidadão Dr. Gustavo de Oliveira Godoy²⁶⁴.

Na urbe que se almejava a modernização de suas ruas e moradores, a discussão sobre a permissão ou não das matrículas de garotas do Ginásio Estadual ainda tornava-se problema do estado. A lógica apresentada pelo diretor revela diversas acepções sobre a presença das garotas nas classes ginasiais. Se mesmo filósofos iluministas defendiam que a instrução ministrada a meninas deveria ser cerceada, bastante delimitada, secretários do Interior, diretores e alguns pais, homens de valores patriarcais, nem atentaram para o regulamento que não dispunha a respeito da admissão de moças²⁶⁵.

Os argumentos apresentados a Secretaria por Gustavo Godoy eram semelhantes àqueles enviados pelos responsáveis pelo Ginásio de São Paulo que, não raro, negaram o ingresso de mulheres por dificuldade de fiscalização, ausência de salas, pátio e banheiros separados além da quantidade insuficiente de dinheiro para efetuar as instalações adequadas. Anos depois, o diretor ribeirãopretano recebeu uma mensagem da Secretaria de Negócios do

²⁶³ ANDRADE, C. D. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 266.

²⁶⁴ GODOY, G. O. *[Officio]*. Ribeirão Preto, 18 mar. 1907. (AESP).

²⁶⁵ PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 92

Interior que o autorizava a contratar uma mulher para ocupação do cargo de contínua e de inspetora, mas não encontramos indícios da contratação²⁶⁶.

Ainda, o ato de sublinhar a profissão “*parteira*” traduz não somente a ideia do dirigente, mas ressonâncias do consenso cultural de que havia profissões inerentes aos homens e outras às mulheres. O sublinhado assinala tal divisão. Dentre inúmeras possibilidades, restava a atividade de parteira considerada pertinente, dito emprego inato à vocação feminina, assim como professoras, telefonistas, secretárias, etc²⁶⁷.

Tornar-se professora, em especial, rendia às mulheres considerável projeção social em relação a outras ocupações consideradas femininas e igualmente relacionadas à figura materna e aos afazeres domésticos: enfermeiras, costureiras, bordadeiras, parteiras e modistas. Enquanto o magistério transformava-se em trabalho de mulher, havia também a desvalorização da profissão, pois no início da profissionalização docente, as atividades em sala de aula foram concebidas enquanto extensão da maternidade, atividade de entrega e doação aos alunos, verdadeiros “*filhos espirituais*”. Ademais, dado o caráter precário do ensino em algumas escolas normais, as normalistas eram depreciadas frente ao curso superior²⁶⁸:

Deixando o grupo, as minhas vistas voltaram-se para a escola normal. Preparei-me, estudando com afincio. Vindo nos visitar, interrougou-me se eu alimentava maior ideal. Pensei, pensei e como aqui dentro, no meu espírito, ardesse a chama de maior desejo para a carreira de horizontes mais vastos, aceitei o conselho e fui para um ginásio oficial. Eu devia ser bom e nobre como meu tio padre²⁶⁹.

Paschoal Imperatriz não interessava-se pelo aprendizado de um ofício e, ao terminar o curso preliminar, decidiu-se pela profissão de normalista. Até receber a visita do tio. No diálogo com o sobrinho, encontramos tal (des)valorização da Escola Normal e a (super) estima do ensino secundário. Para que o rapaz pudesse vislumbrar “*horizontes mais vastos*”, além de tornar-se bom e nobre, o destino certo seria o Ginásio de Ribeirão Preto- não a carreira de professor. De qualquer forma, junto a Paschoal e outros garotos, moças também matricularam-se no curso ginasial- e formaram parcela significativa do alunado:

²⁶⁶ NADAI, E. *O Ginásio do Estado em São Paulo...* Op.Cit., p. 84.; O SENHOR Secretario do Interior. *A Cidade. Ribeirão Preto*, 26 jul. 1916. Fonte: (BN).

²⁶⁷ Cf. GUACIRA, L. L. Mulheres na sala de aula. PRIORE Del, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

²⁶⁸ ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

²⁶⁹ IMPERATRIZ, I. M. De M. et al. *A trajetória de Paschoal Imperatriz: os ideais, a solidariedade e a dedicação e ao direito à justiça*. São Paulo: Ed. do Autor, 2004, p. 35-39.

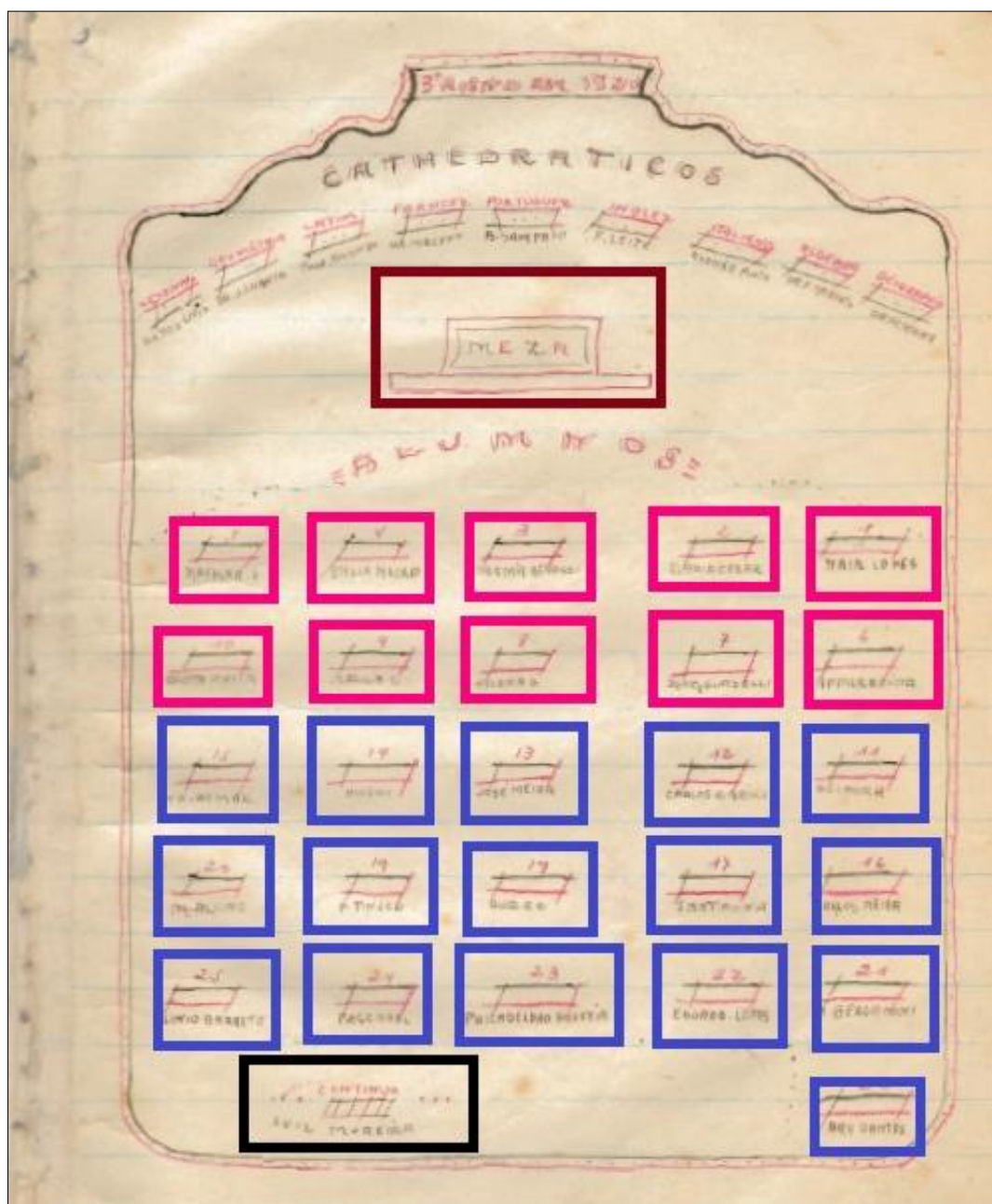


Imagem 13- Mapa de sala 3º ano Ginásio de Ribeirão Preto. 1920. (APIMI).

O desenho reproduz o mapa de classe dos alunos terceiranistas em 1920. Os destaques são nossos. À frente de todos, sentavam os professores. Nas demarcações feitas na cor rosa, posicionavam-se as alunas e, nas inscrições em azul, logo atrás, os alunos. E, para o leitor que talvez rememore a velha máxima escolar de que - “*O fundão é sempre mais divertido!*”- não se engane. No final da sala, posição estratégica para vigiar sem ter os olhares descobertos, posicionava-se o contínuo, funcionário estadual que assessorava diretor e professores, principalmente na comunicação interna, e, também, auxiliava na disciplina²⁷⁰.

²⁷⁰ NADAI, E. *O Ginásio...* Op. Cit., p. 98-99.

Talvez esta disposição da classe acompanhe a mesma tentativa de disciplinarização do curso primário. Os rapazes, supostamente uns diabretes natos, deveriam ficar mais próximos ao elemento fiscal. As garotas, idealmente consideradas dóceis e afáveis, em boa parte, já apresentariam o admirável comportamento adquirido nos recônditos dos lares. Aliás, vigilância e comprovação eram requisitos indispensáveis destas escolas, Grupos e Ginásio:

Visitei o Grupo Escolar de R. Preto. Não pode ser mais grata a impressão que me deixou a verificação do meticoloso cuidado com que esta tudo organizado e dirigido n'este grupo, graças a proficiência, boa condução e excelente orientação do seu diretor que bem compreende que não há felisidade possível, que não há progresso, e que um povo não é grande sem instrução. Meus parabens ao Senhor Orestes Guimarães²⁷¹.

A legislação obrigava que as escolas tivessem um *Livro de Visitas* destinado para registro das vistorias dos inspetores. Comumente, eram relatos breves, repletos de elogios ao diretor, aos professores, aos alunos, e, também, às autoridades políticas que porventura participassem da ocasião. Nestes escritos, o diretor, principalmente, era louvado. Se os grupos escolares eram templos e palácios de civilização, os diretores seriam seus reis e sacerdotes diretos²⁷².



Imagem 14- 1º ano B Primeiro Grupo Escolar. 1920. (APHRP).

²⁷¹ RIBEIRÃO PRETO. PREFEITURA MUNICIPAL. [Termos de visita]. Ribeirão Preto, 01 fev. 1901. (AESP).

²⁷² Fazemos alusão ao título das obras *Templos de civilização* e *Dos pardieiros aos palácios*, de Rosa Fátima de Souza e Luciano Faria Filho, respectivamente.

Nesta fotografia, identificamos a professora Amélia dos Santos Musa e o diretor Vespasiano de Toledo Pisa. Encenam para que sejam fotografados. Ordem e altivez, professora e diretor, homem e mulher posam lado a lado. As desigualdades são sutis: apesar de figurarem no mesmo pedestal, o olhar do diretor parece elevar os olhos acima das lentes fotográficas e talvez buscasse transmitir seu semblante mais sério.

Já a mulher fita o fotógrafo, o olhar em pouso rente, a mão recostada nos ombros do menino, provavelmente, não indica tanta autoridade, mas familiaridade com os alunos de cada dia. Também, se destacam elementos da escola moderna: as crianças sentadas e em pé, mas enfileiradas, retas. Possivelmente, foram orientadas a não sorrir e assim, esboçam uns rostos circunspectos apesar dos trejeitos pueris. A imponente parede escolar e o mapa auxiliam na composição de uma semântica da imagem que demonstra conhecimento e solidez.

No projeto republicano, os grupos escolares eram compreendidos como investimento necessário para solidificar a intenção que buscava suprimir o Império, ao passo que apresentava um novo tipo de educação, afirmadamente popular e universal. Todavia, nesta renovação de ensino (curso seriado de quatro anos), a disseminação da educação deveria acompanhar a vantagem econômica (instalação de um grupo em cidades que reuniam diversas classes isoladas, montante de quarenta alunos para formação de uma sala). Ainda, aliados a estas questões, os discursos médicos prometiam a possibilidade de educação livre de quaisquer entraves²⁷³:

O dr. Nathan de Araujo Macedo , inspector da delegacia de saude, tem procedido na inspecção medico escolar dos alumnos do segundo grupo no tocante a molestia dos olhos. Ate hontem, foram examinados 500 alumnos dos quaes 80 apresentam affecções trachomatosas.

Verifica-se, pois uma média de 16% de creanças atacadas desse terrivel mal bastante elevada, indo provar a necessidade urgente de um tratamento methodico, rigoroso.

O sr. professor João F. dos Santos, director de seu referido estabelecimento de ensino, já tomou as devidas providencias para o isolamento dos alumnos em que a doença se manifesta de forma contagiosa.

O alludido educador tratara agora de conseguir que as creanças pobres que sejam medicadas gratuitamente, sendo justo não encontre embaraços nesse sentido²⁷⁴.

Sobre todos os âmbitos os médicos e higienistas poderiam atuar: asilos, cursos de mães e enfermeiras. Seus manuais de saúde e artigos educativos eram divulgados nos jornais.

²⁷³ BENCOSTTA, M. L. A. Grupos Escolares no Brasil: Um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 69.; HILSDORF, M. L. S. *História da Educação Brasileira*: Leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, p. 61-62.

²⁷⁴ INSPECÇÃO medica. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 01 mar. 1919. (BN).

Possuíam legitimidade para decidir qual o limite entre saúde física e mental, intelectual, moral e sexual. Assim, os grupos escolares eram lugares de intervenção, já que possibilitavam uma maior difusão dos conceitos de higiene e moral. Alunos e professores eram ensinados a atentar para a limpeza geral da escola; para a profilaxia de doenças contagiosas e auxílio às inspeções médicas. Tantos aspectos considerados científicos e civilizados não permaneceriam anônimos²⁷⁵:

No Gymnasio e no Grupo Escolar, o sr. Barão D'Antharte e todos os membros de sua comitiva tiveram palavras muito lisonjeiras para o desenvolvimento do ensino primario e secundario de São Paulo.

O Barão visitou fazendas de café, mercado municipal, Mogyana.

Presentes prefeito, autoridades locais e representantes de A Cidade²⁷⁶.

Por meio da notícia, podemos também acompanhar o senhor Barão D'Antharte e sua comitiva na visita a Ribeirão Preto de outrora. É possível, também, vislumbrar os locais mostrados aos notáveis forasteiros e constatar o trajeto nada fortuito. Fazendas, Mercado Municipal, Mogyana, Ginásio e Grupo eram os principais motivos de ostentação, pois, naqueles tempos, encerravam a prosperidade material, o progresso, os saberes científicos e modernos. Ainda, não ao acaso, os estabelecimentos de ensino impressionavam: a construção destas escolas e, conseqüente, desta cultura escolar eram apresentadas enquanto transformadoras do presente e futuro; articularam-se não apenas ao redor de saberes, mas na ordenação de novos valores e sensibilidades. E, claro, saltavam aos olhos a arquitetura dos edifícios²⁷⁷:

²⁷⁵ STEPHANOU, M. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 145-150

²⁷⁶ SOBRE comitiva na visita de Barão D'Anthouart. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 04 dez. 1915. (BN).

²⁷⁷ FARIA FILHO, L. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. *Revista Faculdade Educação*. v. 24. n.1. São Paulo Jan/ Jun. 1998.



Imagem 15- Segundo Grupo Escolar. (AESP).



Imagem 16- Primeiro Grupo Escolar de Ribeirão Preto. (AESP).

Embora o “*Segundo Grupo*” Escolar tenha sido construído quase duas décadas após a instalação do “*Primeiro Grupo*”, é possível entrever a semelhança dos dois prédios no que diz respeito a sua função simbólica. Em ambas as figuras, o fotógrafo necessitou recuar, ampliar o campo de visão de sua lente para que pudesse dar cabo de sua intenção: enquadrar a frente e a fachada das escolas o quanto pudesse, não perder a noção de perspectiva e, assim, não deixar dissipar o caráter monumental dos edifícios. Em seu retrato, era preciso garantir que os grupos continuem a representar uma função educativa no meio social. Diferente de outras construções, públicas ou civis, estas escolas produziam a valorização de professores e diretores, tornavam-se meio de ascensão social para estes agentes educacionais; e, também, pretendiam suscitar a estima dos pais pela escola.

Outra semelhança é a preocupação com a arborização no entorno dos muros escolares, importante motivo de ornamento para os gostos da época. Em 1908, o diretor do “*Primeiro Grupo*” mandava aumentar o jardim para que avultasse ainda mais aos olhos daqueles que vinham admirar o local. Afinal, os grupos deveriam fazer justiça à área central de Ribeirão Preto e outras instalações modernas que buscavam compor um cenário civilizado, mesmo que este alcançasse apenas algumas quadras.

Nesse sentido, dentre todos os desígnios dos Grupos Escolares, a principal função destes estabelecimentos ao comporem um incipiente sistema nacional de ensino foi, justamente, a tentativa de modelação das diferenças, o *polir das aparas* para que as crianças, consideradas o porvir de uma Nação ainda a ser construída, seus pais e mesmo alguns professores coubessem na justa medida do plano republicano que envolvia expectativas de modernidade e progresso direcionados à coisa pública brasileira, mas que acabavam por se perder em meio a interesses privados²⁷⁸.

²⁷⁸ Utilizamos a expressão “polir das aparas” inspirados em uma das terminologias da palavra *civilizar*: “[...] 4- Termo de cuteleiro e amolador. Passar pelo polidor. Polir uma navalha. Polir uma faca. [...] 6- No sentido figurado. Essa palavra é dita ao se falar de discurso e de estilo. *Limare, politius, ornare, excolere*. (Polir um discurso. Polir seu estilo. [...] É torná-lo mais apurado e exato). In: STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras: 2001, p. 26.

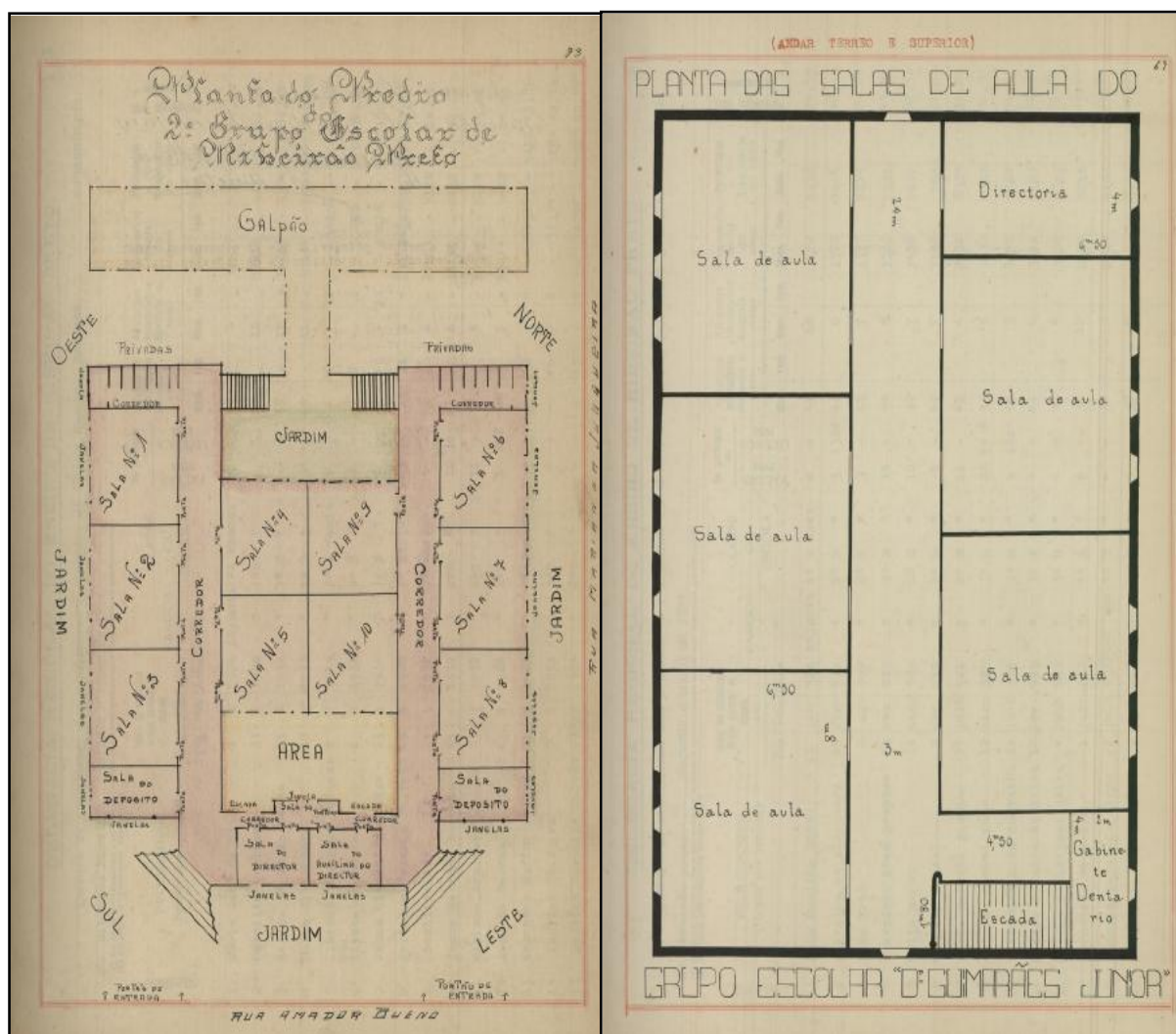


Imagem 17 - Plantas dos Grupos Escolares da cidade de Ribeirão Preto. À direita, o Primeiro Grupo Escolar Guimarães Junior, à esquerda o Segundo Grupo Escolar. (AESP).

As plantas dos Grupos Escolares são profícuas para o entendimento desse controle de corpos em nome da civilização. Estes edifícios foram desenhados de modo a satisfazer necessidades específicas da instrução da sociedade brasileira de então. As construções ribeirãopretanas seguiram a regra de um programa arquitetônico de outros grupos: poucos ambientes, mas amplos, para que as classes pudessem atingir a lotação de 40 alunos determinada pela legislação. Estes prédios, geralmente, seguiam um bloco compacto de entradas laterais e inúmeras janelas apesar de manterem uma monumentalidade austera. Outros pavimentos, bem como diversos ambientes- gabinete da diretoria, portaria, depósito, biblioteca, laboratório, anfiteatro, pátio, recreio- grosso modo, eram construídos posteriormente se o grupo recebesse um público escolar maior. Interessante, também, é o uso dos pátios e galpões. Enquanto estes eram utilizados para a exposição de trabalhos escolares, o pátio servia de interposto entre rua e a escola ao cercar a entrada e saída do

estabelecimento, além de terreno transitório entre a algazarra das calçadas e a seriedade das salas de aulas²⁷⁹.



Imagem 18 - Ginásio do Estado. (AESP).

Já os ginasiais, no tocante à estética e conforto do prédio, não tiveram boa sorte: as aulas iniciaram neste edifício somente em 1920, passados treze anos desde o início do funcionamento do Ginásio. A construção de vastas proporções, de estilo arquitetônico moderno, além da quase ausência de muros fechados, permitia que os olhares alheios pudessem admirar à vontade a escola que viria a ser chamada, posteriormente, de “Estadão”, nomenclatura utilizada pelo fato deste estabelecimento ter sido responsável, em tempos de outrora, pela formação de inúmeros figurões da cidade que, desde a primeira turma, formaram-se e destacaram-se na política, na medicina, no direito e até no magistério²⁸⁰.

Independente de questões arquitetônicas, o “*Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto*” possuía grande visibilidade naquela sociedade devido à divulgação constante do cotidiano escolar ginasial. Amiúde, eventos pitorescos, bailes, festas e desfiles cívicos; participações em comitativas para recepção de personalidades políticas; chamadas de matrículas, exames, sessões literárias; telegramas recebidos e expedidos a diversos órgãos e pessoas; artigos escritos pelos professores; divulgação de editais para concurso das cadeiras eram publicados no jornal local.

²⁷⁹ NUNES, C. (Des) encantos da modernidade pedagógica. In: LOPES, E. M. T. et all. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 382-383.

²⁸⁰ CUNHA, M. V. *O velho Estadão...* Op. Cit., p. 108.

Porventura tamanha exposição fosse justificada pelo fato de os professores ocuparem, ao mesmo tempo, o lugar de lentes e cargos de mando na cidade.

Seja como for, esta exposição na imprensa da *Petit Paris* certamente configurava um exercício de lida com público e privado para estes alunos que, em grande parte, tornaram-se homens e mulheres doutos em terras ribeirãopretanas. Neste sentido, compreendemos o jornal *A Palavra*, publicação criada pelos alunos em 1907, como modo do alunado ginásial diferenciar-se na sociedade ao divulgarem atividades do Centro Estudantil, poesias, crônicas, artigos sobre acontecimentos históricos, datas cívicas, notas acerca da vida escolar, ao passo que demonstravam-se enquanto “autores [...] donos de vocabulário vasto e refinado, além de inegáveis dotes artísticos”²⁸¹.

Assim, apresentar-se perante a sociedade como pupilo do Ginásio era, sem dúvida, parte de estratégias para distinguir-se socialmente. Os uniformes escolares, as festas do colégio em comemoração a datas cívicas, bem como as bancas examinadoras sempre públicas configuravam práticas e eventos formadores da imagem de “*jovens notáveis*”. É certo que grande maioria dos secundaristas provinha de família de considerável renda, posto, as despesas onerosas com este nível de educação dentre outros motivos²⁸².

No Ginásio de São Paulo, considerável número de alunos eram filhos de fazendeiros ou provinham de famílias que possuíam certo prestígio junto aos poderes municipal ou estadual, embora estudassem com imigrantes ou descendentes destes. Ao que parece, os alunos do Ginásio Estadual de Ribeirão Preto pertenciam, em maioria, a uma classe média letrada e socialmente bem posicionada²⁸³.

De qualquer forma, ocupar os bancos ginásiais equiparava os jovens das camadas urbanas, filhos de profissionais liberais como professores, advogados, banqueiros ou mesmo comerciantes aos rebentos dos coronéis ligados à agricultura ou pecuária, ou seja, de famílias tradicionais. A prole destes profissionais ligados ao desenvolvimento das cidades inventava para si uma outra tradição que confirmasse de diversa forma seu poderio: o estudo. Prática esta não exclusiva dos adolescentes ribeirãopretanos. Vejamos como Jonathas Serrano, autor do livro “*Epítome de Historia Universal*” foi apresentado no prefácio de sua obra:

²⁸¹ Idem, p. 83-84.

²⁸² Entendemos o conceito de estratégia por “*combinações sutis*”, fluídas que “*navegam entre as regras*”, jogam com todas as possibilidades oferecidas pelas tradições, usam esta de preferência àquela, compensam uma pela outra” e acabam por escapar, burlam determinações limítrofes como posições econômicas, sociais e simbólicas. In: CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998, p. 121-122.; Cf. NAGLE, J. *Educação...* Op. Cit., ; NADAI, E. *O Ginásio...* Op. Cit.; CUNHA, M. *Educação...* Op. Cit...

²⁸³ NADAI, E. *O Ginásio...* Op. Cit., p. 116-117.; CUNHA, M. V. *O velho Estadão...* Op. Cit., p. 69.

Desde 1901, no então Externato do Gymnasio Nacional, Jonathas Serrano mereceu o carinho dos superiores e o respeito dos collegas.

Era um menino franzino, tímido, esquivo, uma dessas crianças pelas quaes, de relance, na gíria dellas, “não se dá nada”.

O menino transfigurava-se, porém, transposto o limiar da aula, sentado o docente na cadeira, abertos os compendios ou desdobrados os mappas, encetada a lição.

Luziam-lhe os olhos em chamas de ardente curiosidade. O rosto banhava-se na expressão mystica dos grandes trabalhadores, prosperando no estudo ou até à morte, pospondo a alma ao corpo, a cultura à fadiga²⁸⁴.

A transformação pelo estudo já advinha de idéias iluministas, porém a legitimidade que se buscava validar era notadamente empreitada moderna que encerrava não apenas os esforços republicanos em atribuir tudo o que era luz e instrução ao novo regime em contraposição às “*trevas*” e “*atraso*” imputados ao Império, mas também nas teorias darwinistas aplicadas à sociedade. Assim, a dedicação dispensada aos livros permitiria o desenvolvimento do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade. A educação e o labor poderiam lograr o determinismo genético, e, assim transformar um indivíduo qualquer em um grande intelectual, capaz de comandar sua história. O esforço do futuro historiador frente a compêndios e mapas era um controle individual, porém motivado por pressões externas. Ser um moço estudado significava naqueles tempos prestígio e posição social, pois era indicador de civilidade em uma sociedade produtora de novos valores e hábitos que buscava alcançar o patamar de nação justamente civilizada tal como outros países.

Dessa forma, tornar público toda a porfia pelos estudos era um ato acertado. Neste sentido, compreendemos “*A Palavra*” como exemplo do uso costumeiro da imprensa moderna, ou seja, a apropriação de folhas e caracteres para fabricação de novos nomes e sobrenomes formadores da “*boa sociedade*”, seja nas notícias de piqueniques, nos eventos beneficentes, ou, como no caso juvenil, na exibição de jovens ilustrados.

Em época e sociedade de analfabetismo maciço, este caráter da publicação se não fabuloso, acabava por ser, indubitavelmente, diferenciador, pois, desde os tempos em que o ocidente substituiu a oralidade pela escrita para narrar sua história, a informação palpável tornou-se verdade incontestável do progresso e cientificidade. Já o ato de escrever é prática de uma sociedade capitalista e conquistadora, pois se pensarmos que a linguagem não é

²⁸⁴ DORIA, E. Prefácio. In: SERRANO, J. *Epitome de Historia Universal*. São Paulo: Francisco Alves, [s/d], p .5-7. (AEOM). Jonathas Serrano foi membro do IHGB, professor de história do Colégio Pedro II e autor de vários livros didáticos e manuais de ensino da disciplina de história. *Epitome de História Universal* foi publicado em 1912 e as edições alcançaram sucesso até a última impressão em 1954. SCHMIDT, M. A. História como pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.48, p. 189-211, 2004. Em tempo: Encontramos este livro no Arquivo da Escola Estadual Otoniel Mota em meio a livros que provavelmente pertenceram à biblioteca do Ginásio Estadual no período estudado.

abstrata, mas viva e influente por manter sua materialidade nos enunciados, logo todo produtor de um discurso é responsável. Dizer é ação, postura e opinião que indica a ética do autor ao construir verdades e mentiras, manter ou romper com as ideologias dominantes²⁸⁵.



Imagem 19- Alunos do Ginásio em folga. 1913. (APHRP).

Esta fotografia ilustrava o *Almanach Ilustrado de 1913*, páginas destinadas a difundir o progresso material de Ribeirão Preto. Assim, encontramos sentido no retrato dos ginásiais, jovens a iniciar seu ingresso em sociedade que primava pelos bons costumes e bom juízo, valores estes que configuravam disciplinas implícitas no currículo do ensino secundário. Além de exercitar a mente e colocar em evidência os “*dotes artísticos*”, escrever nas páginas do jornal adolescente era igualmente o exercício do poder simbólico, pois não são as palavras que garantem sua legitimidade, mas sim a produção de uma crença nelas. Desse modo, vale analisar a semelhança dos escritos produzidos pelos alunos e de publicações da época²⁸⁶:

²⁸⁵ CERTEAU, M. *A invenção...* Op. Cit., , p. 227.; PAULA, L. O dizer estético e (anti)ético da mídia: a veridictorialidade à luz da perspectiva bakhtiniana. In: Ester Myriam Rojas Osório. (Org.). *Bakhtin na prática: leituras de mundo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008, p. 55-66.

²⁸⁶ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 7-15.

Ao leitor

Estes apontamentos para o futuro DICCIONARIO GEOGRAPHICO DO BRAZIL, posto que estejam bem longe de satisfazer à urgente necessidade que tem o nosso extensissimo paiz de ser conhecido, devem ser recebidos pelo publico com benevolencia. Representam elles muitos annos de labor, o sacrificio de minha mocidade, aspirações, haveres, e, quem sabe, si da minha vida. [...]

Entretanto, fiz tudo quanto me foi possivel. Receba minha Patria este trabalho como testemunho da sincera dedicação que lhe sempre votei.

Os criticos sejam indulgentes no julgamento deste livro, que, si não pede a charidade do silencio sobre seu merito, exige, todavia, que o corrijam e o augmentem, de modo que alguém mais tarde possa erguer sobre este allicerce, ainda que fraco, o monumento que, com verdade, atteste as grandezas desta nação, digna dos mais grandiosos e epicos destinos²⁸⁷.

Apresentamos hoje à população desta terra o nosso pequeno e modesto jornal.

Simples é o seu programma; justa as suas aspirações. [...]

Convictos de que devemos trabalhar pela instrucção, da qual tanto necessitamos, a isso se reduzirão nossos esforços. E em busca da sciencia, meta doirada dos nossos sonhos, tentaremos leval-o em rumo certo.[...]

Ao benevolo povo de Ribeirão Preto, confiantes em seu apoio, entregamos pois, o fructo do nosso indigente trabalho- “A Palavra”²⁸⁸.

A primeira transcrição é a apresentação do Diccionario Geographico do Brasil, edição de 1894, ao passo que o segundo trecho configura as primeiras linhas veiculadas em 1907, em “*A Palavra*”. Se os sistemas simbólicos exercem este poder estruturante porque operam em estruturas da realidade construída, usar de um mesmo estilo de escrita, semelhante a grandes poetas e intelectuais tornava os pupilos do ginásio, de certa forma, figuras de erudição. “*Dizer a mesma língua*”, partilhar dos mesmos códigos linguísticos de famosos homens e literatos criava uma cumplicidade entre aqueles que praticavam este tipo de poder fluído, mas marcadamente material.

Também chama a atenção o fato de ambas as produções serem apresentadas como trabalhos em prol da Pátria, o que, além de representar os ideais de civismo da época, garantia a produção de ideologias interessantes a estes grupos, porque apresentadas enquanto interesses universais quando, em verdade, serviam a intenções particulares. Assim, tantas demonstrações de erudição veiculadas nas páginas do pequeno jornal eram ainda mais destacadas ao serem noticiadas em outros periódicos da cidade, na difusão desta distinção dos alunos do Ginásio entre os caracteres tipográficos:

²⁸⁷ DICCIONARIO Geographico do Brazil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1894, p. IV. (AEOM).

²⁸⁸ APRESENTAMOS hoje a população. *A Palavra*. Órgão dos alumnos do Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 30 jun. 1907. (AEOM).

Do “O Gremio”

“A Palavra” é de formato *mignon*, bem impressa, e reúne nas suas columnas um corollario de amena literatura, que prediz o brilhante futuro da pleiade de estudantes que cursa aquella casa de ensino. Redigem-n'a os intelligentes mocinhos Odilon Nogueira e Sebastião Pimentel.

Do “Diario da Manhã”

O “Gymnasio de Ribeirão Preto acaba de mostrar o proveitamento que vão tendo os seus alumnos. [...] “A Palavra” [...] redigido pelas promissoras intelligencias de Sebastião Pimentel, Odilon Nogueira e ^a Pereira Lima.

Da “A Cidade”

Bem feito e bem escripto, o colleguinha traçou luminosamente o seu programma. Desejamos que o futuro lhe seja tão glorioso como os proprios sorrisos e os mesmos sonhos de glorias que aquecem e animam a mocidade do Gymnasio²⁸⁹.

Afora a propagação do grau de inteligência dos alunos deste estabelecimento de ensino, em especial dos responsáveis pela redação de “*A Palavra*”, podemos observar a comum relação de causalidade expressa nas páginas das três diferentes gazetas, ao tornar o fato de os adolescentes frequentarem os bancos escolares do Ginásio de Ribeirão Preto como a garantia de futuro agraciado por sucesso e prestígio social.

Exames

Martyrio dos estudantes... esta epoca em que, depois dos trabalhos pela conquista desse mundo luminoso- a sciencia- vão elles exhibir em publico o seu maior ou menor aproveitamento, mostrar a grandeza do terreno ganho... ou por ganhar.[...]

A luz se fez e com ella appareceram o calor e a vida!

Nós que somos os batalhadores do futuro, que pouco a pouco devemos ir descobrindo as maravilhas da sciencia, cada dia havemos de conquistar pelo nosso estudo e pelo nosso saber, mais um degrau, afim de alcançar a verdade, isto é, o que ha de mais bello, feliz e encantador.²⁹⁰.

Imbuídos e embasados pela crença destes tempos de que a educação e a ciência possibilitariam o progresso de uma sociedade, os ginasiais transformavam publicamente seus estudos em árduos feitos, labor atribuído ao mérito, algo conquistado. Embora seja preciso lembrar as dificuldades de acesso e permanência no ensino secundário, ressaltamos o discurso

²⁸⁹ UM ANNO é decorrido. *A Palavra*. Órgão dos alumnos do Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 30 jun. 1908. (AEOM).

²⁹⁰ MARTYRIO dos estudantes. *A Palavra*. Órgão dos alumnos do Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 19 dez. 1907. (AEOM).

que enleva os alunos, atribui os elementos que constituiriam e legitimariam a distinção destes estudantes: verdade, beleza, felicidade e encantamento.

Apesar do uso corrente de “nós” nos escritos dos alunos frequentadores do Ginásio de Ribeirão Preto, o que pode trazer a idéia de coletividade, a terceira pessoa do plural é indicativo de identidade de um grupo restrito projetado também em pequenas notas:

Anniversarios

Fizeram annos:

no dia 25, o nosso distincto chefe Odilon Nogueira; no dia 26, o sr. Danton Carneiro.

Parabens

Apresentamos à distincta alumna do Gymnasio, senhorita Maria Nunes, as nossas sinceras condolencias pelo passamento de sua estremecida mãe²⁹¹

Vindo de Queluz, onde foi passar as ferias em companhia de sua exm^a. familia, já se acha entre nós, o nosso presado companheiro de trabalho, sr. Lycurgo Lopes de Carvalho.

Visitamol-o²⁹²

Embora “A Palavra” universalizasse e trouxesse a público parte do cotidiano ilustrado daqueles jovens, o real significado dos códigos eram acessíveis somente para aqueles que estavam entre os muros escolares do Ginásio. O jornal estudantil contribuiu, sobretudo, para a construção da idéia do circulo ginásial como ciranda muitas vezes distinta e tantas vezes intransponível.

²⁹¹ APRESENTAMOS à distincta alumna do Gymnasio. *A Palavra*. Órgão dos alumnos do Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 21 abr. 1908. (AEOM).

²⁹² ANNIVERSÁRIOS. *A Palavra*. Órgão dos alumnos do Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 29 set. 1908. (AEOM).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dá-me a tua mão: Vou agora te contar como entrei no inexpressivo que sempre foi a minha busca cega e secreta. De como entrei naquilo que existe entre o número um e o número dois, de como vi a linha de mistério e fogo, e que é linha sub-reptícia[...].

(Clarice Lispector)

Em outubro de 1908, os leitores que abriram as páginas do *Jornal A Cidade* encontraram este anúncio de livros e materiais escolares:

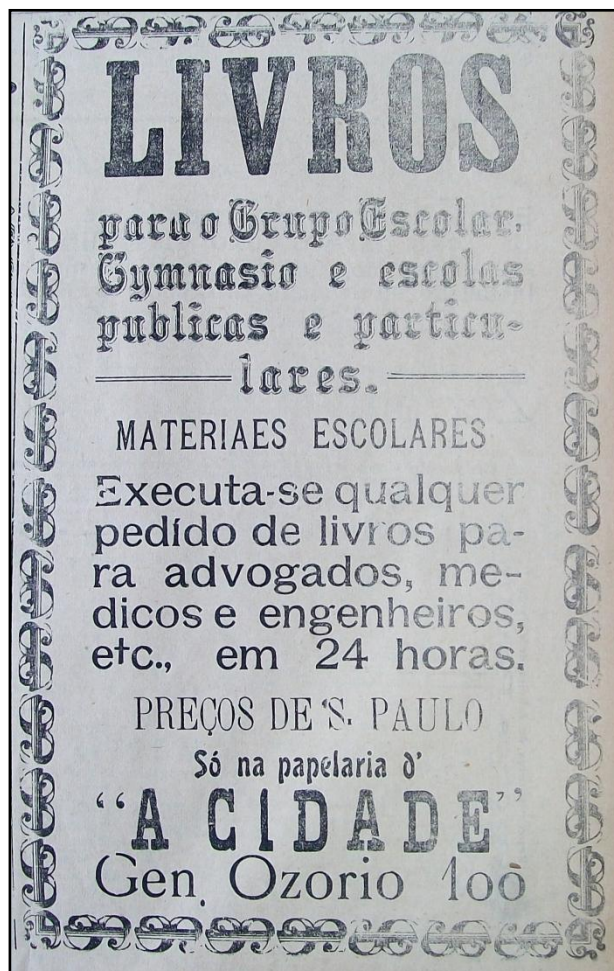


Imagem 20- Anúncio sobre materiais escolares. *Jornal A Cidade*. Ribeirão Preto, 06 out. 1908. (BN)

Ao grafar *Grupo Escolar* e *Gymnasio* com letras iniciais maiúsculas e num mesmo período sintático, os caracteres da propaganda diferenciam estes estabelecimentos das escolas públicas e particulares também mencionadas no anúncio. E tal diferença não existia apenas entre as páginas do jornal. Era realidade dentre os bancos escolares de ensino gratuito na cidade de Ribeirão Preto: a distinção não era questão de formatação tipográfica, era resultado da (in) existência de políticas que tornassem efetiva a educação pública.

Embora nas escolas isoladas fosse ministrada a instrução primária como nos grupos escolares, a escassez de recursos materiais e o ensino reduzido a saberes rudimentares tornaram-nas conhecidas como “*escolinhas da roça*”, instaladas em fazendas, zonas de população rarefeita na área urbana ou em bairros distantes do quadrilátero central da urbe de

ares parisienses. Ainda assim, grande parte do alunado da *Petit Paris* estudou longe dos incipientes bulevares.

Em contrapartida, a imprensa local destacou os grupos e o ginásio, seus alunos e professores, embora estes apresentassem também suas contradições. Os grupos escolares eram considerados templos de civilização ou palácios do saber por serem julgados o carro-chefe da alfabetização, destinado à maioria da população, às camadas médias e baixas. Configurava a preocupação com uma educação higienizadora, além transmitir noções elementares de escrita, leitura e cálculo para que o indivíduo pudesse tornar-se apto ao trabalho que, progressivamente, passava dos campos às cidades. Já o curso do Ginásio Estadual, direcionado às camadas mais altas da sociedade, servia de trampolim para o ensino superior e era símbolo de elevado *status* social, uma vez que o título de bacharel legitimava os adolescentes ginásiais a, depois de formados, dirigirem uma nação que estaria em franco progresso.

Revirando acervos da cidade de Ribeirão Preto e outras localidades, destacando este ou aquele vestígio histórico entre ofícios, fotografias, cadernos, memórias, livros de matrícula, artigos de jornal, e relatórios, busquei neste caleidoscópio dos tempos idos reconstruir a educação pública ribeirãopretana ministrada nas escolas fundadas entre a transição dos séculos XIX e XX. Bancos escolares locais, mas consoantes com ideais e políticas nacionais, implementadas por governantes que se autoproclamavam modernos, mas agiam conforme práticas antigas.

Estes homens que viveram durante a jovem República experimentaram a modernidade em essência, ou seja, contraditória, produtora de dicotomias, de encenações em meio à busca por uma nova realidade, num tempo em que arcaico e moderno constituíram uma mistura única do domínio público para interesses privados, em diversas especulações de alicerces bem sólidos como as construções e reformas urbanizadoras e higienizadoras. A instrução pública, neste ínterim, esteve intrinsecamente relacionada aos projetos de modernização e civilização, fora imagem e indícios destes. Acreditava-se que por meio do ensino, seria possível moldar corpos, mentes e corações para formação de uma sociedade regenerada, livre das doenças epidêmicas e sociais e, então, atingir o patamar da civilidade e do progresso.

Dessa forma, além de sutil maneira de controle social que não se bastava nas salas de aulas públicas, buscava invadir lares e familiares. O bê-a-bá e o soletrar de novos gostos e comportamentos seriam a solução para a ascensão na escalada civilizatória proposta pelo darwinismo social e adotados pelos republicanos para consolidação de um regime que já nascera velho, posto o Estado patriarcal e personalista- herança dos tempos imperiais.

Contudo, a instrução pública ministrada em terras paulistas, entre as décadas de 1890 a 1920 possuiu um caráter igualmente ambíguo. Foi abrangente ao levar para as salas um maior contingente de indivíduos, crianças pobres e membros da classe média, meninos e meninas. Mas, também foi excludente. Fosse pelos diferentes desígnios do ensino primário e secundário, fosse pela realidade da insuficiência de vagas nos bancos escolares- mesmo em meio a incisivas oratórias em prol da educação.

Por vezes, local e global encontraram pertencas nas cercas incertas das subvenções escolares e nas alianças entre estado e município; na distinção entre ensino primário e secundário; no caráter rudimentar das primeiras letras, mas, sobretudo, em legislações que tentaram implantar e organizar um mambembe sistema educacional nacional que, como a própria República, também não consolidou todos os ideais discutidos e difundidos pelo país nas primeiras décadas republicanas.

FONTES

Acervo Escola Estadual Otoniel Mota

ANNIVERSÁRIOS. *A Palavra*. Órgão dos alunos do Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 29 set. 1908.

APRESENTAMOS à distinta alumna do Gymnasio. *A Palavra*. Órgão dos alunos do Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 21 abr. 1908.

APRESENTAMOS hoje a população. *A Palavra*. Órgão dos alunos do Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 30 jun. 1907.

DICCIONARIO Geographico do Brazil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1894.

DORIA, E. Prefácio. In: SERRANO, J. *Epitome de Historia Universal*. São Paulo: Francisco Alves, [s/d].

MARTYRIO dos estudantes. *A Palavra*. Órgão dos alunos do Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 19 dez. 1907.

RIBEIRÃO PRETO. GINÁSIO ESTADUAL. *Inventário do Laboratorio de Physica e Chimica*. Ribeirão Preto, 10 jun. 1902.

UM ANNO é decorrido. *A Palavra*. Órgão dos alunos do Gymnasio do Estado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 30 jun. 1908.

Acervo Particular Inês Maria Moraes Imperatriz

IMPERATRIZ, Paschoal. *[Manuscritos]*. Ribeirão Preto, não paginado, 1918-1923.

Acervo Particular Jorge Eduardo Bruno

SANTOS, P. T. *Horas de lazer*, [s/d].

Arquivo Público do Estado de São Paulo

ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1908.

ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo, 1907-1908.

FERREIRA, I. A. *[Correspondência]*. Ribeirão Preto, 1 mai. 1920.

JUNQUEIRA, José Arantes. *[Relatório]*. Ribeirão Preto, 13 de janeiro de 1917.

LISTA de materiais a serem adquiridos para o gabinete de physica e chimica e museu de historia natural do Gymnasio de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, [s/data].

OLIVEIRA, M. [Ofício]. Ribeirão Preto, 06 dez. 1915. AESP.

OLIVEIRA, M. [Ofício]. Ribeirão Preto, 19 abr. 1916. AESP.

OS DRS. Eduardo Leite Ribeiro e Augusto Loyola. *O Setimo Districto*, 19 out.1893.

RIBEIRO, E. L. [Correspondência]. Ribeirão Preto, 13 nov. 1922.

SAMPAIO, Benedito. [Ofício]. Ribeirão Preto, abril de 1919.

Arquivo Público Histórico de Ribeirão Preto

A PRIMEIRA professora de Ribeirão Preto. *Diário de Notícias*, 26 ago. 1956.

ALBUQUERQUE, HORACIO. [Relatório]. Ribeirão Preto, 14 jan. 1904.

AMARAL, T. [Correspondência]. São Paulo, 27 jan. 1903.

BITTENCOURT, J. M. *Relatorio de 1919 apresentado à Camara Municipal de Ribeirão Preto*, na sessão de 15 de janeiro de 1920.

BOTELHO JR., M. *Brazil Magazine*: Revista Ilustrada d'Arte e Actualidades. [S. l. n.], 1911.

CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG, 1987

CÓDIGO de Posturas de 1914.

D. ADELAIDE, a primeira professora de Ribeirão Preto. *Diário de Notícias*, 24 jun. 1956.

DECRETO nº 41, de 14 de agosto de 1920. In: Lei e regulamento do ensino municipal de Ribeirão Preto.

GUIÃO, J. P. *De papo pro ar*. São Paulo, 1973.

GUSMÃO, M. A. *Relatorio de 1902 apresentado à Camara Municipal de Ribeirão Preto*, na sessão de 10 de janeiro de 1903.

LEI nº 88, de 08 de setembro de 1892. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*.

MIRANDA, J. P. *Relatorio de 1908 apresentado à Camara Municipal de Ribeirão Preto*, na sessão de 7 de janeiro de 1909.

MIRANDA, P. V. [Manuscritos]. [s/d]

MOREIRA, J. [Relatório]. Ribeirão Preto, 8 jul. 1916.

RIBEIRÃO PRETO. PREFEITURA MUNICIPAL. *Livros de frequencia*. Consultados os livros de frequência das escolas: Terceira masculina do bairro do Barracão, Segunda e Terceira femininas do Bairro do Barracão; Sede; Primeira Masculina, Primeira e Segunda Femininas Bairro do Barracão; Primeira, Segunda, Terceira Masculinas e Primeira, Segunda e Terceira Femininas; Bairro do Salles, Primeira Masculina e Primeira Feminina Bairro do Retiro; Primeira, Segunda Femininas e Primeira, Segunda Masculinas do Bairro do José Jacques, Primeira, Segunda Femininas e Primeira, Segunda Masculinas; Primeira Escola Masculina de Villa Bomfim.

RIBEIRÃO PRETO. PREFEITURA MUNICIPAL. *Livro de inventario de material*. [s/d]

RIBEIRÃO PRETO. PREFEITURA MUNICIPAL. *Livros de matriculas*. Consultados os livros das escolas: Escola Feminina do Bairro de Salles (1907 a 1914); Escola Ruy Barbosa (1915 a 1918); Escola do Bairro do Barracão (1905 a 1912), cadeira não especificada; Escola do bairro do Barracão (1907 a 1912), terceira cadeira; Escola Masculina do Bairro José Jacques (1907 a 1912); Curso Nocturno Olavo Bilac (1916); Escola regida pelo professor José Custódio Bernardino e Silva (1905 a 1909); Escola Feminina regida pela professora Maria Raggio (1905 a 1910); Primeira Escola Masculina Municipal de Villa Bonfim (1920).

RIGHI, M. P. [*Correspondência*]. Ribeirão Preto, mar. 1918.

SAMPAIO, F. R. *Relembanças*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1984.

Câmara Municipal de Ribeirão Preto

LIVRO n.1 de Leis e Decretos do município.

LIVRO n.2 de Leis e Decretos do município.

Fundação Biblioteca Nacional

A inspetoria avisa aos professores. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 02 jun. 1917.

A vida na fazenda. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 25 abr. de 1913.

Á vista do calor excessivo. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 15 dez. 1918.

ALUMNOS matriculados até hoje. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 28 jan. 1911.

ASSOCIAÇÃO Protetora da Infancia. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 09 mar. 1910.

AOS presidentes das Camaras Municipaes. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 06 dez. 1909.

CAÇA aos vagabundos. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 12 jun. 1912.

CAVALHEIRO que nos merece todo conceito. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 31 mar. 1911.

COLABORAÇÃO- Instrucção. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 13 abr. 1913.

COM maior ou menor brilho. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 20 nov. 1915.

EM sua recente estadia. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 04 dez. 1919.

ESCOLAS do Barracão. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 05 dez. 1913.

ESTATISTICAS. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 9 dez. 1919.

EXAMES escolares. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 07 dez. 1915.

FALLA se na criação. *A Cidade*, Ribeirão Preto, 08 fev. 1911.

FESTAS ESCOLARES. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 16 mai. 1909.

JÁ que forçados. *A Cidade*, não paginado, Ribeirão Preto, 19 nov. 1915

NO proximo dia 23. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 19 jul. 1918.

HORARIO das aulas do Gymnasio de Rbeirão Preto. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 01 jul. 1920.

INCIDENTE entre director e lente de mechanica. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 28 nov 1915.

INSPECÇÃO medica. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 01 mar. 1919.

MENINOS peraltas. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 21 de maio de 1913.

NOTAS publicadas no jornal A Cidade nos dias 26 jan 1911; 17 jan. de 1911; 11 ago. 1914; 02 mai. 1917.

NA primeira escola masculina do Barracão. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 20 jan. 1916.

OS alumnos do Gymnasio desta cidade. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 04 out. 1919.

O senhor Secretario do Interior. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 26 jul. 1916.

O Sr. fiscal do governo federal, junto ao Gymnasio do Estado nesta cidade. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 17 jan. 1917.

PELA polícia. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 26 mar. 1912.

PELA instrucção. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 24 jan. 1911.

PELA instrucção. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 22 dez. 1917.

PELA instrucção. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 09 de outubro de 1919.

PELOS bons costumes. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 17 out. 1916.

POR um Lyceu. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 03 abr. 1914.

REABRE suas aulas. *A Cidade*. Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 02 mai. 1912.

REFORMA da instrucção publica. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 09 nov. 1920.

SOBRE a mesa. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 8 jun. 1912.

SOBRE comitiva na visita de Barão D'Anthouart. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 04 dez. 1915.

SOCIETÁ “Dante Alighieri”. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 13 nov. 1910.

TRABALHOS. *A Cidade*. Ribeirão Preto, 06 dez. 1908.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, L. F. Vida privada e ordem privada no Império. In:_____ (org.). *História da vida privada no Brasil*. v.2. São Paulo: Companhia das Letras: 1997.

ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

AMADO, J. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, nº15, 1995.

ANDRADE, C. D. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 266.

APARÍCIO, L. R. *Forma e aparência: análise da moda feminina e seus sentidos sociais na Ribeirão Preto da Belle Époque (1883-1930)*. Monografia de Conclusão de Curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá. Ribeirão Preto, 2007.

ARRIGUCI JUNIOR, D. Escorpionagem: O que vai na valise. In: CORTÁZAR, J. *Valise de cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BARATA, A. M. A maçonaria e a ilustração brasileira. *História, ciências, saúde-Manguinhos*, n. 1. V. 1. Jul\out. 1994.

BARBOZA, A. C. C. *Cartilha do Operário: alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo (1920-1930)*. São Paulo, 2006. Dissertação (mestrado em Educação)- USP.

BARROS, R. *História da história da Fundação de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa, 2005.

BASTOS, R. *História da história da Fundação de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa, 2005.

BENCOSTTA, M. L. A. Grupos Escolares no Brasil: Um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BLOCH, M. L. B. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANDÃO, C. F. Norbert Elias. *Formação, educação e emoções no processo de civilização*. Petrópolis: Ed: Vozes, 2003.

BRESCIANI, M. E. M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMPOS, M. C. S. S. *Formação do magistério em São Paulo: do Império a 1930*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 72, fev. 1990.

CAMPOS, R. D. *“A princesa do sertão” na modernidade republicana*. São Paulo: Annablume, 2004

_____. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940)*. Educação e história. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CARVALHO, C.H; GONÇALVES NETO, W. Impasses e desafios da educação na Primeira República: Liberais e católicos no Triângulo Mineiro, MG, Brasil (1892-1926). *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia : EDUFU, 2006.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual. *IUPERJ-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro*. V.40. n.2. Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, M. M. C. Reformas da instrução pública. In: LOPES, E. M. T.; et al. (orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CASALECCHI, J. E. *A proclamação da república*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna, 1982.

CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG, 1987.

COSTA, E. V. *Da monarquia à República*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

CUNHA, M. V. *O velho Estadão: educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Otoniel Mota*. Palavra Mágica: Ribeirão Preto, 2001.

DERMEVAL, S. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.

DE LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

D'INCÂO, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE Del, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DOIN, J.E.M.; PAZIANI, R.R. Sob o manto do capitalismo bucaneiro. *História Revista*, Goiânia, v.12, n.2, p.209-240, jul./dez.2007.

EAGLETON, T. A idéia de cultura. *São Paulo*: Unesp, 2005.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história de costumes e formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ENGLEKIRK, J. E. Franklin en el mundo hispanico. *Revista Iberoamericana*. Volume XX, jan. Dez. 1956, p. 326 (329-371).

FARIA FILHO, L. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. *Revista da Faculdade Educação*. [online]. v. 24. n.1. São Paulo Jan/ Jun. 1998.

_____. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, L.; SOUZA, R. F. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, D. *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1873-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

FARIA FILHO, L.; VAGO, T. M. Entre relógios e tradições: elementos para uma história do processo de escolarização em Minas Gerais. In: HILSDORF, M. L. S.; VIDAL, D. (orgs). *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FARIA, R. S. *Ribeirão Preto, uma cidade em construção (1895-1930): o moderno discurso da higiene, beleza e disciplina*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

FERREIRA, A. C. et al. (orgs). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 1999.

FOLIS, F. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

FONSECA, S. C. *A assistência à infância pobre na República Velha: comparações entre São Paulo e Ribeirão Preto (1900-1917)*. Anais do XIX Encontro Regional de História da Sessão de São Paulo da ANPUH: Poder, violência e exclusão, 2008. FFLCH\USP-São Paulo. CD-ROM.

_____. A presença do público e do privado na assistência à infância: Semelhanças e diferenças entre São Paulo e Ribeirão Preto (1903-1922). *Cadernos de História da Educação*, v.8, n. 1, jan.\ jun. 2009.

FRANÇA, J. L. *Meretrizes na Belle Époque do café: cabaré e sociedade (1890-1920)*. Monografia de Conclusão de Curso em História. Centro Universitário Barão de Mauá. Ribeirão Preto, 2006.

FRANKLIN, B. *A Sciencia do Bom Homem Ricardo ou Meios de fazer fortuna*. Lisboa: Typ. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. [s/d].

FREITAS, M. C. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos. In: LOPES, E. M. T. eT all. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FREITAS, N. M. B. *A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo: D. Alberto José Gonçalves*. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

FREYRE, G. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.

FURLANETTO, P. G. *O associativismo como estratégia de inserção social: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920)*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2007.

GAETA, M. A. J. V. A educação escolar em Ribeirão Preto no início do século XX. *Revista Montagem*, v.8. n.8, 2006.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Relações de força*. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONDRA, J. G; SCHULLER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

GUACIRA, L. L. Mulheres na sala de aula. PRIORE Del, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

GUILHERME, W. D. *A educação e o progresso*: O Gymnasio de Uberabinha e a Sociedade Anonyma Progresso de Uberabinha (1919-1929). Dissertação de Mestrado. UFU. Uberlândia, 2010.

HILSDORF, M. L. S. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

HOBBSBAWN, E. *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANOTTI, M. L. M. *O coronelismo*: uma política de compromissos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

KOSELLECK, R. *Futuro-passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem*: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

KUHLMANN JR., M. *Infância e educação infantil*: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G.(orgs). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LAGES, J. A. *Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro*-o povoamento da região pelos entrantes mineiros da primeira metade do século XIX. Ribeirão Preto: VGA Editora e gráfica, 1996.

LAPA, J. R. do A. *A economia cafeeira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

_____. A. *A cidade: os cantos e os antros*: Campinas 1850-1900. São Paulo: Editora USP, 1996.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LE GOFF, J. Antigo/ Moderno. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984.

LIMA, S. F. Escola rural: História, memória e representações. *Cadernos de História da Educação*. N.3. jan./dez. 2004.

LOPES, E. M. T. Respiração Artificial: Um manual de pesquisa histórica. *Cadernos de História da Educação*. v.9.n1. Uberlândia jan./jun. 2010.

LOPES, L. S. *As Principais Fontes de Renda e as Principais Despesas do Município de Ribeirão Preto de 1911 até 1930*. In: IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História de Empresas, 2001, São Paulo. Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História de Empresas, 2001.

LOVE, J. *A locomotiva*: São Paulo na Federação Brasileira-1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUCA, T. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Editora UNESP, 1998, p. 225-226.

MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (org). *História da vida privada no Brasil*. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELLO, R. C. *Um “coronel de saias” no interior paulista: a “Rainha do Café” em Ribeirão Preto (1896-1920)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Franca. 2009.

MORSE, R. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.

MOTA, C. G. *São Paulo: exercício de memória*. Estudos Avançados. V 17. São Paulo. maio/agosto. 2003.

NADAI, E. *O Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. Dissertação (Mestrado em História)- USP, São Paulo, 1987.

NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

NEEDEL, J. D. *Belle Époque tropical*. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NUNES, C. (Des) encantos da modernidade pedagógica. In: In: LOPES, E. M. T. eT all. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PAULA, L. O dizer estético e (anti)ético da mídia: a veridictoriedade à luz da perspectiva bakhtiniana. In: Ester Myriam Rojas Osório. (Org.). *Bakhtin na prática: leituras de mundo*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

PAZIANI, R. R. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1883-1930)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

_____. *Outras leituras da cidade*. Tempo. v.10. Niterói. jul./dez. 2005.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 92

PESAVENTO, S. J. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.8., nº16, 1995.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PRIORE Del, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

PROST, A. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, M. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA, J. C. C. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

ROSA, J. G. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSA, L. A. *Sementes de macadame: o florescer da (des)organização social: Ribeirão Preto e o moderno processo de urbanização (1900-1930)*. Monografia de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu- História, Cultura e Sociedade. Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto: 2008.

ROSA, L. R.; REGISTRO, T. C. (org.). *Ruas e caminhos: um passeio pela história de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Padre Feijó, 2007.

SALLES, I. G. *Trabalho, progresso e sociedade civilizada: o Partido Republicano Paulista e a Política de mão-de-obra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, J. A. dos. A trajetória da educação profissional. LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. (orgs). In: *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SANTOS, J. R. *Imigração e ascensão social em Ribeirão Preto entre o final do século XIX e meados do XX*. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu/MG. Anais do XV encontro nacional de estudos populacionais. Caxambu: CD-ROM.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Editores Associados. 2008.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina: mente insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. Companhia das Letras, 1992.

_____. N. Introdução: O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In:

_____. (org). *História da vida privada no Brasil: v.3. Republica: da Belle Époque à era do radio*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, A. C. B. *Campos Elíseos e Ipiranga. Memórias do antigo Barracão. Ribeirão Preto*: Editora COC, 2006.

_____. *Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado (1887)*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SILVA, D. G. *Ilhas de saber: representações e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo*. In: Anais do III Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação, A educação escolar em perspectiva histórica. 2004. Curitiba-PR.

SCHMIDT, M. A. História como pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n.48.

SCHWARCZ, L. M. *1890-1914: No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, R. F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

_____. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, julho\dezembro. 1999.

_____. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STEPHANOU, M. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (orgs) *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAMBARA, E. Livros de leitura nas aulas de primeiras letras no Rio Grande do Sul no século XIX. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 31, n.17, p.73-103, jan./abr. 2008.

TEIVE, G. M. G. Sugestões sobre a educação popular no Brasil: proposta do professor Orestes Guimarães. *Currículo Sem Fronteiras*. V. 10. n.2. jul/dez. 2010.

TELAROLLI Jr., R. Imigração e epidemias no Estado de São Paulo. *História, ciências, saúde*- Manguinhos, n. 3. V. 2. Jul\out. 1996.

TORRES, S. L. H. *Espaços urbanos em processo de representação*. Praça Floriano Peixoto e Ilha dos Museus. Dissertação de Mestrado em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TUON, L. *O cotidiano cultural em Ribeirão Preto (1880-1920)*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Estadual Paulista. Franca. 2004.

VALDEMARIN, V. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, D. et al. *O legado educacional do século XIX*. Campinas: Autores Associados, 2006.

VEIGA, C. G. Educação estática para o povo. In: LOPES, E. M. T. eT all. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

XAVIER, L. N. Oscilações do público e do privado na história da educação brasileira. *Revista brasileira de história da educação*. Nº5, jan.\jun. 2003.

WALKER, T. *Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WELCH, C. A. *Os camponeses entram em cena*. A iniciação da participação política do campesinato paulista. Anais do XIX Encontro Regional de História da Sessão de São Paulo da ANPUH: Poder, violência e exclusão, 2008. FFLCH\USP-São Paulo. CD-ROM.

APÊNDICE

Escolas primárias municipais, estaduais e particulares subvencionadas de Ribeirão Preto (1901-1920)²⁹³

Ano	Escolas e subvenções	Espécie subvenção
1901	Inspeção escolar	Subvenção municipal
	Escola Noturna e Biblioteca da Loja Maçonica Integridade e Pátria	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Não há menção em relação a outras escolas particulares, não existiam escolas estaduais	
1902	Inspeção escolar, Compra de livros escolares a alunos	Subvenção municipal
	Escola Noturna da Loja Maçonica Integridade e Pátria (para operários), Escola Noturna da Loja Maçonica Independência e Amizade (para crianças de ambos os sexos), Escola diurna de Villa Bomfim (feminina), Escola diurna de Villa Bomfim (masculina), Escola diurna Santa Cruz dos Jacques, Escola diurna Bairro Barracão (mixta)	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Não há escolas estaduais até este período	
1903	Inspeção escolar	Subvenção municipal
	Seis escolas particulares (provavelmente tais instituições são as mesmas subvencionadas no ano de 1902)	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Externato Agostiniano	Iniciativa particular
1908	Inspeção (supressão cargo inspetor escolar, posto assumido pelo prefeito José Pedro da Veiga Miranda), Objetos escolares	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Festas escolares em instituições públicas e particulares	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Escola rural Fazenda Santa Amélia	Escola municipal (ordenado do professor)
	Primeira feminina da Cidade. Ribeirão Preto, Segunda feminina da Cidade. Ribeirão Preto, Primeira feminina do Retiro, Segunda feminina do Retiro, Primeira feminina do Barracão, Segunda feminina do Retiro, Terceira feminina do Barracão, Primeira feminina do José Jacques, Segunda feminina do José Jacques, Feminina do Salles, Feminina de Villa Bomfim, Primeira masculina urbana, Primeira masculina do Retiro, Primeira masculina do Barracão, Segunda masculina do Barracão, Primeira masculina do Jacques, Escola masculina do Salles, Escola masculina de Villa Bomfim	Escolas estaduais subvencionadas pela municipalidade
	Externato Agostiniano	Iniciativa particular
	Inspeção (supressão cargo inspetor escolar, posto assumido pelo prefeito José Pedro da Veiga Miranda), Materiais escolares	Iniciativa particular e subvenção municipal
1909	Escola rural Fazenda Santa Amélia	Escola municipal (ordenado do professor)

²⁹³ Para compor tal tabela coletamos dados de documentos diversos listados a seguir: (1) Relatórios de prefeitos apresentados à Câmara Municipal de Ribeirão Preto (Prefeitos Joaquim Alfredo de Siqueira, Manoel Aureliano de Gusmão, J. P. da Veiga Miranda e Joaquim Macedo Bittencourt com apresentação do documento em sessões da Câmara Municipal respectivamente nas datas de 7 de janeiro de 1902, 10 de janeiro de 1903, 7 de janeiro de 1909. Fonte: (APHRP). (2) Parecer de Instrução Pública apresentado pelo inspetor Mário de Assis Moura, em 1918. Fonte: (APHRP). (3) Anuários do Ensino do Estado de São Paulo relativos aos anos de 1907-1908, 1908-1909, 1909-1910, 1910-1911, 1913, 1914, 1915, 1917, 1918, 1919, 1920-1921. Fonte: (AESP). (4) Notícias e artigos publicados no Jornal a Cidade nas datas 25/10/1908, 08/11/1908, 02/02/1909, 13/11/1910, 14/04/1911, 14/04/1911, 14/01/1912, 27/03/1910, 22/02/1912, 28/02/1912, 07/04/1912, 05/01/1913, 25/04/1913, 28/06/1913, 17/08/1913, 23/11/1913, 05/12/1913, 18/01/1914, 04/03/1914, 08/03/1914, 17/03/1914, 20/04/1915, 23/07/1915, 10/08/1915, 12/10/1915, 28/10/1915, 07/12/1915, 09/12/1915, 02/02/1916, 02/03/1916, 23/06/1916, 18/08/1916, 02/12/1916, 05/12/1916, 13/12/1916, 16/12/1916, 20/12/1916, 04/07/1917, 28/04/1914, 02/12/1914, 27/11/1917, 01/08/1918, 17/10/1918, 11/11/1920. Fonte: (BN). (5) Atas da Câmara Municipal (livros I e II). Fonte: (CMRP). (6) CIONE, R. **História de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: IMAG, 1987, v. 5, p.213-217. (7) FREITAS, N. M. B. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro Bispo**: D. Alberto José Gonçalves. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006, p. 176.

	Primeira masculina do Barracão, Segunda masculina do Barracão, Primeira feminina do Barracão, Segunda Feminina do Barracão, Terceira feminina do Barracão; Primeira masculina do Retiro, Escola masculina Salles, Primeira masculina urbana, Primeira masculina do Jacques, Primeira feminina dA Cidade. Ribeirão Preto, Feminina de Villa Bomfim, Feminina do Salles, Primeira feminina do José Jacques, Segunda feminina do José Jacques, Primeira feminina do Retiro, Segunda feminina do Retiro, Segunda feminina da cidade.	Escolas estaduais subvencionadas pela municipalidade (aluguel do prédio)
	Externato Agostiniano	Iniciativa particular e subvenção municipal
1910	Inspeccoria	Subvenção municipal
	Primeira masculina urbana, Primeira masculina do Retiro, Escola masculina Salles, Primeira masculina do Jacques, Segunda masculina do Jacques, Escola masculina de Villa Bomfim, Primeira feminina dA Cidade. Ribeirão Preto, Segunda feminina dA Cidade. Ribeirão Preto, Primeira feminina do Retiro, Segunda feminina do Retiro, Feminina do Salles, Primeira feminina do José Jacques, Segunda feminina do José Jacques, Feminina de Villa Bomfim, Primeira masculina urbana, Primeira feminina da cidade.	Escolas estaduais subvencionadas pela municipalidade (aluguel do prédio)
	Escola Dante Aligheri, Externato Agostiniano	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Escola do Povo	Iniciativa particular
	Escola rural Fazenda Santa Amelia	Escola municipal (ordenado do professor)
	Escolas particulares	Subvenção municipal
	Inspeccoria escolar	Subvenção municipal
1911	Escola masculina de Villa Bomfim	Pagamento do professor, aluguel da casa ignorado
	Escola rural Fazenda Santa Amelia e rural Fazenda Guataparã	Escola municipal (ordenado do professor)
	Primeira masculina do Barracão, Segunda masculina do Barracão, Primeira feminina do Barracão, Segunda Feminina do Barracão, Terceira feminina do Barracão, Feminina do Salles, Primeira feminina do Retiro, Segunda feminina do Retiro, Primeira masculina do Jacques, Primeira feminina do José Jacques, Segunda feminina do José Jacques, Escola masculina Salles, Primeira masculina do Retiro.	Escolas estaduais subvencionadas pela municipalidade (aluguel do prédio)
	Escola Nocturna Macedo Soares da Loja Maçonica, Escola Dante Aligheri, Externato Agostiniano, Sociedade Amiga dos Pobres	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Inspeccoria escolar	
	Escola masculina de Villa Bomfim	Pagamento do professor , aluguel da casa ignorado
1912	Escola rural Santa Amelia e rural Fazenda Guataparã	Escola municipal (ordenado do professor)
	Aluguel do prédio para as escolas estaduais do Barracão	Subvenção municipal
	Não encontramos fontes que permitissem a listagem das escolas estaduais deste ano, apenas Escola feminina do Barracão, Segunda Escola dA Cidade. Ribeirão Preto, Segunda escola José Jacques)	
	Escola Sociedade Amiga dos Pobres	Iniciativa particular
	Externato Agostiniano (Abertura curso nocturno para adultos)	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Inspeccoria escolar, material, subvenção a quatro escolas estaduais (sem discriminação destas)	Subvenção municipal
	Escola rural Santa Amelia, Masculina Villa Bomfim	Escola municipal (ordenado do professor)
1913	Escola masculina sede Companhia Dumont, Prof. Leandro Pierini,	Patronato Agrícola e subvenção da Câmara Municipal
	Escola Mixta Fazenda São Luis, Escola Fazenda Pau d'Alho, Escola	Iniciativa particular e

	Feminina Fazenda Monte Alegre, Escola Nocturna Prof. Victorio Zamarion, Escola Fazenda Boa Vista, Escola Mixta de Villa Bomfim, Escola Rui Barbosa, Fazenda São Manoel, Escola Nocturna Estrella D'Oeste	subvenção municipal
	Segunda escola feminina do Jacques, Primeira masculina da Cidade. Ribeirão Preto, Primeira feminina do Barracão, Feminina da Cidade. Ribeirão Preto, Feminina de Salles, Segunda Feminina do Barracão, Terceira feminina do Barracão, Feminina de Villa Bomfim, ,	Escolas estaduais
	Externato Agostiniano (Curso diurno e noturno), Centro Operário (Curso diurno e noturno),	Iniciativa particular, subvenção estadual e municipal
	Escola Sociedade Amiga dos Pobres (Secção masculina e feminina), Escola Dante Aligheri	Iniciativa particular
	Oito escolas rurais na Companhia Dumont (incluindo a escola masculina da sede)	Escolas do Patronato Agrícola
1914	Inspeção escolar	Subvenção municipal
	Escola rural Santa Amelia, Primeira Masculina Villa Bomfim, Segunda Masculina Villa Bomfim, Escola masculina Fazenda Boa Vista	Escola municipal (ordenado do professor)
	Externato Paiva Guimarães, Escola Vila Tibério (antiga Dante Aligheri), Sociedade Amiga dos Pobres, Escola Nocturna Estrella D'Oeste, Escola Masculina São Felix, Escola masculina Morro do Cipó, Escola Umberto Primo, Externato Americano	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Centro Operário, Externato Agostiniano,	Iniciativa particular, subvenção estadual e municipal
	Escola feminina Fazenda Monte Alegre, Escola masculina Fazenda Pau D'Alho, Escola feminina Fazenda São Luiz, Instituto Profissional,	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Escola masculina sede Companhia Dumont, Prof. Leandro Pierini,	Patronato Agrícola e subvenção da Câmara Municipal
	Segunda Feminina do Barracão, Primeira Feminina do Barracão, Terceira feminina do Barracão	Escolas estaduais subvencionadas pela municipalidade (aluguel do prédio)
	Oito escolas rurais na Companhia Dumont (incluindo a escola masculina da sede)	Escolas do Patronato Agrícola
1915	Inspeção escolar, material escolar	Subvenção municipal
	Escola rural Santa Amelia, Primeira Masculina Villa Bomfim, Segunda Masculina Villa Bomfim, Escola masculina Fazenda Boa Vista, Feminina de Villa Bomfim	Escola municipal (ordenado do professor)
	Centro Operário, Escola Rui Barbosa na Fazenda S. Manoel, Escola Fazenda Monte Alegre, Escola Sociedade Amiga dos Pobres, Escola Fazenda Coronel Firmino, Externato Americano (masculina noturna), Curso Nocturno Paiva Guimarães, Escola Feminina Estrella D'Oeste, Curso noturno Estrella D'Oeste, Escola mixta José Jacques	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Primeira masculina do Barracão, Terceira masculina do Barracão, Primeira feminina do Barracão, Segunda Feminina do Barracão, Terceira feminina do Barracão	Escolas estaduais subvencionadas pela municipalidade (aluguel do prédio)
	Escola masculina sede Companhia Dumont, Prof. Leandro Pierini,	Patronato Agrícola e subvenção da Câmara Municipal
	Externato Agostiniano	Iniciativa particular
	Não encontramos o detalhamento das escolas do Patronato Agrícola	
1916	Inspeção escolar, subvenção a três escolas do Barracão (além do aluguel do prédio), material escolar	Subvenção municipal
	Escola rural Santa Amelia, Primeira Masculina Villa Bomfim, Segunda Masculina Villa Bomfim, Escola masculina Fazenda Boa Vista, Feminina de Villa Bomfim	Escola municipal (ordenado do professor)
	Escola Rui Barbosa na Fazenda S. Manoel, Escola Fazenda Sta. Rita,	Iniciativa particular e

	Externato Paiva Guimarães, Escola Rainha Margarida, Fazenda Morro Cipó, Fazenda Monte Alegre, Escola Fazenda Pau D'Alho, Escolas Estrella D'Oeste, Externato Americano, Sociedade Amiga dos Pobres, Umberto Primo, Escola Dante Aligheri, Escola mixta José Jacques	subvenção municipal
	Quatro escolas rurais na Companhia Dumont : Escola Mixta, Escola Feminina Central, Escola Peroba, Escola Algodoal, Escola Masculina Central	Escolas do Patronato Agrícola
	Primeira masculina Barracão, Terceira masculina Barracão, Primeira feminina Barracão, Segundafeminina Barracão, Terceira feminina Barracão	Escolas estaduais subvencionadas pela municipalidade (aluguel do prédio)
	Externato Agostiniano, Escola Olavo Bilac	Iniciativa particular
1917	Ordenado do inspetor escolar, material escolar	Subvenção municipal
	Escola rural Santa Amelia, Primeira Masculina Villa Bomfim, Segunda Masculina Villa Bomfim, Escola masculina Fazenda Boa Vista, Feminina de Villa Bomfim	Escola municipal (ordenado do professor)
	Escola Rui Barbosa na Fazenda S. Manoel, Mixta Professor Germano Barillari, Nocturna masculina Estrella D'Oeste, Nocturna Olavo Billac, Curso Nocturno Paiva Guimarães, Nocturna Augusto Loyolla, Mixta Barão do Rio Branco, Mixta Fazenda Guataparã, Externato Americano, Escola Fazenda Pau D'Alho, Mixta Fazenda Aparecida, Feminina Sociedade Amiga dos Pobres, Escola Dr. Altino Arantes, Mixta José Jacques	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Primeira masculina do Barracão, Terceira masculina Barracão, Primeira feminina do Barracão, Segunda Feminina do Barracão, Terceira feminina do Barracão,	Escolas estaduais subvencionadas pela municipalidade (aluguel do prédio)
	Mixta de Monte Alegre	Iniciativa particular, subvenção estadual e municipal
	Escola masculina sede Companhia Dumont, Prof. Leandro Pierini,	Patronato Agrícola e subvenção da Câmara Municipal
1918	Externato Agostiniano	Iniciativa particular
	Inspeção escolar, ordenado de dois professores municipais, subvenção a escolas particulares, aluguel de prédio para as escolas estaduais do Barracão, ordenado a quatro professores de Villa Bomfim, Material escolar	Subvenção municipal
	Escola masculina Fazenda Boa Vista	Escola municipal (ordenado do professor)
	Escola nocturna Fazenda da Serra, Fazenda Coronel Manoel Maximiano Junqueira	Iniciativa particular e subvenção municipal
	Sete escolas rurais assim localizadas: Companhia Dumont (Escola Albertina, Escola Algodal, Central Nocturna e Central Diurna, Escola Peroba, Escola Fundão); Fazenda Guataparã (Estação Monteiros) .	Escolas Patronato Agrícola
	Externato Agostiniano	Iniciativa particular
1919	Ordenado do inspetor escolar, ordenado de um professor municipal, material escolar, ordenado a dois professores de Villa Bomfim,	Subvenção municipal
	Subvenção a escolas particulares (Nocturna Mario Roxo de Paiva Guimarães, Nocturna Julio Corrêa Paolilello, Nocturna Helena Coutinho da Silveira, Chrisantina de Souza Leite, Nocturna Maria Alves de Oliveira, Nocturna Elza de Barros, Nocturna Maria Pia Righi, Nocturna Maria José Pinto Barillari, Nocturna Paulo Marques de Carvalho, Nocturna Alzira Junqueira, Nocturna Maria Soares Pinto, Diurna Guiomar Silva, Diurna Stellina Catunda; Rural Felisberto Almada em Villa Bomfim, Rural Ernesto Augusto Alves na Fazenda Sta. Thereza, Rural Germinia Miranda Hermida, Fazenda Sta. Amélia, Rural Baptistina Portugal Gomes, Fazenda Monte Alegre, Rural nocturna Leonor Chamberlain, Fazenda Guataparã, Rural Constança Salgado, Fazenda Aparecida, Rural Marianna Mattos Santos, Fazenda Aliança, Fazenda Dumont, Rural Hercília B. de Toledo, Fazenda	Iniciativa particular e subvenção municipal

	Guataparã, Rural Tito Victor Jardim, Fazenda Santo Antonio, Rural Maria Lourdes M. Pinto, Fazenda Sta. Rita, Rural Rosa Amaral Galvão, Estao Monteiro, Rural Analia Moura, em José Jacques, Rural José Pousa de Toledo, Fazenda Boa Vista, Rural Deolinda Fonseca Coutinho, Fazenda da Serra.	
	Primeira masculinasdo Barracão, Segunda masculina do Barracão e Terceira masculinas do Barracão, Primeira feminina, Segunda feminina e Terceira feminina do Barracão	Escolas estaduais subvencionadas pela municipalidade (aluguel do prédio)
	Escola masculina sede Companhia Dumont, Prof. Leandro Pierini,	Patronato Agrícola e subvenção da Cmara Municipal
	Mixta do Monte Alegre, Primeira masculina de Villa Bomfim, Primeira feminina de Villa Bomfim, Mixta de Monte Alegre, Mixta de São Luis, Mixta Fazenda Baixado, Mixta Fazenda São Francisco	Escolas particulares
	Nove escolas rurais assim localizadas: Companhia Dumont (Escola Albertina, Escola Algodal, Escola Central Masculina, Escola Central Feminina, Escola Peroba, Escola Fundo); Fazenda Guataparã (Escola Mixta n 1, Escola Mixta n2) e uma na Fazenda São Thomaz)	Escolas Patronato Agrícola
	Externato Agostiniano	Iniciativa particular
1920	Inspectoria escolar, material escolar, subvenção a escolas, ordenado de dois professores, material escolar, aluguel prédio das escolas do Barracão,	
	Escolas do Patronato Agrícola (nove escolas rurais assim localizadas: Companhia Dumont (Escola Albertina, Escola Algodal, Escola Central Masculina, Escola Central Feminina, Escola Peroba, Escola Fundo); Fazenda Guataparã (Escola Mixta n 1, Escola Mixta n2) .	
	Externato Agostiniano	Iniciativa particular
	Não encontramos fontes que permitissem a listagem das escolas municipais, estaduais e particulares subvencionadas deste ano	